

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS
PALMARES: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE
INCLUSÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR**

JOSÉ VICENTE

PIRACICABA, SP
2012

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS
PALMARES: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE
INCLUSÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR**

JOSÉ VICENTE

PIRACICABA, SP
2012

**UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS
PALMARES: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE
INCLUSÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR**

JOSÉ VICENTE

ORIENTADOR: PROF. DR. BRUNO PUCCI

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

PIRACICABA, SP

2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Padilha
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Prof. Dr. Cesar Romero
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Prof. Dr. Bruno Pucci (orientador)
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP

Prof. Dr. Kabengele Munanga
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

DEDICATÓRIA

À Isabel Lopes, uma simples mulher que me deu a vida, me indicou o caminho, e cuja ausência jamais será preenchida.

Aos meus filhos, Raphael, Camila e Vivian, fontes de inspiração e gratidão a Deus, e à Francisca Rodrigues Pereira, minha companheira, amiga, incentivadora e parceira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a realização desse trabalho, especialmente:

À memória do meu primeiro orientador, Professor Doutor Elias Boaventura, que tantas vezes me trouxe ao chão e tantas vezes emprestou sua mão amiga e o aconchego do seu lar para manter-me calmo e confiante.

Ao meu Orientador Professor Doutor Bruno Pucci, que de maneira gentil e compromissada, recepcionou-me no caminho e compartilhou experiências e ideias.

À banca examinadora, em especial ao Professor Kabengele Munanga e à Professora Petronilha Beatriz, referências acadêmicas e espelhos insuperáveis de inspiração, possibilidade e superação para os negros brasileiros.

Ao professor Almir de Souza Maia, amigo e incentivador e parte integrante das lutas e vitórias do negro brasileiro.

À Maria Natália Lins, amiga e colaboradora de todas as horas e para todas as necessidades que se apresentaram nesse trabalho.

Aos alunos, professores, parceiros e todos os colaboradores e amigos com os quais compartilhei e vivi o sonho e a realização da Afrobras e da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Aos professores alunos e funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em educação da UNIMEP, pela prazerosa convivência, pelo aprendizado e pelos momentos de emoção e alegria.

RESUMO

O presente trabalho discute, á luz do debate acadêmico-intelectual deflagrado no país na última década, a proposta alternativa de inclusão do negro no ensino superior concebida e implementada pela Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Partiu-se da hipótese de que, diante da visão maniqueísta que opõe defensores e detratores das políticas de ações afirmativas para o acesso de negros e afrodescendentes na universidade pública, é possível cruzar o recorte racial e o sócio-econômico sem diluir o primeiro no mito da democracia racial e sem deixar de considerar o segundo como uma outra categoria de exclusão que atinge negros e brancos pobres. Tal perspectiva produziu, a partir da iniciativa privada, os mesmos resultados inclusivos das universidades públicas que adotaram o sistema de cotas, à margem da disputa de posições favoráveis e contrárias à sua adoção na esfera pública. Como metodologia, estabeleceu-se um diálogo conceitual com teorias consagradas e estudos acadêmicos recentes sobre a questão racial e delineou-se um estudo de caso que reuniu depoimentos e entrevistas dos idealizadores e autores sociais que protagonizaram a Unipalmares, como alunos egressos, parceiros e grande imprensa, para compor o perfil e a trajetória exitosa dessa instituição ímpar no cenário brasileiro.

ABSTRACT

This paper discusses, in the light of the academic-intellectual debate broke out in the country in the last decade, the alternative proposal of inclusion of blacks in higher education designed and implemented by the University of Zumbi dos Palmares Citizenship. We started from the hypothesis that, given the manichean view that opposing defenders and detractors of affirmative action policies for the access of black and african descents in the public university, it is possible to cross the racial and socioeconomic without diluting the myth of the first racial democracy and while considering the latter as a category of exclusion that affects blacks and poor whites. This perspective has produced, from the private sector, the same results inclusive of public universities that have adopted the quota system, the fringes of contention positions for and against its adoption in the public sphere. The methodology established a dialogue with conceptual theories and academic studies devoted recent on race and drew up a case study that gathered testimonies and interviews of authors and creators who staged the social Unipalmares as alumni, partners and mainstream media to compose the profile and successful career in this unique institution in the brazilian scenario.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Questão central ou problema de estudo	12
1.2 Objetivos	14
1.3 Hipótese	15
1.4. Abordagem metodológica e estratégias de investigação	15
2. DIÁLOGOS CONCEITUAIS	18
2.1 Conceitos	18
2.2 Raça	18
2.3 Racismo	22
2.4 Etnia	24
2.5 Identidade negra	26
2.6 Negros e afrodescendentes	29
2.7 Inclusão versus exclusão	31
2.8 Política pública	35
2.9 Ação afirmativa e cotas	36
3. A QUESTÃO RACIAL NOS ESTUDOS SOBRE O NEGRO NO BRASIL	44
4. O DEBATE SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COTAS PARA O INGRESSO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR	67
4.1 Antecedentes históricos	68
4.2 O debate no contexto brasileiro	70

5. ORGANIZAÇÕES NEGRAS ANTERIORES: RESISTÊNCIA POLÍTICA RELIGIOSA, ARTÍSTICA, IDENTITÁRIA E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO	87
5.1 Irmandades religiosas	88
5.2 Grupos de carnaval o surgimento dos clubes sociais e atléticos	89
5.3 A imprensa negra	92
5.4 A Frente Negra Brasileira	96
5.5 A Frente Negra Brasileira e a questão da educação	97
5.6 Organizações negras e o Estado Novo	100
5.7 Organizações negras e redemocratização	101
5.8 Teatro Experimental do Negro	103
5.9 Movimento Negro Unificado	105
5.10.Tendências atuais do Movimento Negro	106
6. O NASCIMENTO DA AFROBRAS	108
6.1 Objetivos da Afrobras	109
6.2 Realizações da Afrobras	111
6.2.1 Medalha do Mérito Cívico Afro-brasileiro	111
6.2.2 Colégio Zumbi dos Palmares	112
6.2.3 Programa Negros em Foco	113
6.2.4 Revista Afirmativa Plural	113
6.2.5 Troféu Raça Negra	114
6.2.6 Agência de Notícias Afrobrasnews	114
7. O NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES	115
7.1 Histórico e objetivos	115

7.2 Principais projetos	120
7.3 Metas	121
7.4 Projeto Pedagógico Institucional	123
8. FACULDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES	128
8.1 Preâmbulo	128
8.2 Antecedentes históricos: Afrobras e o projeto inicial	132
8.3 Protagonistas idealizadores e seus perfis ou capitais sócio-culturais	143
8.4 Outros autores sociais não fundadores e primeiras parcerias	147
8.5 A criação da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares	153
8.5.1 Equipe mantenedora	167
8.5.2 A máquina burocrática e administrativa	169
8.5.3 A visão das co-fundadoras	171
8.6 Primeiro vestibular e critérios de seleção	180
8.6.1 Diversidade étnico-racial, sócio-econômica e de gênero	185
8.6.2 Primeiro curso implantado e critério definidor	191
8.7 Desafios e resultados	208
8.8 A inclusão no mercado de trabalho	219
8.9 A visão dos parceiros	223
8.10 Formatura da primeira turma	237
8.11 A consolidação da proposta	242
8.12 Repercussão na mídia e na imprensa	249
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265

1. INTRODUÇÃO

1.1 Questão central ou problema de estudo

Se perguntarmos hoje aos norte-americanos, sul-africanos e brasileiros sobre a existência de preconceito e discriminação raciais em suas respectivas sociedades, teremos, penso eu, respostas diferentes. Respostas estas a serem interpretadas de acordo com a época, a história de cada país e sua estrutura de poder. Dos norte-americanos negros e brancos, teremos respostas claras e diretas. Atualmente, alguns deles podem até dizer que os preconceitos raciais recuaram porque elegeram um presidente negro, além do fato de os negros possuírem hoje uma mobilidade social na qual se nota uma pequena burguesia e uma classe média significativas. Os sul-africanos não teriam também dificuldade para confirmar a existência do racismo e de suas práticas em sua sociedade. Alguns podem até dizer que este fenômeno recuou com a abolição das leis do *Apartheid* e pelo fato de os negros estarem no comando político do país.

No entanto, a mesma pergunta feita aos brasileiros pareceria inconveniente, incomodante e até mesmo perturbadora. Ou seja, os brasileiros dariam respostas ambíguas e evasivas. Para muitos, ainda, o Brasil não é um país preconceituoso e racista, sendo a discriminação sofrida pelos negros e não-brancos em geral apenas uma questão de discriminação econômica ou de classe social, que nada tem a ver com os mitos de superioridade e inferioridade racial. Neste sentido, negros, indígenas e outros não-brancos são discriminados porque são pobres, dizem. Em outros termos, negros e brancos pobres, negros e brancos da classe média, negros e brancos ricos não se discriminam entre si, tendo em vista que eles pertencem todos à mesma classe econômica. Como bem ilustra Guimarães (2005, p. 232):

A sociedade brasileira não reconhece o racismo, seja de atitudes, seja de sistema, como responsável pelas desigualdades raciais no país. [...] As próprias desigualdades raciais são vistas como desigualdades sociais de classe, que afetam o conjunto da sociedade brasileira.

Para alguns, mais esclarecidos ou mais sensíveis ao cotidiano brasileiro, existem sim preconceitos e práticas discriminatórias no Brasil em relação aos negros. Tal percepção se expressa nos resultados de uma pesquisa realizada pela *Folha de S. Paulo* e pelo Instituto de Pesquisa Data Folha, em 1995, que resultou na

edição do livro *Racismo Cordial* (TURRA; VENTURI, 1995). Nessa pesquisa, 89% dos brasileiros entrevistados aceitaram a existência do racismo no país, embora apenas 10% deles tivessem confessado que conhecem pessoas que discriminam ou que eles mesmos já teriam discriminado (TURRA; VENTURI, 1995, p.13). Entretanto, ao perguntar para as mesmas pessoas se elas não se importariam que suas filhas casassem com uma pessoa negra, as respostas revelaram contradições até entre aquelas que declaram não ser racistas, na medida em que não viam com bons olhos o casamento inter-racial entre pessoas brancas e negras. Essas pessoas mostraram preocupação em ter netos/as mestiços/as que também sofrerão preconceitos raciais na sociedade, deixando clara a ambiguidade que permeia a apologia da mestiçagem como símbolo da identidade nacional brasileira (MUNANGA, 2004).

É também significativo o fato de pesquisas detalhadas e abrangentes que demonstram a diferença de salário entre mulheres brancas e negras e homens brancos e negros com a mesma formação e qualificação profissional (IPEA, 2004, 2011) serem reiteradamente desqualificadas ou desconsideradas em determinados discursos políticos, jornalísticos e até mesmo acadêmicos. O livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, de Ali Kamel (2006), diretor do Jornalismo da TV Globo, prefaciado pela antropóloga Yvonne Maggie, ou ainda o livro *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo* (FRY et al., 2007), que considera as políticas de reconhecimento das diferenças no espírito da lei 10.639/3 que torna obrigatório o ensino da história do negro no Brasil como uma divisão perigosa da sociedade brasileira, e o mais recente livro de Demétrio Magnoli (2009) *Uma gota de sangue*, que afirma que a política de cotas rotuladas raciais transformaria o Brasil num país onde os mestiços não são reconhecidos, como nos Estados Unidos, e poderia levar a conflitos raciais jamais conhecidos em nossa sociedade graças ao ideal de democracia racial, são bastante ilustrativos da ambiguidade que plana sobre o discurso a respeito da existência do racismo na sociedade brasileira. Para Yvonne Maggie e Claudia Rezende, organizadoras do livro *Raça como retórica*, tal ambiguidade pode mesmo ser tomada como ausência de conflito racial, como “desejo legítimo de harmonia” (MAGGIE; REZENDE, 2002, p. 21).

Quando se põe a questão de saber como lutar contra as práticas racistas no Brasil, ou seja, como diminuir as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros em matéria de acesso à educação superior de boa qualidade, ao emprego e cargos de comando e responsabilidade, onde estes últimos são sub-representados, esbarra-se na mesma ambiguidade, pois tais desigualdades não são definidas em termos raciais.

É nessa interseção que se coloca a proposta alternativa da Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras) – a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – e também a questão central desta pesquisa: é possível encontrar um caminho de inclusão que explore positivamente a ambiguidade do discurso sobre o racismo à brasileira? Um caminho que possa cruzar as desigualdades raciais negadas por uns e aceitas por outros, com as desigualdades de classes? Em outros termos, é possível encontrar caminhos que possam se cruzar em vez de se manter opostos, combinando as especificidades de “raça” e de “classe”, respeitando nossas diferenças e somando nossas semelhanças, sem necessariamente cair numa visão dualista do “bem” e do “mal”?

1.2 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho, talvez o único, é apropriar-se dos argumentos em debate nacional sobre “políticas públicas” e “ações afirmativas” e capitalizá-los positivamente para iluminar, justificar e fortalecer a proposta de “intervenção” que motivou a criação da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares por um lado, bem como demonstrar como uma organização privada negra pode dar sua contribuição no processo de implementação de políticas afirmativas paralelamente à ação do estado.

Neste sentido, entende-se a proposta da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares como uma modalidade de política pública e afirmativa no âmbito privado, compreensão possível somente se sua concepção puder ser contemplada dentro das melhores definições de política pública e ação afirmativa, como será demonstrado posteriormente.

1.3 Hipótese

A questão central do estudo será respondida (confirmada ou infirmada) pelos resultados da pesquisa apresentada na segunda parte da tese. Mas, em termos de hipótese provisória, podemos emitir um ponto de vista que só se confirmará como tese depois de ter sido testado empiricamente. Crê-se, pelo conteúdo da proposta de intervenção da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, que seja possível somar sem excluir, sem opor e sem dividir o “social” em sua dupla faceta: a diversidade étnico-racial e a diversidade socioeconômica. É a partir dessa premissa que os idealizadores da Faculdade da Cidadania Zumbi pensaram numa universidade que não viria a se constituir num gueto étnico-racial “negro”, mas sim numa instituição que leva em conta a dupla exclusão de raça e de classe, ou ainda a tríplice exclusão de raça, classe e gênero da qual os negros são dupla e triplamente vítimas, sem deixar de incluir os brancos e outros pobres. É esta hipótese que se pretende transformar em tese através da pesquisa documentária e dos resultados alcançados durante os anos de experiência do funcionamento da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

1.4 Abordagem metodológica e estratégias de investigação

Este trabalho foi concebido com o intuito de relatar como este projeto de intervenção foi idealizado por seus protagonistas e como se transformou em Universidade Zumbi dos Palmares, enquanto uma experiência *sui generis*.

Tal relato baseia-se na recuperação dos fragmentos da memória de seus idealizadores e em entrevistas feitas com autores sociais que em diversas circunstâncias tiveram alguma ação ou interferência no processo que engendrou a Faculdade Zumbi dos Palmares. Depoimentos de alunos egressos e atuais sobre suas expectativas ao ingressar nesta faculdade e o significado dessa escolha na mudança de suas vidas como cidadãos e como profissionais tem também um peso significativo na sustentação da hipótese de trabalho. Utilizou-se ainda a documentação escrita composta de textos institucionais, reportagens de jornais e folhetos de propaganda e publicidade que trazem informação de caráter histórico ou outro sobre a Faculdade Zumbi dos Palmares.

No plano teórico-conceitual, privilegiou-se a análise de textos de estudiosos e pesquisadores que se debruçaram sobre as relações étnico-raciais no Brasil, especificamente aqueles que abordam a questão das ações afirmativas no país, entre os quais Antônio Sergio Guimarães, José Jorge de Carvalho, Kabengele Munanga e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Mas, antes de chegar a este debate que faz parte da atualidade dos estudos sobre o negro no Brasil, certa revisão bibliográfica anterior se faz necessária. Por essa razão, seguir-se-á uma linha que começa com os mais clássicos como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, João Baptista Borges Pereira e que se prolonga até Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva, entre outros, sem a pretensão de fazer uma revisão bibliográfica exaustiva desses estudiosos, mas com o propósito de circunscrever alguns pressupostos que possibilitem adentrar as questões contemporâneas sobre as ações afirmativas nas quais se inclui a proposta da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

Entende-se que um problema ético-metodológico poderia ser colocado acerca de nossa postura enquanto pesquisador da realidade de uma faculdade da qual somos fundador. É possível realizar uma pesquisa acadêmica sobre uma instituição que criamos sem uma carga excessiva de subjetividade e sem *“partie prise”*? Trata-se, para responder a esta pergunta, de fazer a separação entre o olhar de fora, considerado neutro e objetivo e o olhar de dentro, considerado subjetivo, afetivo e até emocional. Em outros termos, trata-se de separar a emoção da razão, ambas consideradas, na visão neo-positivista, incompatíveis com o processo de conhecimento científico. Mas, como lembra SANTOS (1999, p. 12): “a razão e a emoção são como irmãs gêmeas difíceis de separar mecanicamente num processo de conhecimento”. Neste sentido, os negros, enquanto vítimas de discriminação racial carregam uma experiência de vida intransferível, que não se encontra no olhar de fora e que é muito importante no processo de conhecimento. De fato, como fundador, há um envolvimento pessoal que, se não for disciplinado, poderia afetar e viciar os resultados da pesquisa. Todavia, há também, certamente, uma rica complementaridade entre a visão particular desse ator social realizador e a visão dos diversos atores sociais co-participantes do processo como alunos, parceiros e apoiadores negros e não negros. Entende-se, portanto, que a interpretação pessoal

será corrigida através do diálogo com estudiosos especialistas da área das relações raciais e com educadores conceituados.

Finalmente, quanto à natureza metodológica, este estudo se configura como uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, realizada na modalidade de estudo de caso.

O enfoque qualitativo justifica-se em razão da complexa formação que caracteriza o processo que engendrou a atual Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, pois, como explica Richardson (1999, p.80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Ademais, como aponta Minayo (2003), a pesquisa qualitativa permite reconstruir as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos atores sociais que lhe atribuem significados, como é o caso da trajetória estudada.

A opção pelo estudo de caso, além de ser ideal para analisar processos verificados *in loco*, revelou-se particularmente adequada para o estudo em questão por permitir uma análise particularizada da Zumbi dos Palmares em sua configuração institucional, privilegiando e ressaltando sua singularidade diante das outras realidades já conhecidas, na qualidade de "uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas" (YIN, 2001, p. 23).

Outrossim, como menciona Yin (2001, p. 21), tal modalidade permite ainda "preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores", aspectos presentes e relevantes na proposta ímpar de intervenção que constituiu a Universidade Zumbi dos Palmares.

2. DIÁLOGOS CONCEITUAIS

2.1 Conceitos

Os conceitos de raça, racismo, etnia, identidade, desigualdade, negros, afrodescendentes, cotas, ação afirmativa, inclusão, políticas públicas, entre outros, constituem palavras-chaves que utilizaremos frequentemente no decorrer deste trabalho. Tal conjunto de termos compõe o aporte semântico para o raciocínio que norteia esta análise. No entanto, cabe ponderar que “conceitos, noções e palavras são ideias e como tais carregam ideologias, visões, filosofias, ontologias e representações do mundo e do universo” (MUNANGA, 2004, p.17).

Nesse contexto, em que a multiplicidade de sentidos cria a impossibilidade de encontrar uma única definição e um denominador comum para o uso da terminologia em pauta, empreendeu-se um esforço de indicar o sentido atribuído a esses conceitos nesta pesquisa, a fim de delimitar a acepção de cada conceito empregado e evitar interpretações equívocas que possam comprometer o entendimento pretendido.

2.2 Raça

O termo raça possui um longo campo semântico e uma extensa dimensão temporal e espacial, tendo adquirido uma ampla variedade de usos e sentidos ao longo da história. Sua origem etimológica vincula-se ao termo italiano *razza*, que deriva do latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. No latim medieval, por exemplo, designava a descendência, a linhagem de um grupo de pessoas que possuíam um ancestral e algumas características físicas em comum. Posteriormente, cunhado pelas Ciências Naturais, justamente na Botânica e na Zoologia, para classificar as espécies vegetais e animais até então cientificamente conhecidas, o conceito de raça foi transportado para o campo das relações humanas pelos filósofos iluministas e naturalistas a fim de explicar a diversidade humana observada depois das grandes descobertas (MUNANGA, 2004).

No século XVIII, a diversidade humana passou a ser classificada com base na cor da pele (pigmentação), considerada como critério fundamental para a denominação e reconhecimento da raça, razão pela qual a espécie humana ficou dividida em três raças estanques que resistem até hoje no imaginário coletivo e na

terminologia científica: raça branca, negra e amarela. No século XIX, soma-se ao critério de cor os critérios morfológicos como a forma do crânio, do nariz, dos lábios, do queixo, da fronte (MUNANGA, 2004).

Finalmente, no início do século XX, graças aos progressos realizados na genética humana, expandiram-se os critérios e os próprios cientistas da época chegaram à conclusão, a partir de novas pesquisas comparativas entre as chamadas raças, de que o conceito não se sustentava, estabelecendo então a noção de que raça não constitui uma realidade física e sim uma construção discursiva destinada a nomear e categorizar os grupos humanos.

A raça não é uma realidade biológica, mas, sim, apenas um conceito que, aliás, é cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques, ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem; os patrimônios genéticos são diferentes, entretanto, essas diferenças não são suficientes para classificá-los em raças (MUNANGA, 2004, p. 21).

A classificação da diversidade humana em raças não teria criado nenhum mal para as relações humanas, se fosse simplesmente descritiva. Infelizmente, porém, foi, desde o início, acompanhada da hierarquização, ou seja, de classificação em raças superiores e inferiores, de acordo com a diferença da cor da pele, dos traços somáticos e genéticos. Assim, todos os seres humanos de cor branca, olhos azuis e cabelos loiros foram decretados pelos cientistas naturalistas como os mais inteligentes, mais bonitos e capacitados para dominar e governar os outros, o que legitimou a colonização e as outras formas de exploração dos não-brancos. Já os seres de cor amarela - e principalmente negra - foram decretados inferiores em todos os sentidos, inteligência, beleza física, aptidões psicológicas, e conseqüentemente aptos a serem naturalmente dominados e explorados (MUNANGA, 2004).

A partir do século XIX, há uma ênfase nas teorias biológicas e a palavra raça “passou a ser usada no sentido de tipo, designando espécies de seres humanos distintas tanto fisicamente, quanto em termos de capacidade mental” (BANTON, 1994, p. 264). Entretanto, após o choque da Segunda Guerra, tais teorias perdem força e o conceito passou a ser recusado inclusive pela Biologia, como registram as conclusões dos relatórios sobre relações raciais produzidos pela UNESCO entre 1947 e 1964 (GUIMARÃES, 2005).

A noção de raça empregada hoje nada tem de biológico. Ao contrário, se apresenta como um conceito carregado de ideologia que esconde uma dimensão implícita: a relação de poder e discriminação. Por essa razão, persiste no imaginário da sociedade contemporânea a noção anteriormente forjada de raça, construída a partir de diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos (MUNANGA, 2004).

Como aponta Guimarães (2005), a despeito da constatação os cientistas reunidos pela UNESCO no pós-guerra de que nenhum padrão sistemático de traços humanos pode ser atribuído à base biológica, as diferenças fenotípicas ganham força e sentido social por meio de crenças, valores e atitudes:

Diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas diretamente a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condições ambientais (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Se, biologicamente, de acordo com os progressos realizados na genética humana, na biologia molecular e na bioquímica, a raça não existe, por que esse conceito está ainda em uso no discurso da militância negra, dos estudiosos e pesquisadores das realidades da população negra no Brasil?

Em primeiro lugar, o conceito de raça funciona como ferramenta de análise para compreender o que aconteceu na história da humanidade quando comunidades e milhares de seres humanos foram dizimados em nome dessa palavra. Foi o caso do holocausto no regime nazista, do genocídio dos armênios e do massacre dos negros africanos cometido durante a colonização. Para explicar esses acontecimentos, o uso da raça enquanto realidade histórica é inevitável (FASSIN, 2006, p.19).

Depois porque, em nossa sociedade, mesmo aqueles que dizem que as raças não existem ou que a implementação das cotas raciais pelo Estado Brasileiro equivaleria ao absurdo reconhecimento oficial da existência das raças no país, não abrem mão do conceito de raça como ferramenta de análise. Nas palavras de Kamel (2006, p. 47): “raça foi sempre uma construção cultural e ideológica para que uns dominem outros”.

Cabe, porém, ponderar que a maioria dos pesquisadores brasileiros que atua na área das relações raciais continua a empregar o conceito de raça não mais em sua realidade biológica cientificamente abandonada, mas sim como uma construção sociológica e política e como categoria de dominação e exploração, para explicar o racismo (MUNANGA, 2004).

Nesse sentido, o conceito de raça pode ser agora entendido como um construto social: “uma forma de identidade baseada numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 2005, p.67).

A historicidade do conceito, a vigência da raça, assim como sua longa permanência e persistência, foi reconhecida também por Magnoli (2009), franco opositor das políticas com recorte racial no Brasil:

As raças se apresentam, invariavelmente, como entidades muito antigas, com raízes fincadas na primavera dos tempos. De fato, elas são construções identitárias modernas, ou no mínimo, reelaborações recentes de identidades difusas de um passado mais profundo (MAGNOLI, 2009, p. 16)

Estabelecida a vinculação histórica e resgatada a validade da raça em sua dimensão sociológica, cabe, então, pontuar que a utilização do conceito de raça é legítima, absolutamente necessária e mesmo imprescindível para nortear toda e qualquer discussão, proposta ou decisão política no Brasil contemporâneo, já que fornece o aporte ideal para compreender, revelar práticas políticas e institucionais discriminatórias que estabelecem ou perpetuam as desigualdades de oportunidades e de tratamento entre os diferentes grupos sociais.

Como bem dimensiona Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

O termo raça tem uma conotação política e é utilizado com freqüência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (BRASIL, 2004).

Em suma, neste trabalho, o conceito de raça é definido e empregado como uma construção social, uma categoria semântica forjada historicamente na tensão presente nas relações sociais entre negros e brancos no Brasil, artificialmente apresentadas como harmoniosas. Neste sentido, afasta-se tanto da noção de

democracia racial, quanto do conceito biológico cunhado no século XVIII e já plenamente superado.

2.3 Racismo

Racismo é um conceito derivado de raça. Complexo em sua interpretação – sociológica, antropológica, psicológica, psicanalítica, sócio-biológica –, não é definido de modo inequívoco. Mas, por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.

Em perspectiva histórica, diferentemente do conceito moderno de raça, Maria Luiza Tucci Carneiro observa que a origem do racismo não é científica, pois:

O homem não nasce com preconceito. [a origem do racismo] É política, social ou econômica, sendo usada pelos indivíduos para justificar seus interesses, exploração econômica ou como pretexto para a dominação política (CARNEIRO, 1988, p.18).

Com efeito, com base na relação raça/racismo, o racismo é visto teoricamente como uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos hierarquizados chamados raças e que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam na escala de valores desiguais. Sob este ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pelas relações intrínsecas entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2004).

No olhar de uma pessoa racista, a raça é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos e estéticos que ela considera naturalmente inferior ao grupo ao qual ela pertence. Dito de outro modo, o racismo consiste na tendência em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (VINCKE, 1987, p.23-33).

Seguindo a lógica de que as raças não existem biologicamente, pensa-se que o racismo não deveria mais existir, ou que deixou de existir, porque as raças que o

engendraram deixaram de existir. Certamente, até a primeira metade do século XX, o racismo, enquanto ideologia, era construído com base nas raças hierarquizadas em superiores e inferiores. A partir do momento em que a crença nessas raças hierarquizadas deixou de existir, automática e logicamente, o racismo derivado das raças deveria desaparecer. Lamentavelmente, porém, não foi o que aconteceu. O racismo continua a existir e persiste até mesmo nos países onde o uso da palavra raça é politicamente condenado, a exemplo da França e da Alemanha.

O raciocínio lógico e as práticas sociais são duas coisas diferentes, pois a ideia de raça, em sua perspectiva hierarquizante, embora cientificamente condenada, persiste ainda no imaginário coletivo dos indivíduos racistas. Hoje, a hierarquização que constitui o nó central do racismo não precisa mais da noção de raça biológica, pois se reestrutura através de outras essencializações como a história, a cultura, a identidade, a etnia.

Segundo Guimarães (2005, p. 216), o racismo de agora pode mesmo “prescindir da noção de raça, transmutando-se para operar através de tropos dessa noção [...] e continuar informando atitudes e preferências”.

Destaca-se, aqui, que a perpetuação do racismo se dá por meio da noção de *tropos*, um artifício retórico que consiste no emprego de palavras cuja significação é diferente do seu significado literal e primeiro (CEIA, 2012), entendimento fundamental para a abordagem da problemática racial na atualidade.

Em outros termos, independentemente das constatações científicas, os racistas continuam a acreditar em culturas e sociedades superiores e inferiores, em povos mais bonitos do que outros, por causa da cor da pele, dos olhos e dos cabelos (MUNANGA, 2004, p. 27).

Em síntese, neste trabalho, empregou-se o conceito de racismo como ideologia e crença na superioridade e inferioridade de alguns grupos humanos para a justificação e a legitimação da discriminação, exclusão e desigualdade raciais:

Grupos que se definem ou são definidos por meio de atributos raciais (como a cor) ocupam, de modo permanente, posições de poder e posições sociais assimétricas, como resultado da operação de mecanismos de discriminação (GUIMARÃES, 2005, p. 217).

2.4 Etnia

O termo etnia surgiu no início do século XIX para designar as características culturais próprias de um grupo, como a língua e os costumes. Foi criado por Vancher de Lapouge, antropólogo que acreditava que a raça era o fator determinante na história, para se referir às características não abarcadas pela raça e definido como um agrupamento humano baseado em laços culturais compartilhados (SILVA; SILVA, 2006).

A distinção entre raça e etnia é necessária, porém tênue. Para Munanga, o conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional “branco”, “negro” e “amarelo” pode conter em seu seio diversas etnias.

Etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (MUNANGA, 2003, p. 10).

Em relação à visão tradicional que relaciona etnia e território, observa-se que algumas etnias constituíram sozinhas nações, como as várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas e australianas que são ou foram etnias geográficas e nacionais. No entanto, quando se fala de etnia no contexto negro atual: “trata-se dos descendentes desterritorializados dessas etnias, que já perderam sua unidade linguística e cultural, mas que produziram uma cultura de resistência que serve simbolicamente de ligação com a mãe África” (MUNANGA, 2003, p. 12)

O autor observa ainda que a etnia não é uma entidade estática, ela tem uma origem histórica e uma evolução no tempo e no espaço, o que autoriza falar de “novas etnias” ou “etnias contemporâneas”, com os devidos cuidados no delineamento conceitual. Entretanto, aponta que a maioria dos pesquisadores brasileiros que estudam as relações raciais e interétnicas ainda recorre ao conceito de raça para fundamentar sua análise, outros, porém, evitam o conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia em razão de ser considerado como um lexical mais cômodo em termos de “fala politicamente correta”:

Essa substituição não muda nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes e que constitui o nó do

racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto (MUNANGA, 2003, p.13).

No discurso contemporâneo, os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são, como observa Munanga, de uso agradável para todos: racistas e antirracistas, embora cada um os direcione de acordo com seus interesses. Tanto o conceito de raça quanto o de etnia, porém, são hoje ideologicamente manipulados. Essa ambivalência cria confusão justamente pelo uso não claramente definido dos conceitos de raça e etnia, muito bem ilustrado em expressões como “identidade racial negra”, “identidade étnica negra”, “identidade étnico-racial negra” (MUNANGA, 2003, p.13).

Sobre este ponto, Ianni (1996, p. 229) pondera que, por vezes, a etnia tende a ser recoberta pela raça, “no sentido de estereótipo racial, intolerância racial, preconceito racial, segregação racial, barreira racial, perseguição racial [...] quando as características étnicas ou traços fenotípicos são transformados em estigmas”.

Já Carneiro (2003, p. 15) propõe como definição de etnia uma noção mais abrangente, que inclui a idéia de raça: “um conceito que engloba as idéias de nação, povo e raça; diz respeito a um grupo com traços físicos e culturais, cujos membros se identificam com grupo, ou seja, sentem que pertencem ao grupo”.

Petronilha Silva expande ainda mais o conceito e inclui a noção de cor:

O uso do termo étnico marca as relações tensas por causa das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos que caracterizam a raiz cultural plantada ancestralidade dos mais diversos grupos, que difere em visão de mundo, valores e princípios de origem indígena, européia ou asiática. O termo étnico é fundamental para demarcar que indivíduo pode ter a mesma cor da pele que o outro, a mesmo tipo de cabelo e traços culturais e sociais que os distingue, caracterizando assim etnias diferentes (BRASIL, 2004).

Por fim, Cunha Jr. (1998, p. 52) elucida a relação etnia e racismo no Brasil:

O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Cria as ideologias capazes de produzir as exclusões, as participações minoritárias. Produz o material de sua justificativa, legitimação e manutenção. Combina as formas ideológicas com as outras violências num processo de dominação, em que classe, etnia e gênero definem as possibilidades dos grupos sociais afrodescendentes nas estruturas de classes sociais.

2.5 Identidade negra

Na visão de Castells (2008) identidade é compreendida como “fonte de significado e experiência de um povo”, um processo de construção de significado baseado em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados que prevalecem sobre outras fontes de significado, portanto, uma construção social.

Do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva (CASTELLS, 1999, p. 23).

Por essa razão, não é possível conceber a identidade desvinculada do contexto, tanto histórico, como semântico, pois, como afirma Hall (2008, p. 109): “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, [...] produzidas em locais históricos e institucionais específicos no interior das formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

Particularmente em relação à identidade negra, Sodré (1983) observa que as identidades negras são concebidas como construções múltiplas, social e historicamente (re)construídas com base em matrizes africanas e nas relações sócio-culturais, políticas e históricas que se deram a partir dos ancestrais africanos trazidos para o Brasil.

Apesar disso, como aponta Munanga (1999), ao longo dessa trajetória histórica a população negra apresenta existência plural, complexa, que não permite a visão de uma cultura ou identidade unitária, monolítica, o que ratifica a pertinência da opção pelo enfoque de afrodescendência articulada à concepção de etnia.

Munanga defende que, no lugar dos conceitos de “raça negra” e “raça branca”, sejam utilizados os conceitos de “negros” e “brancos”, ou ainda “população negra” e “população branca”, na medida em que os povos que aqui se encontraram e construíram um país que podemos historicamente considerar como um encontro ou “*carrefour*” de culturas e civilizações, não podem mais ser considerados como raças, mas sim como populações (MUNANGA, 2003, p. 13).

Nesse sentido, pondera-se que a definição de identidade negra é crucial para o delineamento de políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, dado que está no cerne dos debates e intervenções no campo das políticas de ação afirmativa.

No plano político, pode-se, a partir da tomada de consciência da exclusão fundamentada na discriminação racial (raça aqui entendida no sentido sociológico e político-ideológico), construir uma única identidade negra mobilizadora, pelo fato de todos os elementos da população negra serem, apesar de suas identidades regionais diferentes, coletivamente submetidos à dominação do segmento branco e constituírem o segmento social mais subalternizado da sociedade. Tal identidade, embora passe pela aceitação da negritude e das particularidades culturais negras, tem um conteúdo político e não cultural, pois alguns negros não vivem as peculiaridades culturais e religiosas do seu grupo histórico e não deixam de participar das identidades religiosas dominantes como o catolicismo, o protestantismo, o evangelismo, etc.

É dentro desta perspectiva política ou ideológica que se deve entender o discurso militante referente à “identidade racial negra”, “identidade étnica negra” ou “identidade étnico-racial negra”. Segundo Munanga (2003, p. 15), cabe indagar se aqueles que empregam tal discurso têm consciência do conteúdo político dessas expressões e evitam cair no biologismo ao pensar que “os negros produzem cultura e identidade negras como as laranjeiras produzem laranjas e as mangueiras as mangas”. Nesse sentido, a identidade negra é concebida como uma identidade política, uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil.

Ela se opõe a outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também à legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do *status quo*.

Muitos ainda se perguntam sobre a persistência da negritude no complexo da globalização e, sobretudo, na diáspora africana num mundo cuja “raça” enquanto realidade biológica não se sustenta mais. Alguns indagam sobre a persistência e a importância política deste conceito numa diáspora africana cuja mestiçagem é fundamental e talvez mais importante que a cor mais escura da pele.

Em primeiro lugar, é importante frisar que a negritude, embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente da ordem do biológico. De outro modo, a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido, na história, vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido negada simplesmente a existência dessas culturas. Cabe lembrar que, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como deserto cultural e seus habitantes como o elo entre o homem e o macaco (MUNANGA, 2009, p.11-12).

Compreendida como a tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. Consequentemente, tal afirmação não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação passiva. Pelo contrário, deixou de ser presa no ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajassem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas.

Vista deste ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas revalorização e aceitação da sua herança africana fazem parte do processo do resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte da luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, constitui um tema ainda em atualidade. Tomando a forma de irmanação entre mulheres e homens que dela se reclamam para fazer desaparecer todos os males

que atingem a dignidade humana, a negritude se torna uma espécie de fardo do homem e da mulher negros.

Enquanto uma única pessoa continuar a ser caracterizada e discriminada pela cor da pele escura, enquanto uma única pessoa se obstinar pelo fato de sua diferença a lançar sobre outra pessoa um olhar globalizante que a desumaniza ou a desvaloriza, a negritude deverá ser o instrumento de combate para garantir a todos o mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo. “A negritude fornece nestes tempos de globalização um dos melhores antídotos contra as duas maneiras de se perder: por segregação cercada pelo particular e por diluição no universal” (MUNANGA, 2009, p. 21).

Tal aspecto adquire ainda de maior relevância ao se considerar que a identidade negra tem hoje uma orientação muito mais internacional do que em qualquer outra época, na qual as construções e práticas sócio-culturais estão em permanente diálogo com a cultura global (SANSONE, 2004).

2.6 Negros e afrodescendentes

Os conceitos de negro e de afrodescendente, usualmente empregados como sinônimos, apesar do conteúdo político comum que os caracterizam, apresentam nuances que os distinguem. Ser negro e branco no Brasil não é a mesma coisa que nos Estados Unidos onde basta ter uma única gota de sangue africano para ser classificado como negro, independentemente dos 99% de gotas de sangue europeu restantes. Em razão da busca de pureza de sangue, a ideologia racista americana classifica como negros todos os indivíduos mestiços, pouco importa o degrau da mestiçagem. É a chamada regra de hipodescendência ou a regra de uma única gota de sangue adotada pelo sistema *Jim Crow*. Neste sentido, a categoria mestiça não existe na classificação racial americana, dita bipolar. No Brasil, o critério de classificação racial não segue as regras de origem ou genética, mas sim as regras de aparência ou fenotípia. Basta ter uma aparência branca ou europeia para ser considerado e classificado totalmente como branco, mesmo se o indivíduo possuir algumas gotas de sangue africano ou ameríndio. Por isso, muitos brasileiros que aqui se consideram ou são considerados como brancos seriam classificados como

negros nos Estados Unidos. Aquelas pessoas que consideramos como mestiças indisfarçáveis entram na categoria parda, que não existe na classificação americana. É por isso que Oracy Nogueira (1985), em sua obra já clássica, define “nosso” racismo como de marca ou de aparência e não de origem como nos Estados Unidos.

Mas, quando o Movimento Negro emprega o termo negro, o faz não porque assume o sentido do termo “preto” utilizado no censo de IBGE e sim porque quer, sob a influência americana, incluir pretos e pardos numa única categoria “política”, dita negra. A intenção é política, no sentido de construir uma solidariedade de luta entre os oprimidos pretos e mestiços, ambos vítimas de práticas racistas. Sobre este ponto, Petronilha Silva observa:

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designarem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo! Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990 (BRASIL, 2004, p.15).

De igual modo, há cerca de vinte anos, cunhou-se no Movimento Negro o conceito de afrodescendente, com a mesma intenção política de aglutinar negros e mestiços que tentam fugir da negritude ou da cor negra, remetendo-os apenas à longínqua ancestralidade africana. Este termo afrodescendente vem sendo manipulado nos últimos dez anos de debate sobre ação afirmativa e apresenta uma questão muito corriqueira: afinal, “quem é afrodescendente no Brasil?”, pois, sendo a África o berço da humanidade, somos todos afrodescendentes, dizem. Sobre a polêmica, Munanga (2004, p. 52) informa:

No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política.

2.7 Inclusão versus exclusão

O conceito de inclusão não pode ser analisado independentemente do conceito de exclusão do qual constitui a antítese. Também não pode ser discutido totalmente desvinculado das noções de participação, redistribuição, representatividade, desigualdade e equidade.

Ao serem transportados para o Brasil através do tráfico transatlântico, os escravizados africanos e seus descendentes participaram, apesar da assimetria que caracterizava as relações entre mestres e escravizados, dos processos demográficos de povoamento do Brasil e econômicos de produção das riquezas graças à sua mão de obra gratuita, bem como da luta pela abolição da escravatura através das rebeliões da senzala. Essas formas de participação se caracterizam como resistência em defesa de sua liberdade e dignidade humana (MOURA apud MUNANGA, 2004), em um contexto histórico bipolarizado pela dominação e subalternização, que institui a primeira prática sistemática de exclusão.

Os africanos e seus descendentes produziram riquezas, trabalhando como mão de obra animalizada não remunerada, riquezas essas que possibilitaram a construção da economia colonial brasileira. Mas, não tendo o estatuto do ser livre, foram excluídos da distribuição e redistribuição do produto econômico que contou com sua participação. Não eram somente braços e músculos, pois entre eles havia grandes cérebros que reinventaram a bateia que serviu na extração dos minérios, entre outras contribuições. Inventaram artes visuais e não visuais como na arquitetura, para a qual trouxeram os mocambos (FREYRE, 1977), a música, a dança, a culinária, a literatura. Trouxeram formas religiosas não cristãs como o Candomblé e a Macumba. Grosso modo, modelaram a cultura e a identidade cultural plural brasileira. Porém, os aportes culturais africanos e afrodescendentes não foram colocados no mesmo pé de igualdade com as contribuições dos eurodescendentes. Daí uma outra exclusão cultural ou simbólica que permeia ainda hoje o sistema educacional brasileiro, geralmente pautado numa visão eurocêntrica dispensada a todos durante o processo de formação da cidadania.

Depois de esforços conjugados de humanistas abolicionistas, somados aos atos de rebelião dos escravizados consolidados na formação dos quilombos como

espaços alternativos de liberdade e direitos políticos, a abolição jurídica dos escravizados foi finalmente consagrada pela lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Enquanto escravos, os negros não eram remunerados por seu trabalho e, conseqüentemente, eram excluídos da redistribuição do produto socioeconômico apesar de sua participação no circuito produtivo. Eram também excluídos da participação na vida política da colônia, pois não eram cidadãos e não tinham a plenitude humana. Sua cultura de resistência, inclusive suas religiões e visões de mundo eram ignoradas e sua expressão reprimida pelas leis policiais.

A esperança de que a abolição viesse romper definitivamente com esse quadro de negação e exclusão vigente no escravismo ao conceder aos homens e mulheres afrodescendentes o estatuto de seres livres não se realizou. Infelizmente, os escravizados de ontem se transformaram nos negros de hoje, ocupando as mesmas posições subalternas que ocupavam na vigência do escravismo. Além de não romper com o *status quo* escravista, implantou-se lentamente no país, tornado República, uma cultura preconceituosa em relação aos não-brancos e uma estrutura racista presente nas instituições como a escola e em todos os setores da vida nacional onde dificilmente encontrar-se-ia um homem negro e uma mulher negra ocupando cargos de prestígio e responsabilidade, o que leva ao surgimento de falas que clamam por uma “segunda e verdadeira abolição”¹, já que a primeira foi apenas de fachada e não conseguiu até na atualidade incluir efetivamente os afrodescendentes, percepção corroborada também por Buarque (2003).

Sem dúvida, a visibilidade dos afrodescendentes é patente nos bairros residenciais periféricos, nas escolas públicas periféricas, nos nichos de mercado menos valorizados, como a construção civil, o comércio ambulante e o setor de serviços que envolvem trabalhos braçais pesados e onde são sobrerrepresentados. Pelo contrário, são quase invisíveis nos bairros residenciais da classe média e alta, nas escolas particulares de boa qualidade, nas universidades públicas, nos postos de direção e comando que exigem uma boa formação escolar e qualificação, onde são sub-representados. Basta olhar, mesmo na ausência de estatísticas, a menos de fingir a cegueira, os setores públicos executivo, legislativo e judiciário para perceber

¹ Discurso do Senador Abdias do Nascimento no plenário do Senado por ocasião dos 110 anos da Abolição em 13/05/1998. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/1998/05/13/abdias-nascimento-defende-uma-segunda-e-verdadeira-abolicao>.

quanto é chocante a falta de representação dos afrodescendentes e dos indígenas. O setor privado não apresenta exceção. Em caráter ilustrativo, os dados levantados pelo Instituto Ethos (2003) mostram que a participação dos negros nas 500 maiores empresas do Brasil é apenas de 1,8% de executivos – 8,8% de gerentes – 13,5% de gerentes e 23,4% de funcionários.

A magnitude da exclusão no ensino superior é também preocupante. Em 2001, apenas 2,5% da população negra tinha o ensino superior, um quarto do percentual registrado entre os brancos e igual ao dos EUA no ano de 1947, em plena era de segregação racial. Essa ausência é emblemática e resulta no alijamento do negro das ocupações de maior prestígio e remuneração, das posições de comando e deliberação, das camadas dirigentes e das atividades culturais e científicas, com reflexos diretos na condição e qualidade de vida da população negra. (MARTINS, 2004).

Somadas, todas essas formas de exclusão engendram desigualdades entre comunidade negra e as demais. Desigualdades essas que se transformam em desvantagens acumuladas quando não são corrigidas no decorrer dos anos: desigualdades decorrentes da escravidão e que não foram corrigidas após a abolição; desigualdades resultantes do racismo institucional e cultural que atuam até hoje até no psiquismo dos afrodescendentes e se traduzem em baixa autoestima.

Segundo Hasenbalg (1999), a noção de desigualdade racial remonta à mensuração das diferenças entre negros e brancos e pressupõe que, para atingir uma situação de igualdade racial completa, é necessário que os dois grupos raciais (brancos e não-brancos) se distribuam igualmente na hierarquia social e econômica.

Como fazer e o que fazer? É a pergunta que todos, pró-afirmativas e antiafirmativas, formulam. A resposta é a mesma: promover políticas públicas de inclusão dos afrodescendentes, índios e outras minorias.

Na visão institucional do MEC (2005), uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais.

Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam

através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam. (MEC, 2005, p. 8)

Mas, que políticas seriam essas? É a partir da resposta a esta última pergunta que os caminhos se separam, tomando direções diametralmente opostas. Duas tendências maniqueístas se destacam.

A posição dos anticotistas é a de que o melhor caminho de inclusão deveria passar pelas políticas universalistas ou macro-sociais no exemplo da melhoria do ensino e da escola pública brasileira. O caminho contrário, dizem, levaria ao reconhecimento da raça pelo Estado e poderia suscitar conflitos raciais desconhecidos no Brasil graças ao ideal de democracia racial brasileira. Uma parcela significativa nesta corrente não acredita na existência do preconceito e da discriminação racial no país e explica a não representação do negro a partir do legado escravista e sua consequência em seu desenvolvimento socioeconômico.

A posição dos pró-cotistas é a de que é imprescindível promover políticas públicas de inclusão focadas ou específicas visando as vítimas do racismo na sociedade, políticas capazes não apenas de incluir, mas também de atacar a estrutura racista da sociedade que a política universalista baseada apenas na discriminação socioeconômica por si só não seria capaz de realizar.

Os argumentos defendidos por ambas as tendências serão detalhadamente analisados e discutidos no capítulo a seguir. Mas desde já se anuncia que a proposta de inclusão da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares representa justamente a escolha de uma intervenção alternativa que fuja deste maniqueísmo, embora solidária com a defesa das cotas para afrodescendentes e indígenas, e priorize o cruzamento dos caminhos entre políticas universalistas com as políticas focadas. Visa a incluir tanto as vítimas da discriminação socioeconômica quanto da discriminação sócio-racial. A palavra de ordem é incluir todos, tanto os discriminados uma vez só pela classe quando os discriminados duas vezes pela classe e pela raça, sem diluir um no outro. Essa inclusão se fará, sem negar outras frentes de luta, pela educação enquanto caminho para a qualificação profissional e para a preparação das competências atreladas à formação cidadã.

2.8 Políticas públicas

Existem diversas definições de política pública, das quais as principais foram assim sintetizadas por Souza (2006): estudos governamentais sobre grandes questões públicas, conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos, soma das atividades do governo, diretamente ou através de delegação, que influenciam a vida dos cidadãos, escolha governamental sobre o que fazer ou não fazer e não ação governamental.

De acordo com Maria Paulo Dallari Bucci:

Política pública é um programa de ação governamental que resulta de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Como tipo ideal, a política pública deve visar à realização de objetivos definidos, expressando a seleção de prioridades, a reserva de meios necessários à sua consecução e o intervalo de tempo em que se espera o atingimento de resultados. (BUCCI, 2006, p. 39).

Teixeira (2002, p. 2) destaca o caráter norteador e formalizador das políticas públicas, definindo-as como

Diretrizes, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...] políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Tais definições enfatizam o caráter governamental da política pública, entretanto, Rua e Carvalho (1998, p. 319) observam que “a perspectiva da política pública vai além da perspectiva das políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política”. Destacam ainda, outro aspecto também importante para a perspectiva deste trabalho, o de que as políticas públicas “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”.

Segundo FONSECA (2009), as políticas públicas no Brasil sempre foram implementadas em benefício de uns e prejuízo de outros, pois desde a colonização até os dias recentes, o Estado brasileiro deixou sistematicamente de lado negros e indígenas na constituição da sociedade democrática, o que fundamenta e justifica a

necessidade de ações afirmativas que resgatem a dignidade e a autonomia dos excluídos.

O entendimento de que as políticas públicas afirmativas são fundamentais para a redução da desigualdade racial tem sido reiterado também pela ONU (2012):

O Sistema das Nações Unidas no Brasil reconhece os esforços do Estado e da sociedade brasileiros no combate às desigualdades e na implementação de políticas afirmativas para a consecução da igualdade de fato, consolidando, assim, o alcance dos objetivos de desenvolvimento do País. O Sistema ONU no Brasil reafirma o seu apoio ao Estado brasileiro e à sociedade civil na aceleração do processo de desenvolvimento nacional por meio da efetivação dos compromissos internacionais assumidos pelo País. Em particular, a adoção de políticas que possibilitem a maior integração de grupos, cujas oportunidades do exercício pleno de direitos têm sido historicamente restringidas, como as populações de afrodescendentes, indígenas, mulheres e pessoas com deficiências.

Cabe, por fim, ressaltar que as políticas públicas inclusivas não se limitam às políticas de ações afirmativas, sendo estas um tipo de política de promoção da igualdade racial que deve se coadunar com outras modalidades de políticas públicas e/ou privadas, inclusive as universais, para combater a prática do racismo (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

2.9 Ação afirmativa e cotas

De acordo com Ronald Walters, a expressão *affirmative action* foi cunhada no governo do presidente John F. Kennedy, por intermédio da *Executive Order* n.º 10.925, de 06 de março de 1961, que estabeleceu a Comissão Presidencial sobre Igualdade de Emprego e vedava a prática de discriminações em desfavor de funcionário ou candidato a emprego em função de sua raça, credo ou nacionalidade, nos contratos firmados com a administração federal (WALTERS, 1995, p. 130).

Ao assumir a Presidência dos Estados Unidos em novembro de 1963, Lyndon B. Johnson adotou nova iniciativa através da *Executive Order* n.º 11.246, de 24 de setembro de 1965, que foi de grande significado histórico, pois sedimentou, nas palavras de Paulo Lucena de Menezes, o conceito hoje conhecido por “ação afirmativa”, ao exigir dos contratantes com o governo federal não só o fim das práticas discriminatórias, como também medidas favoráveis em relação às minorias

raciais e étnicas, na área de recrutamento, contratação e salários (MENEZES, 2001, p.90-92).

Um discurso histórico pronunciado em 04 de junho de 1965 pelo mesmo presidente Lyndon Johnson, na *Howard University*, veio reforçar ainda mais a ideia de ação afirmativa nos Estados Unidos:

Liberdade não é o bastante. Não se apagam as cicatrizes de séculos dizendo: agora você está livre para ir aonde quiser, fazer o que desejar e escolher os líderes que lhe agradem. Você não pega uma pessoa que, por anos, esteve presa por correntes e a libertamos, a levamos para o início da linha de partida de uma corrida, e então dizemos “você está livre para competir com todos os outros”, e ainda acreditamos que fomos completamente justos. Assim não é o bastante apenas abrir as portas da oportunidade. Todos os cidadãos devem possuir a habilidade necessária para atravessar as portas. (MADRUGA, 2005, p.68).

Nos anos 1970, no governo de Richard Nixon, o desenvolvimento das ações afirmativas nos Estados Unidos atinge novos patamares pelo decisivo posicionamento adotado pelo Congresso nas publicações *O Equal Employment Opportunity Act* de 1972, o *Rehabilitation Act* de 1973; o *Veterans Readjustment Act* de 1974 e o *Age Discrimination* de 1975, como também por força das decisões proferidas pela Suprema Corte que, em várias oportunidades, houve por traçar diretrizes jurídicas fundamentais na apreciação de questões relevantes para a sociedade americana, sobretudo nos processos judiciais que envolviam práticas discriminatórias e no estabelecimento das denominadas cotas nas empresas e universidades (BOWEN apud MADRUGA, 2005, p. 70-71)

A experiência dos Estados Unidos, que muito nos interessa, destaca-se pela adoção de ações afirmativas no âmbito do ensino superior, cujos programas de admissão baseados em critérios raciais foram sufragados nos anos subsequentes às iniciativas do presidente Johnson. A respeito do tema, William G. Bowen, ex-presidente da Universidade de Princeton, e Derek Bok, ex-presidente da Universidade de Harvard, desenvolveram um dos estudos mais aprofundados, revelando os efeitos dessas políticas no meio universitário e suas consequências para a sociedade norte americana (BOWEN; BOK, 1999).

Do referido estudo, centrado, notadamente, em certos centros universitários que recorreram ao uso da raça como um dos fatores levados em consideração em

seus processos de admissão, alguns dados e números revelam notáveis avanços que merecem relevo:

- Em 1965, apenas 4,8% do total de universitários dos Estados Unidos eram negros, entre os estudantes de direito e medicina de todo o país. Os africanos e americanos mal chegavam a 1% e 2,2% respectivamente. No entanto, em 1995, a percentagem de alunos negros de direito chegou ao patamar de 7,5 % e de alunos de medicina a 8,1%.
- De 1960 a 1990, os negros quase duplicaram sua participação entre os médicos do país e que triplicaram sua percentagem entre os advogados;
- De 1960 a 1995, a percentagem de negros entre 25 e 29 anos agraciados com o grau de bacharel elevou-se de 5,4% para 15,4%;
- Entre os anos de 1965 a 1995, a representação negra no Congresso elevou-se de 4 para 41 deputados;
- De 1965 a 1993, o total de ocupantes negros de cargos eletivos subiu de 280 para 7.984;
- Entre os anos de 1976 a 1989, o número de alunos negros que optaram pelo curso de engenharia subiu mais de 40% (de 6,3% para 8,9% do total de graduados (BOWEN; BOK, 1999).

Registrados em um país onde os negros constituem apenas 13% da população, esses dados que ilustram conquistas de 35 anos de experiência de ação afirmativa não podem deixar de servir de exemplo e inspiração para o Brasil, país onde os negros e mestiços formam hoje mais da metade da população, porém onde os indicadores em matéria de educação oferecem dados que mostram um abismo assustador entre brancos e negros (HENRIQUES, 2001)

O que fazer e como fazer? Ao sair da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pela ONU, em Durban, África do Sul, em agosto/setembro de 2001, o Brasil oficial, signatário da Declaração de Durban, sob a pressão do Movimento Negro, de ONGs negras e de outras representações da sociedade civil organizada, se engajou como

nunca se viu antes na proposta de implementação das ações afirmativas, inclusive cotas, para populações negras, indígenas e outras minorias.

A respeito, lê-se na conclusão do Relatório do Comitê Nacional para Preparação da Participação Brasileira na aludida conferência textos com Diagnóstico, Medidas Governamentais e Propostas referentes à Comunidade Negra, Povos Indígenas, Ciganos, Homossexuais, Portadores de deficiência, Migrantes e Comunidade Judaica. Entre as 24 propostas elencadas pela relatoria referentes à comunidade negra, destaca-se a última: **“adoção de cotas ou outras medidas afirmativas que promovem o acesso de negros às universidades públicas”** (BRASIL, 2001, p. 30).

Fogo cruzado entre argumentos favoráveis e contrários às cotas começou desde então a se difundir no tecido social. Os otimistas entre as instituições públicas do ensino superior se engajaram no processo gradativamente a partir de 2002, sem esperar o amparo jurídico do Congresso Nacional. Como resultado de tal empenho, há hoje aproximadamente 80 universidades públicas estaduais e federais que implementaram diversas modalidades de ações afirmativas para o ingresso de negros, índios e brancos pobres na universidade. Fala-se de “cotas raciais”, “cotas sociais”, “bônus”, “pontuação”, “pontuação acrescida”, todas consideradas conquistas do debate nacional sobre cotas. No âmbito privado, muitas universidades aderiram ao PROUNI, programa que beneficia alunos de origem social humilde que não podem arcar economicamente com o custo das mensalidades.

No Brasil oficial, destaca-se como proposta clara de ação afirmativa o Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que cria no governo do Presidente Lula a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o qual tem por escopo um conjunto articulado de concepções, diretrizes, indicativos de programas e ações voltadas para a implementação de programas e medidas destinadas à promoção da igualdade racial, com prioridade para as seguintes áreas: trabalho, emprego e renda, cultura e comunicação; educação, saúde, terras de quilombos; mulheres negras; juventude; segurança e relações internacionais.

Vale ressaltar que tanto o uso do conceito ação afirmativa como o debate a seu respeito chegam ao Brasil depois de quase 40 anos da experiência norte

americana e já carregado de novas definições e interpretações, sem descartar confusão com os conceitos afins como os de reparação e compensação.

Em sua origem americana nos anos 60, a ideia de ação afirmativa consistia em exigir do Estado que, além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Ao ser adotado por outros países do mundo, o conceito alargou seu campo semântico e assumiu outras formas. Segundo Moehlecke (2002, p. 199)

Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se freqüentemente a expressão "ação ou discriminação positiva". Em 1982, a "discriminação positiva" foi inserida no primeiro "Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades" da Comunidade Econômica Européia" [...] Nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação.

O público contemplado também variou conforme o país e as necessidades locais, tendo sido destinadas a minorias étnicas, raciais, e mulheres, principalmente para a representação política, inserção no mercado de trabalho e inclusão educacional, especialmente no ensino superior (MOEHLECKE, 2002)

No Brasil, a ação afirmativa foi definida pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado no Governo Fernando Henrique Cardoso como uma medida que tem por função eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (SANTOS et al, 1999, p. 25).

Dalari (2011, p. 3) define ações afirmativas como "a adoção de medidas de ordem prática, fundadas nos princípios éticos e jurídicos e nas normas constitucionais, tendo por objetivo a garantia dos direitos reiteradamente proclamados com direitos naturais de todos os seres humanos".

Para Joaquim Barbosa Gomes, ilustre ministro do TST, as medidas compensatórias, particularmente as ações afirmativas, são uma questão de grande impacto social, um poderoso instrumento jurídico em prol da comunidade negra:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2005, p. 45).

De acordo com o autor, quando o Estado adota políticas de ação afirmativa, ele abandona a posição de neutralidade e passa a atuar concretamente para: “corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2003, p. 27).

Piovesan (2005, p. 41) também enfatiza a adoção das ações afirmativas como “medida urgente e necessária” para assegurar a igualdade material, prevista na Constituição e nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Numa acepção mais específica, Jaccoud e Beghin (2002) definem ações afirmativas como medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Acrescentam, ainda, que se caracterizam por serem medidas temporárias e por presumirem um tratamento diferenciado e favorável a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão.

O caráter temporário das ações afirmativas foi também considerado por Menezes (2001), que as conceitua como medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categorias sociais até que eles sejam neutralizados, o que se realiza por meio de providências efetivas em favor das categorias que se encontram em posições desvantajosas.

Na mesma direção, apresenta-se o entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2009, p. 3):

A ação afirmativa se constitui numa estratégia para alcançar a igualdade de oportunidades entre as pessoas, distinguindo e beneficiando grupos afetados por mecanismos discriminatórios, por meio de ações

empreendidas em um tempo determinado, com o objetivo de alterar positivamente a situação de desvantagem desses grupos.

Moehlecke (2002) também compactua da visão de que a ação afirmativa deve existir por tempo determinado e ser suprimida tão logo a desigualdade seja superada e complementa que a ação afirmativa não necessariamente se aplica a todos os membros de um grupo, mas somente àqueles que dela têm necessidade.

Sob outro ângulo, destaca-se que as ações afirmativas se orientam contra condutas preestabelecidas e procuram combater a discriminação indireta, ou seja, aquela discriminação que não se manifesta explicitamente por atos concretos, mas sim por meio de formas veladas de comportamento, cujo resultado provoca a exclusão de caráter racial (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Nesse sentido, sua finalidade precípua não é o combate ao ato discriminatório, mas ao resultado da discriminação: a exclusão de negros e afrodescendentes dos espaços valorizados da vida social.

Em sentido lato, Sarmiento (2007, p.197) define que

“Ação afirmativa são medidas públicas ou privadas, de caráter coercitivo ou não, que visam promover a igualdade substancial, através da discriminação positiva de pessoas integrantes de grupos que estejam em situação desfavorável, e que sejam vítimas de discriminação e estigma social. Elas podem ter focos muito diversificados, como mulheres, os portadores de deficiência, os indígenas ou os afrodescendentes, e incidir nos campos mais variados, como educação superior, acesso a empregos privados ou a cargos públicos, reforço à representação política ou preferências na celebração de *contratos*.”

Numa definição convergente e positivada, Guimarães (apud SILVÉRIO, 2002) concebe as ações afirmativas como políticas que visam afirmar o direito de acesso a recursos coletivos a membros de grupos subrepresentados, uma vez que se tenham boas razões e evidências para supor que o acesso seja controlado por mecanismos ilegítimos de discriminação racial, étnica ou sexual.

Valentim (2005, p. 26) pondera que tanto as políticas públicas como as ações afirmativas são modos encontrados pelo Estado de corresponder às exigências de inclusão e cidadania plena dos grupos sociais minoritários, neste sentido, no Brasil de hoje, podem ser consideradas como parte de uma agenda política de transformação social, ainda que limitada.

Constata-se que, guardadas as devidas diferenças e especificidades, todas as definições consubstanciam a necessidade de promover a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens, econômicos, educacionais e outros dos quais são excluídos.

Contudo, cabe assinalar, conclusivamente, a impopularidade de tais medidas, que constitui terreno fértil para seus detratores respaldarem seus argumentos:

Políticas públicas que utilizam discriminação positiva são impopulares em todo o mundo ocidental – na Europa e na América, ainda quando se demonstre, através de argumentos sólidos, a compatibilidade dessas políticas com os ideais universalistas e individualistas, o fato é que a maioria das populações brancas se opõe a elas. Isso é um fato (GUIMARÃES, 2002, p. 15).

Isso talvez explique porque, fora do âmbito do governo e de algumas universidades públicas estaduais e federais que hoje experimentam as ações afirmativas pelo processo de ingresso pela reserva de vagas chamadas cotas, são poucos os exemplos de organizações privadas e ONGs que se engajaram na sua implementação. Pode-se citar os casos do Projeto Geração XXI, instituído em 1999, entre a Fundação BankBoston, a ONG Geledés (Instituto da Mulher Negra) e a Fundação Cultural Palmares, a qual, com o apoio da UNESCO, visou garantir a educação de jovens negros até o término da faculdade, mobilizando uma rede de mais de cem familiares; o Projeto Afrodescendentes, firmado entre a Companhia Americana Xerox e as ONGS CIEDS (RJ) e Geledés (SP), que objetivava, no primeiro ano, a inserção, em cada uma dessas cidades, de vinte jovens negros em universidades públicas e privadas, acompanhando-os até o fim da graduação, com duração média de sete anos e o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação desenvolvido pela Fundação Ford, destinado prioritariamente a pessoas negras e indígenas, originárias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Finalmente, a Faculdade Zumbi dos Palmares, instituição de ensino privado, criada pela ONG Afrobras, realizou seu primeiro exame de vestibular destinando 50% das vagas dos cursos de Administração Geral e Administração Financeira a estudantes afrodescendentes.

3. A QUESTÃO RACIAL NOS ESTUDOS SOBRE O NEGRO NO BRASIL

Em 1888, Silvio Romero, em seus estudos sobre a poesia popular no Brasil, exorta os estudiosos brasileiros a estudarem o negro antes que tudo terminasse com a extinção do tráfico. Disse ele:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado em nossos trabalhos, ao estudo das línguas e das religiões africanas [...]. Nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça [...] (ROMERO, 1888, p. 19).

Referindo-se aos portugueses que fizeram dois séculos de exploração na Índia sem nada estudar, ele acrescenta: “tal nós vamos levemente deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, malgrado sua ignorância, um objeto de ciência” (ROMERO, 1888, p.11).

Vinte anos se passaram desde esse apelo de Silvio Romero até que Nina Rodrigues veio romper o silêncio para responder ao singular apelo do seu compatriota. É importante frisar que não surgiram duas vozes, mas apenas uma única voz, vindo de um professor de medicina legal.

Da imensa obra que fez de Nina Rodrigues o pioneiro dos estudos sobre o negro no Brasil, nota-se especialmente: *O animismo fetichista dos negros baianos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; *As coletividades anormais*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, v. 19; *Métissage, dégénérescence et crime*. In: *Archives d'Anthropologie Criminelle*, Lyon: s. ed., 1899; *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Editora Nacional, 1977; *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*: Editora Guanabara, s.d.; *A Troya negra: erros e lacunas da história de Palmares*. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, n. 11 v. 63, p. 645-672; *Os mestiços brasileiros*, *Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, 1890; *Nègres criminels au Brésil*. In: *Archivio di Psiquiatria, Scienze Penali e Antropologia Criminale*, Torino, v. XVI, fasc. IV e V. Transcrito nos *Annales de la Société de Médecine Légale de Belgique*, 1895; *Épidémie de folie religieuse au Brésil*, *Annales Médico-Psychologiques*, Paris, mai-jun.1898; *La paranoia chez les nègres, atavisme psychique et paranoia*. In: *Archives d'Anthropologie Criminelle*, Lyon, 1902; *As*

Bellas Artes nos colonos pretos do Brasil. A Escultura. In: *Revista Kosmos*. Rio de Janeiro, ago. 1904; Contribuição ao estudo dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra. In: *Revista Médica de S. Paulo*, 1903; O Problema da raça negra na América portuguesa. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1903.

A obra de Nina Rodrigues, nota-se, foi em grande parte primeiramente publicada no exterior (França, Itália, Bélgica), outra parte em revistas médicas de pouca circulação e somente mais tarde, já nas décadas de 1930/1940, muitos de seus trabalhos foram traduzidos, compilados e publicados por seus discípulos no Brasil. Mesmo sem lê-los, porém, daria para perceber, apenas nos títulos sugestivos, o quanto são permeados pelos conceitos depreciativos atribuídos aos negros: animismo, coletividades anormais, degenerescência, crime, loucura religiosa, paranoia, atavismo, entre outros. Algumas dessas atribuições preconceituosas resistem até hoje no imaginário coletivo do policial brasileiro e na representação social da criminalidade.

Sem entrar na “sofrida” tarefa de examinar criticamente o conteúdo de cada uma dessas obras, levantou-se, aqui, sucintamente as críticas já feitas por muitos avaliadores da obra de Nina Rodrigues, entre as quais se destacam as teses de inferioridade racial dos negros e de degenerescência das pessoas miscigenadas. Apesar de sua inegável contribuição pioneira em muitos dos temas que constituem os estudos do negro no Brasil – história, religião, artes visuais ou plásticas, música, dança, língua, identidade, multiculturalismo – o maior erro de Nina Rodrigues foi ter dado a essa complexidade de fenômenos culturais, sociais e políticos explicações fundamentalmente racialistas, de acordo com a ciência de sua época, cujo eixo principal era a Biologia (MUNANGA, 2009). O legado negativo de sua ciência, não foi, infelizmente, extirpado da representação social do negro no Brasil, cujas consequências estão presentes nas desigualdades raciais que se observam na atualidade brasileira e cujo combate passaria impreterivelmente pelas ações afirmativas afirmativas.

Esta fase de estudos pioneiros de Nina Rodrigues sobre o negro brasileiro tem seu eixo explicativo central nas teorias racialistas. Por isso, João Baptista Borges Pereira a qualifica de estudos do negro como expressão de raça. Enquanto a segunda fase iniciada por seu discípulo Arthur Ramos, na perspectiva de

Antropologia Cultural de Franz Boas, é qualificada de “Estudos de Negros como expressão de cultura” (BORGES PEREIRA, 1981, p. 5)

O negro deixa de ser apenas “expressões” de raça e cultura para se transformar numa questão social digna de estudo acadêmico somente depois da Segunda Guerra Mundial. Terminada a guerra, a questão da paz mundial se torna preocupante para a comunidade internacional, tendo em vista que milhões de seres humanos vítimas do holocausto o foram sob o pretexto de serem membros de raças diferentes da chamada raça ariana. Como encontrar um padrão de relações raciais harmoniosas que pudessem servir de modelo ao resto da humanidade? O mito de democracia racial brasileira espelhado em diferentes cantos do mundo chamou então a atenção da ONU, que através da UNESCO decidiu patrocinar um projeto de pesquisa científica para averiguar a verdadeira existência desse modelo, assim como as modalidades do seu funcionamento.

As pesquisas desenvolvidas em torno desse projeto deram origem a vertentes diferentes e até contraditórias, ora confirmando, ora infirmando as harmoniosas relações raciais entre brancos e não-brancos no Brasil. A primeira vertente, resultante das pesquisas realizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil, compõe o grupo formado por Donald Pierson, Thales de Azevedo, Charles Wagley, Harry Hutchinson, Marvin Harris e Bem Zimmerman (OSÓRIO, 2008).

Grosso modo, todos estudiosos deste grupo partilham a ideia de uma sociedade brasileira sem castas baseadas na raça, mas sim apenas em classes. Isto não quer dizer que não existe algo que se possa chamar de “preconceito”, mas sim que o preconceito existente é de classe e não de raça (PIERSON apud OSÓRIO, 2008, p. 68). Em outros termos, as pessoas de cor têm seu *status* condicionado por suas qualidades e aptidões individuais e competem em igualdades de condições com os brancos (AZEVEDO apud OSÓRIO, 2008, p. 68). No entanto, apesar de todos insistirem na ausência da raça como critério para a definição da posição social, de forma geral, eles compartilhavam a preocupação de que do preconceito e da discriminação emergissem mecanismos de proteção dos privilégios dos brancos quando estes estão ameaçados em situação de competição com os negros e mestiços (OSÓRIO, 2008, p. 69). Isto é uma flagrante contradição às suas premissas que negam a existência de preconceito de raça [comentário nosso].

No pensamento de Nina Rodrigues (1988), dominado pela crença em inferioridade dos índios e negros e na degenerescência dos mestiços, o futuro do Brasil como povo e nação estaria ameaçado pelo intenso processo de miscigenação pelo qual o país estava passando. Mas enquanto essa ideia pessimista a respeito da mestiçagem era desenvolvida, ganhavam força os defensores da positividade da mestiçagem, com a alegação de que o processo de miscigenação daria origem a um tipo racial genuinamente brasileiro, o moreno. É através deste argumento, entre outros, que se elabora o mito de democracia racial brasileira como inegável contribuição de Gilberto Freyre e sua obra *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2001).

O fato de encontrar alguns raros mestiços entre as elites econômicas e políticas de prestígio era tido como prova de ausência de preconceitos de raça. Esses mestiços teriam obtido sucesso por estarem há tempo afastados da escravidão e por seus ancestrais terem sido libertos antes da abolição. Os negros cujos parentes ascendentes teriam experimentado uma abolição mais recente se encontrariam, por esta razão, nos escalões mais baixos da sociedade de classe. Com o tempo, graça às oportunidades ofertadas pelo desenvolvimento econômico crescente, a situação geral de todos deverá mudar (OSÓRIO, 2008, p. 70). Subjacente a essas afirmações, resultou a tese da identidade mestiça brasileira, que sustenta o ideal da democracia racial brasileira e a ausência do racismo. Afinal, somos todos mestiços: nem brancos, nem índios, nem negros, mas sim apenas um povo mestiço. Quem discriminaria quem e em nome de que raça? [comentário nosso].

Sobre a mobilidade social, Thales de Azevedo (apud OSÓRIO, 2008, p. 68) descreve a cidade de Salvador da década de 1940 como uma sociedade multirracial de classes, na qual os negros e os brancos competiam em condições de igualdade, diferenciados apenas por suas habilidades e por outros atributos pessoais. Negros e brancos teriam, portanto, chances equivalentes de ascensão social. Todavia, em estudo posterior, ele pondera que a ascensão social não implicaria mudança completa de *status*, pois galgar postos rumo a ocupações mais valorizadas não representaria necessariamente ascensão em outras esferas da vida social: o negro e o mestiço poderiam, por exemplo, virem a ser advogados, ou engenheiros, mas dificilmente pertenceriam aos clubes ou seriam introduzidos nos círculos familiares dos brancos nessas profissões. Esta última ponderação mostra que a mobilidade

socioeconômica individual não significa absolutamente a ausência de preconceito racial, o que contraria suas premissas.

Por sua vez, como já foi anunciado, Charles Wagley, que estudou uma pequena comunidade rural amazônica, Harry Hutchinson e Marvin Harris, que também estudaram comunidades rurais do interior da Bahia, chegaram à conclusão de que a presença de pretos e pardos entre as elites dos locais estudados era uma clara prova da passagem de uma sociedade colonial e imperial de castas para uma sociedade de classes, embora em algumas das comunidades estudadas houvesse ainda vestígios de uma casta branca aristocrática, cujo acesso estava fechado aos negros. Chegaram ainda à conclusão de que as relações entre hierarquias de classe e de raça em Salvador poderiam ser generalizadas para o Brasil rural todo. Em especial, consideravam generalizável a tese de que o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça, existente, mas de tão pouca intensidade que se poderia considerar o Brasil uma nação sem problemas raciais (OSÓRIO, 2008, p. 72).

Para todos os defensores da tese de que não há preconceito de raça anti-negro no Brasil, a única explicação da situação da sobrerrepresentação dos negros nos estratos sociais inferiores e de sua sub-representação nos escalões superiores, estaria na proximidade histórica da escravidão. Ou seja, como preferem alguns, no legado escravista. Acreditavam estes que o desenvolvimento econômico que teria entre suas felizes consequências o aumento da oferta de oportunidades contribuiria para melhorar a situação socioeconômica dos brasileiros de todas as cores. Assim, os negros de baixos escalões teriam condições de ascender às camadas médias, fazendo desaparecer a correspondência entre cor e estratificação social.

Esse discurso se acrescenta à ideia da mestiçagem como símbolo da identidade racial brasileira para aperfeiçoar o arcabouço do mito de democracia brasileira [comentário nosso].

O segundo grupo de pesquisadores em torno do projeto da UNESCO discorda das conclusões do primeiro grupo que analisou as regiões norte e nordeste do Brasil e aponta na direção da existência de uma democracia racial. Partindo do estudo da mobilidade social nas regiões sul e sudeste do país, eles chegaram à

conclusão de que a raça ainda constituía uma barreira à ascensão social dos negros e mestiços na sociedade de classes. Essa vertente oriunda da Escola de Sociologia de São Paulo reuniu estudiosos como Roger Bastide, seu discípulo Florestan Fernandes e os ex-alunos deste, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Luiz Aguiar Costa Pinto e Virgínia Bicudo (esta quase não citada e desconhecida, pelo fato de ser a única mulher e negra do grupo, supõe-se). Entre os trabalhos por eles realizados, nota-se, especialmente: *Branços e negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008); *A integração do negro na sociedade de classe* (1965) e *O negro no mundo dos brancos* (2007), de Florestan Fernandes; *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas* (2000) e *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (2003), de Fernando Henrique Cardoso; *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional* (1960), de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso; *As metamorfoses do escravo* (1962) e *Raça e classes sociais no Brasil*. (1987); de Octavio Ianni; *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais* (1985) e *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga* (1988), de Oracy Nogueira; *O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança* (1998), de Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Todos esses trabalhos mostram a complexidade e diversidade de pensamento a respeito do negro na sociedade de classe. No entanto, eles têm um denominador comum, pois todos se contrapõem à afirmação da inexistência ou de inocuidade do preconceito racial no Brasil reiterada pelos trabalhos anteriores. Para Florestan Fernandes (apud OSÓRIO, 2008, p. 78), o racismo e o preconceito racial surgem durante o Brasil Colônia para cumprir uma função de legitimação da ordem social. Com a transição para a sociedade de classe, ele vai perdendo essa funcionalidade e torna-se um elemento arcaico e irracional, uma herança do passado que vai certamente desaparecer. “O racismo não é fruto da ameaça introduzida [...] pela competição do negro com o branco, nem com o agravamento real ou potencial das tensões raciais”.

Preconceito e discriminação racial constituem expressões de mecanismos para perpetuar o passado no presente, fazendo do escravo de ontem apenas um negro de hoje, sem mudar o *status quo*. A despeito deles, porém, “[...] a ascensão

social do negro e do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro” (FERNANDES apud OSÓRIO, 2008, p. 78).

A presença do racismo não impede a integração do negro, apenas a retarda. Prosseguindo seu raciocínio, Fernandes (apud OSÓRIO, 2008, p. 78) afirma que, no sistema escravista, o caráter assimétrico das relações raciais, determinado por normas e códigos, não é criado pelo racismo, ao contrário, o racismo é gerado pelas relações assimétricas, dada a coincidência quase total entre raça e posição social devida à diferença física implicada pela origem dos escravos. É um racismo funcional, “serve para apaziguar a consciência dos colonizadores: definir um *status* inumano para o negro é a forma de justificar sua escravização ante os mores ‘cristãos’”. Com a abolição, há uma súbita equalização do *status* do negro e do branco que na época é não acompanhada por nenhum tipo de equalização socioeconômica, tampouco pelo desaparecimento instantâneo de toda a ideologia racial produzida durante o escravismo. “Esta ideologia remanescente, inculcada em ambos os grupos, funciona como uma força de contra arresto, que atrasa a integração dos negros”.

Surgem então os primeiros sinais de industrialização e urbanização no país no início do século XX, porém, a ideologia racista leva ao estímulo da imigração europeia massiva e dá aos imigrantes brancos maiores chances de aproveitar as oportunidades criadas por tais mudanças estruturais – ainda que mesmo eles tenham sido vítimas frequentes do preconceito. Em São Paulo, somente a partir da década de 1930, a massa de trabalhadores negros começa a ser incorporada na estrutura da sociedade industrial de classes em instalação, mas de forma lenta, por baixo e sob o signo do racismo, que, a despeito de sua incompatibilidade com a nova lógica social, persiste. Mas não é o racismo em si que posiciona os negros na emergente sociedade industrial de classes, sua situação é herdada de ordem anterior. O racismo é um obstáculo à redistribuição aos negros. Sua presença é sinal de atraso cultural, uma “sociopatia”, é um elemento arcaico e irracional incompatível com a nova ordem e que será vencido e suprimido pela racionalidade por esta, ainda que isso demore a ocorrer. Princípios raciais de seleção e distinção das pessoas desapareceriam, então, junto com a ideologia caduca que lhes dava suporte, dando lugar a princípios igualitaristas e meritocráticos de posicionamento dos indivíduos na estrutura socioeconômica. Isso ocorreria mais rapidamente nos locais onde os

padrões tradicionalistas de relações raciais assimétricas já tivessem colapsado (FERNANDES apud OSÓRIO, 2008, p. 79).

Em “Cor e mobilidade social em Florianópolis”, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni oferecem argumentos que vão na mesma linha do pensamento do “Mestre” Florestan. A diferença está no fato de que em Florianópolis, o processo de transição para a sociedade de classes havia se dado de forma mais lenta do que em São Paulo, e, portanto, as oportunidades ofertadas aos negros haviam sido escassas e eles permaneciam realizando as mesmas atividades que na sociedade colonial. Para os dois sociólogos, crentes como o “Mestre” nos poderes integradores do desenvolvimento econômico, a situação tendia a mudar: “no presente a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social” (CARDOSO; IANNI, apud OSÓRIO, 2008, p. 79). Mas tanto Ianni (1987) quanto Cardoso (2000) acabaram reconsiderando a convicção de que o preconceito tenderia a desaparecer quando a transição para uma sociedade de classes se tivesse efetivado. Ianni ponderou que o racismo, por ser um fenômeno ideológico, gozaria da relativa autonomia em relação à configuração da estrutura econômico-social. “A sua preservação, contudo, podendo revigorar-se ou debilitar-se, se torna explicável quando o inscrevemos no âmbito da estrutura de classes, em que suas significações essenciais se mantêm” (IANNI apud OSÓRIO, 2008, p. 79). Ou seja, a intensidade do preconceito e da discriminação depende da saúde da sociedade de classes. Se as coisas, as tensões se acirram, o mesmo acontece com o preconceito, mas se tudo vai bem, em “épocas normais”, sem tensões de classes, com equilíbrio entre a demanda e a oferta da mão-de-obra, a discriminação diminui. Aqui, Ianni reencontra Pinto (apud OSÓRIO, 2008, p. 79), que afirmou que a desigualdade racial é uma face do conflito de classes.

Embora seja inegável a filiação de Fernando Henrique Cardoso à teoria do “Mestre” Fernandes, ao acreditar que os fatores irracionais ligados a diferenças raciais continuarão a operar no processo de classificação social vigente na sociedade, a mudança de opinião em seus trabalhos posteriores é inegável. Ele muda de opinião acerca da irracionalidade do preconceito e passa a entender que este não é simplesmente uma herança do passado no presente, ele é outro, “muda

de conteúdo significativo e de funções sociais” (CARDOSO, apud OSÓRIO, 2008, p. 80).

Luiz de Aguiar Costa Pinto, embora não pertença aos discípulos de Fernandes, apoiou a existência de preconceito e discriminação raciais no Brasil com bases em argumentos diferentes. Segundo ele, os argumentos dos que negam a existência do preconceito racial no Brasil são resultados da comparação com o modelo racista praticados no Sul dos Estados Unidos. Lá houve violações dos direitos humanos e violências boçais contra os negros apoiadas nas leis segregacionistas. Ao contrário do Brasil, onde a maior prova da existência das tensões raciais seria a necessidade de desmentir repetidamente sua existência, o que configuraria o “criptomelanismo” que, segundo Pinto, seria essa tentativa constante de esconder e pelo medo de assumir a importância dada à cor nas relações sociais (PINTO apud OSÓRIO, 2008, p. 76). Porém, a despeito de sua crítica ao “criptomelanismo” e do reconhecimento da existência de um tipo de preconceito racial genuinamente brasileiro, Pinto considerava não existir no Brasil uma ideologia racista bem definida como nos Estados Unidos e na África do Sul durante o *Apartheid*. Nossa visão se aproxima dele, pois consideramos a ambiguidade como uma característica fundante do racismo à brasileira. Somos ou não somos racistas? Pergunta que perturba e divide todos os brasileiros, brancos e negros até na atualidade!

Continuando na trilha de Pinto (apud OSÓRIO, 2008), na sociedade de classes, as portas de todas as camadas estariam em tese abertas aos proletários negros. Quando estes começam a ascender, porém, o preconceito racial emerge como forma de lhe impedir o acesso, não em nome do racismo, mas sim da manutenção dos privilégios da classe dominante, que é branca. O preconceito é um signo de resistência da ordem racial à sua própria transformação e é fruto desta última. Assim, a tensão racial que emerge é, na verdade, uma faceta do conflito de classes. O que leva Pinto a pensar que, se o preconceito e a discriminação tiverem a tendência em aumentar em intensidade, isto poderia resultar numa ideologia racista idiossincrática e bem definida, podendo levar o país de volta a um sistema de castas, considerando o racismo como uma forma dos brancos se protegerem da competição dos negros quando essa começasse a se tornar efetiva.

Em nome dessas ideias, Pinto (apud OSÓRIO, 2008) polemizou e atacou algumas lideranças do Movimento Negro que, nos anos 1940/50, iniciava a valorização da negritude, tachando-as pejorativamente de movimentos de classes médias minoritárias, que não contemplam os interesses da maioria negra. Em sua visão, os negros teriam que se incorporar às lutas da classe trabalhadora, com a qual teriam passado a compartilhar as condições de vida e as aspirações.

Apesar das diferenças de ponto de vista, vê-se uma aproximação entre alguns argumentos de Pinto e Fernandes (apud OSÓRIO, 2008) quando ambos afirmam que o preconceito de raça existiu, mas após a abolição ele se metamorfoseou num outro tipo de preconceito que tem a ver com a preservação dos privilégios de brancos contra a competição dos negros.

Apesar da notável contribuição de Florestan Fernandes na análise dos problemas da sociedade brasileira em relação aos negros, algumas de suas conclusões foram consideradas por algumas críticas como equivocadas e até quase beirando a incongruência. Trata-se, em resumo, da expressão “apatia” como solução histórica. Isto é, teria sido a apatia, deliberadamente, a única forma de resistência e de comportamento adaptativo que estava ao alcance do negro e do mulato no período de gênese da ordem burguesa em São Paulo. O acervo cultural desta gente, obsoleto e inconsciente, “funesto” mesmo, afastava-os da possibilidade da tomada de consciência face às exigências do momento, marginalizando-os do curso histórico. Em suma, haveria como que uma espécie de “patologia social” a abater-se sobre o meio (FERNANDES, 1978, p. 232). Ora, convenhamos o seguinte: Fernandes já salientava os rigores com que os órgãos policiais de São Paulo tratavam quaisquer reuniões das gentes de cor, sob os mais diversos pretextos. Levantava dados sobre prisões arbitrárias, inclusive a suspeita de que se difundia nos meios policiais a norma de que matar negros não era crime. Salientava exaustivamente as enormes dificuldades de obtenção de empregos, sequer como operários, avaliando os recursos ideológicos de toda sorte utilizados pelos patrões para a rejeição. Analisava os processos de solapamento a que se viam atingidos negros e mulatos quando empregados, vítimas seja das intrigas dos próprios colegas de trabalho brancos, seja de atitudes depreciativas quanto ao valor de seu trabalho. Constatava estaticamente a quase inexistência de gentes de cor atendendo no comércio paulista, ou nos serviços de trato com o público e descreveu

minuciosamente a tragédia existencial desse meio. Podemos então considerar “apatia”: matar, roubar, suicidar-se, prostituir-se, delinquir enquanto crianças? (SIQUEIRA, 2005, p. 107-109)

Continuando as considerações críticas de Siqueira (2005), segundo Fernandes, não teriam sido os preconceitos e a discriminação racial que criaram a situação de desigualdade socioeconômica existente entre negros e brancos. Esses mecanismos tinham outra função: a de manter a “distância social” e o “padrão” correspondente de isolamento do meio negro, pela simples perpetuação indefinida das estruturas parciais arcaicas. O regime distinto não teria desaparecido completamente após a abolição: permanecera na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais – daí porque Fernandes insista na necessidade de uma “segunda abolição”. Ora, convenhamos ser inadmissível aceitar que não teriam sido os preconceitos os principais responsáveis pela situação de desigualdade estabelecida em novas bases. Que outro nome dar aos processos de seleção ocorridos no mercado de trabalho? Muito mais que entronizados no negro, estavam os estereótipos e arquétipos provenientes da escravidão, sendo agora reutilizados como uma arma da escravidão, sendo agora neutralizados como uma arma poderosa para limitar-lhe o acesso às novas e abertas (em sua expressão) oportunidades no mercado. Garantir, neste caso, que as barreiras visavam a defender o que já “existia”, nos parece insuficiente, dados exatamente os limites dos quadros sociais daquela economia rural e agro-exportadora, ao passo que a competição nos novos tempos se passava em outro ambiente, incorporando centenas de milhares de outras pessoas de origem totalmente diversa ao escravismo. E essas pessoas se beneficiaram sobremaneira dos estereótipos que pesavam sobre o meio social negro? É óbvio que sim. Esta é a questão fundamental: não se pode garantir – como faz Fernandes – que os imigrantes não incorporaram (e rapidamente) a cultura da discriminação e do preconceito, esta sim pré-existente! (SIQUEIRA, 2005, p. 121)

No ensaio intitulado “25 anos depois: o negro na era atual”, publicado em 1976, fazendo parte do livro *Circuito Fechado – Quatro ensaios sobre o poder institucional*, Fernandes reavalia as reflexões de “A Integração do Negro na Sociedade de Classe”, sem, todavia, alterar a perspectiva presente neste livro. Ao contrário, reafirma-as, agora enfatizando o caráter do protesto negro. Para ele, o

protesto negro estaria condenado a morrer nas fronteiras do próprio meio negro, pois não teria como ser resolvido no interior do quadro institucional da república. Fosse porque os conflitos de classes não estimularam o encaminhamento da crise racial, fosse porque os conflitos de raça não ajudam a configurar uma revolução com base na classe, de tal modo a romper com aquele quadro institucional. O protesto seria, pois em sua expressão, “inócuo” (SIQUEIRA, 2005, p.122).

No mesmo texto, Fernandes classifica o negro em quatro tipos possíveis: (1) o negro tradicional, em transigência com as “expectativas do branco”; (2) o negro trãnsfuga, que “foge ao problema” e “sufoca seu orgulho” em troca de compensações elementares e fugazes; (3) o novo negro avaliado por sua disposição de competir e até de aceitar o conflito pessoal com o branco para subir socialmente; (4) o negro racista, pronto para repelir o padrão de dominação, mas que colocaria a beleza do negro, mesmo sua superioridade biológica, sua supremacia intelectual como ideal retaliador. “Ao assim nos caracterizar, Fernandes fecha todas as portas, não enxergando nenhuma viabilidade sociológica, transformando-nos em um ser historicamente sem saída” (SIQUEIRA, 2005, p.123).

Concordamos inteiramente com Fernando quando, 25 anos depois, constata ser a desigualdade racial um fato inquestionável. Igualmente quando ali advoga o duplo caráter do dilema racial brasileiro, identificado na ambivalência “raça” em nosso país significa a disposição de colocar a questão no centro de um antagonismo, inevitavelmente, de “classe” e de “raça”. Ou seja, a constituição e a reprodução da opressão nestes termos têm relação com o processo sociológico e cultural de formação étnica das classes sociais no Brasil. O que não podemos concordar é com a avaliação única de que o caminho para a superação de entraves evidentes seria o da revolução de baixo para cima, o negro já então exclusivamente como povo: seria esperar demais.

As críticas e ponderações de José Jorge Siqueira abrem as portas para outra vertente de avaliação das relações raciais no Brasil. Esta foi encabeçada pelos estudiosos Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva. Em seus trabalhos: *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (HASENBALG, 1979); *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo* (HASENBALG; SILVA, 1992); *Estrutura social, mobilidade e raça* (HASENBALG; SILVA, 1988); *Cor e estratificação social*

(HASENBALG; SILVA, 1999), eles se destacam pelo emprego de técnicas modernas de análises quantitativas ou estatísticas, comparativamente às estatísticas meramente descritivas dos trabalhos de Fernandes e seus discípulos. Teoricamente, eles discordam da explicação de Fernandes de que o preconceito e a discriminação racial fossem apenas o legado do escravismo, considerando-os como atitude e práticas pós-abolicionismo para manter o negro nas posições subalternas e inferiores. Analisando o peso da discriminação racial em relação ao peso da origem social na realização educacional, no mercado do trabalho, no posicionamento na estratificação social e na atividade política, graças às técnicas estatísticas de quantificação, eles chegaram a desconstruir a afirmação de Fernando de que o racismo, por sua irracionalidade, tenderia a desaparecer com o desenvolvimento econômico. Mostraram a persistência da desigualdade racial pelo fato da permanência relativa dos negros na mesma posição subalterna de seus pais, a despeito de sua incorporação à moderna sociedade de classes. Se o racismo estivesse fadado a desaparecer com a progressiva racionalização trazida pela modernidade, a desigualdade deveria ter diminuído. Se para Fernandes o racismo existe, mas tende a desaparecer na transição para a modernidade, com a instalação da sociedade industrial de classes, da democracia representativa liberal e da massificação da educação, para Hasenbalg, somente a atividade política dos negros pode romper com o círculo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos, e que ele delinea a partir do estudo de mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil.

Outra contribuição de Hasenbalg e Silva (1988) está no conceito de “desvantagens cumulativas” ao longo da vida que caracterizam os negros. Para construir este conceito, eles dividiram o ciclo de vida de uma pessoa basicamente em duas fases essenciais: (1) a infância e a adolescência e (2) a vida adulta. As duas fases estão intrinsecamente relacionadas no sentido de que a fase inicial constitui uma preparação para a segunda. Enquanto a grande atividade das pessoas na primeira fase é o estudo e a aquisição de habilidades, na segunda fase é o trabalho, seja este realizado na esfera da produção de bens e serviços, ou na esfera doméstica.

A raça é uma variável importante em todas as fases da vida, mas que teria maiores impactos na primeira fase (HASENBALG; SILVA, 1992) A origem social,

entendida como a situação da família em que se nasce, é o primeiro momento em que a raça afeta os indivíduos. Como os negros estão sobrerrepresentados nos níveis mais baixos da pirâmide social e a raça é um fator transmitido hereditariamente, a probabilidade de um negro nascer pobre é consideravelmente maior que a de um branco. Dessa forma, a origem social é, em grande grau, influenciada pela raça da pessoa. Dentro da escola, outros fatores se somam ao legado da origem social conspirando contra o sucesso dos alunos negros. Para os negros, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante que para os brancos, pois essa é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desigualdades de origem e não contrapô-las. Os negros brasileiros chegam ao fim da primeira fase de sua vida com uma razoável desvantagem educacional. Isso se reflete decisivamente nas oportunidades que terão no mercado de trabalho. O grande determinante das diferenças na renda do trabalho das pessoas é a educação, mas ainda há espaço para um pouco mais de desigualdade produzida pela segmentação do mercado, pelas limitações à ascensão profissional dos negros e pela discriminação salarial.

No fim da segunda fase, ao se aposentarem, os negros verão a manutenção da diferença, pois receberão pela sua contribuição passada sobre uma remuneração menor. Ou, para aqueles que estiveram excluídos do mercado do trabalho ou sempre vinculados aos setores informais da economia, restará apenas a dependência de assistência social ou trabalhar até o fim de suas vidas. Antes, na flor da vida adulta, muito provavelmente terão filhos, que sentirão no curso de suas próprias vidas os efeitos das mesmas desvantagens e discriminações a que estiveram sujeitos seus pais – daí a noção do ciclo (OSÓRIO, 2008, p.80).

Antes de terminar este capítulo, que certamente nos oferece subsídios para entrar no debate sobre políticas afirmativas, devemos ainda percorrer alguns aspectos do pensamento de um estudioso negro “independente”, porque não pertence a nenhuma escola, a nenhuma corrente de pensamento “formalizada” como as demais analisadas. Trata-se de Kabengele Munanga, professor titular da Universidade de São Paulo. Em um de seus textos intitulado *A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: uma visão panorâmica* (MUNANGA, 2005), ele oferece novos elementos de análise das relações raciais com ênfase na

importância da construção da identidade coletiva do negro, como fazendo parte das alternativas do processo de sua inclusão social.

Para entender o quadro da situação das relações raciais no Brasil no fim da ditadura a partir de 1945, é preciso fazer um recuo histórico que remete aos movimentos e quadro do pensamento anterior.

Com o fim do escravismo e a transformação do escravizado em cidadão teoricamente livre, colocou-se fim à distinção entre “mestre e escravizado”, “homem livre e escravizado”. E para manter a hierarquia anterior e assegurar o *status quo*, as categorias anteriores em oposição foram substituídas pelas novas, modeladas nas diferenças fenotípicas entre o antigo mestre e o novo cidadão. A estereotipia negativa contra o negro e o aprofundamento das diferenças entre os grupos étnicos, ontem senhores e escravizados, ganharam novas dimensões, pois foram ideologicamente evocadas para assegurar as vantagens políticas, econômicas e psicológicas nas mãos dos antigos dominantes e de seus descendentes. Isto feito, a classe dominante continuou a reproduzir-se, reproduzindo, entre outros, racistas e racializados, superiores e inferiores. Esta hierarquização tem sua justificação e legitimação nas teorias racialistas desenvolvidas nos meados do século XVIII e inícios do século XIX pelos naturalistas e iluministas do século das luzes. Teorias essas que foram reinterpretadas, adotadas e aplicadas à diversidade biológica do Brasil pela elite intelectual da época.

Por isso, fica difícil sustentar a ideia de que o racismo antinegro no mundo atual é mera sobrevivência do seu passado histórico enquanto escravizado. Como esclarece Munanga (1996, p. 81), a sociedade produz novas formas de racismo que nada tem a ver com o passado escravista. Portanto, a luta é contra este presente concreto atual, cotidiano, visível e não contra um passado sobre o qual as novas gerações conhecem pouco ou mal através de manuais de história.

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e

força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro e do índio nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 2004, p.54-55).

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí porque a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideologias vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem interpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

Apesar das diferenças de pontos de vista, a busca de uma identidade étnica única para o País tornou-se preocupante para vários intelectuais desde a Primeira República: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Aberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre etc., para citar apenas os mais destacados. Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e nação (CARVALHO, 2005). O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas, de culturas e valores civilizatórios tão diferentes, de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo (SEYFERTH, 1996, p.13).

Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início do século XX, eles acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço (MUNANGA, 2004, p.55).

Oliveira Viana, Silvio Romero, João Batista Lacerda, entre outros, propuseram então como melhor solução o branqueamento ou arianização da população brasileira, que se realizaria através de um intenso processo de miscigenação. Segundo Viana, os elementos bárbaros do povo brasileiro estavam sendo

rapidamente reduzidos pela situação estacionária da população negra, aumento contínuo dos afluxos arianos e seleções favoráveis que asseguravam ao homem branco condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens de outras raças. Esse movimento de arianização, porém, não se limitou apenas ao aumento numérico da população branca “pura”, pois as seleções étnicas estavam operando, no seio da massa mestiça ao sul e ao norte, a redução do coeficiente dos sangues inferiores. De outro modo, entre os mestiços, a qualidade do sangue branco crescia cada vez mais no sentido de um refinamento mais apurado da raça (VIANA, 1956, p.183).

O que se acabou de dizer fixa de uma vez por todas o sentido no qual Viana emprega o conceito de arianização: de um lado, o aumento numérico da população branca “pura pelo movimento imigratório europeu, e de outro, o refinamento cada vez mais apurado da população brasileira pelo processo de mestiçagem, que iria reduzir o coeficiente dos sangues negro e índio”. Essa colocação deixa mais nítida e precisa a ideia do branqueamento da população brasileira. O raciocínio do autor leva a crer que o processo de arianização, ao longo prazo, terminaria aparentemente no embranquecimento da população e, conseqüentemente, numa situação em que não existisse mais a linha de cor, pelo menos para os brancos aparentes que genotipicamente são mestiços.

Em 1930, opera-se no Brasil uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do País, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social. Tal orientação não podia mais se adequar às teorias raciológicas do fim do século XIX tornadas obsoletas (ORTIZ, 1994, p.40).

Foi então que o sociólogo Gilberto Freyre fez seu aparecimento no cenário para atender a essa nova demanda. Ele retoma a temática racial até então considerava não apenas como chave para a compreensão do Brasil, mas também para toda a discussão em torno da questão da identidade nacional. Porém, ele desloca o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura. Como escreve Renato Ortiz (1994), essa passagem permite um maior distanciamento entre o biológico e o cultural, bem como elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço.

No clássico *Casa Grande e Senzala*, de 1933, Gilberto Freyre (2001) narra uma história social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. No quadro de uma economia latifundiária baseada na monocultura da cana-de-açúcar, nota-se um desequilíbrio entre sexos caracterizado pela escassez de mulheres brancas. Daí a necessidade de aproximação sexual entre escravas negras e índias com os senhores brancos; aproximação que, apesar da assimetria e da relação de poder entre senhores e escravizados, não impedia a criação de uma zona de confraternização entre ambos. Essa aproximação foi possível, segundo Freyre, graças à flexibilidade natural do português. Assim, explica-se a origem histórica da miscigenação que veio diminuir a distância entre a casa grande e a senzala, contrariando a aristocracia resultante da monocultura latifundiária e escravocrata.

Do ponto de vista de Gilberto Freyre (2001), a família patriarcal do nordeste do Brasil era o grande fator da colonização e o princípio único da autoridade, obediência e coesão. Vista por este ângulo, essa família podia integrar harmoniosamente a sociedade brasileira, pondo, assim, fim à persistente angústia da heterogeneidade racial, e ainda oferecer o alívio da democracia racial (ORTIZ, 1994, p.41).

A grande contribuição de Gilberto Freyre (2001) é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina Rodrigues e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor da *Casa Grande e Senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito tempo vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial; “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (FREYRE, 2001, p. 22).

O mito de democracia racial, baseada na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, teve uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (ORTIZ, 2003, p. 41).

Parafraseando Renato Ortiz (1988, p. 95), os elementos da mestiçagem contêm justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. “A ideologia do sincretismo exprime um universo isento de contradições, uma vez que a síntese oriunda do contato cultural transcende as divergências reais que porventura possam existir”.

Freyre (2001) não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre senhores e escravos, do qual surgiram os primeiros mestiços. Sua análise, como escreve Thomas Skidmore, servia, principalmente, para reforçar o ideal do branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano e com o índio, em menor escala. Ao mesmo tempo em que defendia a cultura negra como elemento básico da formação nacional, ele preconizava um universalismo ambíguo, temperado pelo conceito de meia-raça (SKIDMORE, 2012, p. 208). Ao valorizar a dissolução das diferenças, em síntese, Freyre postulava novas expressões e formas cuja principal resultante iria melhor caracterizar o pertencimento ao mundo ocidental. Mas sem acesso ao poder e aos órgãos de informação e a despeito das diferentes formas de resistência, a população negra não tinha outra alternativa senão dobrar-se às exigências da mistura que supunha o abandono das tradições e pertencimento de origem para poder progredir (FREYRE, apud D'ADESKY, 2001, p. 70).

Evidentemente, a classe dirigente brasileira não institucionalizou, como se fizera, nos Estados Unidos e na África do sul, as ideias racistas presentes não apenas nas obras científicas, mas também difundidas sob formas de preconceitos e de discriminação racial no tecido social como um todo. No lugar, elaborou-se gradual e lentamente a ideia de que o Brasil é um país de democracia racial. Como podia ser possível pensar então em políticas compensatórias em benefício dos negros num país tido como paraíso racial?

Não demorou muito para que as próprias vítimas do racismo sentissem barreiras no mercado de trabalho e em outros setores da vida nacional, contra sua ascensão social. Passaram através de suas lideranças por um longo processo de conscientização que lhes permitiu desvendar as máscaras da “democracia racial”. Foi dentro desse processo que, na véspera da revolução de 1930, alguns setores se reuniram em São Paulo para criar a Imprensa Negra, incumbida, entre outros, de denunciar as práticas discriminatórias evidentes no mercado de trabalho, no ensino e nos espaços de lazer. Dessa Imprensa Negra nasceu em 1931 a Frente Negra, considerada como o maior movimento racial de caráter explicitamente político (D’ADESKY, 2001 p.71).

Transformada em partido político em 1936, a Frente Negra foi suprimida pela ditadura Vargas, com os demais partidos políticos. No entanto, seu sopro reaparece no fim da ditadura em 1945, através da Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro e no Teatro Experimental do Negro, para retomar a luta antirracista reprimida.

O Brasil oficial saiu da ditadura em 1945 com o mito de democracia racial fortemente sedimentado no plano interno e também intensamente difundido no exterior através da obra *Casa Grande e Senzala* que foi traduzida em línguas estrangeiras de dominação colonial como o Francês e o Inglês.

O ano de 1945 marca também o fim da segunda guerra mundial. O mundo desiludido está na busca de um sistema de relações raciais pacíficas cujo modelo brasileiro ofereceria um exemplo a seguir. Os sistemas raciais segregacionistas tais como o sistema Jim Crow vigente nos Estados do Sul dos Estados Unidos e o *Apartheid* instalado na África do Sul a partir de 1948, ambos acompanhados de

hostilidades raciais explícitas, contrastam com o modelo racial brasileiro, o que reforça ainda afora a ideia do paraíso racial brasileiro.

Entre 1945 e 1970, viu-se nascer e desaparecer dezenas de movimentos negros, todos, como a Frente Negra, preocupados em criar uma nova imagem do negro. Elegeram a escola e a educação como melhor campo de batalha. Pensavam eles que o racismo nascido da ignorância dissipar-se-ia quando a classe desfavorecida tivesse recebido a sua parte de educação e que a tolerância, até então reservada à elite cultivada, seria ensinada às massas (AZEVEDO, 1975, p. 30). O negro, vítima do racismo, dever-se-ia se transformar também para poder ser aceito pelos brancos. Vistos sob esse aspecto, a educação, a formação e o modelo de comportamento “branco” figuravam entre as chaves da integração, pois, mesmo o branco mais limitado (pensava-se) não teria mais interesse em fechar a porta aos negros qualificados, cultos e virtuosos (BERGMANN, 1973, p. 71). Daí uma certa ambiguidade desses movimentos que, embora tivessem protestado contra os preconceitos e a discriminação racial, alimentavam sentimentos de inferioridade em relação a sua cultura.

Nos anos 60, um projeto de pesquisa patrocinado pela UNESCO é realizado em algumas universidades do País (São Paulo, Bahia, Pernambuco), para averiguar se realmente o Brasil era mesmo um modelo de democracia racial que poderia servir de inspiração aos outros países do mundo. Através de projetos orientados no estudo da mobilidade racial, os estudiosos envolvidos chegaram também às conclusões apontadas quase trinta anos antes pela Frente Negra, de que a democracia racial é um mito e que o Brasil é sim um país racista *sui generis*, com as particularidades dos demais racismos historicamente documentados.

As entidades do Movimento Negro que retomaram a luta antirracista nos anos 70 começaram enriquecidas pela experiência dos movimentos anteriores (Frente Negra, Teatro Experimental do Negro), dos movimentos negros americanos como o Pan-africanismo, e africanos com a Negritude. Contrariamente aos movimentos anteriores, cuja salvação estava na assimilação do branco, ou seja, na negação de sua identidade, eles investem no resgate e na construção de sua personalidade coletiva. Eles se dão conta de que a luta contra o racismo exige uma compreensão integral de sua problemática, incluída a construção de sua identidade e de sua

história contada até então apenas do ponto de vista do branco dominante. Como escreveu o historiador Joel Rufino dos Santos: “trata-se de tornar o negro brasileiro visível através do seu passado recuperado.” (SANTOS, 1983, p.17). Embora isso possa parecer uma tarefa de menor importância, é o primeiro e indispensável passo para promovê-lo à condição de brasileiro de alto nível.

A busca de sua identidade cultural e racial configura uma estratégia cultural. Dela resultou o reconhecimento oficial do grande líder Zumbi dos Palmares como um Herói negro dos brasileiros. Os efeitos psicológicos resultados da estratégia cultural são inimagináveis, embora não deixem de ser objeto de manipulação por parte da ideologia dominante, que vê nela um espaço para reafirmar a “tolerância” e a “democracia racial” (MUNANGA, 1996).

Colocam-se hoje duas questões cruciais: primeira, se a cultura negra é hoje visível, tolerada, respeitada e integrada nos símbolos constitutivos da cultura nacional, por que então não foi integrada no sistema educacional brasileiro no qual predomina a orientação mono-cultural eurocêntrica? Segunda, onde ficam os homens e as mulheres negras, produtores dessa cultura? É a famosa questão da invisibilidade do negro! Embora todos os negros conscientes concordem sobre essa invisibilidade, traduzida em termos de exclusão dos vários setores da vida nacional, nem todos concordam sobre os métodos de luta a serem utilizados, devido às suas divergências ideológicas e suas peculiaridades regionais. Uns vão até perder os objetivos concretos de sua luta, ao tentar apropriar-se do discurso acadêmico, às vezes evasivo, vago e perverso, o que os distancia cada vez mais das bases populares sobre as quais deveriam politicamente investir. Outros continuam a apoiar-se na tese meta-histórica segundo a qual o capitalismo e o racismo são interligados e que as práticas racistas desapareceriam quando a revolução vitoriana proletária tivesse derrubado a revolução burguesa. Há os que pensam que o caminho é político e se faria dentro do espaço da democracia liberal atual, através da convivência inter-racial no seio dos partidos políticos, conjugando-se com a arte de fazer alianças com os membros de outros segmentos étnicos e com a mobilização eleitoral do voto negro. Trata-se sem dúvida de uma estratégia política (MUNANGA, 1996, p.85-86)

Apesar das divergências do ponto de vista dos métodos, vê-se que as estratégias até então utilizadas pelas diversas tendências do Movimento Negro são as mesmas: estratégia educativa e pedagógica, cultural, moral ou moralizadora, legal ou jurídica, científica e político-cultural. Todas essas estratégias que constroem o conjunto da ação militante poderiam constituir o objeto de um estudo específico detalhado no contexto do Movimento Negro no Brasil.

Grosso modo, duas vertentes interligadas caracterizam hoje as estratégias de luta do Movimento Negro de todos os tempos: uma, cultural-educativa, que reivindica o reconhecimento da identidade negra e conseqüentemente a inclusão nos currículos escolares da cultura e da história do negro brasileira, reivindicação essa que deu origem a lei 10.639, promulgada pelo Presidente da República, em março de 2003, lei que torna obrigatório o ensino das referidas cultura e história; outra, política, reivindica a implantação de políticas de ação afirmativa ou compensatórias, de combate às desigualdades raciais acumuladas ao longo do tempo, sendo a educação considerada o cordão umbilical ao qual são atreladas outras desigualdades observadas no mercado de trabalho, no sistema de saúde, na representação políticas, destacando-se a mulher negra, considerada como acumuladora de mais exclusões, de raça e de gênero. As duas vertentes estão no centro dos calorosos debates que hoje animam militantes, intelectuais e políticos brasileiros e cuja polêmica revela ainda os vestígios e a inércia do mito de democracia racial.

4. O DEBATE SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E COTAS PARA O INGRESSO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR

O debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício de alunos negros e pobres no ensino público universitário parte do quadro de desigualdades sociais e raciais gritantes acumuladas ao longo dos anos entre brancos e negros. Essas desigualdades se observam em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte e educação. Ora, em meio de todas essas desigualdades, a educação ocupa uma posição de destaque como o centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação; não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como causa das desigualdades. E esta falta de consideração da discriminação racial como umas das variáveis na discussão sobre cotas se constitui como elemento complicador quando as chamadas cotas raciais ou étnicas são interpretadas como a introdução do racismo ao contrário no sistema educativo brasileiro em vez de considerá-las como uma política para corrigir e reduzir as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos.

Tal visão aparece explicitada em carta aberta dirigida ao Congresso Nacional em 2006, reproduzida no livro *Divisões Perigosas* de por Fry et al.(2007, p. 346): “Políticas dirigidas a grupos ‘raciais’ estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância”

O mesmo entendimento é compartilhado Militão (2007, p. 330):

Além de cotas raciais não terem sustentação na elaborada doutrina jurídica de ações afirmativas, há também um trágico efeito que precisa ser reafirmado: a adoção de cotas representará, sim, a estatização de “raças” como identidade e estimulará ideais e reações racistas.

Aqui, volta-se a colocar uma pergunta que pode ser considerada bizantina: a sociedade brasileira é ou não racista? Pergunta que já recebeu resposta positiva da parte da academia brasileira através de pesquisas desenvolvidas no último meio

século, pesquisas das quais participou um ex-Presidente da República Federativa do Brasil. Pergunta afirmativamente respondida também pelas entidades do Movimento Negro de todos os tempos, pela Frente Negra em 1931, e pelo Movimento Negro contemporâneo. Resposta reafirmada pelas sucessivas pesquisas quantitativas do IBGE e do IPEA, que apontam cada vez mais o quadro alarmante das desigualdades raciais entre negros e brancos no Brasil.

Os países hoje considerados os mais desenvolvidos são aqueles que investiram e investem maciçamente em educação. Coincidentemente, esses países apresentam as taxas mais altas em matéria de desenvolvimento humano. Nos países pobres e em desenvolvimento, entre os quais se encontra a maioria dos países da África, alguns países da Ásia e da América do sul, o Brasil incluído, onde as taxas de escolaridade são as mais baixas, observa-se, coincidentemente também, um fraco desenvolvimento humano. E em matéria de desenvolvimento humano no Brasil, o trabalho de Marcelo Paixão (apud CARVALHO, 2005, p. 29) demonstrou suficientemente como as baixíssimas condições de vida da população negra interferem negativamente no índice da classificação do Brasil no contexto das nações. Os indicadores do desenvolvimento humano: saúde, mobilidade socioeconômica, consciência política, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, consciência dos direitos individuais e coletivos são umbilicalmente relacionados com a educação. As coisas se tornam mais complicadas nos países que convivem com as práticas de discriminação racial, pouco importa suas formas históricas, veladas ou abertas.

Nos países racistas, as diferenças biológicas fenotípicas se tornam fatores de dominação e exclusão, geradores de desigualdades raciais e fazendo da educação um dos maiores terrenos da exclusão. Este breve intróito nos permite justamente colocar o ponto de partida dos debates sobre cotas para alunos negros e pobres na universidade e ensino superior brasileiro.

4.1 Antecedentes históricos

A introdução de cotas no ensino superior não é uma invenção brasileira. É uma política que já foi e está sendo experimentada por outros países do mundo que

convivem com sistemas segregacionistas e discriminatórios, pouco importa suas formas históricas. A Índia se tornou independente em 26 de janeiro de 1947 e em sua constituição republicana, de 1950, ou seja, cerca de três anos após sua independência, institucionalizou um sistema de cotas pelo qual são reservados cargos na legislatura federal, nas legislaturas estaduais, nos conselhos de aldeia, no serviço público e nas salas das universidades, em benefício dos cidadãos membros das castas intocáveis, na proporção de 15%. (CARVALHO, 2005, p.10; MADRUGA, 2005, p. 97-115). Apesar dos conflitos e tensões sociais provocados pela institucionalização de cotas, os partidos políticos dirigentes da Índia continuam a apoiá-las, o que deu como resultado o acesso dos membros dessas castas aos empregos da vasta burocracia indiana, elevando o padrão de vida de alguns intocáveis, impelindo milhares à classe média e formando sua elite política e intelectual que não teria existido se não fosse implantado constitucionalmente o sistema de cotas.

Outro país que implantou e experimenta cotas são os Estados Unidos. Como consequência da luta pelos direitos civis deflagrada pelo movimento afro-americano, as cotas são aplicadas desde a década de 1960, com a finalidade de oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade racial crescente. Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas e planejar medidas de contratação, formação e promoção nas empresas para a inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar, em seus programas, certa porcentagem para participação dos negros. Simultaneamente, foram desenvolvidos programas de aprendizado da tomada de consciência da discriminação racial, a fim de levar à reflexão dos americanos a questão do combate ao racismo.

Como resultado dessa política, as oportunidades de acesso ao ensino superior para a população negra americana melhoraram ao longo dos últimos 40 anos. Durante o período de 1960 a 2000, os dados mostram um quadro positivo e um aumento significativo daqueles que ingressaram na educação superior. A porcentagem de negros na idade ideal (entre 18 e 25 anos), matriculados nesse nível de ensino passou de 13% em 1963 para 30,3% em 2000, sendo o período do maior crescimento de 1967 a 1979, quando praticamente dobrou a porcentagem

daqueles ingressantes. A população negra matriculada no ensino superior representava 4,4% do total em 1966; dez anos depois, o número de negros subiu para 1 milhão e 33 mil e sua proporção para 9,6% (MUNANGA, 2007, p. 10)

O objetivo de políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos não é apenas a busca de uma melhoria geral das condições de acesso à educação da população negra, mas também a diminuição e o desaparecimento das desigualdades raciais existente na educação entre brancos e negros. As estatísticas oficiais apontam essa diminuição na seguinte relação:

Ano	Diferença racial
1967	13,9%
1976	4,6%
1991	10,5%
2000	5,3%

(Fonte: MOEHLECKE, 2004, p. 84)

De modo geral, percebe-se que o quadro de desigualdades no acesso à educação superior entre brancos e negros alterou-se nos últimos quarenta anos. Observa-se uma melhoria nas taxas gerais de ingresso e uma diminuição das diferenças entre os grupos raciais. Essa diminuição se deve justamente à intervenção do Estado através das políticas de ação afirmativa, em especial as cotas, à combinação das políticas universais de combate à pobreza com as políticas específicas e aos programas sociais de distribuição de bolsas de estudos e de empréstimo financeiro.

Sabemos que outros países como o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a Malásia, a Inglaterra e a Alemanha trabalham também com políticas de cotas em benefício das minorias étnicas. Infelizmente, não dispomos de dados sobre estes países para estabelecer comparações com Índia e Estados Unidos.

4.2 O debate no contexto brasileiro

Embora em contexto discriminatório diferente, a questão fundamental que se coloca é a mesma enfrentada pelos americanos e indianos: promover o ingresso dos excluídos nas universidades. Esta questão não parte do vazio, mas sim da

constatação de que determinados segmentos sociais não são representados, ou seja, não são visíveis nas universidades de boa qualidade. No caso brasileiro a questão da exclusão dos negros no ensino superior é muito bem ilustrada estatisticamente pelas pesquisas mais recentes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), um órgão Federal, em pesquisa divulgada em 2001: do total dos universitários brasileiros, 97% eram brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles eram negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles eram negros (HENRIQUES, 2001).

A questão concreta que se coloca a partir desses números é como fazer para aumentar o contingente negro no ensino universitário ou superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encontra depois de 116 anos de abolição, em relação ao contingente branco que, sozinho, representa 97% de brasileiros com diploma universitário? Ou seja, como aumentar a representação do negro na educação superior, visando tanto à melhoria das oportunidades de ingresso e permanência como à diminuição das desigualdades acumuladas durante cerca de 400 anos?

O debate desencadeado no Brasil em torno desta questão, tanto pelas mídias quanto pelos meios acadêmicos, começou com certa superficialidade e com argumentos que não resistem a uma crítica serena. Mas hoje cerca de 80 universidades públicas estaduais e federais já aderiram às políticas de cotas, apesar da ausência de lei federal, cujo projeto está ainda em tramitação. As resistências nas universidades mais elitistas do país são ainda muito fortes, mas a adesão dessas universidades sem esperar a cobertura da lei é algo muito significativo no processo de construção das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Eis alguns dos argumentos retóricos apresentados e defendidos contra a política das cotas:

1) Dificuldade de definir quem é negro no Brasil devido à mestiçagem que atinge a todos os brasileiros, o que chamo de inverdade flagrante, pois, num país onde a discriminação existe e é aceita, no mínimo quem discrimina sabe distinguir os discriminados. De acordo com, Domingues (2005, p. 406):

Tal mestiçagem foi (e ainda é) utilizada como instrumento ideológico, tanto para obliterar as desigualdades raciais existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira, como para colocar em xeque a legitimidade da luta do Movimento Negro, afinal, se o Brasil é um país essencialmente mestiço, não haveria espaço para uma política de identidade negra.

A questão se colocaria na situação extrema do mestiço que fenotipicamente apresenta todas as características brancas, que segundo Oracy Nogueira (1985), já é branco, pois nossa classificação racial é de marca e não de origem como nos Estados Unidos. A definição das pessoas que se encontram nesta situação é uma questão política, pois fenotipicamente as consideramos como brancas. Não creio que uma fraude a partir dessa ambiguidade possa invalidar a política das cotas, como foi argumentado na Imprensa e na Academia.

Sobre este ponto, Oliveira (2006, p. 11) acrescenta: o Brasil pratica o racismo mais eficaz do mundo: aquele que não tem um padrão, não é evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque não é evidente. Nosso racismo é o “racismo de marca”, no qual características como cor da pele e textura do cabelo são usadas para definir se o sujeito é ou não negro. Assim temos um “racismo em gradação”, que atinge em maior escala aqueles que mais se aproximam do fenótipo negro.

2) As cotas para negros foram vistas como flagrantes injustiças contra brancos pobres e contra índios. Esta é outra inverdade, pois os movimentos negros nunca se pronunciaram contra cotas em favor de brancos pobres e índios. O que falta é a mobilização de estudantes brancos pobres em favor das cotas que os beneficiariam, melhorando quantitativamente seu ingresso nas universidades.

3) Por que recorrer à política de cotas já abandonada nos próprios Estados Unidos, por não ter ajudado no recuo da discriminação entre brancos e negros, pelo contrário? Outra inverdade ou desinformação, pois salvo o caso da Universidade de Califórnia em Berkeley, as universidades americanas, públicas e privadas nunca abandonaram o programa de cotas. A conceituada universidade de Harvard tem uma política de ação afirmativa muito bem sucedida que combina critérios raciais ou étnicos com critérios socioeconômicos. A universidade de Princeton tem um dos melhores centros de pesquisa e estudo da diversidade que foi criado com a contribuição do filósofo canadense Charles Taylor.

4) A cota vai criar, a exemplo da Índia e dos Estados Unidos, conflitos e clima de hostilidade racial que o Brasil desconhece [A tese da ação afirmativa como fonte de conflitos é defendida pelo afro-americano Sowell (2004)].

No livro *Não somos racistas*, Ali Kamel (2006, p. 104) assim se posiciona: “A preocupação é que a política de cotas raciais jamais eliminarão as bases de um preconceito que não é racial, mas social. Ao contrário, as cotas poderão criar no Brasil um racismo que até aqui não conhecíamos”.

Aqui nos perguntamos novamente: o Brasil é ou não racista? Se for racista, pois não há mais dúvida a respeito, os conflitos existem e devem existir, embora encobertos pelo mito de democracia racial e pelo silêncio, uma das peças importantes da ideologia racial brasileira. Falando do silêncio, me recordo da famosa frase de Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz, que diz: “O carrasco mata sempre duas vezes, a segunda vez pelo silêncio”. Nada melhor do que esta pequena frase identifica o racismo à brasileira. Pergunto-me também de onde viria o clima de hostilidade, dos alunos brancos pobres também beneficiados pelas cotas, dos índios ou da casta rica e da classe média branca? Pessoalmente, não acredito nesta hipótese. E se ela acontecer, prefiro ser massacrado abertamente à luz do dia por um inimigo visível, do que por um inimigo invisível, que age no silêncio e na escuridão, como sempre aconteceu.

5) A cota é anticonstitucional, pois perante a lei somos iguais. Este é geralmente o argumento apresentado contra as cotas por alguns especialistas em direito, advogados e procuradores. Do ponto de vista deles, a cota introduziria a discriminação proibida pela própria Constituição brasileira. Poderíamos inverter o raciocínio e ver na cota medidas de correção das desigualdades geradas pela discriminação que, apesar da lei, existe efetivamente e não como introdução de uma nova injustiça. E, como diz o filósofo Habermas (2002), não está na hora de rever os paradigmas deste direito que nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais?

Conceituados juristas brasileiros com reflexão no assunto demonstram claramente que não há nenhuma inconstitucionalidade, pelo contrário, o princípio da igualdade de todos perante a lei não proíbe de modo absoluto as diferenciações de

tratamento, vedando apenas aquelas diferenciações arbitrárias (SILVA JR., 2002, p. 111). Por seu lado, Flávia Piovesan (apud MADRUGA, 2005 p. 51) defende que:

Na ótica contemporânea, o combate à discriminação torna-se insuficiente se não se verificam medidas voltadas para a promoção da igualdade. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Vale dizer, para garantir e assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e a inclusão desses grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.

Para Garcia (apud MADRUGA, 2005 p. 49-50)

A igualdade traz em seu bojo um conceito relativo e relacional. Relativo, pois não pode ser compreendido num sentido absoluto; isto é, a máxima 'todos são iguais perante a lei' passa a ser entendida como a composição de duas afirmações distintas, a saber: o igual deve ser tratado igualmente e o desigual desigualmente, na medida exata de sua diferença. Relacional, porque busca um elemento de comparação, com o qual se visa a equiparar situações em que se encontram os respectivos sujeitos passivos ou para estabelecer diferença.

Já Silvério (2002) compreende que a igualdade substantiva almejada pelo Estado democrático não é suficiente diante da desigualdade e discriminações que operam no plano institucional, sendo necessário desconstruir no imaginário social, ou seja, na dimensão simbólica, concepções fundadas numa hierarquia das diferenças.

6) A cota vai atingir o orgulho e a autoestima dos estudantes negros que se sentirão diminuídos por ter entrado na Universidade por uma pequena porta. Este tipo de argumento manipula a fragilidade de nossos sentimentos e emoção já abalados pelos preconceitos presentes na cultura e no tecido social. Quem deveria perder o orgulho e a autoestima é a elite política e os dirigentes brasileiros, e não a vítima do racismo que deveria ver na cota uma medida de indenização e de compensação, e não uma inferiorização, pois, com cotas ou sem cotas, o racismo existe na sociedade brasileira e inferioriza sempre. Desde quando os judeus vítimas do holocausto se sentem diminuídos e inferiorizados por receberem indenização?

7) A crítica mais severa feita por alguns dirigentes responsáveis pelas universidades públicas, com o apoio de muitos professores e pesquisadores, é a de que as cotas vão atingir os princípios do mérito e da excelência, protegidos pelo sistema de vestibular, considerado como neutro e democrático.

A respeito da excelência, eles dizem que o ingresso na universidade pública de negros e pobres oriundos das escolas médias públicas na universidade por meio de cotas, isto é, de reservas de vagas para seleção, pode levar a uma degradação da qualidade do nível do ensino, porque estes não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos selecionados pelo vestibular comum e tradicional. O que significa degradar a qualidade do ensino? Pode significar que os alunos ingressados pelas cotas não sejam capazes de acompanhar as explicações dos professores nas salas de aula, de ler e interpretar os textos, de fazer os seminários e aplicações nos laboratórios, de fazer pesquisa e apresentar relatórios, obrigando os professores a baixar o nível de seus ensinamentos, atrasando, conseqüentemente, os alunos mais capacitados, selecionados pelo vestibular tradicional e neutro. No entanto, a prática tem mostrado que não é bem isto que acontece, pois existe o sistema de avaliação para aprovar os melhores alunos e reprovar os alunos ruins. Nossas universidades recebem, através de convênios, alunos oriundos das escolas médias públicas africanas, cuja qualidade se desconhece, embora nenhuma universidade brasileira já tenha baixado sua qualidade de ensino para recebê-los. Por que isto aconteceria com alunos brasileiros beneficiados pelas cotas e submetidos ao mesmo conteúdo dos vestibulares, que seleciona os melhores entre eles? De fato é o mesmo princípio do darwinismo social, “na luta pela vida é o melhor que ganha”, que se aplica a todos, sendo a diferença devida ao fato de que a seleção é feita em câmaras separadas, de acordo com as diferenças entre ensino público e particular.

Concordamos com o princípio de que existem desníveis entre a formação dos alunos oriundos das escolas públicas e das escolas particulares bem abastecidas e que esses desníveis interferem no aprendizado e no progresso dos alunos nas universidades. Concordamos, igualmente, que a sociedade não existe apenas para os alunos superdotados e acima da média, capazes de desafiar as lacunas anteriores e de superá-las quando tem em mãos uma oportunidade única, mas que ela existe também e, sobretudo, para a maioria da população não superdotada. Visto deste ponto de vista, acredito que nossas universidades públicas, mais do que quaisquer outras instituições, têm recursos humanos capazes de minimizar as lacunas dos estudantes oriundos das escolas médias públicas através de programas de formação complementar. Sem vontade política de mudança, porém, os obstáculos não serão vencidos. Pelo contrário, as pessoas ou grupos sociais

opostos às mudanças farão tudo que podem para derrotar o processo diferenciado de ingresso.

Tomo o exemplo da Universidade da Califórnia, em Berkeley, estudado por Moehlecke (2004) na sua tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A Universidade de Berkeley é um dos nove campi da Universidade da Califórnia; uma universidade seletiva, voltada à pesquisa, que foi a primeira a adotar planos de ação afirmativa sensíveis à raça em seus processos de admissão. De 1965 a 1979, essa universidade criou vários programas que ofereciam basicamente serviços de apoio à qualificação acadêmica dos estudantes antes e durante o curso universitário, e de apoio financeiro, como forma de atuar em áreas complementares ao processo específicos do ingresso e minorar as desigualdades existentes entre os alunos. Segundo essa pesquisa de Sabrina Moehlecke, a excelência e a qualidade do ensino não foram afetadas naquela universidade.

Sobre o mérito, a questão é saber se é mais justo colocar na mesma linha de partida alunos que não tiveram igualdade de oportunidades no acesso à educação e fazer uma classificação equitativa entre eles, ou submetê-los separadamente a um mesmo conteúdo seletivo? Por que sancionar aqueles que, por razões socioeconômicas e raciais, não tiveram acesso a um ensino fundamental e médio de boa qualidade para competir em pé de igualdade com os outros? O que é afinal a bendita meritocracia medida pelos testes do vestibular? As potencialidades intelectuais naturais dos alunos ou a classe social à qual pertencem?

No Brasil de hoje, o debate sobre cotas se polariza da seguinte maneira: de um lado, tem-se a posição predominante (mídias e intelectuais) daqueles que defendem programas racialmente neutros, fundamentados nas políticas de combate à pobreza, com ênfase na melhoria do sistema público da educação básica, como solução para um acesso menos desigual ao ensino superior. Acreditam os defensores desta proposta que os programas direcionados a estudantes em desigualdades de condições econômicas são capazes de beneficiar os estudantes negros, tendo em vista que são os mais pobres em sua maioria. Sobre esta proposta, eu creio que, se a discriminação não existir mais, haveria certamente uma melhoria geral nas oportunidades de acesso, mas as desigualdades acumuladas ao longo dos anos se manteriam. Como se deduz das estatísticas resultantes da

pesquisa do IPEA (apud HENRIQUES, 2001), se, por milagre, o ensino básico público melhorasse seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente nos vestibulares com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 30 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isto supondo que os brancos ficassem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. Uma hipótese inimaginável, ou melhor, impossível. Quanto tempo a população negra deverá, ainda, esperar por essa igualdade de oportunidade de acesso e permanência num curso superior ou universitário gratuito e de boa qualidade?

De outro lado, tem-se a posição oposta, defendida pelas entidades do Movimento Negro, que propõem uma política ou programa de cotas para estudantes das escolas públicas, combinando o critério socioeconômico com o critério racial ou étnico. Esta proposta certamente é a melhor, pois atenderia os dois lados da questão: melhoraria as oportunidades de ingresso do negro na universidade e, diminuiria as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos ao considerar a especificidade do negro, duplamente excluído pela condição socioeconômica e pela discriminação racial. Sem a reserva de certa porcentagem proporcional das vagas do vestibular, o negro sobraria de novo e as desigualdades se manteriam eternamente. Considerando que a taxa de evasão e de abandono escolar é maior entre os alunos negros do que entre alunos brancos, até nas escolas públicas mais periféricas, o número de alunos negros que termina o segundo grau é menor, comparativamente aos alunos brancos. Se não se reservar uma porcentagem a este pequeno número de alunos negros que se apresentam ao vestibular para selecionar os melhores entre eles, as vagas poderão quase todas ser ocupadas pelos melhores alunos brancos das escolas públicas. Parece difícil de entender, mas é uma simples lei de probabilidade matemática.

Finalmente, as cotas poderão ou não contribuir para o recuo da discriminação social e racial na sociedade brasileira? As cotas vão sem dúvida promover o acesso a uma educação superior de qualidade e conseqüentemente a capacidade competitiva dos alunos brancos pobres, negros e índios. Ou seja, a inclusão dos beneficiados na classe média ascendente tem efeitos multiplicadores, pois a probabilidade dos filhos deles viverem a situação anterior dos pais é

consideravelmente menor. Embora reduzir a pobreza não signifique combater automaticamente o racismo antinegro, não se deve perder de vista o fato de que, pela primeira vez em suas vidas, alguns alunos negros e brancos terão a oportunidades de conviver, ao frequentar a mesma faculdade ou a mesma escola. Esta aproximação das diferenças ou de convivência das diversidades pode desarmar os preconceitos recebidos na educação familiar e escolar. Os preconceitos estão no tecido social, na cultura, nos livros didáticos, em nossos imaginários e representações coletivas, em nossa psicologia do relacionamento independentemente da classe social à qual se pertence. É nesses terrenos privilegiados que se deve lutar para transformar as mentes e as consciências individuais e coletivas.

Uma afirmação muito corriqueira em quase todas as conversas é a de que a política de cotas constitui uma ação paliativa, que nada vai mudar, pois a questão fundamental é estrutural e depende das lutas de classes, ou seja, depende da revolução socialista ou marxista. Concordamos que o espaço onde se trava a luta pró-cotas é conquistado dentro da democracia liberal, que ainda não é a desejada democracia popular. Todavia, preferimos aceitar esta realidade do que viver uma utopia comunista resultante da erudição do “fichário”, sem base em nossa realidade. Mais do que isto, os países que conviveram ou ainda convivem com as práticas socialistas ou comunistas não superaram, até onde se saiba, a questão do racismo.

Alguns indagam se a política de ação afirmativa não ameaçaria a unidade ou a identidade nacional, por um lado, e se não reforçaria a exaltação da consciência racial, por outro. Ou seja, se não teriam um efeito “bumerangue”, criando conflitos raciais que segundo estes não existem na sociedade brasileira. É dentro desta preocupação que as críticas vêm sendo dirigidas contra as políticas de cotas rotuladas como raciais. Segundo o antropólogo Peter Fry, um dos protagonistas intelectuais dessas críticas no Brasil:

A ação afirmativa no veio somente para compensar negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação. Veio desfazer a “mistura racial” para produzir só duas raças. Antes uma sociedade de classes que recusa reconhecer as identidades raciais, o Brasil é agora imaginado como uma sociedade de “raças” e “etnias” distintas. As políticas de ação afirmativa racial terão a consequência de estimular os pertencimentos “raciais”, assim fortalecendo a crença em raças (FRY, 2005, p. 336).

Em primeiro lugar, todos os brancos e negros no Brasil acreditam na “mistura racial” como fundante da sociedade brasileira, geneticamente falada. A pesquisa do geneticista Sergio Danilo Pena (2000) mostra que todos os brasileiros, mesmo aqueles que aparentam fenotípiia europeia, têm em porcentagens variadas marcadores genéticos africanos ou ameríndios, confirmando o princípio já conhecido da inexistência de raças puras ou estanques. Não vejo como, salvo numa imaginação criativa, a ação afirmativa possa desfazer a “mistura racial”, desafiando as leis da genética humana e a ação voluntarista dos homens e das mulheres, que continuarão a manter intercursos sexuais inter-raciais. Se as leis e barreiras raciais contra relações sexuais interraciais nos Estados Unidos e na África do Sul (*Apartheid*) não conseguiram desfazer a “mistura racial”, como é que isso pode ser possível somente no Brasil, por causa das cotas? Isso seria atribuir à ação afirmativa um poder mágico que na realidade não possui.

Em segundo lugar, sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Como esclarece Guimarães (1999, p. 11):

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais [...] que permite fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos.

Portanto, se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. Seria muito difícil convencer Peter Botha e um zulu da África do Sul de que a raça negra e a raça branca não existem, pois existe um fosso sócio-histórico que a genética não preenche automaticamente. Os mestiços dos Estados Unidos são definidos como negros pela lei baseada numa única gota de sangue. Eles aceitaram e assumiram essa identidade racial que os une e os mobiliza politicamente em torno da luta comum para conquistar seus direitos civis na sociedade americana, embora conscientes da mistura que corre em seu sangue e também da negritude que os discrimina.

Consciente de que a discriminação da qual negros e mestiços são vítimas, apesar da “mistura do sangue”, não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma distinção racial camuflada durante muitos anos, o Movimento Negro vem tentando conscientizar negros e

mestiços em torno da mesma identidade através do conceito “negro” inspirado no “*black*” norte americano. Trata-se, sem dúvida, de uma definição política embasada na divisão birracial ou bipolar norte-americana, e não biológica. Esta divisão é uma tentativa que já tem cerca de trinta anos e remonta à fundação do Movimento Negro Unificado, que tem uma proposta política clara de construir a solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo à brasileira. Ela é anterior à discussão sobre as cotas ou ação afirmativa que tem apenas uma dezena de anos. Mais do que isso, ela correu paralelamente à classificação popular cromática baseada justamente na multiplicidade de tons e nuances da pele dos brasileiros, resultante de séculos de miscigenação.

Afirmar que a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca nasce das políticas de ação afirmativa ainda em debate é ignorar a história do Movimento Negro Brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro que, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou as políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro no mesmo pé de igualdade que o branco.

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. Há cerca de 40 anos, geneticistas e biólogos moleculares afirmaram que as raças puras não existem cientificamente (HIERNAUX; RUFFIÉ; JACQUARD; JACOB apud MUNANGA, 2006, p. 46). Chegaram mesmo até a preconizar a eliminação do conceito de raça dos dicionários, enciclopédias e livros científicos como medida de combate ao racismo. Não demoraram a concluir que essa proposta era uma ingenuidade científica, dando-se conta de que a ideologia racista não precisava do conceito de raça para se refazer e se reproduzir. O *Apartheid* existia como demonstração da radicalização do racismo sem lançar mão da palavra raça. Com efeito, *Apartheid* é uma palavra do *afrikans* e recebeu a definição ideológica de um projeto de desenvolvimento separado, com a finalidade de preservar a riqueza cultural e as identidades étnicas dos povos da África do Sul. Em nome do respeito às identidades e às diversidades culturais, foi implantado naquele país um regime

segregacionista que durante meio século confiscou os direitos fundamentais, políticos e sociais da maioria da população. Da mesma maneira que o Brasil criou seu racismo com base na negação do próprio racismo, os racismos contemporâneos não precisam mais do conceito de raça. A maioria dos países ocidentais pratica o racismo antinegros e antiárabes sem mais recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, servindo-se apenas dos conceitos de diferenças culturais e identitárias.

As propostas de combate ao racismo não estão mais no abandono ou na erradicação da raça, que é apenas um conceito e não uma realidade, nem no uso dos léxicos cômodos como os de etnia, de identidade ou de diversidade cultural, pois o racismo é uma ideologia capaz de parasitar todos os conceitos. Benjamin Isaac (2004), num livro recente baseado em uma pesquisa de cerca de 20 anos, sustenta a existência do protorracismo entre os antigos gregos e romanos. Porém, os antigos não usavam o conceito moderno de raça. Eles usavam os conceitos de *ethnos* ou *natio*, que não são sinônimos de raça. A lei da pureza de sangue vigente em Portugal e na Espanha dos séculos XIV-XV que deu origem ao antissemitismo, uma subvariante do racismo, não precisou da raça no sentido moderno da palavra. No entanto a lei da pureza de sangue na península ibérica não era tão diferente das leis de Nuremberg durante o regime nazista.

Muito recentemente, criou-se uma polêmica sobre o censo escolar proposto pelo MEC, que exigia dos alunos das escolas públicas a declaração de sua cor/raça. Os críticos que se manifestaram contra pensam que o censo escolar com declaração da cor ou raça introduziria nos alunos a consciência de raças estanques ou puras que, segundo eles, nunca existiu na sociedade brasileira. Seguindo esse raciocínio, essa introdução da raça na realidade brasileira poderia reascender os conflitos raciais numa sociedade caracterizada pela “mistura racial”, ao invés de fomentar a luta contra o racismo, que de fato existe, recorrendo a outros tipos de procedimentos.

Engajados no empreendimento do nacionalismo ou da expansão imperial, os estados fabricaram identidades raciais e étnicas, por meio de classificações oficiais que definiram o lugar de cada grupo perante as instituições públicas. As fichas de matrícula escolar introduzidas no Brasil atualizam essa tradição, envolvendo-as no manto roto das políticas sociais compensatórias. Elas irrigam a mudinhas da árvore envenenada de ódio racial. (MAGNOLI, 2007, p. 136).

As raças de fato não existem naturalmente, e um sistema de cotas implica logicamente a criação de duas categorias raciais [...] O sistema de cotas representa a vitória de uma taxonomia bipolar” (FRY; MAGGIE, 2002, p.5).

Deduz-se logicamente das críticas contra as cotas ditas raciais e contra o censo racial na escola que o caminho certo e duradouro para eliminar definitivamente o racismo da sociedade brasileira passa pela erradicação da raça e conseqüentemente pela eliminação da construção das identidades raciais. Solução que se contrapõe à proposta do Movimento Negro e de outros intelectuais, que buscam no processo de construção da identidade racial das vítimas do racismo uma plataforma de mobilização política para lutar contra as desigualdades. Esse processo da construção da identidade negra passa absoluta e necessariamente pela aceitação do seu corpo, simbolizado pela cor escura de sua pele e também pela aceitação de sua história e de sua cultura.

O censo étnico ou racial na escola, além de fornecer dados estatísticos ou quantitativos indispensáveis na avaliação e acompanhamento das políticas de promoção de igualdade racial na escola, faz parte do exercício de autodefinição ou de autoafirmação individual e coletiva a que todos temos direito enquanto cidadãos. Alguém se tornaria racista pelo simples fato de assumir sua negritude ou sua branquitude num censo escolar? Pessoalmente não acreditamos nesta possibilidade, pois com “raça” ou sem “raça”, o racismo persiste.

A saída, em nosso entender, não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto desta ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído, não significa destruir a identidade nacional nem a “mistura racial” como pensam os críticos das políticas de cotas, que eles mesmos rotulam como cotas raciais, expressão que não brotou da boca do Movimento Negro brasileiro. Sem construir a sua identidade racial ou étnica alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências.

O caminho escolhido, como o frisamos, é a educação que constitui o cordão umbilical e o elo de inclusão em todos os setores da vida nacional.

Como preconiza Mello (2011, p. 45), o acesso á educação superior e ao conhecimento será, cada vez mais – sobretudo no novo milênio –, o diferencial que permitirá a um povo continuar a avançar e a ter esperança na aventura civilizatória, como sujeito do próprio destino.

Isto não quer dizer que bastaria aos negros o acesso ao ensino superior de boa qualidade para resolver todos os problemas da discriminação racial no país. As pesquisas recentes feitas no país pelo IBGE (2010) mostram que mulheres ganham em média menos que os homens com igual formação e qualificação, da mesma maneira que os homens e mulheres brancos ganham mais que os homens e mulheres negros. Mesmo assim, sem formação superior e qualificação subsequente, ficaria impossível aos negros reivindicar os cargos de comando e alta responsabilidade que exigem certas habilidades. Da sub-representação do negro na educação média e superior decorre também sua sub-representação no Poder do Estado, na economia, no mundo do trabalho, no poder judiciário entre os juízes, desembargadores, procuradores e defensores públicos. Todas essas formas de sub-representação estão na origem de sua pobreza, tanto política, quanto socioeconômica, e justifica em geral as desigualdades existentes entre ele e o branco.

A pobreza, sabe-se, é um fenômeno multidimensional que não se restringe apenas aos aspectos socioeconômicos com os quais é frequentemente identificada. Não se pode entender a pobreza sem remontar aos processos históricos que a engendraram; entre eles a educação do negro na sociedade brasileira desde o pós-escravismo.

Ricardo Henriques (2001, p. 26) apresenta dados estatísticos que sustentam o papel determinante da educação na desigualdade que permanece até hoje entre brancos e negros cento e vinte e quatro anos após a Abolição. De acordo com o autor, os indicadores referentes aos níveis e qualidade da escolaridade da população brasileira são estratégicos para a compreensão dos horizontes potenciais de redução da desigualdade social e racial e a definição das bases para o

desenvolvimento sustentado do país. Até o fim do século XX, a escolaridade média da população brasileira adulta era de cerca de 6 anos de estudo, dado desanimador, pois em média um jovem adulto brasileiro entrava no mercado de trabalho com uma escolaridade equivalente a de um jovem de 13 anos de idade. Comparativamente, a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudos contra 8,4 de um jovem branco da mesma idade, um diferencial de 2,3 anos de estudo que o autor considera como uma diferença extremamente alta em uma sociedade com esse patamar de escolaridade média entre adultos.

Mas o que é muito inquietante não é tanto este elevado diferencial, mas sim a evolução histórica e a tendência de longo prazo desta desigualdade que se torna preocupante para o projeto de sociedade que o Brasil está construindo. Analisando os dados sobre a evolução da escolaridade ao longo do século XX, o autor observa que esta tem aumentado em média de forma contínua tanto para brancos quanto para negros. No entanto, o diferencial médio de 2,3 anos de estudo se mantém. De acordo com o ano de nascimento, iniciando com os nascidos entre 1929 e 1974, a escolaridade média de ambos os grupos cresceu ao longo de 45 anos, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações. A intensidade da discriminação racial expressa pelo diferencial é a mesma vivida pelos pais desses jovens e a mesma observada entre seus avôs.

Numa pesquisa que trata da evolução entre 1992 e 1999, o mesmo autor chega também à conclusão desanimadora no que toca à desigualdade educacional entre brancos e negros. Os níveis de frequência à escola e de analfabetismo, por exemplo, são piores entre os jovens negros do que entre os jovens brancos. Em 1999, 8% de jovens negros entre 15 e 25 anos são analfabetos, contra 3% dos jovens brancos; 50% dos jovens negros de 7 a 13 anos não frequentam a escola contra apenas 2% dos jovens brancos da mesma faixa etária. As maiores diferenças absolutas em favor dos brancos encontram-se nos segmentos mais avançados do ensino formal. Por exemplo, entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completaram o ensino secundário contra 84% de jovens negros da mesma idade (HENRIQUES, 2001, p. 27-28).

No que se refere à escolaridade média da população em 1999, observe-se que o diferencial entre brancos e negros que era de 2,3 em 1974 se mantém, confirmando a tendência histórica anterior apresentada. A taxa de analfabetismo entre os brancos com mais de 15 anos, em 1999, é de 8,3% contra 19,8% para os negros. Em 1999, não completaram o ensino fundamental 57,4% dos adultos brancos e 75,3% dos adultos negros. Paralelamente o ensino médio 12,9% dos brancos e 3,3% dos negros. Além disso, todos os níveis dos indicadores de escolaridade dos adultos negros em 1999 são inferiores dos adultos brancos em 1992. Destaca-se em especial a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos: em 1999, essa taxa era de 19,8% entre os negros, sendo que em 1992 era de 10,6% entre os brancos. “Observamos, portanto, que à medida que avançamos nos níveis de escolaridade formal da população adulta, as posições relativas entre brancos e negros são crescentemente punitivas, em direção aos negros” (HENRIQUES, 2001, p. 32).

Vê-se através das tendências oferecidas por esta pesquisa quantitativa de Ricardo Henriques (2001) que o abismo em matéria de escolaridade entre brancos e negros que se observa desde o ensino fundamental se aprofunda no fim do ensino médio. Proporcionalmente, os estudantes negros oriundos dos colégios públicos e teoricamente prontos para concorrer às vagas oferecidas nos estabelecimentos públicos e privados de ensino superior são numericamente muitos desiguais a seus colegas brancos também oriundos das escolas públicas.

Acrescenta-se a isso o fato de que eles vão concorrer igualmente com os alunos dos colégios particulares mais bem abastecidos, de acordo com o princípio da meritocracia, segundo o qual na competição pela vida é o melhor que ganha. Mas quem é o melhor e como defini-lo entre os desiguais?

Aqui tocamos na questão que fundamenta o debate sobre cotas para acesso dos negros, afrodescendentes e índios ao ensino superior: devemos tratar igualmente as pessoas desiguais no ponto de partida, ou seria mais justo tratá-las desigualmente?

Em perspectiva inovadora, a questão foi bem ilustrada por Hédio Silva Junior

Interessante notar, que a noção de cidadão plural, textualmente consagrada na Constituição de 1988, redefiniu o fundamento jurídico do princípio da igualdade, tornando-o mais consentâneo com as mutações sociais e ideológicas e, sobretudo, mais ajustado às novas dimensões de direitos e de cidadania que caracterizam as sociedades democráticas na virada de milênio. [...] Certo é que, seja traduzindo-se em regras proibitivas de práticas discriminatórias injustas, seja prescrevendo discriminação justa, o princípio da igualdade passa a encerrar não apenas um novo conteúdo semântico, mas especialmente uma nova concepção do papel do Estado, exigindo-lhe a adoção de políticas e programas capazes de traduzir a igualdade formal em igualdade substantiva. (SILVA JR, 2011, p. 373)

Esta é a relevante questão que tentam equacionar os debates sobre o direito social e distributivo. Não é por acaso que o Ministério da Justiça encabeçou a representação do Brasil na 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo.

5. ORGANIZAÇÕES NEGRAS ANTERIORES A AFROBRAS: RESISTÊNCIA POLÍTICA, RELIGIOSA, ARTÍSTICA, IDENTITÁRIA E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

A verdadeira história do negro no Brasil é atravessada por permanente luta para sua sobrevivência física e material, para manter em equilíbrio sua sanidade psicológica e espiritual, para suprir sua desqualificação e exclusão no ambiente social e no mercado de trabalho. Essa luta não teve outros objetivos, a não ser a resistência em defesa de sua liberdade, dignidade e justiça humanas. Estes objetivos não são atingidos individual e isoladamente fora de organizações coletivas, mas dentro do princípio “a união faz a força”. Neste sentido, nasceram antes e depois da abolição diversas entidades negras coletivas que tiveram um papel relevante na organização da resistência para garantir a sua sobrevivência material e identitária e sua inclusão na sociedade global brasileira. Entre elas, podemos destacar a Associação José do Patrocínio, a Associação dos Negros Brasileiros, o Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas, o Centro Cívico Palmares, o Clube Negro da Cultura Social, a Federação dos Homens de Cor, a Frente Negra Brasileira, a Frente Negra Socialista, o Grêmio Recreativo e Cultural, o Grêmio Recreativo Kosmos, a Legião Negra Brasileira, o Movimento Afro-Brasileiro de Educação e Cultura, Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara, a Sociedade Beneficente 13 de Maio e a União Negra Brasileira, a Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, a Associação Cultural do Negro, a Bandeira Cultural Negra Brasileira e a Casa de Cultura Afro-Brasileira.

Como escreveu Fernandes (1965, p. 143), as associações recreativas, culturais e beneficentes foram de grande importância na ressocialização do “homem de cor”, não só no alargamento da área de contatos internos no “meio negro”, mas também na difusão e consolidação de novos padrões de vida, que contribuíam para aumentar o auto-respeito do “negro” por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de ver-se posto à margem no seio da sociedade inclusiva.

5.1. Irmandades religiosas

As irmandades religiosas foram trincheiras importantes da luta do negro pela abolição e da organização e cooperação do negro após a abolição. Se faltava a liberdade do corpo e o controle de sua externalidade, foi na intimidade da alma e na interação com o seu sagrado que o negro pode aparar as agruras e sistematizar suas linhas de defesa e promover sua ligação pessoal íntima e controlada com a sua perspectiva espiritual. Espalhadas por todo o país tiveram papel expressivo na manutenção da ligação espiritual dos negros, assim como transformaram-se em espaço de extrema importância para organização dos negros escravizados e libertos, conforme ilustra Moura (1980, p.146):

A organizações religiosas, algumas vezes, também se constituíam em órgãos de luta contra a espolição do negro, embora nem sempre de forma consciente. As irmandades, como as do Senhor do Bonfim, São Benedito, Santa Ifigênia, São Jorge, Santo Elesbão, Santo Antonio de Catagerona, São Gonçalo e Nossa Senhora do Rosário e etc. desempenharam essa função.

Duas das irmandades negras de grande importância em São Paulo foram a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, fundada em 1711, e a Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, fundada em 1836. A Irmandade dos Remédios, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na luta pela abolição em São Paulo, proporcionando um quartel-general para Antônio Bento e seus caifazes, vários deles membros da irmandade. Já a Irmandade do Rosário, em 1900, protagonizou uma das maiores disputa jurídica pela defesa de seu patrimônio opondo inumeráveis irmãos negros contra a prefeitura municipal que iniciou processo de expropriação do terreno e demolição do prédio da Igreja onde se instalara para reconstrução do centro da cidade. Finalmente, os irmãos foram derrotados e, em 1906, mudaram-se para uma nova igreja, que construíram nas proximidades do Largo do Paissandu e que permanece até hoje um centro da vida dos negros em São Paulo. (ANDREWS, 1951, p. 219)

O certo é que a religiosidade constituiu-se num espaço de grande importância para o negro estabelecer uma relação de resistência, especialmente, através das irmandades religiosas que se traduziram em ambiente de relativo grau de tolerância, uma zona de exclusão, onde, ele, negro, podia deslocar-se sem vigilância direta do senhor e sem o patrulhamento das forças de segurança. Além das práticas

religiosas, disciplinadamente católicas, praticavam o culto das almas, mantinham o seu cemitério que ficava contíguo à igreja onde os irmãos eram enterrados. O sepultamento era feito quase sempre à noite com acompanhamento dos irmãos. (MOURA, 1980, p. 147).

No sincretismo religioso e na prática da religiosidade o negro encontrou uma maneira hábil e criativa para organizar a cooperação e a colaboração na construção de um espaço de reunião, união e definição das formas de luta de resistência, de amparo e socorro aos seus necessitados fugitivos ou livres. A religiosidade foi espaço de organização, de resistência, de combate e de cooperação. Seguramente, foi na possibilidade de manter acesa a chama da espiritualidade e na possibilidade de alimentar de fé e a esperança do espírito que o negro arregimentou e ampliou as forças para combater o inimigo e manter-se unido na crença da mudança do cenário que era todo ele desfavorável. No amparo aos negros antes e depois da abolição o culto de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, era desenvolvido pelos negros em diversas regiões do país. Em São Paulo, os negros, sob proteção dessa santa, organizaram a irmandade “os Pretos do Rosário de São Paulo”. Essa irmandade nasceu da dificuldade de os negros poderem viver livremente as suas crenças africanas, devendo-se organizar sob a forma religiosa dominante. (MOURA, p.146, 147).

5.2. Grupos de carnaval e o surgimento dos clubes sociais e atléticos

Se existe uma característica definidora do negro no mundo, seguramente é a musicalidade, onde o tambor e a dança são elementos integradores e identificadores por natureza e a sonoridade, a própria exterioridade da alma negra. A música e a dança foram instituintes da resistência e da ligação espiritual e de pertencimento dos negros. O tambor como que traduzindo a universalidade, a unidade e a voz comunicante da mãe África apresentou-se simbolicamente como o elo com o passado na terra mãe, o encontro e a interação como os ancestrais. Da mesma forma que apresentava o passado e suas reminiscências, o tambor e seu som grave que recortava os campos, o canto coletivo e dança de ginga e sensualidade, ilustravam o presente com a simplicidade. Era também a manifestação da alegria e o

vigor da persistência. Reforçava as fibras da resistência e mantinha viva e inteligível a marcação do tempo na busca da certeza do futuro e da mudança.

Aliás, a religião, o canto e a dança se encontravam e se misturavam nos cultos e na rotina comum das irmandades religiosas, era mesmo uma característica particular, onde as danças públicas tinham lugar em seus terreiros ou na rua. Estes eventos criaram uma considerável tensão entre as irmandades e a hierarquia católica, que considerava a música e a dança africanas e afro-brasileiras tolices públicas barulhentas que aviltavam a dignidade da Igreja. Por isso, depois da abolição, os negros aproveitaram sua nova liberdade para começar a criar novas organizações, independentes da Igreja, através das quais poderiam prosseguir com suas danças e encontros. Estas organizações variavam consideravelmente em seu caráter e organização, dependendo da origem de classe e das aspirações sociais de seus membros.

Fernandes (1978, p. 41-42) advoga que elas contribuíram para neutralizar vários efeitos das técnicas de acefalização das minorias raciais, postas em prática na sociedade inclusiva, e para aumentar o grau de lealdade dos elementos inconformistas à situação e interesses da “gente negra”. Primeiramente reuniões informais, era aí que os negros se reuniam com regularidade e para tocar música, encontrar amigos dançar e conversar. Livres para reunirem, tocar sua música e dançar sua dança gingada e sensual, é desse caldo de matizes que nascem os primeiramente grupos de carnaval, hoje, as atuais escolas de samba. Na cidade de São Paulo, por exemplo, o primeiro deles é o Grupo Carnavalesco Barra Funda fundado em 1914, seguido do Campos Elíseos, em 1917 e pelo Vai-Vai. Espaço de interação, de convivência e de lazer, os grupos de Carnaval são os ambientes por natureza das trocas sentimentais e da badalação, de preservação da identidade, manifestação da cultural e da marcação comunitária. Era, também, o ambiente de comunicação, apresentação e integração social, de ajuda mútua e de cooperação individual. Homens, mulheres e crianças reuniam-se nos encontros, nas danças, nos bailes e desfiles, nas competições anuais de bateria e nas viagens coletivas ao litoral.

Nos grupos de samba, recriavam e fortaleciam sua cultura e também reforçavam ampliavam e teciam seus laços de associação. Era o lugar de

simplicidade, lugar de improviso, lugar de democracia, lugar de diversão. Negros e brancos pobres da classe operária eram seus principais frequentadores e ali se consumiam de forma despreocupada e à exaustão embalada pelo rufar dos tambores, pela ginga despudorada dos corpos, pelo canto em desmedido volume embalado pela bebida em profusão.

Em clubes de brancos, negros não entram não. Sem outra solução, os negros criaram e estabeleceram seus próprios clubes, que rapidamente proliferaram pelo país, em São Paulo, e nas principais cidades do interior. Os mais destacados vieram logo depois da Abolição. Luvas Pretas, uma das primeiras dessas sociedades foi fundada em 1904. Seguiram-se, A Kosmos, fundada em 1908, o Elite Club, o Smart Club e tantas outras. A criação e institucionalização dessas organizações, os motivos e os desejos que as implementavam dizia muito de sua arquitetura, enquanto espaço de interação, e reunião de pessoas. Os desejos e as aspirações de seus membros evidenciam uma luta organizada e ordenada no sentido da constituição e reconhecimento de uma classe social e econômica diferenciada. Como definirá Fernandes (1978, p. 48):

À luz das influências do Grêmio Recreativo Kosmos e do Centro Cívico Palmares, especialmente, constatamos que elas exerceram três funções construtivas capitais. Primeiro, elas condensaram a objetivação e canalizaram a difusão de avaliações sobre a importância fundamental da educação para o negro e o mulato. A educação foi colocada como condição número um da luta do “negro” contra a miséria, o “preconceito de cor” e a desorganização social. Foi-lhe atribuído, mesmo, um valor mais elevado que ao conflito, encarado como um recurso cuja eficácia dependia, diretamente, do êxito prévio da reeducação do “negro”. Segundo, elas atuaram, desde o início, como as primeiras formas de pressão usadas grupalmente pelo negro. Todas as agitações, feitas no turbulento período de 1927-1931, contra manifestações concretas do “preconceito de cor” ou pela revogação de medidas discriminativas em repartições públicas, foram provocadas e dirigidas através dessas associações. Terceiro, elas forneceram o clima moral que contrabalançava as tendências centrípetas das “elites de cor” – pouco propensas a se identificarem com os “negros humildes” ou “pobres” – e levantaram as primeiras reações contra a identificação do “negro que sobre” com os interesses ou valores dos “brancos”.

Se a música e a dança eram atividades de lazer altamente valorizadas pelos negros, e, se na música e na dança os negros já tinham caminhado bastante na demarcação de um espaço e na definição da sua ideologia, no esporte as dificuldades não ficaram para trás e não foram diferentes. Mais um desafio e mais uma necessidade de seguir adiante. Os desafios não foram diferentes e o combate precisou de intensa criatividade e de subterfúgios e de extraordinário despojamento.

Da mesma forma que os clubes sociais e as sociedades de dança, os clubes atléticos dos brancos praticavam uma rigorosa exclusão dos negros. E, mais uma vez, foi preciso lutar para fazer superar ignominioso obstáculo. Quando não quis resistir e ir além, o negro enfrentou até passar maquiagem no rosto para embranquecer a pele e assim poder jogar nos grandes times de futebol do país de propriedade dos brancos, ou correu o risco de ser humilhado, ter impedido o acesso ou expulso de suas instalações.

Nesse sentido, é de conhecimento notório o caso dos jogadores negros no Clube de Futebol Fluminense do Rio de Janeiro, até hoje popularmente chamado de “pó de arroz”. Reconhecido pelo seu talento e qualidade para o jogo de futebol, mas, sendo proibido o acesso de negros no seu clube social, o Fluminense exigia que os jogadores negros disfarçassem e “embranquecessem” a cor negra de sua pele passando um tipo de maquiagem clareadora da pele, a base de arroz, conhecido como pó de arroz. A resposta negra foi a criação de clubes negros, onde pudessem se reunir para praticar o futebol, esporte que já começava a popularizar no país, mas que ainda era coisa de elite, praticada no clube de elite, onde negro não entra. E novamente, frente ao novo desafio, o negro não deixou por menos. Com equipamentos improvisados e o peito sem camisa, a periferia da cidade ganhava um novo espaço de lazer, de sociabilidade e de superação o campo e, por assim dizer o time de futebol. Fosse pela ginga ou vigor físico cultivado no cabo da enxada dos cafezais ou refinado nas danças de bailes ou rodas de capoeira, o fato é que o futebol e o negro se encontraram, se entenderam e para sempre espaços altamente relacionados, demarcados um para o outro. Certamente, por esse motivo, os clubes negros alcançaram grande renome na cidade de São Paulo e no interior e criaram importantes times de futebol e destacados atletas. São de grande memória a Associação Atlética São Geraldo, criada por volta 1910, e o Clube Cravos Vermelhos, fundado em 1916.

5.3. A imprensa negra

A imprensa negra foi instrumento de arregimentação e de convocação dos negros para tomarem conhecimento de sua situação social, para denunciar a

perseguição de sua cultura e de sua religião, para denunciar o descaso e abandono dos negros por parte do Estado e sua preterição pelos imigrantes, para defender sua estética, a dignidade e a autoestima da família negra e para lutar pela transformação daquela sociedade totalmente excludente e desconstituidora do negro. A expressão e a liberdade de expressão encontraram no ambiente e espaço social negro um terreno fértil de recepção e de desenvolvimento. Sem vez e sem voz na vida social do país, a imprensa negra constitui-se na ferramenta crucial da resistência organizada do negro na denuncia do preconceito e discriminação racial e na exigência e reivindicação de tratamento justo e igualitário por parte dos organismos legais do país.

Além de constituir um instrumento de profundo fortalecimento da unidade comunitária, promoveu o aprofundamento do sentido da luta e a necessidade da resistência do negro. Isolado da convivência social, sofrendo perseguições policiais por vagabundagem e indolência, tendo seus locais de culto vilipendiados, sua cultura desqualificada e sua arte capoeira perseguida e defenestrada pelo regime e suas forças policiais, o negro fez da imprensa um grande instrumento de sua luta. Os jornais feitos por negros para negros, no período de 1915 a 1963, esboçam uma camada social descendente de escravos e que, após três décadas de liberdade, consegue articular-se socialmente imprimindo suas ideias ou reivindicações. (FERRARA, 1985, p. 198).

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (apud FERRARA, 1985, p. 198) no decorrer do século XIX as cidades brasileiras foram submetidas a um processo marcante de “aburguesamento”. “Os antigos escravos, não apresentando características requeridas para se adaptarem às exigências urbanas, principalmente à expansão da administração pública, dos serviços, do comércio, foram rejeitados para uma camada social inferior à dos imigrantes brancos”.

Inicialmente prestando a comunicação das questões atinentes às sociabilidades e servindo de veículo de interação e comunicação de informações e amenidades à medida que o preconceito e a discriminação foram sendo compreendidos e sentidos mais precisa e esclarecidamente, esses veículos sintomaticamente transformaram-se em instrumento de luta para denunciar, organizar a resistência e reivindicar ao poder público intervenção e mesmo a

conduzir a rebelião. A imprensa negra brasileira foi feita por homens de baixas posses como José Correia Leite, auxiliar de farmácia, Jayme Aguiar, pequeno funcionário em outros, subsidiados por escassos recursos da comunidade negra. José Correia Leite, ao descrever o nascimento dessa imprensa, assim depõe:

A comunidade negra em São Paulo vivia – como uma minoria que era – com as suas entidades e seus clubes. Por isto tinha necessidade de ter um veículo de informação dos acontecimentos sociais que tinham na comunidade, porque o negro tinha a sua comunidade: uma série de sociedades recreativas e sociedades culturais. Como é natural, a imprensa branca não ia cuidar de dar informações sobre as atividades que essa comunidade tinha. Daí surgiu a imprensa negra. Havia também nossos literatos, nossos poetas que queriam publicar os seus trabalhos e essa imprensa fazia essa função: de servir de meio de comunicação (MOURA 1980, p.151).

Foram muitos os jornais nascidos com esses fundamentos e que durante décadas serviram como veículos de informação, sociabilidade, de agrupamento e associação dos negros. Numerosos veículos com esse fundamento nasceram e morreram na longa construção de uma imprensa negra madura e consistente, mas em todo momento o espírito de compreensão da sua importância para luta do negro sempre esteve claro e presente. O *Short*, o *Bandeirante*, o *Menelik* o *Alfinete*, o *Tamoio* (1918); O *Bandeirante* (1919); A *Liberdade* (1919); A *Sentinela* (1920); O *Kosmos* (1922) e *Getulino* (1923) em outros mais. O *Menelik* foi um dos primeiros jornais associativos que surgiu em São Paulo, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento. Esse *Menelik*, por causa da época da guerra da Abissínia com a Itália, teve uma repercussão muito grande dentro de São Paulo. Todo negro fazia questão de ler o *Menelik* (MOURA, 1980)

Inicialmente, os jornais negros veiculavam basicamente informações de acontecimentos sociais em literatura, para depois irem tomando conotações de reivindicações raciais. Isto aconteceu em face do aguçamento do preconceito de cor e da luta de classes em São Paulo, o que levou os negros a transformarem o conteúdo dos seus jornais que passaram a se manifestar sobre problema. Posteriormente, segundo Aristides Barbosa, “o preconceito que até 1936, quando se escrevia nos porões do Bexiga: ‘Aluga-se um quarto, não se aceita pessoa de cor’ e nos jornais saiam anúncios pedindo empregadas brancas, foi se acalmando. Dois outros grandes jornais negros de São Paulo foram O *Getulino*, de Campinas,

fundado pelos irmãos Andrade, Lino Guedes e outros e *O Patrocínio*, de Piracicaba, fundado por Alberto de Almeida.

Esses dois jornais fizeram sucesso. A vinda, logo após a revolução, de jornalistas campineiros negros para São Paulo, como Gervásio de Oliveira, Benedito Florêncio, Lino Guedes e outros, possibilitou a sua participação também na grande batalha em prol da grandeza do negro. Todos eles irão participar da imprensa negra paulistana. (MOURA, 1980, p. 153).

De 1924 a 1937 tem-se o 2º período na história da imprensa negra, principalmente com os jornais: *O Clarim da Alvorada* (1924); *Elite* (1924); *Auriverde* (1928); *O Patrocínio* (1928); *Progresso* (1928); *Chibata* (1932); *Evolução* (revista-1933); *A Voz da Raça* (1933); *Tribuna Negra* (1935); *O Clarim e A Alvorada* (1936). Neste período as reivindicações ganham força e a imprensa negra atinge seu ápice. As propostas apresentadas em 1915 voltam em 1924 exigindo do negro sua participação. Agora, problema do negro é abordado de modo mais direto e objetivo. Revela-se o sentimento maior de união para, com mais força, o negro reivindicar seus direitos e reclamar sua participação na sociedade. Seu protesto se faz ouvir em diferentes aspectos da sua vida tanto no campo profissional, no político, como no lazer. De 1945 a 1963, tem-se o que se pode chamar do terceiro período na história da imprensa negra representadas pelos jornais: *Alvorada* (1945); *Senzala* (revista-1946); *União* (1948); “Mundo novo” (1950); “Quilombo” (revista-1950); “A Voz da Negritude” (1953); *O Novo Horizonte* (1954); *Noticias de Ébano* (1957); *O Mutirão* (1958); *Hífen* (1960); *Níger* (revista-1960); *Nosso Jornal* (1961) e *Correio d’Ébano* (1963) e *Correio d’Ébano* – “um jornal a serviço da coletividade negra do Brasil” (1963).

Os jornais negros, assim, de diferentes maneiras foram instrumentos de luta, principalmente, contra os preconceitos, ferramentas de conscientização do negro e de sua posição na sociedade brasileira e instrumento de valorização da sua educação e a instrução. Ela teve, por isso, uma função socializadora e de controle altamente construtiva. Conforme observado por Moura (1980) e Ferrara (1985), a imprensa negra condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenso mecânico, fundando da identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica.

5.4. A Frente Negra Brasileira

A luta e a busca pela superação dos obstáculos que o impediam de integrar normalidade da vida cotidiana pós-escravidão e pós-república, além das resistências na defesa de sua cultura e identidade, sempre se manifestou de forma definida e determinada desde os primeiros dias da abolição, na esteira do que houvera sido as rebeliões de outrora e toda sorte de combate cujos quilombos e Zumbi dos Palmares são grandes ilustrações. Durante o primeiro quinquênio do segundo quartel deste século, avolumaram-se de tal modo a amargura e a insatisfação que brotaram, espontaneamente, vários movimentos de tomada de consciência, de crítica e de repulsa ao duro destino a que se viram relegados os “homens de cor”.

No início do século, o grau de exclusão e de agressão de toda natureza a que era subordinado o negro foi embrionário da formação dos mais variados movimentos de denúncia, reivindicação e enfrentamento e mesmo de defesa dos interesses do negro, ao passo que serviram também para encontrar um lugar no debate e discussão que se alcançavam os mais variados grupos sociais. Uma verdadeira insubordinação contra as debilidades mais profundas do sistema de relações raciais.

A Frente Negra Brasileira, fundada em 16 de setembro de 1931, é seguramente uma das grandes expressões da resistência e da capacidade de organização e de luta do negro em torno da defesa de seus interesses políticos e de sua ação de no combate e superação de sua exclusão da sociedade que se formava. Foi também a expressão da manutenção e da continuidade da luta de sempre iniciada nos tempos imemoriais da escravidão e que se traduzia, agora, nos arranjos que sacudiam o país nos tempos pós-Primeira Guerra e diante da eclosão do conflito e arranjo das forças político do país na busca de sua identidade e da sua nova estrutura sócio política econômica. Na conformidade de seu estatuto, ela se reconhecia como tendo por finalidade promover a “união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira”.

A Frente Negra Brasileira tinha como objetivo central promover a elevação moral, intelectual e profissional, assistência, proteção e defesa social, jurídica e

econômica da Gente Negra. Segundo Domingues (2007, p. 206), no seu auge, esta organização chegou a reunir cerca de 30 mil filiados, com representações em diversas cidades do país. “A reação do público ao estabelecimento da Frente superou qualquer expectativa de seus organizadores” (ANDREWS, 1951, p. 220). A organização expandiu-se rapidamente por todo o Estado de São Paulo e para o sul de Minas Gerais e Espírito Santo; frentes independentes foram também criadas na Bahia e no Rio Grande do Sul. Em pouco tempo, contava com milhares de membros, com um poderoso núcleo dirigente em São Paulo e várias ramificações pelo interior e outros Estados. Com seu poderoso jornal, *A Voz da Raça*, pôs em prática um programa de proselitismo que jamais alcançou paralelo em outras tentativas ulteriores. (FERNANDES, 1978, p. 46).

Foram extraordinários os esforços da Frente Negra para melhorar a situação da população negra de São Paulo. A Frente subvencionou cursos de alfabetização e vocacionais para adultos chegando a criar inclusive uma escola elementar, além de clínica que oferecia cuidados médicos e odontológicos e departamento legal que proporcionava assistência aos membros envolvidos em disputas com proprietários de terras ou com os patrões. Além de benefícios de auxílio mútuo, criou e instituiu uma cooperativa de crédito para estimular a compra da casa própria aos negros. Conforme, destaca Fernandes (1978, p. 34), a Frente Negra Brasileira procurou organizar os negros na defesa de sua integridade e dignidade inclusive estimulando-os a combater diretamente o estado de exclusão que lhe eram impostos de forma escancarada, incentivando abertamente seus adeptos a invadirem os passeios públicos ou riques de patinação proibidos; a enfrentarem as patroas “malcriadas”.

5.5 A Frente Negra Brasileira e a questão da educação

O maior e mais importante departamento da Frente Negra Brasileira foi o de Instrução, realizado através do Departamento de Cultura Intelectual. Era o responsável pela área educacional da Frente Negra Brasileira. Um de seus motes propagandísticos conclamava: "Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações" (*A Voz da Raça*, 28 out. 1933, p. 2).

O conceito de educação articulado pela entidade era amplo, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização. (DOMINGUES, 2008, p. 522).

A educação era vista muitas vezes como a principal arma na "cruzada" contra o "preconceito de cor". Os negros deviam estudar, afirmava José Bueno Feliciano, "a fim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos-emos respeitar" (*A Voz da Raça*, 24 jun. 1933, p. 4). Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente. A educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo. (DOMINGUES, 2008, p. 522-523).

A instrução foi uma das questões mais pautadas da FNB: "A instrução bem disseminada na raça será a maior e a mais importante conquista desta entidade" (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4). A Frente Negra acreditava que a marginalização do negro na pós-abolição era uma herança da escravidão e que lhe havia entorpecido o potencial intelectual e cultural. Que escravidão teria gerado o despreparo intelectual e/ou cultural do negro para o exercício da plena cidadania no mundo "moderno e civilizado" da República. E que tal despreparo só poderia ser revertido pela via da instrução: "o fracasso de nossa gente foi simplesmente porque nos mostraram a liberdade esquecendo-se de nos abrir a porta que a ela conduz – o livro", diria em tom catequético, um articulista do jornal, que asseverava, ainda: "instrução é única e exclusivamente do que se resente o negro" (*A Voz da Raça*, 8 jul. 1933, p. 4); "Ela teria o poder de produzir uma "mentalidade nova nas crianças de hoje que serão os moços de amanhã e os velhos do futuro". (*A Voz da Raça*, mar. 1936, p. 4).

A Frente Negra sempre apostou na capacidade da instrução como o instrumento eficaz para atacar o preconceito. "Instrução é o que o negro precisa". "O negro deve procurar se libertar dos grilhões da ignorância e quebrar as algemas vergonhosas do preconceito que o faz aniquilar." (*A Voz da Raça*, abr. 1936, p. 3). A instrução seria também o principal meio pelo qual o negro adquiriria cultura, que naquela época era entendida como sinônimo de civilidade. João de Souza

argumentava: "é na arena pedagógica que se acolhe a luta suprema da civilização". (*A Voz da Raça*, 2 set. 1933, p. 2). "O homem deve estudar até morrer. Não é só nos Grupos Escolares e nos Ginásios, enquanto se é criança ou moço que se forma o intelecto. Em casa, na sociedade, nos clubes, em qualquer parte. [...] Sem estudo não se vence" (*A Voz da Raça*, 17 mar. 1934, p. 8). "Oh pais! Mandai vossos filhos ao templo da instrução intelectual – 'a escola', não os deixeis analfabetos como dantes" (*A Voz da Raça*, 17 jun. 1933, p. 3). "Negros, negros, ide para a escola, aprender, aperfeiçoar no manejo das letras alfabéticas para que possais, amanhã, tirar o melhor partido delas, para a glória do Brasil e de vossa raça oprimida." (*A Voz da Raça*, 3 fev. 1934, p. 4).

Em 1932, criou-se o curso de alfabetização de jovens e adultos. Em 1933, anunciava-se o projeto de fundação de uma "instituição escolar" com o nome de "Liceu Palmares", a fim de "ministrar ensino primário, secundário, comercial e ginásial". Notificava-se também que essa "instituição escolar" aceitaria alunos independente de serem ou não sócios da FNB, "assim como brancos, brasileiros ou não" (*A Voz da Raça*, 25 mar. 1933, p. 4). O curso de alfabetização funcionava na sede da entidade. Era em princípio destinado a todos os negros ("menores e adultos"), associados ou não à entidade, no período noturno: "Encontra-se em pleno funcionamento na sede da FNB a escola de alfabetização, mantida por aquela entidade, para ministrar instrução aos negros de ambos os sexos" (*A Voz da Raça*, 25 mar. 1933, p. 2). A partir de 1934, a Frente Negra Brasileira passou a oferecer, além do curso de alfabetização, o curso primário, que inicialmente funcionava no período vespertino, mas que, em um segundo momento, passou a funcionar no período matutino.

Conforme observa Domingues (2008, p. 532), a Frente Negra foi expressão da capacidade de união e luta da "população de cor" na década de 1930. Para as lideranças frentenegrinas, a educação era o que hoje se designa bem inviolável. Além da integração e ascensão social do indivíduo na sociedade, ela possibilitaria a eliminação do preconceito e, no limite, garantiria as condições para o exercício da cidadania plena.

As lideranças frentenegrinas difundiram a ideia de que a educação era o principal, senão um dos principais instrumentos a permitir que uma pessoa negra

vencesse na vida ou, ao menos, obtivesse as mesmas oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais de uma pessoa branca. Com a fundação de uma escola, o negro tomou para si a tarefa de educar seus pares. Nesse caso, a Frente Negra Brasileira revestiu-se da característica de algumas organizações dos movimentos sociais: a execução de projetos que substituem o papel do Estado. Essas organizações passam a oferecer um serviço ou bem que, a rigor, é obrigação do poder público e direito de qualquer cidadão. (DOMINGUES, 2008, p. 532).

5.6. Organizações Negras e o Estado Novo

A ditadura atingiu profundamente não apenas a Frente Negra, mas todas as organizações negras populares. Daí o fato de vermos na Grande São Paulo funcionando para os negros apenas clubes de lazer de uma pequena classe média, como o “Aristocrata”, pois tudo o que tinha caráter popular foi reprimido. Com isto, as organizações negras se retraíram taticamente. Há um interregno no qual esses grupos específicos recuam para somar forças depois. Os seus líderes também desapareceram ou se retiraram para posições defensivas. (MOURA, 1980, p. 157).

A imposição da ditadura de Vargas em 1937 marcou o fim de um período de intensa mobilização política na comunidade negra e também no Brasil em geral. As organizações negras não desapareceram completamente sob a ditadura; as sociedades de dança e os clubes sociais continuaram a funcionar, e o regime de Vargas estimulou ativamente o desenvolvimento das escolas de samba, embora sob o controle estrito do Estado.

As organizações cívicas também continuaram a operar, e uma delas – a Associação José do Patrocínio – teve sucesso ao solicitar ao Presidente Vargas que proibisse anúncios de emprego racialmente discriminatórios nos jornais de São Paulo. (ANDREWS, 1951, p.283).

A queda da ditadura em outubro de 1945 desencadeou uma onda de tentativas de reconstruir o Movimento Negro da década de 1930. A Convenção Nacional dos Negros Brasileiros teve lugar em novembro, na capital do Estado, com o objetivo de formular uma plataforma de demandas a serem apresentadas à

esperada Assembleia Constituinte, que iria escrever a nova Constituição para a Segunda República. A imprensa negra de São Paulo, extinta desde 1937, imediatamente reapareceu com a fundação do Alvorada em setembro de 1945, do Senzala em janeiro de 1946 e de O Novo Horizonte em maio de 1946. Estes esforços dos afro-brasileiros em São Paulo e em outros Estados para se organizarem em movimentos raciais e participarem da democracia recém-estabelecida provocou um considerável antagonismo entre os brancos (ANDREWS, 1951, p. 284, 285).

Foi uma etapa na qual os negros paulistanos se preocupavam muito com problema de uma ideologia para negros de valorização da cultura negra. As comemorações do ano primaram pelo extenso programa cultural, esportivo, artístico e pelo balanço da longa caminhada empreendida pelo negro desde a sua libertação. Vários intelectuais não negros participaram de uma série de conferências, entre eles Sérgio Milliet, Florestan Fernandes, Carlos Burlamarqui Kopke, ao lado de negros como Abdias do Nascimento, Solano Trindade e Fernando de Góis. (MOURA, 1980, p. 157-158).

5.7. Organizações Negras e a redemocratização

A redemocratização em 1945 será marcada por um forte projeto nacionalista, tanto em termos econômicos, quanto culturais. Isto representou, por um lado, a recusa do liberalismo econômico e do imperialismo cultural europeu e americano e, por outro lado, a edificação de um capitalismo regulado pelo Estado que permitiria aos negros uma melhor inserção econômica e expandiu suas diversas tradições culturais de origem africana ou luso-afro-brasileira: o barroco colonial de Pernambuco, Bahia e Minas, as procissões católicas, as festas de largo, o samba, o Carnaval, a capoeira, o Candomblé, as congadas, as diversas culinárias regionais etc. Ou seja, o federalismo político foi, de certo modo, fortalecido pela nacionalização dos diversos regionalismos culturais, todos de cunho racional, e temperados agora pela grande mobilidade espacial da população e pela "integração dos negros na sociedade de classes", ou seja, como *trabalhadores e brasileiros*

negros. O Brasil, se não era de fato, deveria ser, no devir, uma democracia racial, coisa que, aliás, para o imaginário nacional bastava (GUIMARÃES, 2002, p.88).

O protesto negro, entretanto, não desapareceu, muito pelo contrário, ampliou-se e amadureceu intelectualmente nesse período. Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população "de cor" continuava marginalizada em favelas, mocambos, alagados e na agricultura de subsistência. Serão justamente os negros em ascensão social, aqueles recentemente incorporados à sociedade de classes, que verbalizarão com maior contundência os problemas da discriminação, do preconceito e das desigualdades. (GUIMARÃES, 2002, p.88-89). Atingido pelo preconceito de cor, o homem negro urbano, especialmente da cidade de São Paulo, procura se organizar também em grupos de reivindicação e de protesto.

Os movimentos negros nos EUA, como *Black Power*, Panteras Negras, Muçulmanos Negros e muitos outros repercutem no Brasil. As grandes lutas e as lideranças de um Malcom X, Luther King Jr., e outros, levam o negro paulista, especialmente das grandes cidades, a refletir sobre a sua situação. A violência que se abateu sobre os líderes, quase todos eliminados fisicamente, e, em contrapartida, a violência negra em cidades como Chicago, Washington, Nova Iorque, e outras, repercutiu, também, no painel de análises desses negros paulistas. (MOURA, 1980, p.170).

Há a considerar, também, como elemento importante da deflagração desse processo de rearticulação do negro no Brasil, especialmente em São Paulo, o surto de libertação das antigas colônias africanas. Profissionais liberais, estudantes, funcionários públicos e, também, negros pobres começaram a assimilar os movimentos de libertação da África e se conscientizaram da necessidade de se auto-afirmarem como *negros*. Várias entidades nasceram voltadas para a África como uma nova pátria, em termos de *diáspora negra*. Outras entidades negras surgem ainda, algumas se renovam, como o Coimbra, que passa a organizar debates sobre o problema do negro na sua sede social. (MOURA, 1980, p.171)

5.8. Teatro Experimental do Negro

O *Teatro Experimental do Negro* - TEN foi fundado em 1944, no Rio de Janeiro. Seu documento de fundação estabelece os seguintes objetivos básicos:

a) resgatar os valores da cultura africana preconceituosamente marginalizados à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante;

b) através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante “branca”, recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental

c) erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquiado de preto, nora tradicional quando o personagem negro exigia qualidade dramática do intérprete;

d) tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pai Joões e lacrimogêneas Mãe Pretas;

e) desmascarar como inautênticas e absolutamente inúteis a pseudocientífica literatura que focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram os ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria etc., cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos, que emergiam do contexto racista da nossa sociedade. (NASCIMENTO, 2003, p. 129).

O Teatro Experimental do Negro iniciou sua tarefa histórica convocando para seus quadros pessoas originárias das classes mais sofridas pela discriminação: os favelados, as empregadas domésticas, os operários desqualificados, os frequentadores de “terreiros”. O Teatro Experimental do Negro educou, formou e apresentou os primeiros intérpretes dramáticos da raça negra – atores e atrizes – do teatro brasileiro. Inspirou estimulou a criação de uma literatura dramática baseada na experiência afro-brasileira, dando ao negro a oportunidade de surgir como personagem-herói, o que até então não se verificara.

O Teatro Experimental do Negro promoveu o I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 1950. E promoveu intensa e profunda mudança tanto no setor propriamente teatral como, de maneira geral, na sociedade brasileira. Para atingir esses objetivos o TEN se desdobrou em várias frentes: tanto denunciava as formas de racismo sutis e ostensivas, como resistia à opressão cultural da brancura; procurou instalar mecanismos de apoio psicológico para que o negro pudesse dar um salto qualitativo para além do complexo de inferioridade a que o submetia o complexo de superioridade da sociedade que o condicionava. Apesar das difíceis condições vigentes no Brasil, impostas pela ditadura militar de 1964, com a supressão das liberdades públicas e das garantias dos direitos individuais e humanos, há tentativas que denunciam a inquietude dos jovens na procura de um caminho válido. E isto se torna mais difícil por causa do ambiente, vazio de esperança e cheio de confusão, verificável no país (NASCIMENTO, 1978, p. 131).

O Teatro Experimental do Negro (TEN) do Rio de Janeiro foi, nesse período, a principal organização negra do país. Embora tivesse de início o objetivo, eminentemente cultural, de abrir campo das artes cênicas brasileiras aos atores negros, acabou com o tempo por se transformar em agência de formação profissional, clínica pública de psicodrama para população negra e movimento de recuperação da imagem da autoestima dos negros brasileiros (GUIMARÃES, 2002, p. 89).

Os propósitos de integração do negro na sociedade nacional e de resgate da sua autoestima foram marcas registradas do Teatro Experimental do Negro. Através do teatro, do psicodrama e de concursos de beleza, procurou não apenas denunciar o preconceito e o estigma de que os negros eram vítimas, mas, acima de tudo, oferecer uma via racional e politicamente construída de integração e mobilidade social dos pretos, pardos e mulatos.

A orientação política desse movimento ficou expressa no modo extenso de definir os “negros”, para neles incluir mulatos e pardos, tal como já acontecia em São Paulo e no Sul, fazendo com que, longe de ser uma minoria, o negro fosse *o povo* brasileiro. Conforme Guimarães, longe de expressar os interesses de uma minoria, o Teatro Experimental do Negro, e de modo mais amplo o Movimento Negro desses

anos, procuravam solucionar um problema nacional de integração social, econômica e política da grande massa da população brasileira (GUIMARÃES, 2002, p. 93).

5.9. Movimento Negro Unificado

Segundo Cunha Jr. (1979), o Movimento Negro Unificado (MNU) enquadra-se no caráter dos “novos movimentos sociais” quando se propõe a formar uma cultura política de massa, o que lhe permite conquistar espaço no campo político e impor-se como agente de uma nova realidade social. Dessa forma, no seu processo de constituição histórica, o Movimento Negro Unificado passa a configurar-se como um dos mais expressivos movimentos negros surgidos no final da década de 70. A retomada das manifestações no transcorrer desse período – teatro negro, recitais de poesias, seminários, palestras, exposições, apresentações de danças e músicas afro-brasileiras – fomentaram, junto com o acompanhamento dos acontecimentos dos movimentos da África, dos Estados Unidos, e do próprio país, a reorganização dos movimentos negros, principalmente na região Sudeste (SILVA, 2002, p. 55). Fundado em junho de 1978, na cidade de São Paulo, resultou do trabalho dos setores importantes de entidades cariocas e paulistas, empenhados numa luta política comum. A fundação do Movimento Negro Unificado resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar. (GONZALEZ, 1982, p. 41, 42).

As atividades do MNU em seu primeiro ano de existência se deram em diferentes níveis. No final desse período, em que os movimentos negros começaram a buscar novos caminhos, outros acontecimentos eclodiram, acelerando o posicionamento da comunidade negra perante a sociedade e o estado. A morte de Robson Silveira da Luz numa delegacia de Guaianazes e a expulsão de quatro atletas negros do Clube Regatas Tietê, ambos em São Paulo, induziram a unificação de todos os movimentos, entidades, grupos e pessoas negras e não negras para a realização de um ato público.

No dia 7 julho 1978, foi realizado esse ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com apoio dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e dos presidiários da casa de detenção de São Paulo. Na “Carta Convocatória” para o Ato

Público contra o racismo, assim como na “Carta Aberta à População”, estavam contidas as diretrizes para a comunidade negra. Criava-se dessa forma, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Posteriormente, no dia 23 julho, foi acrescentado o termo negro ao nome do movimento, passando a ser daquela data em diante Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) (SILVA, 1994, p. 56).

Além da contribuição das entidades culturais, as entidades negras de massa, apesar de todas as tentativas de manipulação por parte do Estado Novo, continuaram seu projeto de resistência cultural. O golpe de 64 implicaria na desarticulação das elites intelectuais negras, de um lado, e no processo de integração das entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro.

5.10. Tendências atuais do Movimento Negro

Na década de 1980 e, principalmente, depois do processo de redemocratização do País, iniciou-se uma tendência de atomização do Movimento Negro. Foram criados centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional. Em São Paulo, surgiram o Instituto do Negro Padre Batista, o Núcleo de Consciência Negra na USP, a Afrobras; no Rio de Janeiro, apareceu o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP); em Recife, o Djumbay; no Pará, o Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa); em Aracaju, a União de Negros de Aracaju (UNA); no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN); em Belo Horizonte, a Casa Dandara, entre muitos outros grupos. Como protesto à ausência de espaço, tanto no movimento feminista, quanto no Movimento Negro, as mulheres afro-brasileiras fundaram suas próprias organizações, como o Geledés, em São Paulo; a Criola, no Rio de Janeiro; a Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte; a Associação das Mulheres Negras, de Porto Alegre.

Em mapeamento realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB/USP apud GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000, p. 70), verificou-se a existência de mais de mil e trezentas entidades na década de 1990, as quais realizavam um trabalho de cunho cultural, recreativo, religioso, educacional e/ou político.

Na década de 1990, continuou a tendência de multiplicação do Movimento Negro, com a formação de vários grupos regionais, de atuação local e várias organizações de inserção nacional. As mais importantes foram os Agentes de Pastoral Negros (APNs), ligados à Igreja Católica; a União de Negros pela Liberdade (Unegro), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB); o Fórum Nacional de Mulheres Negras; a Coordenação Nacional dos Estudantes Negros Universitários (CECUN); a Coordenação Nacional dos Remanescentes de Quilombos; a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e o Movimento Nacional pelas Reparações (DOMINGUES, 2007, p. 104).

6. O NASCIMENTO DA AFROBRAS

O histórico da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares é intimamente ligado ao da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural – Afrobras – de que é criação. Não é possível falar dela sem antes falar da mãe criadora e fundadora. Com efeito, a Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sociocultural (Afrobras) – Organização Não Governamental sem fins lucrativos – foi fundada em 1997 com a proposta de criar condições para o acesso de afrodescendentes ao ensino superior, com vistas à qualificação acadêmica de um contingente numeroso de pessoas excluídas do processo de produção do conhecimento científico, em função de condições econômicas precárias e das dificuldades acumuladas ao longo da educação básica.

6.1 Objetivos da Afrobras

Entre seus objetivos fundamentais figuram:

a) Prestar assistência social e jurídica gratuita aos necessitados, promover a inclusão, capacitação, qualificação, desenvolvimento e o progresso social, econômico, cultural e educacional dos necessitados em geral e, em especial, da comunidade afrodescendente brasileira, de seus membros, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social e o Programa Nacional de Assistência Social, de forma a promover a ética, cidadania e direitos humanos;

b) Agir em defesa da conservação do patrimônio histórico-cultural, artístico e religioso afrodescendentes, na promoção dos direitos humanos e na assessoria jurídica gratuita aos necessitados, podendo para esta finalidade desenvolver todas as ações e medidas judiciais pertinentes em todas as instâncias administrativas ou judiciais;

c) Criar, desenvolver e gerir projetos e serviços de assistência social e jurídica aos necessitados, na forma da lei, podendo para esta finalidade implementar ações em parcerias, convênios e outras formas de associação com pessoas físicas e jurídicas nacionais ou internacionais;

d) Envidar todos os esforços na promoção e elevação do saber moral, intelectual, técnico, científico e acadêmico, em todas as áreas do conhecimento humano, criando, instalando e administrando Agência Educacional em todos os graus e de Ensino Superior que se denominará Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares;

e) Integrar as atividades das demais entidades de apoio e valorização, cujas atividades e princípios estejam em consonância com os seus;

f) Estudar, cultivar, difundir e irradiar, dentro da ótica humanista do respeito e valorização das diferenças raciais e culturais, da confraternização dos povos e do conagraamento entre todos os seres humanos, os valores históricos, espirituais, culturais e sociais da comunidade afrodescendente brasileira;

g) Buscar e constituir parcerias e integração com o setor governamental e privado nacional e internacional, com o objetivo de fomentar as atividades de desenvolvimento econômico e social e combate à desigualdade social dos afrodescendentes;

h) Cultuar a memória e obras de seus cultos passados e presentes e instituir monumentos, bustos e estátuas; criar e manter um Centro de Referência, biblioteca especializada na história e na religiosidade do negro no mundo e uma Academia de Belas Artes;

i) Elaborar, instituir e promover seminários, congressos, eventos e projetos culturais, e certames voltados para integração, divulgação, socialização e visibilidade dos membros da comunidade afrodescendente brasileira;

j) Instituir e manter órgãos, veículos e programas de comunicação: imprensa, radiofônica, televisiva, cinematográfica, literária, de dados, bem como de produção e publicação; de periódicos, produção teatral, fotografia, cultural, esportivo e lazer;

k) Idealizar, conceber, instituir, organizar e incrementar, sob sua égide, ordens honoríficas, medalhas, troféus, comendas, colares e láureas de base territorial nacional ou internacional, oficializando-as perante os poderes e órgãos constituídos e outorgando aos agraciados em solenidades cívicas;

l) Organizar e promover eventos, mostras, feiras culturais ou comerciais, permanentes ou não, que estimulem e incentivem a empreendedorismo, a geração de renda e a realização de negócios e comércio de produtos e serviços, em especial de produtores afro-brasileiros, podendo para tanto criar, desenvolver, produzir, comercializar, patentear, registrar e explorar, ou autorizar a exploração de produtos e marcas e patentes, em qualquer dos ramos de indústria, comércio, serviços, entretenimento, culturais, esportes e de lazer;

m) Promover serviços voluntariados;

n) Promover o desenvolvimento de empreendimentos voltados à divulgação da história, da arte e da cultura afrodescendente, inclusive utilizando-se da legislação federal, estadual, distrital e municipal para financiamento dessas atividades;

o) Promover, através do esporte, a inclusão social dos mais necessitados, coordenando, administrando, realizando e mantendo constantemente ações esportivo-educativas voltadas aos mais necessitados, como forma de aprendizado e inserção social.

As atividades da Afrobras tiveram início em 1998, através do curso pré-vestibular CAIS, parte de um projeto mais amplo, que desenvolveria ações com o objetivo de formação, informação, inserção, visibilidade, integração e valorização dos afrodescendentes. O intuito era preparar jovens negros para as universidades públicas. Durante um ano, a Afrobras conduziu o Cais, com os cerca de 120 alunos e, em parceria, o Cursinho Objetivo cedia as apostilas. Em seguida, a organização iniciou o programa “2000 para 2000”, a fim de conseguir duas mil bolsas de estudo nas universidades privadas até o ano 2000, que logo se tornou o “Mais Negros nas Universidades”, que durou três anos e alcançou o total de mil bolsistas.

Em março de 2002, após intenso trabalho de esclarecimento e convencimento de pessoas e empresas sobre a amplitude atribuída aos conceitos de cidadania plena, responsabilidade social e inclusão, foi criado o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, com um plano sistematizado de ações e metas para possibilitar a incorporação de ações afirmativas em sua gestão. Ser o órgão mantenedor da

Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares constitui-se na principal finalidade do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.

No mesmo ano, o instituto realizou a solicitação de credenciamento e autorização de funcionamento da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, com a oferta do curso de graduação em Administração e ênfase no Empreendedorismo e Diversidade. Em meados de 2007, com recomendação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi autorizado o curso de graduação em Direito, com valorização de temáticas não exploradas em outros espaços acadêmicos, mas presentes nos dilemas éticos e de identidade da Sociedade: justiça e direito, etnia e direito, diversidade e direito.

6.2. Realizações da Afrobras

6.2.1 Medalha do Mérito Cívico Afro-Brasileiro

A medalha é uma realização da Afrobras e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e tem como finalidade agraciar pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham contribuído direta ou indiretamente com os valores do respeito à diferença, tolerância e igualdade de oportunidades, contribuindo para a elevação moral, social e inserção socioeconômica, cultural e educacional dos negros brasileiros.

A entrega da condecoração faz parte das comemorações do “21 de Março”, Dia Internacional da Luta Contra a Discriminação Racial ou em reflexão ao “13 de Maio”, Dia da Abolição da Escravatura. A Medalha do Mérito Cívico Afrobrasileiro compõe-se de uma esfera circular, tendo em relevo a efígie de Zumbi dos Palmares, sob o fundo do mapa da rota dos escravos.

Foram agraciados com a medalha ao longo dos anos, dentre outras, as seguintes personalidades: Fábio Barbosa (presidente do Grupo Santander Brasil), Ivan Zurita (Presidente da Nestlé Brasil), Jackson Schneider (vice-presidente da Mercedes Benz do Brasil), Luiz Carlos Trabuco Cappi (Presidente do banco Bradesco), Miguel Jorge (ex Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Marcelo Cândido (Prefeito Negro do Município de Suzano no Estado de

São Paulo), Abel Neto (Jornalista Negro da Rede Globo de Televisão) e Thomas Shannon (Embaixador dos Estados Unidos no Brasil).

6.2.2 Colégio Zumbi dos Palmares

O Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares visa atender a necessidade urgente de se ampliar a oferta de escolarização e profissionalização para jovens e adultos que ainda não estão inseridos no mundo do trabalho, optando por implantar cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, em parceria com o HCor (Hospital do Coração), Centro de Ensino Tecnológico Paula Souza e o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares entende como premissa que o desafio político-pedagógico que deve ser prontamente assumido pelas instituições que acreditam que o desenvolvimento do país só será efetivo ao se promover a justiça social; a democratização do acesso aos cursos de nível médio e a abertura de novas oportunidades para a questão da formação profissional.

A parceria entre o Hospital do Coração e o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior faz parte de uma série de projetos filantrópicos realizados pelo HCor, na promoção da saúde, educação e pesquisa, promovida pelo Ministério da Saúde em hospitais de excelência por todo o Brasil. O HCor oferece toda a estrutura necessária (logística, tecnológica e acadêmica) para auxiliar na formação de estudantes afrodescendentes no curso Técnico em Enfermagem com o objetivo de proporcionar aos estudantes uma melhor qualificação profissional, ampliando expressivamente as oportunidades de trabalho por meio de todo aparato tecnológico e científico.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), maior complexo de educação profissional da América Latina, é parceiro do Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares no curso gratuito de técnico em Redes de Computadores.

O SENAI é hoje um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Parte integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações das Indústrias dos

estados –, o SENAI apoia 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. A parceria entre o SENAI e o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior faz parte de uma série de parcerias que beneficiam jovens em situação de risco social, trabalhadores excluídos da vida produtiva, indígenas, presidiários, crianças abandonadas, candidatos ao primeiro emprego, dentre outros grupos.

6.2.3 Programa Negros em Foco

O programa televisivo *Negros em Foco* é o único programa da televisão brasileira criado, apresentado, dirigido e voltado para difusão e comunicação de assuntos e temas de interesse do jovem negro e focado nos aspectos de sua identidade e cultura. Com formato inédito, possui estúdio próprio dentro das instalações da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e é levado ao ar pelos canais 14 UHF - RBI / Canal 9 da Net - TV Aberta.

6.2.4 Revista Afirmativa Plural

A *Afirmativa Plural* é uma das poucas revistas no país a discutir o universo afro-brasileiro em toda sua diversidade. É uma publicação bimestral, lançada em 2004, com abordagem nos principais temas de interesse da comunidade afro-brasileira. A cada edição, com tiragem de dez mil exemplares, a revista aborda com profundidade um grande tema para análise e reflexão da sociedade brasileira. É um fórum onde personalidades de todos os matizes políticos, raciais, sociais e religiosos, que discutem a integração e o desenvolvimento do negro na sociedade brasileira. Destaca-se, ainda, que a revista é um veículo de divulgação da força, da criatividade, dos valores e das aspirações do negro brasileiro, expressando e debatendo assuntos que dizem respeito a toda sociedade. A revista é distribuída gratuitamente para um *mailing* VIP da Afrobras, que inclui executivos e autoridades, e para os alunos da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Entre o público leitor estão empresários, executivos, universitários, artistas, políticos, promotores, desembargadores e diretores das instituições financeiras. Destes, 60% são mulheres e 40% homens, de classes A e B, com mais de 25 anos, e classe C, com menos de 25 anos.

6.2.5 Troféu Raça Negra

O Troféu tem como objetivo destacar e registrar através de testemunho público a trajetória de autoridades e personalidades negras ou não, nacionais e internacionais que tenham contribuído para o aprofundamento e ampliação da valorização do negro. A primeira edição do evento considerado o “Oscar” da comunidade negra aconteceu em 2000, marcando as festividades de 500 anos de descobrimento do Brasil, para destacar as personalidades negras que contribuíram em diversas atividades, propiciando às futuras gerações o registro da determinação, trabalho, perseverança e exemplo público na construção e desenvolvimento do Brasil. O evento integra o calendário da cidade de São Paulo e é patrocinado por algumas das maiores empresas do País. Em 2011, os patrocinadores foram Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Coca-Cola Brasil, Ford, Itaú, Mercedes Benz, Petrobras, Oi, TBE e Telefônica.

6.2.6 Agência de Notícias Afrobrasnews

A Agência Internacional de Notícias Afroétnica (Afrobrasnews) traz informações sobre o negro do Brasil e do mundo. No Brasil, segundo maior país negro no mundo e o maior fora da África, com cerca de 90 milhões de afrodescendentes declarados em seu território, a grande mídia brasileira não aborda informações que interessam a mais de 50% da população do país, os negros. Mais de 120 anos após a Abolição, ainda há dificuldade em encontrar notícias que reflitam e informem sobre o que acontece com o povo negro. Com o intuito de quebrar essa barreira, a Afrobras criou mais este veículo de comunicação, com o objetivo de ser uma fonte de informação para o negro.

7. O NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES

7.1 Histórico e objetivos

Assim como a Frente Negra Brasileira traçou, na década de 1930, a perspectiva de educação como uma forma de superação do racismo e criou no seio da organização o Departamento de Instrução (DOMINUGES, 2008), a Afrobras, mais de setenta anos depois, dá continuidade à luta pela educação e põe em funcionamento, em 2004, o maior projeto da instituição: a Faculdade Zumbi dos Palmares (FAZP). Mantida pelo Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, a FAZP tem sede à Rua Santos Dumont, 843, Ponte Pequena, na cidade e comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares foi criada em 21 de março de 2002, pela Afrobras, como uma organização privada sem fins lucrativos, com objetivos educacionais e filantrópicos. Entre seus objetivos figuram detalhadamente:

a) Atuar como Agência Educacional da Sociedade Afro brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural na missão de participar da ação social de libertar o ser humano e a sociedade dos processos de exclusão de indivíduos e grupos, por motivos sociais, econômicos, culturais, raciais ou étnicos, podendo para essa finalidade abrir campi, sucursais, agências ou escritórios de representação em outras localidades no território nacional;

b) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades;

c) Formar diplomados, profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano para o desenvolvimento e o progresso do país;

d) Elaborar programas de pesquisas, estudos e documentação que forneçam subsídios para a resolução de problemas locais e nacionais, especialmente aqueles relacionados com o preconceito, a discriminação e a intolerância racial;

e) Contribuir para a formação de uma cultura plural fundamentada nos princípios éticos;

f) Constituir-se em um centro de elaboração e comunicação da cultura de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas do Brasil e comunicá-la através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação;

g) Servir as comunidades locais, estaduais e nacionais, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Afrobras e demais órgãos decisórios do próprio Instituto, em conformidade com a legislação vigente;

h) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e a promoção do ser humano;

i) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições educacionais, científicas e culturais, nacionais e internacionais, no sentido do incremento das ciências, das letras e das artes;

j) Estimular um diálogo entre afrodescendentes e outras etnias, valorizando a diversidade racial e a realidade brasileira;

k) Envidar esforços no sentido de facilitar a inclusão de afrodescendentes em todas as modalidades do ensino, do mercado de trabalho e do empreendedorismo, como forma de contribuir para o crescimento de pessoas menos favorecidas economicamente;

l) Promover o desenvolvimento de empreendimentos voltados à divulgação da história, da arte e da cultura afrodescendente, inclusive utilizando-se da legislação federal, estadual e municipal para seu financiamento;

Para a consecução dos seus objetivos, a Faculdade Zumbi dos Palmares poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, inclusive funcionar como correspondente Bancário no Brasil, articular-se pela forma conveniente com órgãos e entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras,

tais como poder público, comissões e conselhos municipais, estaduais e federais, bem como organizações da sociedade civil de interesse público.

Entre suas entidades de ensino em funcionamento, têm-se os atuais cursos de Administração, Direito, Tecnologia em Transporte Terrestre, Pedagogia e Publicidade e Propaganda. Em nível do ensino básico, fundamental e médio técnico profissionalizante, Zumbi dos Palmares mantém o Colégio da Cidadania Zumbi dos Palmares e um Departamento específico para criar e desenvolver Cursos Preparatórios de acesso ao ensino superior, concursos e carreiras jurídicas e públicas, estudos e pesquisas.

Pelos seus objetivos e atuação, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares apresenta o raro perfil das universidades privadas no Brasil com a preocupação de inclusão e manutenção do negro no ensino superior do país, sem colocá-lo num gueto étnico, combinando políticas focadas e políticas macro-sociais, ou universalistas, como preferem alguns. É uma proposta inovadora que articula os princípios das políticas públicas afirmativas de inclusão e os princípios do universalismo abstrato baseado na identidade humana genérica. Em outros termos, sem opor o “racial” ao “socioeconômico” e também sem dissolver o “racial” no simplesmente “socioeconômico” como se vê nas propostas inclusivas de algumas universidades que implementaram as cotas ditas sociais.

Desenvolvida ao longo de quatro anos, em parceria com o Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo e Universidade Metodista de Piracicaba, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares nasceu como um dos vários projetos da Afrobras com a finalidade de valorizar, qualificar, capacitar, formar, informar e dar visibilidade ao negro paulista e brasileiro.

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é, assim, a primeira faculdade privada do Brasil e da América Latina que visa à inclusão e manutenção do negro no ensino superior do País, e, com este perfil, uma das poucas no mundo. Contando atualmente com cerca de 2.000 jovens nos cursos de Administração, Direito, Pedagogia, Publicidade e Propaganda e Tecnologia em Transporte Terrestre, a nova etapa na trajetória pioneira da instituição prevê o alcance de 5.000

alunos nos novos cursos de graduação, a instalação do Núcleo de Pós Graduação e Núcleo de Ensino à Distância.

Embora 50% de suas vagas sejam reservadas para negros, estes preenchem 87,3% das mesmas. A FAZP é uma instituição de excelência, preocupada com a formação humanística e técnica do seu corpo discente e oferece apoio ao estudante em diversas áreas de nivelamento, como Laboratório de Reforço Extracurricular nas matérias: Português, Matemática, Inglês e Informática; Núcleo de Apoio e Assistência Social e Psicológica; Orientação Vocacional e Profissional, além da oportunidade de aprender música, dança e arte afrobrasileira.

Em seu currículo, a faculdade apresenta o seu grande diferencial – a transversalidade focada na história, cultura e situação econômica do negro no Brasil, considerando suas raízes africanas nas disciplinas do núcleo básico, como nas Oficinas de Comunicação e Expressão, onde se estudam textos de autores e temática negra; em Economia, com as disciplinas História Econômica do Negro no Brasil e Cenários Econômicos Contemporâneos do Mercado Afro-Étnico no Brasil; em Sociologia, com discussão das relações inter-raciais e de classe; no Direito, a Justiça e a Igualdade; e na Filosofia, a Ética, a Isonomia e a Equidade.

O aluno da FAZP tem a oportunidade de imersão em um treinamento prático através dos intercâmbios firmados entre a instituição e várias empresas; cursos de capacitação e qualificação pessoal e profissional, além do acesso a estágios remunerados em programas de convênios com instituições privadas. Em parceria com a Associação Cultural Alumni, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares oferece o acesso e capacitação na Língua Inglesa. Paralelamente à formação acadêmica, os alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares estão sendo preparados para o mercado de trabalho, através de treinamento realizado em parcerias com empresas e instituições financeiras.

Entre os principais parceiros figuram: Bradesco, Citibank, Ford, HSBC, Itaú, Mercedes Benz, Nestlé e Santander, entre outros. Atualmente, 85% dos alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares estão no mercado de trabalho, sendo que 30% estão contratados como Executivos Juniores nos bancos Bradesco, Itaú, HSBC, Santander e Citibank. Aproximadamente 90% do total de alunos

formados foram efetivados em empresas privadas multinacionais do setor financeiro e industrial. Em 2010, a Zumbi recebeu pelo segundo ano consecutivo, o conceito “3 Estrelas” no Guia do Estudante da Editora Abril para o curso de Administração. Além disso, constantemente a faculdade é pauta para os veículos de comunicação nacionais e internacionais.

O eixo da ação Institucional da Faculdade é despertar nos alunos a consciência do direito à vida em sua plenitude. Para tal, não importa necessariamente a cor ou a raça. Nesta direção, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares trata abertamente, através de projetos e do elenco das disciplinas da grade curricular, a cidadania, a ética, os direitos e deveres do homem brasileiro atuando como um divisor de águas na luta pela inclusão social dos negros brasileiros. Além de oferecer uma oportunidade rara de acesso à educação superior para as classes econômicas menos privilegiadas, permite, acima de tudo, a liberdade de escolher uma vida melhor através da luz do conhecimento. Sua missão é garantir acesso à educação superior para um número crescente de negros, 51% dos brasileiros que representam apenas entre 11 a 13% da população universitária do país segundo a PNAD 2011 (IBGE, 2011).

O corpo docente, composto por professores mestres e doutores, da FAZP é formado por 40% de negros autodeclarados e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares desenvolve forte trabalho de responsabilidade social, procurando incluir o Afrobrasileiro na sociedade através da educação.

O campus está localizado num terreno cedido pelo Município de São Paulo, com espaço para salas de aula dirigidas ao empreendedorismo, quadras de esportes, Biblioteca, Centro de Inclusão Digital em parceria com a Fundação Bradesco, amplas áreas de convivência, espaço para lanches e descanso. Tal localização, próxima ao metrô Armênia, só foi possível graças ao esforço dos parceiros, instituições e mantenedores, que acreditam no projeto Zumbi dos Palmares.

A primeira turma do curso de Administração de Empresas, iniciado em fevereiro de 2004, formou-se em 2007. A cerimônia de Colação de Grau aconteceu

dia 13 de Março de 2008, e teve como Patrono o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Em agosto 2007, teve início a primeira turma do Curso de Direito, autorizado pelo INEP/MEC e recomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil sendo, neste período, o único na cidade de São Paulo a receber esta recomendação. No segundo semestre de 2008, teve início a primeira turma do curso Superior em Tecnologia de Transporte Terrestre, autorizado pelo INEP/MEC em 2007. A primeira turma do curso de Pedagogia teve início em 2009 e, em 2010, iniciou-se a primeira turma do curso de Publicidade e Propaganda.

7.2. Principais projetos

Os principais projetos desenvolvidos na Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares são:

- Centro de Inclusão Digital: atende o aluno da Universidade no período noturno e a comunidade da região nos períodos da manhã e tarde. Em parceria com a Fundação Bradesco;
- Alfabetização de Jovens e Adultos: desde 2005, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), já alfabetizou mais de 6.000 paulistanos moradores de bairros periféricos, das quatro regiões da cidade;
- O Centro de Documentação da Cultura Afrobrasileira (CEDOC) tem como objetivo pesquisar, registrar, catalogar e armazenar a história do negro no Brasil e no mundo.

Para divulgar este acervo e garantir a inserção de seu público-alvo em ambiente de valorização comunitária a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares utilizou-se dos seguintes meios:

- Rádio Zumba;
- Centro de Artes;

- Núcleo de Capoeira;
- Núcleo de Danças Samba-Rock;
- Coral Kadmiel Zumbi dos Palmares;
- Curso de Alfabetização de Adultos (2004/2006);
- Pólo Zumbi dos Palmares do Projeto Guri (2005/2008), em parceria com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, atendendo cerca de 200 jovens, de 8 a 16 anos, nas qualificações: música, orquestra e coral.
- Esportes - Projeto de Inclusão e qualificação esportiva nas modalidades de vôlei, basquete, handebol, judô e capoeira.

7.3. Metas

A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, com limite territorial circunscrito ao município de São Paulo, no Estado de São Paulo, é um estabelecimento isolado de ensino superior mantido pelo Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro em São Paulo, Estado de São Paulo. A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem como missão atuar no ensino superior de São Paulo desenvolvendo os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos da sociedade afrodescendente local, regional e nacional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

A instituição nasce com a missão de tornar concretas as ações afirmativas propostas pela Presidência da República e que vêm por fim as desigualdades raciais ainda presentes na sociedade e desta forma possibilitar a maior inserção e interação da população negra com o meio em que vive. A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, como instituição educacional, destina-se a promover a educação sob múltiplas formas e graus, a ciência e a cultura geral, e tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- I. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- III. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- IV. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- V. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os do Brasil e da África, concentrando seu eixo nas questões da Afrobrasilidade, além de nas especificidades do momento histórico em que vivemos, nos desafios humanos, econômicos e tecnológicos internacionais, nacionais e regionais;
- VI. Prestar serviços especializados à comunidade local e regional, especialmente aos afro-brasileiros, estabelecendo com estes uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

A Instituição pretende consolidar o acesso e a permanência da população negra no ensino superior, assim como viabilizar a integração de negros e não-negros

em ambiente favorável à discussão da diversidade racial, no contexto da realidade nacional e internacional.

7.4. Projeto Pedagógico Institucional

A Universidade fundamenta-se na constatação de que a educação é a principal alavanca para o desenvolvimento nacional, para a inclusão de grupos excluídos e para a realização pessoal. Seu lema é “Sem educação não há liberdade”, ao qual os construtores deste projeto – corpo diretivo, técnico-administrativo, professores e alunos – acrescentou: a educação liberta e a liberdade educa. O público-alvo da faculdade é o jovem de baixa renda e de exíguo usufruto dos benefícios sociais, com enfoque preferencial no segmento dos negros, sem apoiar uma nova forma de intolerância às diferenças. O projeto pedagógico constitui-se em sólida contribuição à formação dos jovens brasileiros, tornando-os capazes de ocupar postos de carreira em corporações nacionais e, dependendo de suas vocações, tornarem-se empresários bem sucedidos. O projeto pedagógico não considera apenas a capacitação teórico-científica e técnica oferecida aos alunos, mas também a formação humanística, ética e cidadã. A formação de profissionais capacitados ao exercício das demandas do mercado de trabalho é garantida por um corpo docente qualificado, programas formativos adequados, aprendizagem teórica e prática concomitante de forma a habilitar os egressos como agentes multiplicadores dos ideais de equidade entre os homens. Para cumprir sua missão institucional, a Faculdade Zumbi dos Palmares, apoia-se em suas atividades complementares e nos projetos sociais:

O Núcleo de Apoio Psicológico (NAP) é encarregado de estudos, pesquisas e difusão do conhecimento na área de Psicologia. Atende alunos que recebem assistência terapêutica, participam de grupos de estudos e pesquisas, promovem seminários e encontros, com o objetivo de oferecer à comunidade da Zumbi suporte psicopedagógico e social.

O Sistema de Acompanhamento Paralelo é um programa de recuperação simultâneo ao semestre cursado, destinado aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizado ou defasagem de apropriação de conteúdos. Esses alunos devem

ser indicados pelos professores para um ou mais módulos nas disciplinas em que já demonstram dificuldade para atingir a média mínima exigida para a aprovação. São oferecidas oficinas de Português, Matemática e Informática.

O Núcleo de Estudos E Pesquisas Sobre Equidade Racial (NEPER) objetiva ampliar e aprofundar os estudos e pesquisas que investigam a situação socioeconômica, cultural e de saúde da população negra e assim contribuir para a implementação de projetos que permitam modificar o quadro de discriminação. É responsável pela iniciação científica de alunos e professores.

A Parceria Alumni, com o Projeto Capacitação em Língua Inglesa, oferece acesso e capacitação na língua inglesa aos alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares por meio de aulas do idioma Inglês aos sábados, nas instalações Alumni, gratuitamente. O programa é adequado ao projeto pedagógico da Faculdade, utilizando metodologia, qualidade, material didático e professores da Alumni.

O Núcleo de Expressão Corporal Com Graça em Ritmos oferecidos à Sociedade – N.E.G.R.O.S. Dançar foi criado por alunos da graduação com o intuito de difundir a cultura da dança afrobrasileira. Devidamente autorizado pela direção da Universidade, o Núcleo oferece aulas de samba-rock e samba de gafieira. Tem como objetivo preparar os participantes para adquirir habilidades de expressão corporal, restabelecer a autoestima e transmitir padrões de cultura negra, contribuindo para a popularização da dança.

Na Extensão Universitária, o programa “De volta ao Quilombo” pretende estabelecer um elo entre a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares e as comunidades remanescentes quilombolas no Estado de São Paulo. Para isto desenvolve ações de âmbito acadêmico, cultural e artístico, proporcionando um elo entre o conhecimento formal e a tradição e herança material e imaterial dos negros das comunidades quilombolas. Atividades já realizadas: Visitas técnicas e inventário cultural das comunidades de Ivaporunduva, São Pedro (Iporanga), Camburi, Caçandoca (São Sebastião); produção de documentação das visitas aos quilombos visitados (projeto em construção); artigos e entrevistas na mídia sobre o projeto. Atividades futuras: formar grupos de trabalhos multidisciplinares envolvendo

profissionais e alunos da instituição; efetivar convênios e parcerias com as comunidades quilombolas, agências financiadoras e instituições públicas e privadas.

Com o projeto intitulado Projeto Rondon, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares desenvolve um trabalho multidisciplinar com professores e alunos para alcançar uma maior abrangência do trabalho de campo a ser realizado. Neste projeto são priorizadas soluções autossustentáveis e turismo sustentável: visando à capacitação de servidores em gestão pública; gestão de projetos; gestão do Plano Diretor e elaboração de propostas de infraestrutura.

O Projeto Pedagógico da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem os seguintes princípios norteadores:

1) Efetuar a revisão/atualização periódica dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

2) Consolidar o processo de avaliação permanente destes projetos pedagógicos, incentivando e criando as condições de trabalho para a CPA (Comissão Própria de Avaliação), ajustando sempre que necessário os instrumentos de caráter avaliativo. Os resultados das avaliações deverão ser divulgados internamente, constar de relatório anual, específico além de servirem de parâmetros para transformações internas;

3) Elaborar e executar projetos de ação social e cultural em nível local e regional, incentivando a participação dos professores, alunos e administrativos;

4) Empenhar-se em ações visando aumentar o número de convênios, intercâmbios e parcerias técnico-científicas e culturais objetivando manter a instituição em consonância com os variados cenários sociais, econômicos e culturais nacionais e internacionais;

5) Estimular, através de todos os meios possíveis, a formação continuada, nos níveis de pós-graduação, especialização e/ou atualização dos docentes de seus quadros;

6) Elaborar programas de atualização profissional para todo o pessoal da Instituição de Ensino Superior (IES) em suas respectivas áreas de atuação;

7) Incentivar os professores e alunos para que se dediquem a pesquisas, definindo em conjunto com a comunidade acadêmica as linhas preferenciais de investigação da Faculdade;

8) Elaborar projetos de cursos de pós-graduação e extensão compatíveis com os cursos oferecidos e com as linhas de pesquisa definidas;

9) Compatibilizar o programa de iniciação científica às linhas de pesquisa já definidas.

O preâmbulo e os antecedentes históricos nos serviram de intróito para desenvolver os outros tópicos que compõem a segunda parte desta tese. Falamos até agora apenas das instituições ou da instituição fundadora da Zumbi dos Palmares, mas como as próprias instituições não caem do céu, precisamos também falar dos homens e mulheres que as criaram para poder entender o que aconteceu e por que aconteceu. Em outros termos, precisamos falar dos protagonistas e idealizadores, de suas histórias de vida e seu capital cultural, no sentido “*bourdieano*” da palavra². Para tanto, procedemos, conforme proposto na abordagem metodológica, a realização de entrevistas com as três outras pessoas que formaram o núcleo fundador da Afrobras e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, sendo a quarta pessoa o pesquisador que produziu esta tese, que poderá contar sua própria história de vida, sua formação e o processo de conscientização que o teria levado a juntar-se aos outros para realizar o projeto social em estudo.

Uma análise crítica do processo do primeiro vestibular se fez necessária, levando em conta os critérios de seleção e sua reflexão sobre a diversidade étnico-racial, econômica, de gênero e outras.

Nesta segunda parte da tese, refletir-se-á sobre os primeiros cursos implantados, levando em conta os critérios e os motivos que guiaram a escolha

² Bordieu (1987; 1990) define *capital social* como a segunda mais importante expressão do capital, à qual precede apenas o capital econômico possuído pelos agentes sociais. O conceito é deveras abrangente, visto que indica o conjunto de impactos que a cultura tem sobre as condições de vida dos indivíduos, particularmente a educação, embora não se restrinja a ela. Inclui também as estratégias individuais que possibilitam o deslocamento das pessoas no espaço social e permitem sua mobilidade social, pelas quais seu capital cultural é acionado ou reconvertido de acordo com as disponibilidades pessoais.

destes e não de outros, de acordo com os objetivos da Zumbi dos Palmares. A perspectiva de outros autores sociais que integraram o processo, como os parceiros, igualmente será registrada.

A formatura da primeira turma também não escapou à análise, bem como um levantamento dos desafios e resultados qualitativos e quantitativos obtidos, partindo do número dos inscritos no Vestibular, dos que abandonaram o curso e dos concluintes. Uma entrevista com uma amostra de alunos egressos para avaliar o processo de sua integração no mundo de trabalho e outra com uma amostra de alunos em formação foram também realizadas, com a finalidade de se formar uma opinião sobre suas expectativas em relação ao curso escolhido.

A repercussão nas mídias impressas e eletrônicas foi também importante para avaliar as opiniões críticas favoráveis e desfavoráveis capazes de auxiliar na reorientação de nossos rumos. Para isso, lançou-se mão da documentação reunida que já existe sobre Zumbi dos Palmares.

Finalmente, serão apresentadas as conclusões que não se constituirão em síntese da pesquisa, mas numa reflexão de caráter especulativo sobre o processo, suas dificuldades, novos horizontes e novas expectativas.

8. FACULDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES

8.1 Preâmbulo

A Afrobras – Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, associação civil de direito privado, é uma organização não governamental fundada em 1998, por um grupo de alunos negros, no interior da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a partir das reuniões de discussão e elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Sociologia, que naquele caso e à época, exigia uma proposta de intervenção que pudesse trazer mudança à sociedade.

Envolvidos numa profunda discussão acerca da invisibilidade do negro no ensino superior e tendo que tentar indicar os motivadores e a possível solução para a difícil questão, o grupo afinal chegava a uma conclusão de que, sob sua ótica tratava-se de um caminho de grande importância para superar aquele que era um verdadeiro drama.

Mas, o que no início parecia apenas um exercício prático de conclusão de curso, acabou por ser aprofundado e transformado em num instituto superior privado no modelo da então festejada ESP – Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo, mas com objetivos diferentes.

Criada por iniciativa de figuras eminentes da sociedade paulistana numa época de intensa agitação política e cultural da elite paulista, pretendia, segundo as motivações de seus fundadores, produzir um projeto de modernização da sociedade brasileira e de recuperação da influência política do estado São Paulo, que havia sido abalada e perdida com os resultados da Revolução de 1930 e 1932, através da formação de uma elite capaz de liderar o processo de industrialização do Brasil e de contribuir para melhorar os padrões da administração pública do país, através do conhecimento e domínio do conhecimento científico conforme inscreveram em seu manifesto seus fundadores:

A falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender, antes de agir, o meio social que vivemos [...] não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhes inspire confiança, que lhes ensine passos firmes e seguros.

Prosseguindo na análise, o texto dos fundadores define os objetivos daquela instituição reconhecendo a fragilidade do aparelho da educação superior do país e sua inapetência para produzir um olhar e uma intervenção científica para conhecimento do social que permitisse construir soluções para os mais variados problemas sociais do país a partir de um tratamento científico:

Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um certo centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar eficaz e conscientemente na direção da vida social. A fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo vem preencher essa lacuna evidente. Já aproveitando elementos de valor de nossas classes cultas, já contratando professores de renome fora do país, já promovendo conferências públicas, avulsas e periódicas, e intercâmbio com instituições estrangeiras análogas, já adotando para os cursos uma orientação eminentemente científica, à altura das exigências do meio social contemporâneo - a Escola oferecerá aos estudiosos um campo de cultura e de preparo indispensável para eficiente atuação na vida social.

A sede da Escola de Sociologia e Política da atualidade era a mesma dos tempos de ouro, mas, agora, certamente acossada pelo desenvolvimento de todas as coisas, o espaço físico, que no passado talvez tivesse sido suficiente para receber com conforto aqueles que a procuravam, transformava-se às demandas da atualidade, numa simples instalação de dois andares. No andar de cima funcionavam quatro salas de aula e a Diretoria e no andar térreo mais uma sala de aula, uma pequena biblioteca, uma pequena recepção, uma secretaria, e uma pequena cantina; administrada por um casal negro.

A “cantina da Vera,” uma mulher negra, alta e bem encorpada e com alguns traços do sotaque gaúcho que ainda mantinha, era o local de encontro por natureza dos alunos da Escola de Sociologia Política que chegavam mais cedo para assistir as aulas ou que ali resolviam ficar por qualquer outro motivo. Vera, que durante o dia trabalhava numa creche municipal, era formada em assistência social e casada com Rosemar, também gaúcho de Porto Alegre. O casal, depois de formado e incentivado pelas oportunidades de ascensão social que representava a cidade de São Paulo, vieram aqui tentar o sucesso profissional e formar a família. Negro, alto, forte, bem apessoado, Rosemar, formado em administração, era um funcionário público estadual e ambos possuíam um casal de filhos que freqüentemente atendiam o balcão ou estavam misturados com os alunos nas mesas da cantina.

Além da curiosidade, porque os espaços de empreendimento negocial, a propriedade desses espaços e a própria atividade empresarial é um dos ambientes que tradicionalmente excluem os negros; ter uma família negra regular em que os pais sejam graduados no ensino superior e ocupem postos de significativo prestígio entre os negros, era justamente a grande questão em discussão no grupo dos jovens negros alunos da ESP, o grande tema em discussão dos movimentos organizados de negros de ontem e de hoje, das mais diferentes abordagens e o grande agente político mobilizador do novo movimento social, as ONGs negras.

A família Rosemar, então, involuntariamente se transformava na expressão da síntese e da antítese da questão ali discutida. Era uma metáfora em miniatura dos limites e das possibilidades e dos mais variados questionamentos que se descortinavam nas discussões e que emolduravam as reflexões daquele pequeno grupo de estudantes negros que compunha o corpo discente da ESP.

E foi assim que, paulatinamente foi-se criando e formando um elemento de aglutinação em torno de uma idéia central de discussão: A exclusão do negro no ensino superior, seus motivos e estratégias de solução. Todavia, se era certo que “afinidade de raça”, pois os condutores principais eram negros, aproximava as pessoas do grupo, certo é também, que se tratava de pessoas de variadas trajetórias pessoais profissionais e com maior ou menor conhecimento e participação na discussão desse tema e que conseqüentemente e logicamente tinha opiniões próprias e muitas vezes divergentes do elemento central. Ainda a ESP era o lócus em que o grupo se conheceu e se encontrava pela primeira vez.

De toda maneira, todos eram concordes que mesmo ali na ESP, o número de alunos negros não estava acima da média, pois representava alguma coisa em torno de 3% do total, o que era totalmente destoante em relação à sua representação na sociedade e, ainda que as mensalidades fossem muito aquém da média do mercado, todos do grupo enfrentavam extraordinárias dificuldades para pagá-las regularmente.

Foi a partir dessa convergência que se tornou mais claro um foco de concentração diante da miríade de idéias, sugestões, palpites, comentários de toda

natureza que incensava as rodas de conversas como possível campo de discussão e atuação no tema “negros”. Foi na lapidação desse escopo que o grupo passou a canalizar sua discussão e foi a partir dele que o grupo se aprofundou no sentido de produzir uma resposta que pudesse intervir nessa realidade social latente e totalmente distorcida.

A discussão consolidou a compreensão de que a ausência do jovem negro no ensino superior devia-se a trajetória de dificuldades social e econômica que esses indivíduos apresentavam, tendo em conta que, pertencendo em geral, às classes menos favorecidas, resultavam em incapacidade social, cultural e econômica para disputar em igualdade as posições das vagas nas universidades. Igualmente, tratando-se de indivíduos com limitada capacidade de renda, outro não poderia ser o lugar de qualificação superior que não a universidade pública e gratuita. E se era o processo seletivo, o vestibular, o grande obstáculo a ser vencido, o melhor lugar para atacar seria preparar e capacitar jovens negros para disputar os vestibulares das universidades públicas em condições de igualdade.

Estava assim, criado, o C.A.I.S. - Curso Preparatório para Ensino Superior para afrodescendentes em que aquele grupo ainda informal de jovens negros levaria ao conhecimento da direção da ESP como um projeto importante e interessante para ter, inclusive, seu apoio institucional. A direção num primeiro momento demonstrou grande interesse pela idéia e por esse motivo disponibilizou uma sala na sede da mantenedora e o apoio de dois técnicos administrativos para auxiliar a formatar o projeto, detalhar fontes, formas de custeio e estratégias de ação. Com o projeto finalizado e desejosa de participar da implantação daquele projeto criado e protagonizado por seus alunos, a ESP se prontificou a viabilizar os recursos necessários o seu desenvolvimento.

Contudo, passados mais de dois meses de idas e vindas e depois de muitas evasivas, o Diretor da Fundação Escola de Sociologia, finalmente trouxe a resposta por tanto tempo adiada: a ESP não conseguira viabilizar os recursos e não mais participaria do projeto. E que, diante dessa situação, mesmo a sala anteriormente cedida deveria ser desocupada e o nome da ESP retirado de todos os documentos até então produzidos. A um ano da conclusão do curso e sem a possibilidade de contar com recursos que permitissem colocar o projeto em curso, o grupo começou

a discutir o que fazer e que caminho seguir, tendo a maioria decidido abandonar o projeto e quatro dos integrantes concordado em seguir adiante.

8.2 Antecedentes históricos: Afrobras e o projeto inicial

Nascia assim a Afrobras: no ano de 1988, no Salão Nobre do Hotel Eldorado no Bairro Cerqueira Cesar, a duas quadras do Bairro Higienópolis, às 20:00 horas iniciava-se a cerimônia de Instalação da Afrobras com a presença de Jair Rodrigues, Wilson Simonal, Camila Pitanga, Frei Davi, entre outros, e mais uma centena de convidados. Estava assim criada a mais nova e mais uma das ONGs criada por negros para combater a discriminação racial e promover a valorização do jovem negro através da preparação para disputar o processo seletivo do vestibular para ingresso nas universidades públicas. Um ano depois, após divergências e baixas internas, um significativo montante de dívidas acumuladas e com nenhum dos cento e vinte jovens negros iniciais ingressado na universidade, o CAIS – Cursinho Preparatório ao Vestibular para Afrodescendentes, cuja metáfora era navegar o jovem negro para o porto seguro da universidade pública, morria na praia.

Morria o CAIS e nascia, em 1999, o Projeto Mais Negros nas Universidades, que agora pretendia implementar uma ação ambiciosa de alcançar duas mil bolsas de estudos em universidades privadas para jovens negros, no estado de São Paulo. Assim, reformulando a idéia original de preparação para concorrer no vestibular para ingresso na universidade pública, mudou-se o foco e estratégia: incluir jovens negros nas universidades privadas mediante concessão de bolsas de estudos, num programa que previsse acompanhamento, monitoramento, avaliação, cumprimento de deveres institucionais e de compromissos sociais por parte dos interessados. Entre eles, a obrigação de se associar ao projeto e pagar uma mensalidade durante o curso da espera da bolsa e, depois dela, até o encerramento do curso.

Todavia, a trajetória da experiência traçada até aquele momento foi suficiente para esclarecer os dirigentes da Afrobras que era indispensável pensar um projeto mais profundo, amplo e cuja estratégia fosse mais intensa e variada permitindo, dessa maneira, consolidar a idéia, arrebanhar parceiros e sensibilizar pessoas e órgãos sociais, sob pena do cursinho novamente morrer na praia em decorrência de

sua limitação de alcançar rápidos resultados e dificuldades de sua manutenção financeira e a necessidade de desenvolver em tempo dilatado, tendo em conta que os cursos superiores na média demandavam quatro, ou, no caso do Curso de Direito, cinco anos. Era, assim, insuperável a necessidade de integrar a ação num programa de longo prazo, com uma idéia-força ousada, clara e definida, compostos e integrado por ações de informação e mobilização de formadores de opinião para sensibilização sobre distorção socioeconômica do tema negros, ações e campanha de divulgação e valorização do negro perante a sociedade como um todo e criação de fundos junto a parceiros públicos e privados para seu custeio e manutenção.

Para atender a essa finalidade, construíram o Projeto Global Pererê-Pererê, cuja logomarca representada pela figura estilizada de um Saci-Pererê com duas pernas definia o objetivo final agora delineado: promover a igualdade do jovem negro no cenário sócio-econômico-educacional do país, mediante a inclusão no ensino superior e no mercado de trabalho. Para alcançar esses objetivos as estratégias delineadas constituiriam de ações específicas que contribuíssem para alcançar os objetivos de mobilização, sensibilização, valorização conforme propostos, e que se constituiria da criação de uma Ordem Honorífica que premiaria como uma Medalha do Mérito pessoas que contribuíssem com a causa da Instituição; uma premiação para personalidades negras cuja trajetória contribuísse para inspirar os jovens, um programa de televisão, uma revista especializada no tema e, ao final, um colégio e uma universidade, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

Batendo de porta em porta nas diferentes instituições de ensino superior privado e apresentando as estatísticas da não presença do negro no ensino superior e convidando-as a conceder bolsas de estudos para jovens negros, de um lado, e prospectando, persuadindo e associando jovens negros interessados em participar do programa de inclusão ao ensino superior da universidade privada de outro, o Projeto Mais Negros nas Universidades ganha musculatura e alcança os primeiros trezentos e cinquenta bolsistas no ensino superior e quinhentos associados que pagam mensalmente suas contribuições para se manter no projeto enquanto freqüentam o curso superior ou aguardam a disponibilidade de uma bolsa nas instituições conveniadas.

A primeira instituição de Ensino Superior a aderir ao Projeto 2000 para 2000 foi a UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba concedendo 15 bolsas de estudos integrais para os jovens negros da cidade de Piracicaba. A ela seguiu-se a UMES - Universidade Metodista de São Paulo, UNIP - Universidade Paulista – São Paulo, Campinas –, a Universidade de Araras, A Universidade de Barretos, UNISA - Universidade de Santo Amaro, UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo, Faculdade Cenequista de Capivari, Faculdades Osvaldo Cruz – São Paulo e Faculdades SENAC.

Paralelamente, a partir da compreensão de que era necessário aglutinar formadores de opinião ao Projeto, a Afrobras iniciou sua ação de aproximação junto aos artistas apresentando suas estratégias e procurando convencê-los da importância de emprestarem seus brilho e mesmo participarem com a presença “vestindo a camisa” do projeto. O trabalho começou com a interação primeiramente com os artistas de São Paulo, fosse pela proximidade territorial, fosse pela proximidade de interação, visto que tradicionalmente, a grande maioria dos artistas, cantores e personalidade negros nacionalmente conhecidos e de destaque e “apelo de mídia” eram de fora da cidade de São Paulo, reunindo-se com mais intensidade nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Thobias da Vai Vai, tradicional e conhecido Sambista e “puxador” ou como se diz atualmente intérprete de samba, da Escola de Samba Vai – Vai, uma das mais tradicionais e importantes Escola de Samba da Cidade de São Paulo, foi o primeiro a se entusiasmar com a iniciativa colocando-se de imediato à disposição para contactar artistas do meio musical de São Paulo e principalmente Rio de Janeiro onde tinha intensas relações com o “mundo do samba”. Juntou-se a Thobias, o artista Sebastian, um dançarino de extraordinário talento que mantinha um contrato de exclusividade para apresentar como personagem central a campanha de mídia das Lojas C&A, cuja trajetória e circunstância que se apresentavam era significativamente curiosa.

Sebastião Aparecido Fonseca, nascido em Belo Horizonte, negro retinto e mais popularmente conhecido como Sebastian, iniciou a carreira de bailarino aos 12 anos de idade, em Belo Horizonte, a partir do sapateado, tendo posteriormente se formado na Escola Internacional de Ballet dessa cidade. Na escola de Ballet, onde os professores estrangeiros com dificuldades para pronunciar o “ão” de Sebastião resolveram substituí-lo pelo “an” e assim Sebastião virou Sebastian. Em São Paulo,

após passagem no Ballet da Cidade de São Paulo, em 1989 foi contratado pela C&A uma empresa multinacional holandesa voltada para o varejo de moda, estabelecida em São Paulo, no ano de 1976, e que, durante as últimas duas décadas, transformando a comunicação em estratégia central para posicionamento de marca alcançou grande destaque na propaganda voltada para o mundo fashion. Como garoto propaganda da C&A e estrelando seus comerciais da campanha “ABUSE e USE” que pretendia posicionar a marca no mercado, por vinte anos, Sebastião, agora renomeado Sebastian, seguramente foi o artista negro e talvez um dos artistas brasileiros que mais vezes apareceu na televisão e em todos os demais veículos de comunicação naquele período, tendo, certamente, por esse motivo, se transformado numa figura nacional carismática e popular, cuja empresa orgulhosamente sempre reconheceu o valor do retorno e da performance de Sebastião, que além de contribuir na conquista desse de moda houvera tornado a marca famosa (www.C&A.com.br).

Aliás, se Thobias, do ponto de vista desta análise, estava dentro do escopo da normalidade do contexto social da época, Sebastian era um questionamento só. Isto porque, conforme ilustrado e tratado anteriormente, tradicionalmente o Samba e a Escola de Samba eram o lugar natural do negro, era o espaço social que intuitivamente remetia aos negros e cuja remissão justificava o possível sucesso e mobilidade social, assim como o futebol, outro lugar da mesma demarcação. Era normal relacionar que o negro bem sucedido ou era sambista, pagodeiro ou era jogador de futebol, logicamente bem sucedido. Mas, Sebastian era um caso à parte. Um jovem negro do corpo municipal de Ballet de São Paulo estrelando seguramente umas das mais caras e intensas campanhas de mídia do país, em horário nobre para vender moda de varejo para uma empresa Holandesa que inaugurava sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, tradicionalmente frequentado pelas elites econômicas da cidade. Isto, ao tempo que o Movimento Negro denunciava a discriminação contra negros no mercado de trabalho e sua invisibilidade na mídia, e enquanto a própria sociedade brasileira, reconhecendo o aprofundamento da tensão, da agressão e da exclusão racial aprovava através da Lei 7716/ 89, a primeira Lei Criminal do País, que além de elevar os crimes de preconceito de raça ou de cor à categoria de hediondo e imprescritível, passava a puni-lo com a pena de reclusão sem direito à fiança.

Se considerarmos que cinquenta anos antes a mesma sociedade havia reconhecido a existência do tratamento desigual ofertado aos negros em decorrência da discriminação racial e, por isso, com a Lei Afonso Arinos havia criado pela primeira vez na história uma legislação criminal de combate a crime racial contra os negros qualificando as condutas penais apenas como Contravenção Penal cuja pena, em regra, era punida com multa, estava claro e tornava-se evidente que essa mesma sociedade reconhecia e admitia que as relações raciais no país haviam recrudescido a ponto de exigir a elaboração e o sancionamento de uma lei draconiana e extremamente severa.

E, se a Lei nova e Sebastian e C&A chegavam concomitantemente à cena social e Sebastian havia tornado figura nacional do horário nobre e era figura reconhecida e tratada de maneira carinhosa em todo o país, o que será que havia de errado com o racismo brasileiro? Como diria Caetano Veloso, na letra de sua Avenida São João, memorável e bonita música de homenagem a São Paulo, estávamos diante do avesso do avesso.

O fato é que ao Thobias e ao Sebastian, através destes e com estes, os artistas negros de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia aos poucos foram aderindo e além de emprestarem sua imagem gravando vídeos de divulgação do Projeto Pererê – Pererê, divulgando o projeto na mídia, eles também dispuseram a doar shows que permitissem arrecadar os recursos para manutenção do projeto e da Afrobras.

O primeiro deles, o Show de lançamento do Projeto Pererê – Pererê foi realizado no Moinho Santo Antonio localizado no Bairro da Móoca e que na época de 1999 era considerada a mais glamourosa casa de show e espaço de eventos da cidade. O Negritude Jr., que era o conjunto de pagode de maior sucesso do país composto por jovens negros e capitaneado pelo Cantor Netinho de Paula, havia doado o Show, e Deise Nunes, a primeira Miss Brasil Negra e que viera do Porto Alegre, dou o cachê que iria receber para participar de um desfile de modas no curso do evento juntamente com Sebastian, Neusa Borges, Ruth de Souza, Camila Pintanga, Maria Çeica, Bendedita da Silva, Thais Araújo, Sebastian, Tobhias da Vai – Vai, Milton Gonçalves, Antonio Pitanga, Antonio Pompeo, Nil Marcondes, Jair Rodrigues, Wilson Simonal. Enfim, mais de quarenta artistas negros de todo o país

reuniram-se no Moinho Santo Antonio abrindo mão de seus cachês para prestigiarem, participar e divulgar o novo Projeto Global da Afrobras, o Pererê – Pererê.

A viabilização financeira do evento havia sido desenvolvido através de patrocínio do Banco Nossa Caixa e pela C&A e com os resultados da venda de ingresso da bilheteria. Bilheteria cujo público havia chegado a duas mil pessoas, e venda de camisetas e chaveiros estilizados do projeto no decorrer do evento, a Afrobras, após pagamento das despesas tinha em mãos os recursos que iriam permitir o custeio de suas atividades pelos próximos seis meses.

O segundo show aconteceu no Dormentes Bar, uma casa de Show no bairro da Penha, também na Zona Leste da Cidade. O Grupo Fundo de Quintal, conjunto de Samba de muito sucesso à época, a pedido de Thobias da Vai – Vai, também concordou em se engajar ao projeto e, assim, doava o primeiro Show à Afrobras. Novamente com a presença dos artistas negros do Rio de Janeiro e de São Paulo realiza-se mais um show outra vez patrocinado pelo Banco Nossa Caixa, cujos rendimentos finais de bilheterias e vendas de camisetas de um público de mil pessoas resultou em receita que permitia desenvolver os trabalhos pelos próximos seis meses.

O terceiro show aconteceu no Hotel Hilton, no centro da cidade no ano de 2000, agora com a doação de um show de Rosa Maria Colin, uma das mais destacadas cantoras e intérpretes negra. No teatro do hotel Hilton, um dos mais conceituados endereços sociais da cidade, novamente variados artistas e personalidades negras, juntaram-se às pessoas anônimas para prestigiar um evento da Afrobras que tinha como objetivo divulgar seu projeto e arrecadar fundos para custeio da instituição. No Teatro de 700 lugares a Afrobras apresentava o resultado das conquistas e prestava contas do caminho percorrido e a percorrer rumo ao destino final desenhado nas estratégias.

A estratégia de shows com resultados de bilheterias, além de muito trabalhosa e cara, era sempre arriscada, pois entre outras coisas os shows tinham que se ater àquele conjunto ou artista que concordasse em abrir mão do cachê, mas

necessariamente não daquele que permitia apelo suficiente para garantir o retorno do pequeno investimento.

Por outro lado, arregimentação de público que equilibrasse o retorno do investimento se tornava quase impossível quando não se tratasse de artista conhecido e, ainda, que houve parte dos custos patrocinados frequentemente os resultados negativos. Assim, a hipótese que se colocava era a necessidade de montar uma estrutura mais profissional, uma carteira de artistas e shows com mais apelo comercial tendo controle assim de resultado comercial mais regular e permanente. Todavia, isso obrigaria montar uma estrutura profissional para montar e vender shows, o que além de disvirtuar o foco do trabalho, consumiria as poucas economias que permitiam o desenvolvimento dos trabalhos e ainda consumiriam toda a energia da nossa limitada força de trabalho, que era composta por membros voluntários, e residualmente apresentava um limite intransponível que era a não participação de formadores de opinião que tinham resistência a participar de eventos musicais, onde tinham pouca participação e no mais das vezes somente podiam assistir. Além do que, apesar dos nomes de destaque e dos espaços qualificados, era muito pouca a repercussão de mídia alcançado com eventos beneficentes promovidos por artistas negros para arrecadar fundos para jovens negros.

Assim, a estratégia de shows foi substituída a partir do ano 2000 pela realização do Troféu Raça Negra e pela Medalha do Mérito Afrobrasileiro do ano intercaladamente, isto é, no primeiro semestre no dia 13 de maio dia da Abolição, outorgava-se a medalha e no dia 20 de Novembro, dia da Consciência Negra, fazia-se a premiação do Troféu. Ambos eventos permitiriam mais elasticidade de objetivos porque tendo como objetivo ser produzido para um público dirigido e selecionado, em locais específicos, preparados ou adaptados, permitiria obter o patrocínio com antecedência e resultaria em mais conforto, apelo, tempo e disponibilidade para interagir como formadores de opinião e pessoas de interesse. Sem contar a possibilidade de reunir mais elementos que fossem de interesse da mídia, desde o início um componente importante para consolidação da estratégia.

No dia 20 de Novembro de 2000, o Teatro Municipal de São Paulo recebia uma lotação completa de artistas e personalidades negras de todo o país. Duas dezenas de reluzentes limusines com batedores policiais à frente estacionavam na

frente do endereço de espetáculo mais nobre da cidade para registrar o dia em que negros das mais diferentes classes sociais e ocupações entregavam às mais destacadas personalidades negras, um Trófeu de homenagem e reconhecimento à sua trajetória profissional e a sua contribuição para a resistência da negro, num evento que logo ficou apelidado como o “Oscar do Negro Brasileiro”. Pela primeira vez uma Orquestra Sinfônica constituída por integrantes negros apresentava-se publicamente. O público permanecia no segundo andar do Teatro Municipal, enquanto o Cantor Jamelão, grande astro da Escola de Samba Mangueira, do Rio de Janeiro, acompanhado num piano de cauda pelo maestro negro Josué Polia que antes regera a Orquestra, cantarolava até as quatro horas da manhã suas melodias preferidas. As cinco horas da manhã, o último grupo de mulheres com as sandálias nas mãos descia as escadarias do Teatro Municipal. Aquela foi uma noite que sem dúvida alguma entraria para a história dos negros no Brasil, e não tão somente pelo brilho, glamour e beleza daquele acontecimento.

A cerimônia de comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil que aconteceu em Coroa Vermelha, em Porto Seguro, na Bahia, local da primeira missa quando do descobrimento do país, no dia 22 de Abril de 2000, foi antecedida de ampla campanha nacional e realização de vários eventos culturais e políticos que passavam imagem de perfeição, tranquilidade e convergência do país, sem fazer qualquer referência e sem integrar na comunicação qualquer referência do negro e do indígena. Da mesma forma, não fazia qualquer referência para os graves problemas sociais e os conflitos e questões como dos indígenas, negros, movimento sem terra etc. Por este motivo, os mais variados movimentos sociais se juntaram para criar a campanha Outros 500 em que tentavam denunciar as mazelas e os conflitos sociais do país. No dia 22, o movimento que havia providenciado uma marcha rumo à Cabralia e que era composto de estudantes, negros, índios fechou a BR 167 que dava acesso ao local da comemoração e foi violentamente repellido pelas tropas de choque governamental, resultando o episódio em centenas de presos e feridos. O fato muito explorado pela mídia, ficou marcado na opinião pública como a comemoração em que para os índios e os negros só havia sobrado cassetete.

No plano interno, Celso Pitta, o primeiro negro a se eleger Prefeito na história da Cidade de São Paulo, estava sob fogo cruzado por denúncias de corrupção que tinha como denunciante principalmente sua própria mulher, também negra, Nilcea

Pitta, em março de 2000. Pitta que em decorrência dos fatos chegou a ser afastado do cargo pela justiça por 18 dias, havendo sido reconduzido por decisão do Tribunal de Justiça, teve contra si nas proximidades do evento, duas tentativas de abertura de processo de impeachment, uma delas apresentada na Câmara por dois advogados negros, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. Desta forma, imaginando que se tratava de um ato político de apoio ao Prefeito, o Troféu Raça Negra, foi antecedido de debates e polêmicas de toda a natureza e acabou ganhando uma cobertura de mídia avassaladora, no dia 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Celso Pitta, que havia sido convidado para receber o Troféu, talvez para preservar os convidados e o evento não compareceu e mandou representá-lo por seu Secretário de Negócios Jurídicos e o único negro de seu governo, o Professor e Jurista Edevaldo Alves Brito. Todos os artistas que já haviam confirmado a presença compareceram regularmente e quando o Professor Edevaldo Brito recebeu o Troféu em nome do Prefeito Celso Pita foi longamente aplaudido. A partir de 2004, o Troféu passou a ser anual e realizado na Sala São Paulo, um dos mais nobres espaços culturais do Estado e no ano de 2012 completa 10 anos de existência ininterrupta, tendo recebido as mais importantes personalidades políticas, nacionais e internacionais.

O Troféu Raça Negra é um evento desenvolvido com a participação do público em geral. Mediante votação popular pela internet e depois com a intervenção de uma comissão interna se selecionam os artistas e personalidades nacional e internacional de destaque para receber a premiação. Os indicados são transportados de avião para a capital e são reunidos e hospedados em algum dos hotéis cinco estrelas da cidade - no ano de 2010 o grupo foi hospedado no Hotel Hilton Morumbi e no ano de 2011 no Hotel Maksoud Plaza. Depois, com limousines os conduzem à Sala São Paulo para receber a homenagem. No hotel participam de um almoço de confraternização com convidados, patrocinadores, alunos e professores da Universidade Zumbi dos Palmares e, ao final da noite, depois da entrega do Troféu, retornam para o jantar dançante de encerramento do Troféu, com a participação de convidados especiais, entre estes patrocinadores, alunos, professores, personalidades e imprensa.

A entrega do Troféu é intercalada por apresentação musical que homenageia um cantor negro e o público é formado pelos alunos da Universidade Zumbi dos

Palmares, pelos artistas, esportistas, autoridades e convidados de outras instituições e organizações negras. Todos os artistas dele participam sem cobrar cachê e grande parte dos artistas participam diretamente das atividades apresentando, recepcionando convidados, cantando, declamando textos. O Evento é aberto todos os anos pelo Prefeito e o Governador do Estado de São Paulo e, no ano que passou, além dessas autoridades, contou com a presença do atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, do Vice-Presidente da República Michel Themer, do Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia. Tradicionalmente recebe grande cobertura da mídia e o seu custeio é patrocinado por importantes e destacadas empresas do país, que ao longo do ano participam do Programa Global Pererê – Pererê, como: Banco Bradesco, Banco Itau, Banco HSBC, Banco do Brasil, Banco Caixa Econômica Federal, Petrobras, Mercedes Benz, Ford, Coca – Cola, TBE – Transmissão Brasileira de Energia. Tradicionalmente, o Evento é coberto pelos mais importantes veículos de comunicação do país. No ano que passou foi coberto por trinta veículos – televisão, jornais, sites e revistas especializadas. A revista Caras, um dos mais prestigiados veículos de cobertura dos eventos sociais dirigida para o público de alto poder aquisitivo, noticiou as últimas quatro edições do Troféu em 10 páginas.

Ao longo dos dez anos de existência aproximadamente duzentas personalidades negras receberam o Troféu entre elas, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, Nelson Prudêncio, Medalha de Prata nas Olimpíadas do México, em 1968, Jornalista Heraldo Pereira, João Manoel dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, Kabengele Munanga, Professor da Universidade de São Paulo, Benedito da Fonseca Filho, Embaixador e Diplomata do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Rilza Valentim, Prefeita de São Francisco do Conde/BA, Eduardo Monteiro Lopes, Almirante de Esquadra da Marinha, Coronel Admir Gervásio Moreira, Secretário Chefe da Casa Militar do Estado de São Paulo, Daiane do Santos, Atleta Olímpica, Robson Caetano, Atleta Olímpico, Benedita da Silva, ex Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Seu Jorge, Alcione, Martinho da Vila, Milton Nascimento, cantores, Ruth de Souza, Zezé Motta, Neusa Borges, Tais Araújo, Antonio Pitanga, Antonio Pompeo, atores.

A Medalha do Mérito Afrobrasileira foi criada com o objetivo de destacar a trajetória de personalidades negras simples ou destacadas que tivessem de alguma

maneira contribuído com a defesa dos valores da cultura, da identidade, e que tivessem algum tipo de serviço prestado às causas da valorização do tema negros, em especial a inclusão dos jovens no ambiente da educação e da Universidade, no mercado de trabalho e em ações de visibilidade social. O objetivo era justamente destacar a contribuição de pessoas, mesmo anônimas, que das mais diferentes formas sempre havia contribuído com esses fundamentos, mas dificilmente eram reconhecidos, homenageados e também por isso, suas ações não eram conhecidas, não geravam registros e não conseguiam se apresentar como modelos a ser imitados e reproduzidos.

A medalha, um artefato circular de metal prateado ou dourado foi criada internamente e cunhada com a rota dos escravos tendo ao fundo e em relevo a esfígie de Zumbi dos Palmares, sendo dividida em duas categorias a Grande Cruz para os feitos e personalidades de grande destaque, e a Comenda, designada para aquelas realizações importantes, mas que não comportasse acesso àquela mais elevada, sendo que ambos os agraciados recebem o título de Comendador. A cerimônia de entrega da medalha usava como referência simbólica, o dia 13 de maio, data em que se comemora a Abolição da Escravatura dos Negros no país e, dessa forma, além de tentar reconstituir a importância do grande acontecimento histórico, procurava simbolizar também a solidariedade entre brancos e negros na junção dos esforços para eliminação da escravidão no Brasil. A cerimônia de outorga da Medalha era antecedida da indicação de nomes de pessoas físicas ou jurídicas, brancos ou negros que tivessem praticado alguma ação específica que pudesse ser entendida como contribuição relevante para como já disse inclusão, visibilidade e valorização do tema negros. Uma comissão de membros da Afrobras anteriormente designada analisa, avalia e aprova os nomes sugeridos por todos os conselheiros, e estes são convidados para em dia e hora designados participarem da atividade. O evento em si é constituído de uma Cerimônia-jantar em que as personalidades previamente selecionadas e convidadas, são recebidas em um espaço de recepção destacado da cidade, onde depois de serem especificados os motivos ou o ato específico que justificou sua premiação, são convidados à frente do ambiente dos trabalhos para receber a Medalha de um conjunto de Comendadores antecipadamente instalados e paramentados. O agraciado faz o uso da palavra e assume o compromisso público de continuar prestando dedicação ao tema negros

ou promover outros atos como aquele pelo qual está sendo agraciado. Segue-se o jantar e, posteriormente o condecorado recebe um diploma e um poster com sua fotografia no curso da premiação.

8.3 Protagonistas idealizadores e seus perfis ou capitais sócio-culturais

Reunir-se com pessoas em torno de uma ideia, de uma causa, de uma atividade ou ação; mantê-las unidas, dividir e compartilhar as obrigações e responsabilidades, superar as angústias e as dificuldades diárias é uma experiência fascinante e desafiadora e, às vezes um limite ou obstáculo insuperável. Repetir tudo isso por cinco, dez, quinze anos, chega a ser sacerdócio ou no mais das vezes um verdadeiro teste de sobrevivência.

Da mentalização à operacionalização da Afrobras, foram muitas as pessoas que contribuíram para inspirar, incentivar, torcer e colaborar para desenvolvimento e consolidação dos trabalhos e das realizações da Afrobras e depois e conseqüentemente, para criação e construção da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. E cada um deles deixou uma marca indelével em alguma coisa que não era sequer pensada ou compreendida e que, de repente se transformava no objetivo e na missão mais importante na vida de cada um daqueles que ficaram ou foram empurrados para ficar na construção de uma verdadeira utopia.

Sonhar, pensar, elocubrar, imaginar, projetar, delimitar, desenhar e esquematizar uma ação ou uma intervenção na idéia ou na realidade, solitariamente, sozinho, no mais das vezes, é alguma coisa sem precedentes e sem qualquer capacidade de intervir e modificar uma rotina, uma regularidade a normalidade do instituído, mesmo do indivíduo solitário. Na verdade, em situações dessa natureza é só mudar o pensamento para um outro objeto para um outro plano e, pronto está resolvida a questão. Difícil é fazer tudo isso em conjunto com um sem números de pessoas, tentando traduzir o pensamento do campo da ideia para o campo da objetivação. Trabalhar em conjunto e em equipe exige capacidade de doação, compartilhamento, colaboração, cumplicidade, solidariedade, humildade, tenacidade e principalmente fé. É preciso ter fé e acreditar que mesmo aquilo que se apresenta como pura loucura pode se transformar em alguma coisa palpável, possível, numa

realidade inata que seja empoderada. E estar ciente de que, mesmo tendo fé, mesmo acreditando, é preciso ter consciência e disposição, que seguir adiante incidirá em enfrentar além dos inimigos, daqueles que torcem e trabalham contra, o fogo amigo, a torcida contra, dentre entre aqueles do próprio grupo, os choques, atritos e divergências e oposições profundos que em muitas vezes esgarçam a relação ou jogam por terra uma amizade, uma relação, um namoro, uma paixão, mesmo uma estrutura familiar. Ninguém entra e sai impunemente numa travessia dessa natureza, ninguém chega inteiro e imodificado ao fim dessa linha.

Foram inumeráveis as pessoas que participaram das mais variadas formas na construção do projeto da Afrobras e todas logicamente têm uma parcela importante na elaboração, desenvolvimento e resultados alcançados. Todavia, o espírito que o projeto exigiu e exigia para sua consecução está delineado em quatro pessoas que, em larga medida, são a fisionomia e a tradução desse trabalho. O Padre Antonio Aparecido da Silva, Carlos Alberto Xavier, Thobias da Vai-Vai, todos tiveram uma contribuição indispensável e insuperável, como já se disse, mas foram quatro as pessoas principais que pelas circunstâncias, pelo compromisso e mesmo pela honra pessoal compuseram o grupo que se instala. Ruth Lopes, Raquel Lopes, Francisca Rodrigues e Jose Vicente foram os fundadores que, além da fundação, construíram todos os dias essa grande saga.

Como já havia registrado anteriormente, a Escola de Sociologia e Política foi o local catalizador do encontro das pessoas que posteriormente iriam começar a história da Afrobras, mas, logicamente, essas pessoas tinham uma história e um histórico que, necessariamente conformou e impregnou o destino e os caminhos da Instituição, o que, por uma série de motivos, é também um lugar propício para tentar entender ou explicar os acertos e, necessariamente, os muitos erros e equívocos. Pessoas díspares com histórias opostas, de lugares distintos, de formação diferenciadas e que, somente vieram se encontrar ali ou a partir dali, para então iniciar e prosseguir uma história coletiva.

José Vicente, negro, nascido em Marília, uma cidade mediana do interior do Estado de São Paulo e distante 450 kms da Capital, havia chegado em São Paulo em 1981, com 22 anos para iniciar sua carreira de soldado da polícia militar. O mais novo de uma família de seis irmãos havia perdido o pai ainda com um ano de idade,

sendo criado pela mãe juntamente com as três irmãs e dois irmãos nas lavouras da região, de onde sua mãe “boia fria” retirava o sustento para toda a família. Com cinco anos de idade foi entregue para morar com um dos tios que não possuía filhos, tendo residido na cidade de Tupã, em Limeira e, posteriormente retornado à vida familiar. Com seis anos começou a engraxar sapatos, depois vendeu limão, biscoitos, fez cobranças, entregas em açougue e lojas, trabalhou de servente de pedreiro, pintor de paredes, fábrica de brindes, e finalmente ingressou como funcionário da UNIMAR - Universidade de Marília, onde trabalhou por três anos como esterilizador de equipamentos nas Clínicas de Atendimento Popular da Faculdade de Odontologia daquela Instituição. Depois de ingressar como soldado na Polícia Militar do Estado de São Paulo, concorreu mediante concurso interno ao posto de Cabo, 3º Sargento e foi promovido por antiguidade a 2º Sargento. Após a conclusão do Curso de Direito, iniciou a Profissão de Advogado e, mediante concurso público, ingressou na Carreira de Delegado de Polícia, da qual se desligou em 2003. Sua mãe aposentou-se como empregada doméstica, e as irmãs são, respectivamente, dona de casa, funcionária pública municipal da rede de saúde, empregada doméstica e pintor de paredes profissional, todos com o ensino médio incompleto. Um irmão é também formado em Direito.

José Vicente desde os primeiros anos frequentou a creche municipal de Marília e depois seguiu-se regularmente matriculado na escola pública onde realizou o estudo primário e fundamental até a 6ª série. Estudou a 7ª série no Colégio Estadual Agrícola da Cidade de Garça distante 32 kms de Marília, a 8ª série e o 1º Colegial na Associação de Ensino de Marília, estabelecimento de ensino privado, e o 2º e o 3º colegial no ensino privado na cidade de São Paulo. Posteriormente ingressou no Curso de Direito privado da FIG - Faculdades Integradas de Guarulhos em 1983 e se graduou Bacharel em Direito em 1987. Em 1994, ingressa no Curso de Sociologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que abandona no último semestre, em 1998. Em 2007, conclui o Mestrado em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba. José Vicente foi o primeiro da família a concluir um curso superior e apenas mais um dos irmãos possui graduação também no Curso de Direito. O pai, Santo Vicente, era analfabeto e a mãe, Isabel, se alfabetizou somente aos quarenta anos de idade.

Nascido em uma fazenda onde os pais trabalhavam como lavradores na cidade de Marília, José Vicente cresceu no “morro do querosene”, localidade periférica onde residiam as pessoas das mais baixas rendas da cidade, numa casa de dois cômodos, de madeira, alugada, e mudou-se por cinco vezes para outras residências, da mesma forma, todas de madeira e alugadas. Na adolescência, mudou para uma casa popular que havia sido sorteada para a família. Em São Paulo, morou três anos em uma república de trabalhadores e a partir de 1985, já casado, num Conjunto Habitacional, no bairro de Itaquera, na periferia leste da cidade de São Paulo. Em 1998, mudou-se para um bairro da zona norte e, finalmente, para o bairro do Belém, início da Zona Leste, ambos de classe média.

Ruth Lopes Costa e Raquel Lopes Costa, irmãs gêmeas, negras, ambas nascidas em São Paulo. Com mais um irmão, compoem uma família de cinco pessoas, na qual o pai, falecido, era vendedor autônomo e a mãe, dona de casa, cujo lazer primordial era a televisão. Ruth e Raquel estudaram o primário na rede pública e o ginásial, colegial e ensino superior na rede privada. Residiram na maior parte do tempo em casa própria, adquirida junto ao BNH – Banco Nacional de Habitação, na periferia da Zona Leste de São Paulo. Ruth, formada no magistério em Turismo, era professora primária em um colégio particular da capital e Raquel, bancária, estudava Sociologia na ESP, tendo ambas se formado integralmente em escola pública. Ambas são solteiras, tendo os pais que haviam cursado o ensino ginásial e o irmão que havia cursado o ensino médio e tornou-se soldado da Polícia Militar.

Francisca Rodrigues, negra, jornalista formada pela PUC-Campinas com trabalhos prestados em vários e prestigiosos veículos de comunicação como a *Folha de São Paulo*, a *Radiobras*, o *Estado de São Paulo*, entre outros, e que prestava consultoria de Comunicação em escritório localizado no Conjunto Nacional da Avenida Paulista. Nascida em Souza, na Paraíba, crescida em Campinas e iniciado a vida profissional em São Paulo, Francisca compunha uma família de sete membros com os pais, três irmãs e um irmão. Os pais eram analfabetos, sendo a mãe doméstica e o pai trabalhador braçal, e os irmãos possuíam somente o ginásial. O irmão é motorista de caminhão e as irmãs são donas de casa. Francisca estudou em escola pública até o ensino médio e é a primeira e única da família a alcançar o diploma superior. Os irmãos e a mãe moram em casas próprias na cidade de

Hortolândia e Campinas respectivamente. Francisca graduou-se em Jornalismo na PUC-Pontifícia Universidade de Campinas, mediante o contrato de crédito educativo com o Governo Federal e concluiu o Mestrado em Jornalismo na Faculdade de Jornalismo Casper Libero mediante pagamento particular.

8.4 Outros autores sociais não fundadores e primeiras parcerias

Antonio Aparecido da Silva, um padre negro, nascido na cidade de Tupã e que havia vivido um bom tempo na cidade de Parapuã, do lado da cidade de Marília, no interior do Estado de São Paulo, certamente se tornou numa das grandes personalidades na história da Afrobras como já o era na história do Movimento Negro religioso do País.

No ano de 1988, por ocasião do Centenário da Abolição, muitos padres e freiras negras passaram a estudar sua condição na Igreja e seus compromissos com a sociedade. Reunidos, no início, em entidades como o Movimento Negro Unificado (MNU), aglutinaram-se posteriormente no grupo Agente de Pastoral Negro (ANP) e, mais tarde, na Pastoral Afro-Brasileira debatendo, aprofundando e sistematizando questões específicas sobre gênero, bíblia e diálogo inter-religioso, Teologia e Culturas Afro-Americanas e Caribenhas, a institucionalização dos Agentes de Pastoral Negros, a Liturgia, a Missa Afro e a organização e institucionalização do grupo de presbíteros, diáconos e bispos negros, e grupo de religiosas negras e indígenas.

Carinhosamente chamado de Padre Toninho, o Padre Antonio Aparecido da Silva foi um dos principais articuladores desse movimento e um dos grandes intelectuais da Teologia Negra no Brasil. Fundador do grupo Atabaque de Cultura Negra e Teologia prestou grande contribuição no desenvolvimento do pensamento e discussão dos temas mais sensíveis ao negro tanto em relação a sua interação com a Igreja Católica quanto às demais religiões. Segundo padre negro da Igreja Nossa Senhora do Achiropita, no bairro Bexiga, organizou um grupo pastoral na comunidade voltado para o resgate e a preservação das raízes culturais afro-brasileiras havendo deixando um legado de luta e compromisso com a causa do

combate à discriminação racial e toda forma de exclusão religiosa e social na Teologia Negra Latino Americana.

Seguramente não haveria outro lugar e momento tão apropriado para o Padre Toninho desenvolver esse trabalho de verdadeira revolução na valorização das formas e do debate da presença do negro na igreja. O Bixiga por natureza era o lugar talhado para essa intervenção. Ali, os negros e os italianos sempre foram atores simbólicos privilegiados do sincretismo, da tolerância, da interação, da integração social cultural e mesmo da integração racial na cidade de São Paulo, onde os negros e os brancos italianos constituíram muitas famílias miscigenadas. Thobias da Vai- Vai, negro, cantor e “puxador de samba” e Elizete Silva, cantora italiana e branca, em grande medida eram a síntese do lugar. O bairro mata fechada e inóspita abrigou o Quilombo da Saracura, onde os negros escravizados se refugiaram, aquilombaram e construíram suas fortificações. Depois da abolição, os negros e seus descendentes permaneceram na região, principalmente, no chamado “baixo Bexiga”, junto à hoje Praça 14 Bis, enquanto os italianos recém chegados ao Brasil ocuparam a parte de cima da então chácara do bexiga, comprando os lotes pequenos e baratos da época, tendo o bairro assumido as características de seus moradores, que mantiveram vivas a tradição, a religiosidade e *mesmo a arquitetura* e a gastronomia. Convivendo em intensa e forte interação cultural, foi ali também que os negros e os brancos italianos integraram-se na cultura através da tradicional Escola de Samba Vai-Vai instalada ali, no centro do quilombo do Saracura, no “bexiga de baixo”, enquanto que “no bexiga de cima”, na Igreja Nossa Senhora da Achirópita, dos Italianos, os negros juntam-se brancos italianos no sincretismo religioso da missa afro, da missa da mãe preta, da missa de Zumbi dos Palmares e dos casamentos e batizados como rituais da religiosidade Afrobrasileira.

Mas Padre Toninho foi também um acadêmico de grande calado. Especialista em Teologia Moral dialogava com tranquilidade com diversos campos de saber entre eles a Filosofia, a História, a Sociologia e a Antropologias tendo sido além professor do Instituto Teológico São Paulo (ITESP), Diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. A toda essa gama de atividades e pioneirismo, o Padre Antonio Aparecido da Silva emprestou o brilho pessoal e o profundo conhecimento intelectual juntando-se de forma generosa e alegre na condição de membro da Afrobras e fundador do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior. Afrobras e a

Pastoral da Igreja Nossa Senhora da Achiropita tornava-se assim parceira importante das atividades culturais e educacionais conjuntas. Não satisfeito, o Padre Toninho insistiu que a Afrobras mudasse sua sede para o Bexiga, para melhor interagir com a Pastoral Negra da Achiropita, com a própria Escola de Samba Vai-Vai e a colônia Italiana do Bexiga. Diante da dificuldade financeira da Afrobras naquela época, o Padre Toninho doou do próprio bolso os valores necessários que pudessem servir como fiança para locação do imóvel que se transformou na terceira sede da Afrobras, e a Afrobras, que chegava ao Bairro do Bexiga pelas mãos e contribuição financeira do Padre Toninho, dele teve todo o apoio e colaboração até o dia de sua morte.

Foram muitas as pessoas que se juntaram na colaboração para construção, desenvolvimento e consolidação da Afrobras na sua trajetória ao longo de todos os tempos. E como já mencionamos anteriormente seria impossível definir quando e qual foi a contribuição mais destacada, a mais importante. Mas, seguramente, algumas personalidades e suas contribuições representaram o próprio oxigênio que manteve viva a instituição e representam também, como também dito, anteriormente, uma verdadeira síntese dessa trajetória até aqui. Referimo-nos ao Professor João Carlos Di Gênio, ao Dr Nelson Salomé, ao Professor Geraldo Gadernalli, ao Professor Almir de Souza Maia, ao Professor Davi Uip.

O Professor João Carlos Di Gênio, branco, Diretor Presidente do Grupo Objetivo, foi de grande contribuição para o desenvolvimento dos trabalhos da Afrobras. Recebendo seus dirigentes para conhecer com mais propriedade o projeto, após reflexão, reconheceu que era necessário um trabalho como aquele e que também seria necessária uma ampla divulgação para que a sociedade conhecesse o tema e suas dificuldades a fundo. Para alcançar esses objetivos, o Professor Di Gênio doou, por meio do Curso Preparatório para os Vestibulares Objetivo, por todo tempo de duração, as apostilas necessárias para desenvolver os trabalhos do Curso Preparatório ao Vestibular da Afrobras, permitindo assim que o trabalho pudesse ser iniciado e desenvolvido numa época em que a instituição não dispunha de qualquer tipo de recurso financeiro para desenvolver seu trabalho. Posteriormente, quando da implantação do Projeto Mais Negros nas Universidades, novamente o Professor Di Gênio, também Diretor Proprietário da Universidade Paulista, disponibilizou cem bolsas de estudos anuais na capital e no interior – a UNIP tem difusão por várias

idades do Estado - para a inclusão dos jovens negros no ensino superior, de forma que, rapidamente, a UNIP passou a ostentar o maior contingente de jovens negros do Programa Mais Negros nas Universidades.

Mas foi também com o apoio do Professor Di Gênio que, pela primeira vez um programa de televisão produzido por negros, de uma ONG negra, chegava em canal aberto na televisão brasileira. O Programa Negros em Foco há oito anos ininterruptos tem disponibilizado uma hora na grade de programação da TV RBI de propriedade do grupo. Por fim, no momento mais tormentoso, quando a montagem da biblioteca da Faculdade Zumbi dos Palmares era uma exigência para receber visita do Ministério da Educação e quando todas as tentativas de conseguir um imóvel público para funcionamento da Zumbi tinham ido por terra, o professor Di Gênio, além de doar os livros necessários para compor a biblioteca do Curso de Administração, ainda doou por três anos os recursos necessários para pagamento dos valores do aluguel onde se instalou a primeira sede da Zumbi. O Professor da Fundação Getúlio Vargas, Geraldo Gadernalli, branco, foi uma figura determinante na estruturação e desenvolvimento dos trabalhos da Zumbi. Ocupando a Presidência do Banco Nossa Caixa, um Banco estatal do Governo do Estado de São Paulo, à época – hoje o Banco foi privatizado e vendido ao Banco do Brasil – em atendimento a uma solicitação do Deputado Estadual, negro, Nelson Salomé, recebeu uma comitiva da Afrobras para conhecer o projeto e as demandas da instituição. O Professor Geraldo manifestou seu apreço pelo projeto e se prontificou a divulgá-lo e a emprestar sua presença nos eventos, enquanto o Banco Nossa Caixa patrocinaria os jantares da Medalha do Mérito Afrobrasileiro e patrocinaria anualmente uma cota do Troféu Raça Negra. Ao longo de mais de cinco anos, o Banco Nossa Caixa viabilizou as mais diferentes ações e eventos culturais da Afrobras e conseqüentemente do tema negros. Desta forma, além de contar com uma personalidade de destaque prestigiando suas atividades, a Afrobras conseguiu estruturar parcialmente uma fonte de recursos que permitia cumprir vários compromissos financeiros e consolidar ações de importância. O professor, por todo tempo que presidiu o Banco Nossa Caixa, e mesmo depois de aposentado, participou das atividades da Afrobras juntamente com sua esposa e filhos e contribuiu de forma intensa na interlocução com outros setores da sociedade. Dessa forma também, o Banco Nossa Caixa foi uma das primeiras grandes

empresas que associaram sua logomarca a um trabalho e projeto voltado para negros.

Nelson Salomé foi uma importante personalidade na condução do tema negros no Estado de São Paulo. Médico obstetra e anestesista negro na cidade de Araras, interior do Estado de São Paulo, dedicou a vida à Medicina, tendo no currículo mais de 45.000 mil partos, principalmente em atendimento aos mais pobres e necessitados. E, como gostava de comentar, dizia que a medicina lhe empurrara para a política, de onde procurava encontrar soluções para atendimento médico aos menos favorecidos, que eram o que mais sofriam como as limitações e falta de estrutura da saúde como um todo. O doutor Nelson Salomé, como ficara conhecido havia alcançado muito sucesso na política tendo sido eleito vereador e deputado estadual por três mandatos, duas vezes presidente da câmara municipal, e depois, vice-prefeito de Araras. E foi no seu mandato iniciado em 1999, que a Afrobras acabou por encontrar uma de suas mais ilustres e produtivas colaborações. Na ocasião, a Afrobras, com um ano de vida, acabava de ver ir por terra, o CAIS, seu curso preparatório para o vestibular, com o qual pretendia promover a inclusão de jovens negros na universidade pública. Paralelamente ao projeto, que fazia água, a Afrobras viu ir por terra, também, sua sede alugada no bairro da Lapa, seus equipamentos e os poucos recursos que o projeto produzia. Foi nesse contexto que a instituição recebeu, naquele momento, sua mais importante contribuição. O Doutor Salomé separou uma das pequenas salas de seu gabinete na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e ali instalou a sede provisória da Afrobras por mais de seis meses, disponibilizando todos os recursos materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos e chegando ao exagero de pagar do seu bolso algumas necessidades financeiras da instituição, bem como, de franquear o uso de seu carro oficial para muitos deslocamentos dos dirigentes da Afrobras. Convencido e engajado nos fundamentos advogados pela instituição, Nelson Salomé iniciou contatos com empresários de sua relação pessoal para que pudessem auxiliar no reerguimento da Afrobras, ao mesmo tempo em que tentava sensibilizar o governo do Estado para a importância do trabalho relativo aos negros. Foi uma audiência solicitada pessoalmente pelo Deputado Nelson Salomé que permitiu o renascimento da Afrobras. Sob sua condução e com sua presença, o Banco Nossa Caixa recebia na Sala especial de reuniões uma comitiva de negros composta de sete integrantes

da diretoria da Afrobras, e ali, por quase duas horas, o Presidente do Banco, Professor Geraldo Gardenalli, seu vice-presidente, seu diretor de Marketing e sua diretora de assuntos parlamentares se debruçavam sobre as informações do desequilíbrio dos negros na sociedade brasileira, sobre sua exclusão do ensino superior e sobre a estratégia da Afrobras para realizar uma ação e um programa estratégico para trabalhar o tema. Dois meses depois, a Afrobras instituía um programa de parceria com o Banco Nossa Caixa, cujo patrocínio financeiro definido e permanente permitiu que a Afrobras se reerguesse e recomeçasse paulatinamente a operacionalizar cada um de seu projetos institucionais. Em 2009, aos 79 anos, Nelson Salomé faleceu.

Davi Uip, branco, conceituado médico infectologista do Instituto do Coração e Professor da Faculdade de Medicina da USP sempre foi uma autoridade na área da medicina, principalmente, na área das doenças infecciosas, sendo um dos mais conceituados estudiosos e importante médico na criação e desenvolvimento de programas de controle e combate da AIDS no Brasil e de doenças epidemiológicas em países africanos, especialmente em Angola. Médico particular do Senador e ex-governador Mário Covas, era também médico de muitas outras personalidades políticas de São Paulo e do Brasil. Tendo sido apresentado ao projeto por sua irmã, Edna Uip que o conheceu através da amizade com integrantes da Afrobras, Davi ficou muito entusiasmado com a idéia de uma instituição de ensino focada na inclusão e valorização do negro e juntou-se ao grupo de formadores de opinião para divulgar e defender uma ação com esse escopo nos ambientes em que participava, enquanto pessoalmente passou a participar e promover discursos com esse fundamento nas atividades sociais realizadas pela Afrobras.

Ao mesmo tempo em que escrevia artigos na mídia sobre a importância da educação e inclusão das minorias, Davi, no seu trabalho de combate a epidemias nos países africanos, aprofundava-se mais nas informações sobre os negros e ajudava integrar mais personalidades da área médica ao tema, e também pessoas de sua relação política. Não fosse a importância da sua dedicação e contribuição de toda natureza ao tema, um lampejo de sorte iluminou o destino da Afrobras, quando, após a morte de Mário Covas, Davi, agora respondia como médico do então Ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Davi, como sempre, sem qualquer cerimônia, levou o assunto ao conhecimento do ministro e pediu a ele uma audiência em que pudesse explicar a idéia e o projeto da Afrobras. Depois de várias tentativas e muitas dificuldades, atendendo à solicitação de Davi, o ministro concordou em conversar com os dirigentes da Afrobras para conhecer a idéia da Universidade. Assim, no consultório de Davi, pela primeira vez na história, um grupo de negros apresentava o rascunho daquilo que pretendia ser a primeira universidade voltada para a temática negra do país. Duas horas depois de um cansativo esforço de argumentação e tentativas de sensibilização, o Ministro interrompeu a conversa para dizer que a idéia se tratava de nitroglicerina pura e que não conseguia enxergar viabilidade no formato do trabalho, mas que, todavia, por consideração a Davi, iria pensar e aprofundar sua reflexão sobre o assunto. Um ano depois, num ato público, Paulo Renato, tendo ao lado Davi Uip, anunciava publicamente o engajamento dele e do Ministério da Educação no projeto. Um ano e meio depois estava criada a Zumbi dos Palmares, com a presença de Davi e Paulo Renato.

8.5 A criação da Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares

A construção da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares foi obra de uma classe média negra, cujos integrantes em grande medida confirmam o conjunto dos pressupostos que trataram das idiosincrasias e particularidades que sempre acompanharam as interações e as relações daqueles indivíduos que, do ponto de vista técnico, podem ser compreendidos como integrantes desta classe média. Em grande medida, também, resultou de uma convergência de fatores que traduzia, numa formulação suportada nas incipientes experiências de educação para negros criadas por importantes instituições do tema no Brasil, em especial a Frente Negra Brasileira e sua Escola Fretenegrina. Mas, da mesma forma, recebeu influxo da gestão dos cursos voltados à preparação de jovens negros para vestibulares de ingresso nas Universidades Públicas e da criação, desenvolvimento e administração de programas de bolsas para ingresso de jovens negros nas universidades privadas, da qual a própria Afrobras, no Estado de São Paulo, e a Educafro, no Rio de Janeiro, se apresentavam como as maiores e mais organizadas e concentravam a quantidade mais significativa de jovens negros. É bem verdade, que muitas outras

instituições negras em São Paulo, como em outras localidades do Brasil, desenvolviam ações importantes dessa natureza, como era o caso do Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo e da Steve Biko, em Salvador.

Obrigatória e necessariamente, sua ideologia, sua referência e mesmo muito de seus fundamentos foram retirados da trajetória de experiência das ações afirmativas de inclusão no ensino superior criado, instituído e praticado pelos negros norte-americanos por meio da Rede HBCUS (*Historically Black Colleges and Universities* – Universidades Historicamente Negras dos Estados Unidos) que designa e reúne o conjunto das instituições de ensino superior criadas e dirigidas especialmente para inclusão dos negros no ensino superior daquele país. Logicamente, isso se deve ao fato de se tratar da única experiência dessa natureza existente nas Américas, e também, pela influência que a luta, experiências, trajetórias e realizações dos negros americanos sempre despertou nos negros brasileiros.

Aliás, não foram poucas as importações e adaptações de discursos, estratégias e ações políticas, culturais e legais que os negros brasileiros desenvolveram a partir do conhecimento sobre o histórico dos negros norte-americanos e não foram poucos os brasileiros que ao conhecer ficaram tocados e inspirados pelos modelos e pela contribuição que as HBCUs produziram na qualificação e ascensão política, econômica, educacional e social do negro norte americano. Foi o que aconteceu com os dirigentes da Afrobras que, a partir de convites para viagens patrocinadas pelo Consulado Americano em São Paulo e pela Embaixada Americana em Brasília, puderam, em muitas oportunidades, conhecer, interagir e trocar experiências com os dirigentes, pensadores e estrategistas americanos da Educação, além de conhecer e visitar muitas das 117 Universidades Historicamente Negras Americanas, assim como receber muitas dessas personalidades no Brasil para debater e discutir, em reuniões e seminários, a problemática do negro e da educação.

A história das Universidades e Faculdades Historicamente Negras Americanas tem início ainda no século 19, no período que antecede a abolição e a guerra de secessão. A sobredita ação de política pública do governo americano foi construída para atender a necessidade de promover a inclusão ao conhecimento

dos descendentes de africanos escravizados frente ao desinteresse dos senhores de escravos e à lei restritiva da época, que proibia os negros de estudar, principalmente nos estados do sul. Redd (1998) noticia que a primeira das Universidades Historicamente Negras foi criada em 1837, na Pensilvânia, denominada *The Institute for Colored Youth* (Instituto para jovens de cor) e depois rebatizada como *Cheyney State University*, tendo sido fundada pelo “*Quaker*”, Richard Humphreys, que doou um décimo de sua propriedade para a criação da escola. O instituto ilustra uma característica comum a muitas das faculdades historicamente negras nesse período, a de ser fundada por filantropos brancos que desejavam auxiliar a mudança na situação dos jovens afro-americanos por meio da educação básica.

A criação e instalação do Instituto para jovens de cor foi a inspiração para outras entidades como o Ashmun Institute, hoje conhecido como Lincoln University of Pensilvanie, em 1854, e Wilberforce University, in Ohio, em 1856. Apesar das intenções de mudança na sociedade, o sucesso dessas instituições era limitado pela escravidão. Com isso novas perspectivas chegam apenas com o fim da guerra de secessão e a abolição (REDD, 1998, p. 33-34).

No início as HBCUs eram instituições privadas e sem fins lucrativos e muitas delas eram mantidas por igrejas que tinham o ensino religioso como um de seus principais fundamentos. Contudo a limitação de recursos financeiros fazia com que as aulas fossem ministradas em qualquer ambiente disponível, como porões e containeres como ocorreram no caso da fundação das universidades co-irmãs que deram origem ao sistema universitário de Atlanta, Atlanta University, hoje Clark Atlanta University e Spelman College. Com a criação do primeiro National Land-Grant Colleges Act ou primeiro Ato de posse de terras para universidades, instituído em 1862, conhecido como Primeiro Ato Morrill, o governo federal passava a incentivar a construções de Universidades por parte dos Estados, concedendo terra e recursos federal. A primeira faculdade negra a se beneficiar desse ato foi a Alcorn Agricultural and Mechanical College, fundada no Mississippi em 1871. Mais tarde a faculdade passou a se chamar Alcorn State University ((REDD, 1998, p. 34))

O Primeiro Ato Morrill não continha uma legislação específica para a população afro-americana e, como muitas das universidades da época só aceitavam

a matrícula de alunos brancos, o Governo Norte Americano instituiu o Segundo Ato Morrill que passa a favorecer a população negra de maneira mais efetiva em 1890, exigindo e determinando que os estados que mantinham um sistema educacional segregado, doassem terras também para as universidades negras e disponibilizassem o mesmo valor em verbas para os dois tipos de entidades de ensino. A doação de terras federais no mais das vezes, inferiores as doadas às universidades brancas, não apenas gerou a criação imediata de 19 faculdades e universidades espalhadas pelo país, como também impulsionou o crescimento das HBCUs contabilizando mais de 100 unidades, que abrigavam mais de 4 mil jovens negros, 20 anos após Guerra de Secessão, instituições essas que funcionavam não apenas como faculdades, mas possuíam cursos preparatórios para o segundo grau e a faculdade (HARPER, 2007).

A chegada do século 20 traz a expansão das universidades historicamente negras em larga escala. Apenas nas três primeiras décadas do novo século, o número de alunos afro-americanos estudando nas HBCUs chega a aproximadamente 30 mil alunos. A criação das políticas segregacionistas a partir da Lei Jim Crow, influenciou também no desenvolvimento das universidades historicamente negras, estas apesar de receberem mais de 70% dos universitários afro-americanos que não poderiam ir para outras universidades (REED, p. 35, 1998), ainda eram tratadas com desigualdade na hora de receber os recursos financeiros, o que foi corrigido somente na década de 1940 quando a Suprema Corte e essa passa exigir um repasse de verbas igual, para que a qualidade de ensino evitasse a migração de alunos negros para as universidades brancas (BROWN, 2001, p. 564).

Com a vitória da luta pelos Direitos Civis, que tornou a segregação nas escolas ilegal, permitindo aos negros a freqüentar as universidades brancas, em 1965, por decreto federal – *The Federal Higher Education Act* –, passa a ser definida como historicamente negra toda e qualquer faculdade ou universidade negra que tenha sido criada antes de 1964 e cuja principal missão tenha sido e permaneça sendo a educação dos negros americanos. No mesmo período, a Secretaria dos Direitos Civis (*U.S. Office for Civil Rights*) passa a adotar uma série de medidas para proporcionar a integração tanto de jovens negros em universidades brancas, quanto de jovens brancos em universidades negras (HARPER, 2007).

Para cumprimento dessa finalidade e para combater a persistência da discriminação com que estados distribuíam os recursos e as doações de terrenos entre as universidades brancas e negras, o governo federal americano decide fazer um maior repasse de verbas para as HBCUs. Assim, em 1980 o presidente Jimmy Carter assina a Ordem Executiva 12232 que estabeleceu um programa federal para “superar os efeitos do tratamento discriminatório e fortalecer e expandir a capacidade das HBCUs de prover educação de qualidade.”. Em 1981, o presidente Reagan expandiu o programa anterior com a Ordem Executiva 12320 e em 1989 o presidente George Bush assinou a Ordem 12677 que criou um Conselho Presidencial para as HBCUs, que tinha como função auxiliar o presidente a encontrar métodos educativos, programas e estratégias para empoderamento as instituições. Em 1993 o presidente Bill Clinton cria a Ordem Executiva 12876 que define recursos para que as ordens anteriores sejam implementadas. Em 2002, o presidente George W. Bush cria a Ordem 13256 e transfere a administração das HBCUs para um escritório dentro do Departamento de Educação. Em fevereiro de 2010, o atual presidente Barack Obama assinou a Ordem Executiva 13532 que reforça a relevância das universidades negras para o país e destina um novo orçamento. A nova verba garante US\$98 milhões a serem divididos entre programas de apoio e bolsas de estudos, US\$20, 5 milhões para melhorias nos espaços onde estão as instituições, US\$64,5 milhões para aperfeiçoar os programas de pós-graduação, US\$103 milhões para investimento em programas científicos e tecnológicos e US\$ 5,7 milhões em aumento nas verbas de auxílio e manutenção dada aos estudantes na universidade (REED, 1998, p. 37).

De acordo com o pesquisador Lenoar Foster (2001, p. 614), entre 1990 e 1998, o número de estudantes brancos que se graduaram em universidades negras aumentou 16%. O autor afirma ainda que as faculdades negras apresentam ainda uma maior diversidade em seu corpo docente com 8% de professores asiáticos, 66% afrodescendente e 25% branco. Atualmente as universidades negras ainda possuem um papel fundamental na sociedade americana. As 117 instituições cadastradas no departamento de educação americano são responsáveis por um impressionante desenvolvimento econômico não apenas para a comunidade negra, mas para todo o país. Ainda que estas instituições representem apenas 3% das mais de 4 mil instituições de ensino superior americanas, são responsáveis por mais de 24% dos

diplomas de graduação, pós graduação e cursos profissionalizantes obtidos pela comunidade negra a cada ano (HARPER, 2007).

Coaxum III (2001, p. 582) dentre as instituições responsáveis por enviar estudantes negros para faculdades de medicina, as quatro principais são HBCUs. Estas segundo ele, também representam 17 das 21 instituições de ensino superior no currículo dos jovens negros que chegam ao doutorado.

Foster (2001) aponta que essas instituições também fazem parte da vida de 80% dos afro-americanos que se formam em odontologia, de 3/4 dos oficiais negros no exército, 4/5 do total de juizes negros e também são as principais responsáveis pelos bacharelados em ciências, matemática e engenharia. Dados divulgados pela United Negro College Foundation (UNCF), entidade responsável pela concessão de bolsas de estudos para jovens negros e que agrega grande parte das HBCUs informam a importância das HBCUs na vida dos Negros americanos demonstrando que o impacto desses números são, na verdade, o grandes responsáveis pelo surgimento e manutenção da classe média negra nos Estados Unidos, a saber:

- Mais da metade dos profissionais afro-americanos são formados pelas HBCUs;

- 9 entre 10 das principais faculdades que concedem Pós Doutorados para os afro-americanos são HBCUs;

- Mais de 50% dos professores afro-americanos em escolas públicas e mais de 70% dos dentistas afro-americanos se formaram em faculdades negras;

- Faculdades negras como a Spelman College e a Bennett College são responsáveis por mais da metade dos doutorados obtidos por mulheres negras em diferentes áreas das ciências;

- A Xavier University ficou em primeiro lugar no ranking de universidades negras que levam os jovens afro-americanos a Faculdade de Medicina;

- Oito entre 11 universidades responsáveis por bacharelados em agricultura e ciências relacionadas a esta são HBCUs;

- 16 das 21 universidades responsáveis por bacharelados em biologia e Biomedicina, incluindo os seis primeiros lugares;
- Seis das 10 maiores faculdades que concedem bacharelado em educação para os afro-americanos são HBCUs;
- Sete das 10 maiores faculdades que concedem diploma em engenharia para os afro-americanos são HBCUs;
- As três maiores responsáveis por bacharelados na área da saúde são HBCUs;
- As 12 maiores faculdades responsáveis pela graduação de afro-americanos na área das ciências físicas, são HBCUs,
- Três das maiores responsáveis por bacharelados em psicologia são HBCUs (FOSTER, 2001, p. 615);

Por fim, Constantine (apud FREEMAN, 2001), analisando a trajetória dos universitários das HBCUS, afirma que a qualidade do ensino e o sucesso profissional obtido pelos afro-americanos que freqüentam as universidades negras refletem não apenas no meio universitário, mas também influenciam na cultura da população negra como um todo naquele país. Isso acontece, pois, “quando os afro-americanos vêem os negros de sucesso que freqüentam as universidades negras, eles percebem o que eles podem obter tanto individualmente, quanto coletivamente”. Exemplificando esse acontecimento, o autor arrola alguns exemplos de notáveis personalidades negras americanas formadas nas HBCUs que, além de tudo, tiveram e tem importância fundamental para a história Norte Americana, como Martin Luther King, Pastor e Ativista dos Direitos Civis Rosa Parks, Ativista dos Direitos Civis, WEB Du Bois, historiador Oprah Winfrey, empresária e apresentadora de televisão, Thurgood Marshall, 1º Juiz negro da Suprema Corte, Toni Morrison, Prêmio Nobel de Literatura, Alex Haley, autor, Booker T. Washington, educador, Sean “P.Diddy” Combs-, cantor, Erykah Badu, cantora, Keenan Ivory Wayans, ator e produtor, Congressista. Jesse Jackson, Alvin J. Boutte, Fundador e presidente da maior instituição financeira negra dos EUA, Althea Gibson, Primeira mulher negra a ganhar o torneio de Wimbledon, Kwame Kilpatrick, prefeito mais jovem de Detroit, Andrew

Young, Embaixador da ONU e prefeito de Atlanta, David Dinkins, Prefeito de New York, Debbie Allen, coreógrafa, Ossie Davis, ator, Lynn Whitfield, atriz, Phylicia Rashad, atriz, Sharon Pratt Kelly, prefeito de Washington, Shirley Franklin, prefeita de Atlanta (CONSTANTINE apud FREEMAN, 2001, p. 589).

A extensão das informações sobre as HBCUs é de muita importância para esse trabalho e também para a discussão e construção das experiências das políticas afirmativas no Brasil, tendo em conta que, apesar de se tratar do mesmo objeto, visão e formato das discussões, no Brasil esses aspectos passam ao largo da questão central do empoderamento dos negros na sociedade brasileira, o que porém será feito no desenvolvimento da avaliação dos trabalhos da Zumbi dos Palmares.

Como enfatizado, a idéia de viabilizar um ambiente de ensino, uma instituição de ensino superior voltada para os afrodescendentes já se encontrava de certa forma embrionária e latente nas discussões, orientações, definições e ações realizadas pelo Movimento Negro e suas instituições ao longo de toda sua trajetória, e a experiência americana era um componente de muito valor que inspirava e modelava o pensamento sobre a forma e o modelo do que poderia ser uma instituição com essas características no Brasil. Mas, certamente o desafio que se impunha era como construir e formatar uma idéia de instituição com aquelas características, mas voltada e definida para a realidade e especificidades do histórico e dos valores brasileiros e os limites da realidade local.

O ideário e objetivo específico da criação e instalação de uma Instituição de Ensino Superior por parte da Afrobras já era uma aspiração e também uma das principais motivações da criação da própria Afrobras, tanto que, por esse motivo, já tinha inscrito esse objetivo no seu estatuto instituidor, conforme registra seu artigo d):

Envidar todos os esforços na promoção e elevação dos saber moral, intelectual, técnico, científico e acadêmico, em todas as áreas do conhecimento humano, criando, instalando e administrando Agencia Educacional em todos os graus e de Ensino Superior que se denominará Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.

A criação, administração e o desenvolvimento dos Cursos Preparatórios ao Vestibular e do Programa de Bolsas para jovens negros nas Instituições de Ensino Privado, assim como o conjunto das atividades e projeto sociais geridos pela Afrobras foi seguramente o lugar da fermentação da massa crítica e da centralização e convergência dessa aspiração. Aliás, educação e direitos humanos foram campos de muito interesse e muita atuação do “Novo Movimento Negro” representado pelas ONGS negras, a partir do final da ditadura e, principalmente, a partir da Constituinte de 1998, que reconhecia e introduzia muitas daquelas reivindicações no bojo de seu texto, e com isso abria campo para atuação dessas ONGs na busca da materialização e efetivação daquelas medidas.

E, conforme foi destacado, nos anos anteriores à criação da Faculdade Zumbi dos Palmares, a Afrobras cumpriu um papel importante de aglutinação das mais variadas personalidades comuns e graduadas, profissionais liberais, artistas, educadores e tantos outros que, voluntariamente, se reuniam todos os sábados na sede da Afrobras para discutir os acontecimentos nacionais sobre a questão do negro, tomar conhecimento e auxiliar no desenvolvimento das atividades regulares, discutir e conhecer os resultados dos programas que estavam em desenvolvimento, e, mesmo auxiliar na preparação dos seminários e dos eventos sociais como o Jantar da Medalha do Mérito Afrobrasileiro e o Troféu Raça Negra que tomavam muito tempo e precisava, exigiam muita colaboração e necessitava ser produzido com muita antecedência. Todas essas ações eram e foram potencializadas por conta da instalação da sede da Afrobras, por conta da persistência do Padre Toninho, agora no Bairro do Bexiga, próxima da Igreja Nossa Senhora da Achiropita. Tendo em conta, os amplos espaços e a infraestrutura da Igreja e da Pastoral estabeleceu a realização de muitos e variados trabalhos em estreita parceria com a Pastoral Afro da Achiropita presidida pelo Padre Antonio Aparecido da Silva, e a educação e a questão da discriminação eram temas em preeminência das reuniões, inclusive, porque discussões dessa natureza eram tema obrigatório das reuniões quinzenais com os bolsistas do programa mais negros nas universidades cujos integrantes em grande número eram também integrantes da Pastoral.

Foi a participação do Brasil na Conferência Contra o Racismo de Durban, na África do Sul, em 2001, que acabou se transformando no agente deflagrador da transformação da Zumbi dos Palmares de uma utopia estatutária ao início de uma

realidade imaginária. Por conta da participação na Conferência, o Governo Brasileiro instituiu uma Comissão Preparatória de Durban, à qual competiria colher subsídios em todo o país, a fim de preparar a posição oficial a ser apresentada pelo Brasil nesse conclave. Instada pela presidente da comissão, a então Deputada Federal Benedita da Silva, coube à Afrobras organizar um encontro com as demais entidades negras de São Paulo para registrar suas demandas.

Do trabalho de preparação das linhas das contribuições a serem apresentadas à referida comissão nasceu o embrião de efetivação da Zumbi. Isto porque, no curso da reunião, debatia-se a importância de fazer constar das sugestões medidas de impacto que pudessem dar um passo ousado na discussão acerca da inclusão educacional do negro no ensino superior.

Na ocasião, colocou-se então a questão de apresentar a idéia de uma universidade direcionada para o tema negros, nos moldes das Universidades Historicamente Negras Americanas, principalmente com a disponibilização do imóvel e de recursos financeiros governamentais. Aprovada a ideia por todos os presentes, a presidência da Afrobras constituiu uma comissão interna para elaborar o esboço da proposta a ser apresentada à Comissão preparatória.

Após a apresentação do resultado da reunião, com as linhas gerais do projeto traçadas e as demais medidas e sugestões apresentadas pela Afrobras à Comissão preparatória de Durban, o grupo passou a entender que mais, do que esperar pelo resultado de Durban, deveria transformar o projeto no foco central da Afrobras, devendo, a partir daquele momento, reunir todos os esforços para concluir e alcançar seu objetivo final, devendo, por isso, mesmo, tentar conhecer a opinião do Ministro da Educação a respeito, assim, como sensibilizá-lo para essa realização.

Reunidos com o Ministro da Educação, a partir da intervenção do Comendador Davi Uip, e tendo ele se comprometido a estudar e analisar a questão, sessenta dias depois, o Ministro retornava sua posição de que se dispunha a receber uma solicitação pública para recepcionar um projeto dessa natureza. Para cumprir esse objetivo de atender a solicitação do Ministro da Educação e produzir o projeto da “Universidade Zumbi dos Palmares”, a Afrobras criou uma Comissão de Voluntários que foi instalada e apresentada ao Ministro da Educação em Cerimônia

Pública, como acordado, realizada no dia 16 de Maio de 2001, no Parlatino - Parlamento Latino Americano, no Bairro da Barra Funda, na Cidade de São Paulo.

A comissão que se prolongou até a finalização do projeto foi presidida por José Vicente, Presidente da Afrobras e teve como Coordenador Geral dos trabalhos, o Professor Doutor Paulo Edgard Resende, da PUC/SP e foi composta pelos seguintes integrantes e colaboradores da Afrobras:

Padre Antonio Aparecido da Silva, Teólogo, membro da Afrobras (Negro)

Francisca Rodrigues Pereira, Jornalista, membro da Afrobras (Negra)

Ruth Lopes Costa, Historiadora, membro da Afrobras (Negra)

Raquel Lopes Costa, Turismóloga, membro da Afrobras (Negra)

Jose Paixão, Economista, membro da Afrobras (Negro)

Cesar Augusto Cândido Xavier, Sociólogo, membro da Afrobras (Negro)

Professora Célia Malaquias, Psicóloga, membro da Afrobras (Negra)

Professora Sonia Guimarães, Física membro da Afrobras (Negra)

Professora Vera Rezende, Psicóloga / UNESP, colaboradora (Negra)

Professora Terezinha Bernardo / PUC, colaboradora (Branca)

Professora Rinalva Cassiano da Silva/UMESP, colaboradora (Branca)

Professora Nancy Valadares / UNIVERCIDADE-RJ, colaboradora (Branca)

Professor Vicente Bicudo / USP, colaborador (Branco)

Professor Jarbas Nascimento / PUC, colaborador (Negro)

Professor Braz Araújo / USP, colaborador (Branco)

No dia 03 de junho de 2001, quinze dias depois da Cerimônia de Instalação, a Comissão de Voluntária fez sua primeira Reunião de Trabalho com grande parte de seus integrantes e alguns convidados.

Apesar do alto grau de qualificação técnica dos componentes da Comissão de Voluntários, a maioria Mestres e Doutores de renomadas instituições e com significativa experiência no tema Educação e mais precisamente Educação Superior, o fato é que as discussões estavam razoavelmente imberbes e romantizadas. Alcançar uma consensualização acerca dos parâmetros e delimitações de uma Universidade com aspectos pioneiros como pretendido inicialmente, seguramente seria uma ação de médio e longo prazo. Por outro lado, o tamanho e a dificuldades do desafio que a Zumbi Palmares teria pela frente estava estabelecido pelas complexidades dos problemas apresentados, como o caso da sede, terreno, recursos financeiros e tantas outras necessidades típicas de uma realização dessa envergadura. Aliás, desafios que haviam sido levantados e debatidos nas reuniões anteriores da comissão interna de preparação do projeto para a Comissão Preparatória de Durban e, conforme anotada nessa reunião e nas duas outras que se seguiram, esbarraram muito severamente justamente na indefinição de aspectos mínimos sobre o conceito, a forma, e o modo de funcionamento de um trabalho dessa natureza.

Somou-se a isso outro componente insuperável do qual dependia em grande medida a realização e sucesso projeto. A simpatia do Ministro da Educação com a idéia central do trabalho e mesmo sua disposição de contribuir na realização do projeto tinha data de validade, isto é, estávamos no ano de 2001 e o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, conseqüentemente, do Ministro da Educação terminaria em dezembro de 2002. Assim teríamos que escolher: ou uma Universidade do ponto de vista conceitual pronta, acabada e com suas dimensões técnicas, acadêmicas, financeiras e econômicas delineada, com um cenário qualquer e um Ministro da Educação qualquer, ou a Universidade possível nos dezoito meses que restavam para finalização do mandato do Ministro que havia nutrido simpatia e que apresentava desejo de colaborar com um projeto baseado nesses fundamentos.

A decisão havia sido pela segunda opção, ou seja, não perder a oportunidade de tentar tornar realidade a Universidade Zumbi dos Palmares quando tínhamos a nosso favor além de um cenário externo e interno favorável – a Conferência de Durban produzia calorosas discussões dentro e fora do país –, também a simpatia do principal ator do ensino superior do país. Então, o processo que se desenvolvia

sobre um escopo de avaliação de hipóteses, discussão de cenários, meios e possibilidades com a finalidade de produzir um consenso e debater todos os questionamentos precisou sofrer uma inflexão e criar uma nova estratégia, A Universidade imaginada precisaria rapidamente transformar na Faculdade Zumbi dos Palmares e o tratamento da questão precisaria ganhar cunho profissional e de mais efetividade.

Disso resultou a chegada de um parceiro de extrema importância que se transformaria num divisor de águas do processo, até então desenvolvido. A Universidade Metodista de Piracicaba. Premido pelo tempo, sem capacidade técnica para produzir internamente um projeto dessa natureza a partir da comissão de voluntários e sem qualquer recurso financeiro que permitisse a contratação da produção de projeto de criação de uma Faculdade, restava, então, como sempre foi da nossa expertise, recorrer a um parceiro que tivesse possibilidades e interesse de nos auxiliar nesse pleito.

Parceiro pioneiro de primeira hora no Programa de Inclusão Jovens Negros no ensino superior da Afrobras, a UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba, através de seu Reitor Professor Almir de Sousa Maia, prontificou-se doar um projeto de curso, enquanto instado pelo Professor Almir, a UMESP – Universidade Metodista de São Paulo, através de seu Reitor Davi Ferreira Barros se prontificou a contribuir na estruturação legal do projeto e na cessão dos Professores necessários para compor o projeto. À comissão de Voluntários diminuída e mais focada juntou-se representando a UNIMEP na elaboração do projeto, o Professor Walter de Francisco, responsável pelo Departamento de Planejamento daquela Universidade e representando a UMESP, a Professora Rinalva Cassiano, Assessora Técnica da Reitoria.

Oito meses depois, no dia 13 de maio de 2002, oito meses depois, numa Cerimônia realizada no Hotel Macksoud Plaza, na região central da cidade de São Paulo, o Ministro da Educação Paulo Renato, acompanhado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello e pelo Médico Infectologista Davi Uip recebe oficialmente o projeto oficial de criação e instalação da Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares.

Estava criado assim o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, a pessoa jurídica a figurar como mantenedora da FAZP - Faculdade Zumbi dos Palmares. No dia 13 de dezembro de 2002, o Ministério da Educação publica a portaria que cria, credencia e autoriza o funcionamento da Faculdade Zumbi dos Palmares, a primeira Faculdade criada e voltada para a inclusão dos negros no Ensino Superior da história do País, com data designada de um ano para realização do processo seletivo do vestibular, sob pena de preclusão.

Novamente premida e desafiada pelo tempo e sem condições de criar e instalar a estrutura necessária para dar conta de tamanha empreitada, a Faculdade Zumbi dos Palmares contou dessa vez, com a colaboração inestimável da Universidade Paulista, cujo, Diretor-Proprietário, Professor João Carlos Di Gênio, da mesma forma parceiro de primeira hora no Projeto Mais Negros nas Universidades, fez, nessa oportunidade, doar os valores necessários para pagamento da folha de professores e locação do imóvel para funcionamento da Faculdade. O Banco Bradesco, mediante a intervenção do Publicitário Mauro Salles, doou os livros necessários para composição da Biblioteca, o Governo do Estado de São Paulo, através da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo promoveu a adaptação e pintura do imóvel e, através do Centro de Educação Paula Souza, doou quinhentas carteiras e lousas. A Nestlé do Brasil doou os computadores para criação do Laboratório de Informática e a IBM doou o cabeamento de rede e as licenças de Software para funcionamento do laboratório.

No dia 14 de dezembro de 2003, realizou-se o primeiro vestibular da Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares. Para as quatrocentas vagas inicialmente autorizadas, compareceram 1350 candidatos. Seguiram-se as Autorizações e instalação dos Cursos de Direito, Tecnologia em Transportes Terrestres, Pedagogia e Publicidade e Propaganda.

Recentemente, nesse ano de 2012, foram autorizados os cursos de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Financeira e houve, respectivamente, o reconhecimento do Curso de Administração e Direito e o credenciamento da Instituição pelo Ministério da Educação. Por precaução e mesmo limite técnico – a primeira instalação só comportava trezentos alunos – A Zumbi dos Palmares iniciou o Curso de Administração com apenas duzentos alunos dos quatrocentos

autorizados. Oito anos depois, com cinco cursos em funcionamento, 1600 alunos matriculados e quase mil alunos formados, a Zumbi dos Palmares parece haver cumprido bem sua missão.

8.5.1 Equipe mantenedora

A dinâmica das atividades quer da Afrobras quer da Faculdade Zumbi dos Palmares sempre foi intensa e ambas se desenvolveram com muita velocidade, exigindo muita maleabilidade e capacidade de adequação não somente às situações de normalidade, mas também aos acontecimentos extraordinários. A própria rotina de administrar bolsistas, criar, montar e realizar eventos, interagir e estabelecer contatos com formadores de opinião, autoridades e demais instituições exigia rapidez, inventividade e adaptação aos cenários e situações inusitadas que atividades dessa natureza, tradicionalmente produzem. Outrossim, desde o início dos primeiros encontros ainda na ESP - Escola de Sociologia e Política de São Paulo, os trabalhos de organização, arregimentação, debates e discussões eram sempre conduzidos por Jose Vicente , Ruth Lopes Costa e Raquel Lopes Costa, tendo se juntado posteriormente Francisca Rodrigues Pereira e Carlos Alberto Xavier.

Por outro lado, o cerne do pensamento a respeito dos fundamentos, objetivos e foco dos trabalhos que se entendiam prioritários em ambas as instituições, apesar de se tratar de uma perspectiva processual e sofrer processo de consolidação permanente, encontrava um ponto de convergência entre os integrantes desse grupo, formando dessa maneira um núcleo de pensamento e ação estratégica do grupo como um todo. Desta forma, quase que naturalmente, as demais pessoas que se aproximavam e integravam os trabalhos, o faziam sempre a partir desse dado concreto, de que havia um grupo instituído que conduzia e estabelecia as prioridades. Por fim, além de grande parte das pessoas contatadas estarem relacionadas com mais intensidade a essas pessoas do grupo, alguns eles passaram a trabalhar diretamente vinculados às instituições quando de sua fundação, como foram os casos primeiramente de Ruth e Raquel Lopes Costa.

Fundamentalmente por isso e seguramente com o objetivo de manter seguro o controle das instituições e a condução dos objetivos institucionais, as pessoas que compuseram a estrutura do Instituto Afrobrasileiro e, logo, da Faculdade Zumbi dos Palmares foram, em regra aquelas que estavam à frente da Afrobras e das conduções relativas à criação e instalação da Faculdade Zumbi dos Palmares, conforme abaixo relacionado:

Jose Vicente - Superintendente Geral (Negro)

Ruth Lopes Costa - Vice-Superintendente Administrativa (Negra)

Raquel Lopes Costa - Vice-Superintendente Financeira (Negra)

Rosemar Lopes Costa - Primeiro Suplente (Negro)

Francisca Rodrigues Pereira - Segunda Suplente (Negra)

Como se pode antever, o “núcleo duro” do grupo e a equipe mantenedora foram constituídos daquelas pessoas que ao longo da trajetória de construção e consolidação primeiramente da Afrobras e depois da Faculdade Zumbi dos Palmares se agruparam de maneira mais intensa e que também tinham mais disponibilidade e mesmo dedicação aos objetivos delienados. Curiosamente, a única pessoa fora de lugar nesse contexto é Rosemar Lopes Costa, então esposo da Vera Costa e por isso co-proprietário da “Cantina da Vera” na Escola de Sociologia e Política, onde primeiramente se iniciaram os encontros. Apesar de não haver tido uma participação mais efetiva e prolongada nos trabalhos institucionais, circunstancialmente, por ser um experiente administrador público e também pela afetividade estabelecida a partir da relação inicial, mais com sua esposa e seus filhos, acabou por ser convidado a integrar a primeira administração do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior.

Em grande medida, provisoriamente, a estrutura da Afrobras foi transferida para o Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, e, por seu turno se transformou na estrutura de direção da Faculdade. Por um bom tempo, essas estruturas trabalharam conjuntas e, em alguns momentos superposicionadas, ou mesmo em relação conflitante, fundamentalmente pelo tempo exíguo dos prazos e, também, pela impossibilidade financeira de contratar quadros profissionais.

Dessa forma, além de dispendir muita energia para desenvolver a gestão das praticamente três instituições que se constituíam, houve necessidade de um esforço extraordinário para manter o grupo mais ou menos coeso e focado agora na outra dimensão do trabalho, isto é, ao invés da idealização, da elucubração, agora o grupo estava sendo testado diante de uma execução operacional cujas nuances, particularidades, necessidades e mesmo responsabilidades se apresentavam como um desafio grandioso e muitas vezes amedrontador. Some-se a isso o fato de que, além dos trabalhos até aquela altura se darem de modo voluntário, muitas das responsabilidades financeiras instituídas, o que se fazia necessário para o bom desenvolvimento da atividade, não conseguiam ser supridas pelas mensalidades extremamente limitadas e recolhidas de apenas duzentos alunos inicialmente. Além de implicar colaborações dos próprios integrantes da direção, exigia a contribuição daqueles outros colaboradores que não integravam as estruturas, o que em grande medida colaborou para afastar muitas e importantes pessoas, enquanto outras, terminantemente se recusavam a assumir essas possíveis responsabilidades.

8.5.2 A máquina burocrática e administrativa

A estruturação da burocracia necessária ao funcionamento das atividades da Faculdade Zumbi dos Palmares esteve premida por dois pressupostos estruturais, primeiro contratação de profissionais, evitando dessa maneira o trabalho voluntário, e segundo, contratação de profissionais do mercado com experiência na gestão administrativo-acadêmica. O quadro administrativo inicial foi composto por um conjunto de 10 funcionários na seguinte conformidade:

- 01 Diretor Acadêmico (Negro)
- 01 Coordenador de Curso (Branco)
- 01 Secretária Acadêmica (Branca)
- 02 Auxiliares de Secretária (Negros)
- 01 Bibliotecária

01 Bedel (Negro)

01 Técnico em Informática (Negro)

02 Seguranças

25 Professores

Com essa pequena estrutura funcional iniciou-se o Curso de Administração. Em cinco Salas de Aulas com quarenta alunos cada, uma biblioteca com os livros básicos, um laboratório com trintas computadores e trinta e cinco funcionários entre corpo técnico e professores constituíram a infraestrutura inicial da Zumbi.

O Diretor Acadêmico contratado tratava-se do Professor Jarbas do Nascimento. Doutor em Lingüística pela PUC/SP, ele havia integrado o grupo de discussões da criação e produção do projeto da Zumbi a convite do Professor Paulo Edgard Rezende. Além de Professor da PUC, também acumulava a Coordenação do Curso de Administração na UMC – Universidade de Mogi das Cruzes. Por esse motivo, o Professor e Diretor respondia por apenas dois dias inicialmente de expediente na Zumbi.

O coordenador tratava-se de um pequeno Consultor de Empresas que freqüentava o Curso de Mestrado na PUC/SP sob orientação do Professor Jarbas e que permanecia todas as noites no desenvolvimento de suas tarefas

A secretaria acadêmica possuía ampla experiência no cargo, havendo desenvolvido a função por mais de 10 anos em instituições anteriores. Assim como a Bibliotecária e o Bedel. O Técnico de Informática era um ex-bolsista da Afrobras formado em computação pela UMESP e os seguranças eram profissionais com experiência

Os professores foram contratados no mercado de acordo com a exigência do curso, não tendo sido aproveitado nenhum daqueles inicialmente relacionados no pedido de Autorização. Os Professores e demais funcionários foram contratados no regime de CLT percebendo o salário médio de mercado.

8.5.3 A visão das co-fundadoras

Neste ponto, interrompe-se o relato para dar voz às outras três pessoas que integraram o projeto desde o nascedouro, as mais avalizadas para reconstituí-lo sob a ótica dos protagonistas.

Por meio de questões estruturadas e direcionadas para recuperar a origem e os desdobramentos do projeto, buscou-se sintetizar a percepção de Raquel, Ruth e Francisca, ressaltando os pontos de convergência e as impressões individuais de cada uma sobre a trajetória da Unipalmares. Suas falas se entrelaçam com o percurso feito até aqui para revelar desafios e motivações iniciais e presentes e o balanço do que já foi conquistado.

Como foi longamente descrito, a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares é a concretização de um sonho. É fruto do encontro oportuno de um grupo de estudantes negros que, inconformados com a situação de exclusão do negro no ensino superior, propunha uma forma de intervenção social direta e capaz de alterar o quadro vigente em fins da década de 1990. Todos negros, estudantes em segunda graduação do curso de Sociologia da Escola de Sociologia e Política, de origem pobre, cujos pais possuíam apenas formação básica.

Nos anos 1990, com o início da redemocratização e a recém publicada Constituição Cidadã (1988), a desigualdade racial entra em pauta e ganha força na sociedade brasileira. A partir da segunda metade da década, a questão recebe um novo impulso e entra de vez no cenário nacional com a preparação para a conferência de Durban em 2001 (BRASIL, 2001)

Teve início, então, a construção e materialização do tema nos ambientes jurídico, político e acadêmico, paralela ao crescimento exponencial das atividades de movimentos e organizações negras em todo o país. Na percepção de Ruth, era “um momento onde a questão racial fervilhava”.

O cenário era também de profunda exclusão do negro no ensino superior, e as tentativas de promover o acesso à formação acadêmica esbarravam em dificuldades concretas de formação precária e restrição financeira,

As condições que antecederam a criação da Afrobras para viabilizar o projeto da Unipalmarenses foram assim recordadas:

“Uma realidade em que os negros estavam totalmente excluídos do ensino superior. Na época, menos de 2% de negros estavam nas universidades.” (Francisca)

“Imediatamente foi possível detectar que não adiantava preparar este aluno, pois era muito difícil a entrada deste aluno no ensino superior.” (Raquel)

“Não havia vagas para todos nas universidades públicas (ainda hoje não há)”. (Ruth)

Em relação às iniciativas de inclusão no ensino superior existentes à época, recordam que o surgimento de cursos pré-vestibulares direcionados para negros, inclusive o CAIS, promovido pela Afrobras, constituía uma estratégia ineficaz tanto em razão do despreparo anterior dos jovens vestibulandos, como devido ao número reduzido de vagas oferecidas. Tal compreensão está no cerne da concepção de uma proposta inclusiva diferenciada e alternativa, como transparece nos relatos de Ruth e Francisca:

“Dentro de uma realidade em que os negros estavam totalmente excluídos do ensino superior, a Afrobras entendeu ser necessário um trabalho de maior impacto no ensino superior e criou a Zumbi dos Palmares.” (Francisca)

“Entendemos que já havia passado da hora de criar um espaço de ensino superior onde fosse possível atender o maior número possível de alunos negros. Espaço este em que fosse possível receber alunos negros, com suas limitações trazidas do ensino médio, e mais, um ambiente de ensino onde este aluno tivesse qualidade e por um valor que de acordo com as condições financeiras deste aluno.” (Ruth)

A insuficiência das iniciativas promovidas até então pelas organizações negras, aliada à descrença de que a incipiente discussão sobre as cotas raciais resultaria em inclusão efetiva do negro no ensino superior, demanda considerada prioritária pelo grupo na ocasião, leva à elaboração dos seguintes pressupostos:

“Se o jovem negro, público-alvo do projeto, tiver as condições necessárias para adentrar o ensino superior, reunirá as condições para entrar em pé de igualdade no mercado de trabalho.” (Raquel)

“A inclusão de negros no ensino superior e, com isso, a melhoria na condição social deste aluno e de sua família, já que ele ganharia um salário melhor; e até da sua comunidade, uma vez que ele serviria como exemplo de sucesso.” (Francisca)

“Se não forem oferecidas as mesmas condições para a chegada, tudo que se fala não passa de discursos gastos e arcaicos. A inclusão do negro de fato e de direito só acontecera verdadeiramente, via mercado de trabalho, quando o negro puder estar ocupando postos e cargos de destaque na sociedade, e por consequência usufruir dos bens de consumo que são oferecidos pela sociedade capitalista.” (Ruth)

Para suas mentoras, a premissa de que a formação acadêmica é condição primeira para entrada qualificada no mercado de trabalho fundamenta a definição do objetivo inicial da proposta:

“O objetivo principal era incluir mais negros no ensino superior.” (Francisca)

“Fazer a inclusão do jovem negro, no mercado de trabalho através da educação, criando possibilidades a este jovem, a oportunidade de mudanças significativas em sua vida.” (Raquel)

“Criar um ambiente onde alunos e professores se sentissem membros e um única família, onde os alunos tivessem como referência seus professores, em sua maioria mestres e doutores (negros,) pois assim seria mais fácil a preparação para enfrentar a competitividade no mercado de trabalho.” (Ruth)

Ainda embrionária, a proposta da Unipalmares já se inspirava princípio da diversidade racial, perspectiva colocada antes mesmo da primeira reunião do grupo, que constitui o seu principal diferencial de origem e se reflete em toda a trajetória institucional.

O entendimento de que o negro era herdeiro de um desequilíbrio histórico, econômico e social, que começara a ser difundido na sociedade, explicitava a necessidade de intervenção para equalização das oportunidades sociais. Como lembram Ruth e Raquel, além de direta, essa resposta deveria nortear-se, em especial, pelo respeito à diversidade, como apontam:

“Outro diferencial era a criação de um ambiente diverso na Faculdade Zumbi dos Palmares, não se trata de um gueto, estudam alunos de outras etnias, bem como o quadro de funcionários e professores é diverso em sua formação.” (Ruth)

“Criar um ambiente de ensino, onde pudesse ser trabalhado dentro da grade curricular a diversidade e questões raciais, buscando com isso a autoestima do aluno, e a formação de um profissional completo.” (Raquel)

A exclusão da população negra em todas as esferas sociais, mas, particularmente, no ensino superior, que começava então a figurar nas estatísticas oficiais, predominou, porém, como a principal justificativa para o caráter diferenciado da proposta na fala das fundadoras:

“Os órgãos oficiais de pesquisa divulgam um numero expressivo de jovens negros que se encontram fora do ensino superior, estes jovens não tem condições de entrar na faculdade publica por causa de seu histórico educacional acidentado, e também não reúnem condições financeiras para custear a faculdade particular.” (Raquel)

“A exclusão da população negra em todos os segmentos sociais, problema este que pode ser reduzido com o acesso a Educação, permitido com a criação da universidade.” (Francisca)

“O IBGE e outros órgãos de pesquisa apontam a população negra como 51% da população brasileira. Porém, sendo a maioria da população, a mesma não se encontra no mercado de trabalho e por conseqüência não tem acesso ao consumo. Isso e dá devido ao fato da falta de escolaridade e inclusão ao ensino superior, por isso se fez necessária a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares.” (Ruth)

Ambos os diferenciais estão presentes na criação da Unipalmares e aparecem articulados em seu propósito institucional:

Consolidar o acesso e a permanência da população negra no ensino superior, assim como, viabilizar a integração de negros e não-negros em ambiente favorável à discussão da diversidade racial, no contexto da realidade nacional e internacional.

No que tange às razões que conduziram ao envolvimento pessoal com o projeto, as três fundadoras ressaltam aspectos que aludem ao potencial de transformação da educação experimentado em suas trajetórias pessoais:

“Eu sou de família pobre, e mesmo assim consegui cursar o ensino superior, quando cheguei ao ensino superior eu não encontrei meus pares, ou seja, na minha sala que tinha quase 60 alunos só tinha 3 alunos negros, foi quando percebi que eu deveria, de alguma forma, mudar esta realidade, de nada me adiantaria apreender o conhecimento e não usar tal conhecimento como objeto de transformação.” (Raquel)

“Transformar um sonho em realidade, sonho este que surgiu na Faculdade Escola de Sociologia e Política, quando um grupo de alunos, de estudantes desta faculdade, perceberam a ausência de negros no ensino superior e se reuniram para criar a Afrobras e, por conseqüência, a Fundação da Faculdade Zumbi dos Palmares.” (Ruth)

“Acreditar que a Educação é quem ajuda as pessoas que buscam oportunidades de melhorar em todos os níveis e é este o lema do projeto – educação. Por isso meu envolvimento.” (Francisca)

Tais alegações pessoais encontram ressonância no conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1990), segundo o qual a educação consiste num princípio de diferenciação quase tão poderoso como o do capital econômico. É transformadora por natureza.

Cientes de que a origem social engendra as desigualdades escolares e de que suas histórias pessoais constituíam exceções de ingresso e êxito no ambiente acadêmico, os idealizadores do projeto entendiam que tal possibilidade deveria ser convertida em estratégia de transformação coletiva, mecanismo e meio de inclusão social.

A apropriação desta ambigüidade leva à formulação de uma proposta *sui generis* que representaria desde o início uma quebra de paradigma, já que no auge das discussões sobre cotas raciais mínimas na esfera pública, nasce uma universidade de negros, idealizada e dirigida por negros, com 50% de vagas para negros, concepção assaz inovadora.

“A Faculdade em sua criação não teve a intenção de resolver definitivamente a questão de inclusão do negro no ensino superior, e sim criar um paradigma onde pudesse ficar claro que è possível. [...] O diferencial é que era e continua sendo a única instituição de ensino que tem a maioria de alunos e professores negros em seu quadro, além de ser a única que é criada e gerida por negros.” (Ruth)

Tamanho ineditismo congrega forças e transpõe as histórias de superação pessoal para o campo das conquistas sociais, empenho que somado às muitas contribuições resulta na concretização da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares:

“O processo de constituição foi o resultado de um esforço coletivo. Um dos fatores mais importantes, sem dúvida nenhuma, foi o apoio dos artistas negros ao projeto, devo destacar ainda a contribuição de alguns professores, mestres e doutores que formaram a primeira turma de administração.” (Ruth)

“A principal contribuição foi o capital humano, que ofereceu ao projeto o plano pedagógico do primeiro curso.” (Raquel)

“A constituição da Zumbi foi um processo rico em muitas coisas: no sonho de muitos cidadãos e na fé de que este era o caminho. Na

solidariedade de professores, renomados e anônimos; artistas, empresários, religiosos, cidadãos comuns buscando criar uma alternativa ao sistema educacional e excludente existente no Brasil na época. Na amizade de algumas personalidades importantes no cenário nacional, que acreditaram em alguns dos membros da Afrobras e abriram portas para que o projeto pudesse ser apresentado aos órgãos competentes. No empenho de instituições que colocaram seus representantes para ajudar a formatar o projeto, tornando-o realidade.” (Francisca)

No entanto, como era de esperar perante a desigualdade estrutural brasileira e o perfil de seus idealizadores, a viabilização do projeto encontrou também resistências e obstáculos:

“Os principais obstáculos foram o fator financeiro, a falta de recursos para montar a estrutura física, e a concepção do projeto pedagógico diferenciado.” (Raquel)

“Convencer a sociedade e formadores de opinião da necessidade da criação de uma universidade com o objetivo de fazer a inclusão de alunos negros no ensino superior. Buscar aporte financeiro para a instalação e infra-estrutura da Faculdade. Convencer parceiros da importância do projeto e posterior adesão ao projeto.” (Ruth)

“Quanto aos obstáculos, o mais forte sempre foi o financeiro.” (Francisca)

A Unipalmares se constituiu desde o início como uma ação diferenciada, uma perspectiva inclusiva distinta, tanto por princípio como pelo método de atuação pautado na intervenção direta no fato social.

Tal singularidade produziu efeitos também singulares na população negra, público-alvo da instituição, bem como no conjunto da sociedade brasileira, entre os quais se destacam a mudança de paradigma, a transformação pessoal dos alunos e o evidenciamento da exclusão:

“Para a comunidade negra o principal impacto foi o paradigma, ou seja, a Universidade da Cidadania veio provar que o sonho de liberdade (inclusão) é possível através da educação. Para a sociedade em geral, a Universidade foi um divisor de águas na história do Brasil no capítulo ensino superior. A Universidade ajudou a mudar o comportamento no ambiente corporativo, através dos programas de estágio criado para inclusão dos alunos oriundos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares.” (Raquel)

“São muitos, porém, vou citar dois: a criação do paradigma, sim é possível e necessário, e a transformação na vida das famílias dos alunos que participaram ou participam do projeto. É possível ver nitidamente a mudança dos alunos, eles são uma pessoa quando

entram e outra pessoa totalmente diferente ao se formar. O fato desta mudança não ser apenas de aparência, mas sobretudo mudança em seu status faz com que os outros membros da família percebam que a saída é a educação.” (Ruth)

“O impacto maior é, através de sua existência, fazer a população negra e a sociedade em geral, perceberem a real situação de exclusão, de enfrentamento de preconceitos, de racismo existentes no Brasil até os dias de hoje. Com esse espelho, o país, através de seus formadores de opinião e empresários, está conseguindo discutir e avançar, mesmo que lentamente, nessas questões.” (Francisca)

A Unipalmares é o resultado de um projeto pioneiro, uma iniciativa social que criou a primeira faculdade privada do Brasil e da América Latina voltada para a inclusão e manutenção do negro no ensino superior. Sua concretização é o exemplo cabal de que uma organização privada negra pode, sem o recurso ao estado, atuar efetivamente na implementação de políticas afirmativas.

Ao longo dessa trajetória de oito anos, diversos fatores e atores sociais favoreceram e dificultaram a consolidação do projeto.

Dificuldades econômicas e de estrutura presentes no início são identificadas por suas mentoras como persistentes e limitadoras do gerenciamento eficiente do Unipalmares. A escassez de recursos é tida como a limitação principal, tanto por falta de subsídio como pelo alto índice de inadimplência.

“A principal dificuldade que persiste aos dias de hoje, ainda é a sede própria, e recursos financeiros para subsidiar o projeto, o valor das mensalidades e muito aquém dos valores cobrados no mercado. A inadimplência também é um fator negativo que dificulta a gestão do projeto.” (Raquel)

“A falta de recursos ainda continua sendo uma das principais dificuldades para a manutenção do projeto, a inadimplência por parte dos alunos ainda é alta, por fatores diversos o público-alvo da faculdade ainda tem dificuldades para a manutenção e ou pagamento das mensalidades, que cabe ressaltar é uma das menores do mercado.” (Ruth)

“A dificuldade é justamente esta: levar a informação a todos, em função da falta de recursos e do preconceito de marcas que ainda não entenderam a importância da diversidade nas corporações, que o negro também consome suas marcas e, portanto, compra. Assim, a necessidade de investir e anunciar nestes meios de comunicação, o que facilitaria a divulgação do tema.” (Francisca)

Positivamente, foram destacados como facilitadores do processo as parcerias corporativas e o apoio dos formadores de opinião:

“A exposição na mídia, o apoio dos artistas negros e dos formadores de opinião ao projeto, e a parceria com grandes logomarcas.” (Raquel)

“Muito trabalho de levar a informação a essa parte da sociedade – formadora de opinião – através da criação de vários meios de comunicação que possam alcançar estas pessoas.” (Francisca)

“Sem duvida nenhuma, o apoio de formadores de opinião, e algumas logomarcas importantes é um fator positivo para a consolidação do projeto.” (Ruth)

Fruto do sonho de um grupo que vislumbrava uma realidade diferente e consideravelmente melhor, a Unipalmares nasce com a missão de concretizar as ações afirmativas de combate às desigualdades raciais ainda presentes na sociedade brasileira mediante a inserção e interação da população negra nos diferentes espaços do social.

Sua missão é garantir o acesso à educação superior para um número crescente de negros, 51% da população, dos quais menos de 13% participam da vida universitária.

Na visão de suas fundadoras, tal missão tem sido cumprida, embora não plenamente, por se tratar de um processo recente e em construção:

“Acredito que tem sido cumprida, mas ainda não plenamente. A parte da missão da instituição que é transformar estes alunos em cidadão pleno ainda deixa a desejar e isto ocorre por que a instituição ainda não conseguiu contaminar uma parte dos seus professores com a sua missão, visão e valores. Mas penso que é um caminho a ser perseguido e alcançado em mais alguns anos, pois a instituição ainda é muito nova e está em processo de crescimento e sustentação.” (Francisca)

“A missão era fazer a inserção de jovens negros no ensino superior e no mercado de trabalho. Através de parcerias com grandes empresas, estamos viabilizando a entrada destes jovens no mercado de trabalho, operando mudanças significativas não somente em suas vidas bem como na vida de seus familiares.” (Ruth)

“A missão da instituição tinha e tem como principal objetivo, dar visibilidade e inclusão do negro no contexto socioeconômico e cultural do país. Acredito que isso vem acontecendo ao longo da existência do projeto, a cada turma que é formada, e a cada aluno estagiário que é efetivado nas empresas parceiras do projeto. E não

poderia deixar de mencionar, a mudança nas famílias dos alunos da Universidade Zumbi dos Palmares.” (Raquel)

No geral, o olhar das três co-fundadoras para o momento atual do projeto revela-se positivo, o que se traduz nas conquistas obtidas em termos de inclusão e inserção no mercado de trabalho, assim como no reconhecimento da qualidade dos cursos atuais e aceitação da proposta.

“O reconhecimento dos cursos pelo MEC e a efetivação de um número expressivo de alunos em instituições financeiras, através dos programas de estágios.” (Raquel)

“A avaliação é boa, o projeto está conseguindo desenvolver, dentro do possível, sua missão. As principais conquistas são os mais de 1.000 jovens formados no ensino superior e a maioria deles inserido no mercado de trabalho, em grandes empresas e em cargos melhores do que os de seus pais.” (Francisca)

“A formação das primeiras turmas, o reconhecimento dos nossos cursos pelo MEC e a aceitação positiva pela imprensa e pela opinião pública.” (Ruth)

Os desafios estão colocados na possibilidade de replicação das experiências pessoais e na perspectiva de expansão, demanda nascente do fortalecimento paulatino do segmento atendido nesse período.

“Os desafios são transformar estes jovens em multiplicadores na comunidade negra, servindo de exemplos para os mais jovens, mostrando que tudo é possível, basta ter oportunidades como eles tiveram.” (Francisca)

“Aquisição de uma sede própria, reconhecimento de novos cursos, passarmos de faculdade para centro universitário e posteriormente a universidade, enfim crescermos na proporção desejada, para atendermos a demanda deste público.” (Ruth)

“Aquisição de uma sede própria, implementação de novos cursos para que possamos nos transformar em Centro Universitário, a implementação dos cursos na área da saúde.” (Raquel)

Concebida para viabilizar o acesso de afrodescendentes ao ensino superior, um amplo contingente populacional excluído em função de condições econômicas precárias e das defasagens acumuladas ao longo da educação básica, a Unipalmares propõe também a valorização e fortalecimento da identidade negra para uma participação qualificada na sociedade, num claro esforço de tornar esse segmento protagonista de sua ação social.

Nesse sentido, inclusão e protagonismo formam o binômio que constitui tanto a inspiração como combustível para a consolidação institucional da Unipalmares.

Na avaliação das fundadoras, a inclusão é efetiva, tanto na universidade, como no mercado de trabalho, já o protagonismo, não só existe concretamente como é paradigmático.

“Sem duvida nenhuma, a Unipalmares será, ou melhor, já vem sendo responsável pelo protagonismo do aparecimento de uma nova classe média negra brasileira.” (Ruth)

“A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, é a primeira e única instituição da América Latina, idealizada e dirigida por negros, com quase dois mil alunos negros autodeclarados, com quase 80% dos professores negros. A grande maioria dos alunos da universidade, antes de concluir o curso, já está empregada com salários acima da média.” (Raquel)

“Sob o ponto de vista da inclusão, os resultados são excelentes, mais de 1.000 negros com um diploma universitário, melhorando a sua vida e de sua família em termos econômicos e culturais. Quanto ao protagonismo social, não há dúvida. Não existe nenhum outro projeto de inclusão do negro que tenha um alcance e uma aceitação tão grande da sociedade brasileira. Não há similares.” (Francisca)

“O mais relevante é a presença do presidente da república na formatura da primeira turma, isso dá a dimensão da importância do projeto. O grande índice de empregabilidade dos alunos que pertencem ao projeto, empregados em empresas de grande porte do cenário nacional. A Faculdade Zumbi foi a primeira do país com este perfil, e em oito anos continua sendo a única Faculdade idealizada e gerida por negros.” (Raquel)

8.6 Primeiro vestibular e critérios de seleção

O primeiro processo seletivo da Zumbi dos Palmares, como não podia ser diferente se traduziu numa ocorrência de grande significado e mesmo de extraordinária expectativa e emoção para todos os envolvidos na sua preparação. Afinal de contas, tratava-se de comunicar ao mundo e às pessoas muito mais do que um procedimento de seleção de candidatos, estávamos, sim, apresentando a esse mundo a essas pessoas a formalização organizada de uma utopia, de um sonho ancestral e de uma crença particular e comunitária num jeito diferente de fazer educação.

Além dos sentimentos prazerosos de formatar os mais variados pensamentos acerca dos meios, métodos e formas de apresentar um determinado trabalho, o processo da idealização a construção objetiva é sempre um momento nobre de

criação, onde a imaginação flui e os limites ficam momentaneamente deslocados. É também um momento de magia onde se procura penetrar no desconhecido a fim de descobrir a razão e o princípio de todas as coisas e, a partir deles construir uma fórmula, preferencialmente infalível, que permita magicamente produzir uma nova realidade. É, em grande medida, um verdadeiro processo de alquimia onde se tenta antever e descobrir o que o outro poderá sentir, que tipo de sensação poderá produzir e como o outro irá reagir a tal apresentação e tentativa de persuasão.

Mas à magia, à idealização, à imaginação obrigatoriamente é insuperável retornar à razão. Isso porque, a despeito das qualidades, da nobreza e valores desse e de qualquer trabalho, o processo de apresentação e de escolha será sempre um processo de julgamento pelo outro, o que implica na necessidade de formatar e produzir os mecanismos de explicação das ideias e objetivos às regras de um ambiente destacado e separado desse campo da ideação. Será dessa forma preciso convencer pessoas.

O processo dessa estruturação é necessariamente diferenciado e, em verdade, quase autônomo da ação institucional. É, em certa medida, apartado da ação diretamente educativa, da sua filosofia, seus fundamentos, sua ideologia. No caso do ensino superior privado em especial, que obrigatoriamente busca seus alunos num ambiente de extrema competição, esse momento se traduzirá em elemento de grande repercussão. Por isso, insuperavelmente, sai a racionalidade e entra o imponderado, ou melhor, sai a racionalidade da forma idealizada entra a racionalidade da forma objetivada. Todo o valor, a profundidade, a nobreza, os méritos e virtudes de um projeto ou de uma instituição terão que ser agora medidos e aprovados por uma métrica cujos controles são inseguros, no mais das vezes incompreensíveis e indomáveis. Sai a instituição, a paixão. Entra a o Mercado, entra a razão, isto é, a razão de mercado.

Em outras palavras, junta-se à nobreza e a beleza de uma idéia a necessidade de obter a aprovação do outro. Será preciso então persuadir, ou na linguagem do mercado, vender uma idéia. Por essa concepção, promover um processo seletivo, antes de tudo, significa compreender que a sua proposta, a sua idéia precisará ter capacidade de atrair a atenção, promover a persuasão, determinar uma decisão de concordância, mas, agora, de pessoas estranhas, de

anônimos, que ao final irão concordar ou não com sua proposta, ou, mais, ainda, decidirão se estarão dispostos a pagar por ela.

Logicamente, vender e comprar ideais ou qualquer outra coisa é uma dimensão que está subordinada à dinâmica do que se convencionou denominar mercado, cujos fundamentos princípios e normas atendem a princípios e métodos científicos e são tratados em vários campos do saber, que vão da economia à sociologia e psicologia, entre outros, entrelaçando-se com outras diferentes disciplinas como oferta, procura, produto, concorrência, consumo, consumidor, comportamento do consumidor, marca, posicionamento de marca, psicologia social, marketing, publicidade, etc. Enfim um mundo à parte pelo qual as pessoas lhe responderão qual foi avaliação e a decisão sobre a sua proposta, o valor e o interesse pelo seu produto.

Sob os fundamentos e leis do mercado e convertido em produto comercial, a oferta de uma ou mil vagas num processo seletivo de vagas para o ensino superior passa a significar, então, meios e capacidade de instituir, constituir e vender um produto. Quanto mais meios e recursos disponíveis para produzir e vender um produto, mais possibilidade de alcançar o sucesso em seu objetivo, ou seja, vestibular concorrido, salas de aula completas e a totalidade das vagas preenchidas.

Em qualquer tempo, mas principalmente nos dias atuais, em que a comunicação praticamente se transformou em estratégia mais do que de vender produto, de sobrevivência empresarial, estar no mercado de venda de produto significa disputar a atenção para a sua idéia com todos os demais competidores desse mercado e conseguir se sobressair alcançando o resultado desejado. Todavia, disputar espaço e cliente ou consumidor exige necessariamente capacidade de disputa, o que, obrigatoriamente, estará determinado pela qualidade e quantidade de recursos econômico-financeiros passíveis de serem carreados para o processo.

Dessa forma, seja pela estrutura financeira envolvida, que exige arregimentação e preparação com muita antecedência, seja pela necessidade de construir uma estratégia que considere um produto final, definir um público-alvo e desenhar uma intervenção de comunicação diferenciada e melhor ou mais

interessante que a do seu concorrente, as instituições em regra procuram definir as linhas mestras de sua ação baseada nos objetivos anteriormente delineados no seu sentido macro, isto é, missão, objetivos, o foco de atuação, metodologia de ensino, o preço e, logicamente, o público a ser atingido, utilizando os mais variados canais de comunicação para alcançar essa finalidade, indo desde divulgação em grandes veículos televisivos, jornais de grande circulação, rádios, sites, redes sociais, outdoors até aos cartazes, panfletos, malas diretas. etc.

Por esse motivo, o processo seletivo em qualquer instituição ganha relevo e se apresenta como um item sensível e de grande preocupação. Afinal, do seu resultado dependerá a existência, o sucesso ou o fracasso de um trabalho ou de uma instituição por mais nobre e virtuoso que possa ser uma idéia ou uma ação. Nas instituições com mais disponibilidade de recursos e com tempo de praça, isto é, que esteja com o posicionamento de marca e conhecimento público estabelecido, é possível instalar internamente um grande departamento de marketing, contratar competentes profissionais de mercado e montar boas equipes de trabalho com capacidade de produzir pesquisas de mercado, criar e analisar cenários, monitorar, acompanhar e medir tendências, produzir estudos qualitativos com a finalidade de prospectar novas necessidades e desejos do consumidor e comparar e avaliar séries históricas e curvas de desvios de resultados anteriores. Também, e é a regra nesse mercado, as agências de publicidade, preferencialmente, as especializadas em vestibular, são ferramentas indispensáveis para produzir uma campanha de processo seletivo, com todas suas nuances e necessidades.

De toda maneira, o fato é que, em geral as ações e resultados decorrentes do manuseio das ferramentas de marketing e dos conceitos de comunicação, oferta e procura consumidor e mercado não sofrem modificações substantivas seja para instituições grandes, conhecidas e bem posicionadas, ou para as médias e pequenas com o mesmo perfil, desde que se tenha, como já dito, disponibilidade de recursos econômico-financeiros, tendo em conta que, no fim último, estarão disputando no mercado um público genérico, isto é, qualquer jovem que tenha condições ou interesse de concorrer ao processo seletivo do vestibular.

Mas, o que dizer de uma instituição que vai se apresentar, se lançar no mercado pela primeira vez, sem recursos econômico-financeiros e nem tempo hábil

para instituir um departamento de Marketing ou contratar uma agência de publicidade, e que tenha que comunicar, que vender um produto desconhecido para o mercado, destinado para um público particular, num ambiente de questionamentos, ressalvas e de dificuldade de abordagem na comunicação nesse tema. E, mais ainda o que teria a dizer sobre isso o então público-alvo? Qual poderia ser a reação do mercado, do público geral, do público-alvo? De que forma fazer?

Essas seguramente foram as dúvidas e apreensões que se juntaram a todas as demais no curso de preparação do início das atividades da Faculdade Zumbi dos Palmares. No momento em que o país discutia o rescaldo de Durban e o Movimento Negro cobrava a implementação daqueles acordos e medidas compromissados e reivindicava abertamente a implementação de cotas nas Universidades Públicas, no momento em que o país se dividia nas discussões ásperas e apaixonadas decorrentes da aprovação pela primeira vez em sua história das cotas para negros, primeiramente na UNEB - Universidade do Estado da Bahia, em 2002, e, posteriormente, na UERJ - Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro, em 2003, e estando o processo iniciado e em profunda conturbação na UNB - Universidade de Brasília, também em 2003, vindo a ser aprovado em junho de 2004, qual poderia ser a estratégia para comunicar o processo seletivo da primeira instituição de ensino criada por negros e voltada preferencialmente para inclusão de jovens negros no ensino superior. Afinal, como fazer a comunicação de um produto dessa natureza e com essas particularidades?

No caso da Zumbi dos Palmares, a solução encontrada foi uma só. Sem recursos financeiros para contratar uma pequena ou grande agência de comunicação ou publicidade, e sem recursos financeiros para montar uma estrutura interna para criar e desenvolver um trabalho dessa natureza, a saída foi improvisar com os voluntários da casa e utilizar de forma artesanal os “canais” de comunicação comunitários, explorando a mala direta da Afrobras e procurando explorar o máximo possível a mídia voluntária. Dessa forma, a fixação de cartazes, panfletos e endereçamento de malas diretas, mais a colaboração de divulgação realizada pelas entidades comunitárias através de seus “veículos”, jornais, sites, etc., se constituíram na estratégia prioritária de divulgação. A estratégia de marketing procurou então delinear três dimensões do “produto”. Primeiro procurava destacar o pioneirismo e objetivos institucionais de proporcionar aos interessados um ambiente

de valorização e protagonismo do tema negros e a vivência e interação com um público mais diverso e plural, onde o negro teria presença assegurada de pelos menos 50% do alunado. Segundo, procurava ressaltar o preço da mensalidade de R\$ 260,00 – duzentos e sessenta reais – que à época representava menos de um salário mínimo, o que, além de posicionar bem o produto para o público-alvo – jovens de baixa renda –, auxiliou em posicionamento vantajoso perante a concorrência tendo em conta que se tratava da menor mensalidade para um curso de Administração na cidade de São Paulo, à época. Por fim, a estratégia de marketing procurou construir uma comunicação que privilegiasse aspectos da negritude e, desse modo, as imagens do material gráfico traziam jovens negros exprimindo a satisfação de participar de um ambiente dessa natureza e procurou promover uma cobertura adequada do público-alvo possível, concentrando a divulgação naqueles espaços tradicionalmente de trânsito, encontro, aglutinação e interação do público negro, isto é, ensaios de escolas de samba, clubes de samba, pagode, igrejas, terreiros de candomblé, espaços de hip hop, igrejas, ONGS e Clubes negros de São Paulo e interior e principalmente nos órgãos públicos onde a presença do negro é acentuada.

8.6.1 Diversidade étnico-racial, socioeconômica e de gênero

A construção do projeto da Zumbi dos Palmares, desde seu embrião, tinha um claro sentido: constituir-se num ambiente de ensino superior onde a trajetória, identidade e a contribuição cultural dos negros à sociedade fossem recorrentes; onde o protagonismo e participação do negro fosse evidente e, onde a presença física e quantitativa dos negros, seja entre os discentes, seja entre os docentes, fosse prevalente. Assim, desde os primórdios da constituição da Afrobras, a maioria de seus integrantes apresentou uma inclinação de que as ações para o empoderamento educacional do negro devesse ser também um espaço para promoção de sua interação com todas as demais pessoas. Tanto quanto o combate à exclusão em decorrência da discriminação e ao racismo, sempre existiu uma nítida e determinada compreensão de que em grande medida os motivos desse quadro de coisas estavam justamente no desconhecimento, desnudamento e falta de oportunidade de convivência, manuseio de informações importantes sobre esse

tema por parte de ambos os públicos, justamente pelo distanciamento e pela falta deles nos bancos escolares, principalmente do ensino superior.

No ano de 2001, por exemplo, quando a Zumbi dos Palmares preparava seu processo seletivo, como já noticiado e registrado nesse trabalho, os negros representavam tão somente 2% por cento do alunado do ensino superior. E, não tinha sido diferente em todos os anos anteriores, mesmo quando da ampliação do processo das vagas no ensino superior público ou de proliferação das vagas no ensino superior privado, a partir da democratização. Mas, o sentido do pensamento médio era de que uma das contribuições mais importantes para o projeto da Zumbi seria, diferentemente da realidade instituída, de que o negro se apresentava excluído do ambiente do ensino superior, justamente por se constituir num ambiente de promoção de um diálogo inter-racial, um espaço de convergência em que negros e brancos pudessem interagir voluntária e espontaneamente, construindo e reforçando a partir dessa convivência uma consciência crítica mais aprofundada e qualificada daqueles aspectos destacados desse tema e dessa relação.

Por este motivo os projetos da Afrobras nunca haviam constituído uma barreira física ou mesmo formal que determinasse a exclusividade do negro ou que impedisse a participação do não negro em suas ações. Foram muitos os jovens não negros que, ingressaram no Programa de Bolsas de Estudos Mais Negros Nas Universidades, nele se formaram e depois constituíram carreira na vida profissional. Da mesma forma, nos eventos sociais, culturais e de lazer. Neles, além dos amigos brancos que interagiam e deles participavam com os associados negros, muitos brancos integravam as próprias ações, muitos deles receberam homenagens ou foram premiados. Além do que, muitos dos apoiadores e a maioria dos patrocinadores desses projetos e ações eram e sempre foram brancos.

Portanto, no desenvolvimento do trabalho da Afrobras, de forma natural, o maior público que acessava os trabalhos era, em regra, os jovens negros, possivelmente pelo formato de comunicação dirigida às entidades ou instituições e veículos comunitários e, de certa maneira pela divulgação feita pelos integrantes, na maioria negros, nos seus ambientes de interação. É razoável elocubrar que a identificação e especialização no tema expressado pela própria sigla AFROBRAS, a intensidade e freqüência de informações, debates e imagens estética de negros em

sua comunicação, e, ainda, a grande presença de negros na sede ou nos eventos institucionais tenham sugestionado os negros enquanto ambiente receptivo, amistoso, afetivo e, afastado dos brancos pelo receio do desconhecido.

Por outro lado, o atributo negro foi pensado na Afrobras enquanto um definidor de participação comunitária, de modo que pudesse conferir uma consciência crítica e uma identidade política primeiramente. Dessa maneira, a forma de definição da identidade negra sempre havia se baseado na autodeclaração daqueles que acessavam os projetos e faziam a sua filiação e na interação e integração no desenvolvimento das ideias e trabalhos de todos os demais negros ou brancos que se ajuntavam ao trabalho.

Mas, a necessidade agora era de construir uma estratégia que pudesse cumprir os dois fundamentos primordiais pensados pelo projeto, isto é, a garantia de um ambiente de interação e diálogo inter-racial e a garantia da presença numérica do negro, de modo que a perspectiva do protagonismo, ou mesmo o sentimento psicológico de, coloquemos assim, “controle de território” estivesse bem definido e destacado, bem como, mantivesse em equilíbrio a presença de todos os públicos que acessem à Zumbi no futuro. Se, nos trabalhos da Afrobras, esse aspecto não tinha constituído qualquer embaraço ou produzido dificuldade na sua implementação, até porque, como me referi anteriormente, apesar de focado, não havia barreiras físicas ou formais para interação e participação de não negros em qualquer atividade ou projeto, agora, teríamos que enfrentar essa questão sob duas perspectivas desafiadoras: definir quem era negro habilitado a participar do processo e definir um formato que pudesse estabelecer a presença quantitativa de negros e garantir tais pressupostos.

Quanto à definição do conceito de negro, a despeito da variedade de definições de referência tradicionais na literatura, tais, como pardo, preto, moreno, afrodescendentes, negro sempre foi a maneira natural como os integrantes da Afrobras se expressavam e se referiam uns aos outros. Aliás, a Ata de Reunião da Comissão de Voluntários mencionada e a lista relacionada é um bom termômetro do quanto esse assunto era definitivo entre a maioria dos integrantes. Negro era um termo consolidado entre o grupo e que nunca necessitou de discussões mais profundas para se estabelecer enquanto tal. Não posso precisar a razão da

preferência do grupo pelo termo negro e não afrodescendente ou preto, já que havia divergências nessas definições quer na literatura, quer no ativismo negro e mesmo nas hostes oficiais. O negro – expressão que engloba o pardo e o preto para fins censitários e de análise sociopolítica – é fruto e possuiu uma perspectiva política de arregimentação e, por isso, sempre se apresentou com mais evidência nos ambientes mais sensíveis da luta do Movimento Negro e nos espaços de debates e formulação de propostas e reivindicações políticas governamentais. Parece que por esse destaque e afluência, por sua abrangência e motivação, tornou-se de uso quase consensual e universal.

Já preto, preta, expressão que resultava na compreensão de originalidade, legitimidade e efetividade da descendência dos africanos, dos negros escravos, em tempos anteriores, tanto quanto a expressão “homens de cor” do passado, apesar de compor, junto com o pardo, parte da expressão “negro”, além de cair em desuso, criou certa resistência de identificação, entre outras, por conta do entendimento de que preta, preto, é cor e não “raça”. Por outro lado, principalmente na linguagem dos movimentos políticos e culturais dos jovens do hip hop e do funk da periferia da cidade de São Paulo, a expressão preta, preto ressurgiu com esse componente político invertido, enquanto, ainda encontram audiência as discussões sem fim sobre se preta ou preto expressava a cor ou expressava a raça. Nos embates e discussões para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, conforme registrado, no Relatório final de apreciação, o Relator, então Senador cassado Demóstenes Torres, reconhece a incidência e ação da desigualização decorrente do preconceito contra o negro, mas atribui o fenômeno à cor da pele e não à “raça”, pelo que, determina que a expressão raça fosse excluída do projeto de Lei e substituída pela expressão cor, tendo em conta que na sua concepção, do ponto de vista científico, raça não existe.

Por todos esses fundamentos, a autodeclaração foi a técnica implementada para a constatação da condição de negro dos candidatos que aportavam ao vestibular da Zumbi.

Mais desafiador na formulação dos critérios de seleção para o primeiro processo de vestibular da Zumbi foi definir um recorte padronizado que garantisse a presença do negro no projeto em um percentual considerado adequado. A despeito

de o projeto estar imbuído do desejo e mesmo do pressuposto de viabilizar a integração e a interação do negro e do não negro no ambiente institucional, havia logicamente uma preocupação e uma condução no sentido de que não houvesse riscos de um afluxo de indivíduos que não compreendesse parte expressiva desse público.

As experiências até então discutidas nesse tema eram cotas de 20% para jovens negros. Aliás, esse percentual aparecia com muita frequência nos ambientes e espaço em que se discutia os mecanismos de integração do negro em qualquer ambiente social, estatal ou corporativo, mas nunca esteve clara sua fundamentação e mesmo sua propriedade. Os casos mais latentes à época em relação ao ensino superior eram as experiências de ações afirmativas instituídas pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UNEB - Universidade do Estado da Bahia e UNB - Universidade de Brasília, nas quais respectivamente nos anos de 2001, 2003 e 2004 houve a aprovação da política de cotas para negros. Enquanto a UERJ e UNB fixaram percentual de 20%, a Universidade do Estado da Bahia fixou a porcentagem de 40%. Todavia, mesmo esses casos não forneciam um parâmetro seguro, considerando que nem expressavam a situação demográfica – os negros considerados pretos e pardos respondem por 60% no Rio de Janeiro, por 78,8% da população do Estado da Bahia e por 73,7% do Distrito Federal – nem a porcentagem dos não negros daquelas universidades, por exemplo.

A bem da verdade, até os dias atuais, ninguém conseguiu explicar direito os fundamentos da porcentagem de 20% que acabou sendo adotada como parâmetro para as mais diferentes ações nessa seara. A mim me parece um critério aleatório, mais de cunho psicológico do qualquer outro. Parece ser uma medida de suportabilidade e tolerância que encontrou aceitação sem muita carga de refutação ou discordância do que qualquer outra coisa. Todavia, a época, do ponto de vista demográfico, os negros representavam 47% por cento da população nacional, 33,7% da população da cidade de São Paulo e 8% do alunado da Universidade de São Paulo, por exemplo. Logo, se o projeto optasse por igualizar as vagas da Zumbi considerando a representação demográfica dos negros da cidade de São Paulo, isso deveria significar a disponibilização de 33,7% das vagas garantidas para negros. Se considerasse o parâmetro nacional do censo, deveria significar 47%. Por outro lado, se considerássemos como referência a porcentagem de 8% de negros na USP, por

exemplo, deveríamos reservar 92% das vagas da Zumbi para os negros, disponibilizando o restante para os demais públicos, o que iria de encontro com o objetivo de criar um ambiente receptivo ao desejado diálogo racial.

Diante do impasse, a decisão final considerou a representação nacional da população acrescida de uma sistemática que previsse a igualização numérica entre negros e não negros, resultando dessa forma na porcentagem final de 50% de vagas reservadas para jovens negros que assim se autodeclarassem. Desse modo, o continente mais expressivo das ações afirmativas para inclusão de negros da Zumbi acabou se caracterizando a partir da reserva de 50% das vagas para esse público, ou, por outra forma, de cotas de 50% para negros.

Havia uma convergência entre os representantes do grupo de que um dos aspectos de grande preponderância na limitação do acesso do jovem negro ao ensino superior era sua baixa capacidade de renda. Da mesma forma havia uma convergência que essa limitada capacidade de renda devia-se ao fato de esse grupo de indivíduos ocupar os mais baixos estratos de renda e pobreza, de sua exclusão do acesso aos postos de trabalho regulares e privilegiados, cuja convergência resultava na baixa capacidade de acesso aos bens sociais e culturais que permitissem alcançar um ponto médio de conhecimento.

Esses aspectos e fatores, além de haverem encontrado consenso, na época, nos ambientes de estudos e discussões acadêmicos ou dos órgãos internacionais ou governamentais produtores dos indicadores sócio-econômicos como os censos do IBGE e as pesquisas aplicadas do IPEA, já tinham sido fruto de experiência própria da Afrobras quando da criação e gestão dos seus projetos sociais, principalmente, do Cursinho Preparatório ao Vestibular para ingresso nas universidades públicas. E, talvez, tão ou mais importantes do que esses fatores, era a trajetória e experiência de vida de cada um dos integrantes negros da Afrobras, que havia conhecido e convivido com esses limitadores ao longo de seu processo de qualificação social e educacional e, em grande medida, essa realidade ainda perpassava a realidade do grupo familiar e mesmo a situação de muitos dos membros da Afrobras. Aliás, foi justamente por conhecerem e vivenciam essa situação que se decidiu criar uma estratégia de combate a ela e instituir uma organização para implementá-la, como era o caso da Afrobras.

Todavia, não houve uma estruturação mais bem desenvolvida sobre uma formulação do valor da mensalidade da Faculdade Zumbi dos Palmares que considerasse a necessidade de uma amarração que garantisse o acesso daquele indivíduo economicamente mais necessitado, como inclusive era o foco de grande discussão naquela época e atualmente na formulação dos programas de ações afirmativas.

8.6.2 Primeiro curso implantado e critério definidor

Uma das discussões importantes sobre o tema da inclusão social, e, que sempre se colocou em oposição às cotas para negros, foi justamente o consenso de que o ensino superior atendia e sempre atendeu mais a elite do que as demais classes sociais, entre outras coisas pelo fato de que esse grupo, em regra, possui uma bagagem sócio-cultural mais consolidada em razão do capital econômico e, por isso, pode realizar sua preparação para a universidade pública nos mais prestigiados – e caros – colégios particulares ou em cursinhos dessa natureza, se colocava em posição privilegiada perante os demais. Portanto um processo de democratização e equalização de oportunidades seria justo e legítimo se tivesse caráter universalizante.

Dessa forma duas correntes centralizaram a discussão. A que considerava a origem e, nesse caso, definia como universal a política que atendesse exclusivamente aquele público oriundo das escolas públicas, e a que considerava a capacidade econômica e, nesse caso, em regra, a opção era pelos mais pobres, sendo essa pobreza estabelecida a partir de uma convenção medida pela renda familiar que variava de 1,5 a 3,0 salários mínimos. Mas as cotas para negros, primeiramente, não consideravam essa perspectiva, pelo contrário, como política grupal, o raciocínio é de que ela deveria destinar vagas para o grupo independentemente da perspectiva de origem ou da capacidade renda. Isto porque, qualquer que fosse a perspectiva considerada, fatalmente o negro estaria majoritariamente contido, fosse no quesito renda porque era o mais pobre, fosse no quesito escola pública, onde, naturalmente, sendo os mais pobres, os negros sempre foram a maioria.

Na discussão que se seguiu e nas medidas que se instituíram no país houve sempre uma tendência em conciliar a perspectiva de renda e a origem da escola pública, constituindo-se assim as cotas sociais, enquanto que, naquelas que instituíram cotas raciais, não houve a prevalência de recorte econômico. Sem contar algumas medidas que englobassem esses três vieses, isto é, origem, recorte de renda e a perspectiva racial.

A decisão na Zumbi foi no sentido de determinar um valor que, do ponto de vista da renda, viabilizasse economicamente a participação da média do jovem negro. Por esse motivo, o valor definido quando da apresentação do curso ao Ministério da Educação foi no importe de 300 reais que, à época, representava exatamente 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio), valor relativamente acessível tendo em conta que o valor médio das matrículas no mercado girava por volta de 2 salários mínimos. Ao final, quando do início da campanha do vestibular esse valor de 300 reais, por contingência de posicionamento mercadológico, foi readequado para 260 reais, que equivalia ao salário mínimo do ano de 2004, quando teve início o curso de Administração.

O processo de construção da trajetória do tema negro sempre contou com a presença significativa da mulher negra. Grandes partes das elaborações e discussões do Movimento Negro tiveram contribuição marcante das mulheres, conforme os registros

Históricos e mesmo na atualidade da fundação da Zumbi. Aliás, as duas das grandes ONGs negras do Brasil, A Fala Preta e o Geledés eram dirigidas e voltadas para temas da mulher negra. Mesmo no plano do prestígio e status político a mulheres negras marcavam presença na época como, por exemplo, Benedita da Silva, Ministra do Desenvolvimento Social e Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas para Igualdade Social.

A questão de gênero não mereceu muita discussão e nenhuma preocupação na formulação do projeto da Zumbi. Se era certo que a discriminação no mercado de trabalho recaía com mais violência sobre a mulher negra e que em grande medida competia a ela a chefia das famílias negras, conforme descreviam as estatísticas e os indicadores sociais, o foco das preocupações da Afrobras até então tinha

considerado a perspectiva negros sem fazer a dicotomia de gênero. Um fato que poder ter encaminhado esse raciocínio pode ter sido a presença destacada de mulheres entre os integrantes da Afrobras e uma presença majoritária delas nos projetos desenvolvidos. Aliás, no quadro diretivo tanto da Afrobras, quanto da Zumbi dos Palmares as mulheres negras respondiam praticamente pela metade dos postos. A presunção foi de que não haveria necessidade de medida especial e que nos 50% das vagas reservadas para negros automaticamente essa presença iria se reproduzir.

Se o conhecimento e conseqüentemente a educação sempre gozou de unanimidade enquanto ferramenta de ascensão e progresso do negro entre os membros da Afrobras, o tema de segunda maior audiência era identificar que outros mecanismos pudessem contribuir para a elevação social e econômica do negro e, juntamente com a educação, contribuir para que num futuro pudesse ele ascender e manter-se numa posição social de relevo.

Porque, vivendo num regime capitalista, num sistema de mercado, compondo grande parte da população, e logo dos consumidores desse mercado capitalista, possuindo grande estoque cultural, necessitando de produtos específicos, e por isso, compondo um nicho mercadológico extraordinário, não se tinha notícia nem da participação dos negros entre empresários e empreendedores de qualquer dos setores empresariais? Porque não havia se construído um nicho de mercado onde as empresas se interessassem ao menos em atender as necessidades dos negros e criar produtos específicos para esse contingente? Porque mesmo o comércio de aspectos importantes desse potencial mercadológico como era, por exemplo, a religiosidade, e mesmo o carnaval, não se encontravam sob administração e propriedade dos negros? Porque, os paramentos e vestimentas do candomblé, a cachaça, a pipoca, a farofa, as velas e mesmo a galinha preta que compunham aspecto do seu ritual eram produzidos e comercializados pelos não negros?

Porque as mulheres negras cujas características de pele e do cabelo exigiam produtos com formulações específicas não encontravam no mercado de cosméticos um produto que atendesse às suas necessidades? Porque a fabricação e comercialização das fantasias, adereços, equipamentos, a administração do carnaval não estavam nas mãos e sob condução dos negros também?

Porque, afinal, a comunicação mercadológica desse comércio varejista exclui a estética negra? E, porque nesses comércios que vendem produtos para esse público, apesar de em algum caso usarem o negro como garoto propaganda, como era o caso da C&A, citado nesse trabalho, com o bailarino negro Sebastian, possuem pouquíssimos ou nenhum funcionário negro?

Por outro lado, se a discriminação e exclusão racial se apresentavam com mais intensidade nas relações de consumo e na interação social nos ambientes dos estratos mais elevados da academia e do ambiente corporativo, como conseguir que o negro com o diploma superior pudesse romper esses obstáculos, ascender e se posicionar como uma classe econômica estável no futuro?

A resposta vinha sempre em uníssono nessas ocasiões: precisamos ensinar o negro a contar dinheiro, a administrar e gerir seu próprio negócio. O mercado discrimina o negro, mas discrimina mais quem não tem dinheiro no bolso. O negro com dinheiro no bolso terá mais ferramentas para enfrentar a discriminação e o racismo e poderá, se vocacionado e bem preparado, arrebanhar uma boa fatia desse mercado de nicho afroétnico que está disponível para todos. O negro vocacionado e bem sucedido no ambiente empresarial, além de alcançar estabilidade econômica, poderá influenciar em todos os demais espaços de competição de grupo de interesses e ajudar a consolidar uma classe média negra atuante, e ainda induzir políticas públicas importantes para os negros de baixo.

Por todos esses motivos e imbuídos sinceramente no desejo de produzir essas mudanças, o primeiro curso escolhido para iniciar os trabalhos da Zumbi dos Palmares foi o de Administração com um currículo estruturado em núcleos básico e profissional, pretendendo dessa forma desenvolver um ensino integrado, justamente com o propósito de integrar temáticas administrativas com uma base sólida de formação efetiva de um bom profissional de Administração. Da mesma maneira, a compressão que movia os mentores do projeto era a de que haveria maior capacidade de alcançar os objetivos de formar os futuros gestores negros e o embrião da nova classe média com um curso de Administração que possuísse uma estrutura curricular com ao menos 03 (três) habilitações: Geral, Finanças, Comércio Eletrônico e Comércio Exterior, que representavam à época os focos centrais de discussão da intervenção e produção relevante na Administração daquela época,

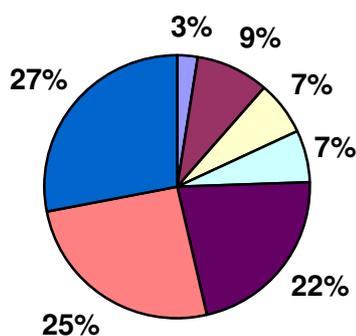
assim como, eram campos que demandavam intensamente mão de obra qualificada e profissionais empreendedores. Por fim, procurou-se construir um conjunto de disciplinas criteriosamente selecionadas, de modo a oferecer aos alunos uma formação simultaneamente científica, tecnológica, pragmática e humanística, balizadas pelas novas Diretrizes Curriculares, e, concomitantemente, trabalhou-se com uma concepção curricular que enfatizou a importância dos objetivos educacionais, estabelecendo as bases para a sua efetivação e, definindo estratégias de ensino-aprendizagem que garantissem a contínua atualização tanto dos docentes quanto do próprio alunado.

Na sequência, apresenta-se um panorama da composição da primeira turma, resultado da pesquisa realizada no momento do ingresso para conhecer o perfil sociocultural dos alunos da Faculdade de Administração de Empresa Zumbi dos Palmares.

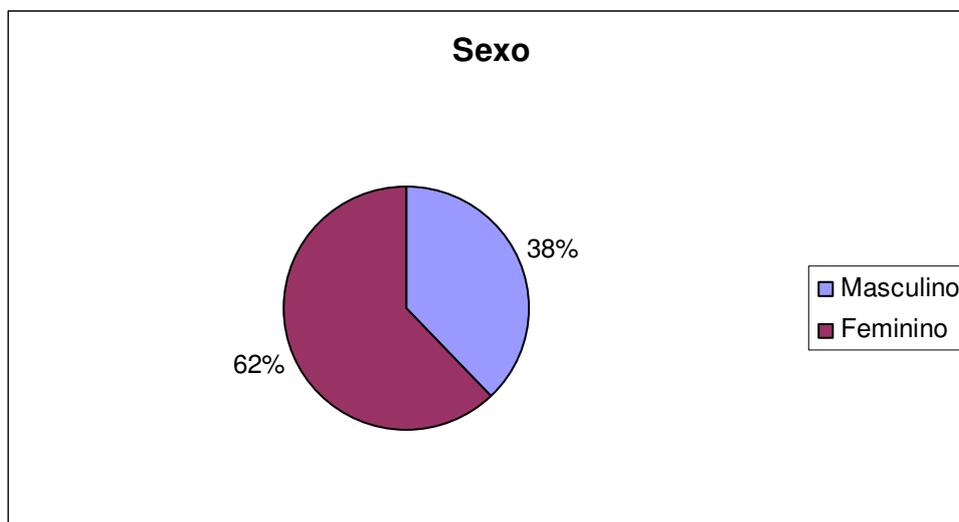
Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada com todos os alunos matriculados na FAZP no 1º semestre/2004 por meio da aplicação de questionários para autopreenchimento, cuja amostra foi de 200 participantes.

Em relação à idade, na época, a maioria dos alunos estava acima de 31 anos, 27% do total, seguida de 25% entre 25 a 30 anos, e de 22% na faixa de 21 a 24 anos.

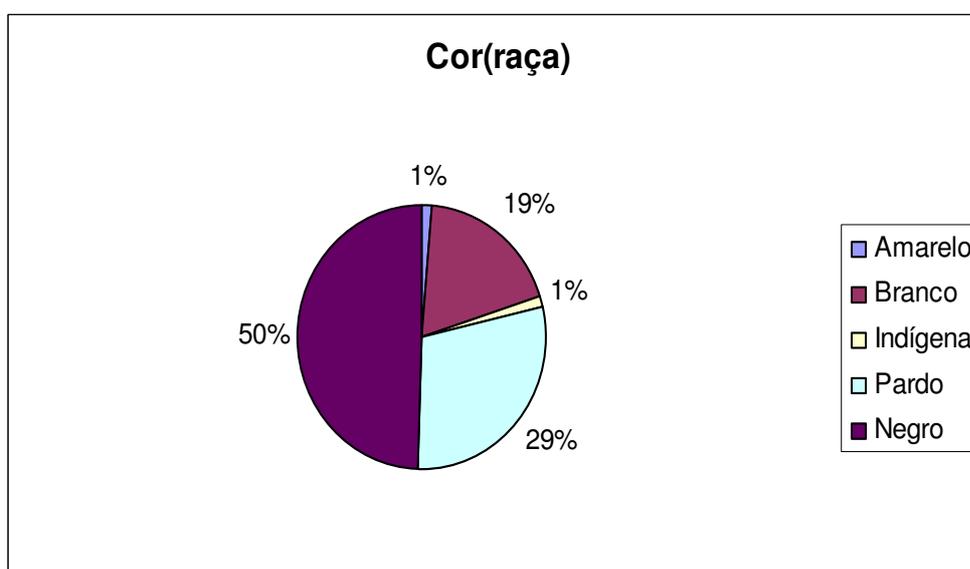
A predominância de jovens acima dos 25 anos (52%) nessa primeira turma chama a atenção e ilustra a dificuldade de chegada do negro no ensino superior, Nesse sentido, revela-se desde o início acertada a premissa de que é necessária uma proposta diferenciada para contemplar um público diferenciado.



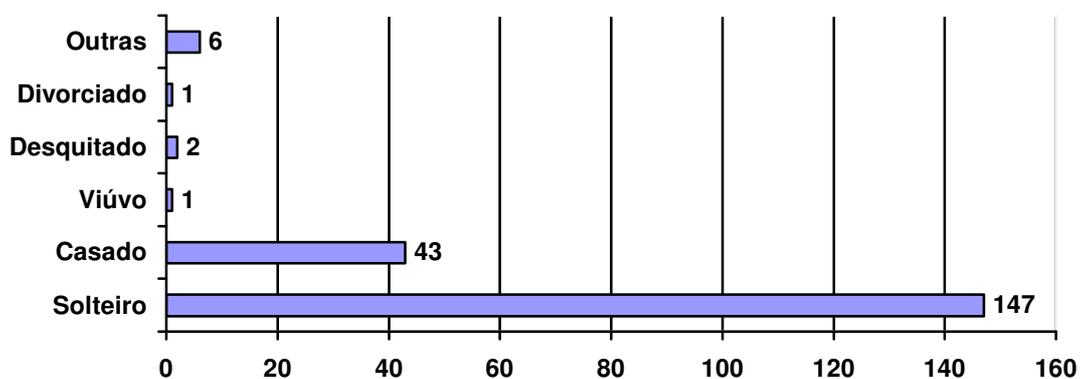
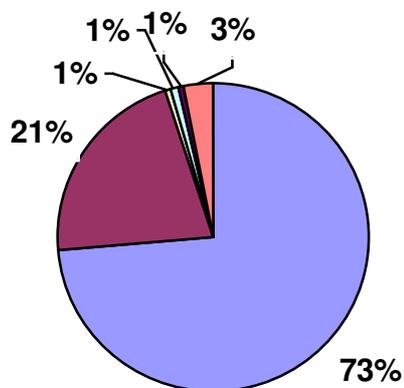
No que tange ao gênero, registra-se uma discrepância considerável, com a predominância de mulheres inscritas nessa primeira turma.



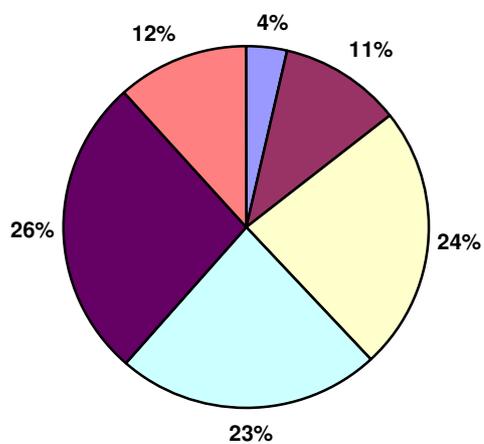
Um dado relevante é o fato de 50% dos alunos terem se autodeclarado negros e 29% pardos, contingente que, considerado o critério de classificação usual nas estatísticas sobre o tema, perfaz um total de 79% de alunos negros já na primeira turma, o que se revela em total consonância com os fundamentos da proposta de ação afirmativa, bem como com o mote da estratégia de marketing da Unipalmars.

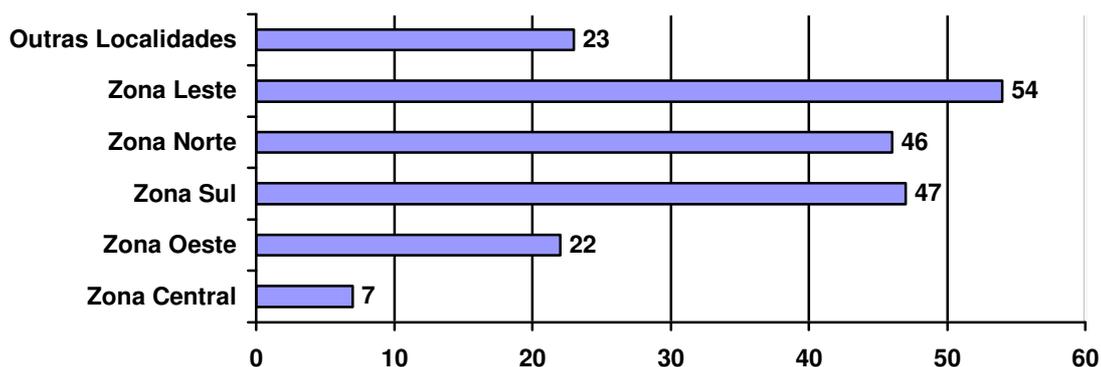


Quanto ao estado civil, 73% dos alunos ingressantes declararam-se solteiros e 21% casados.

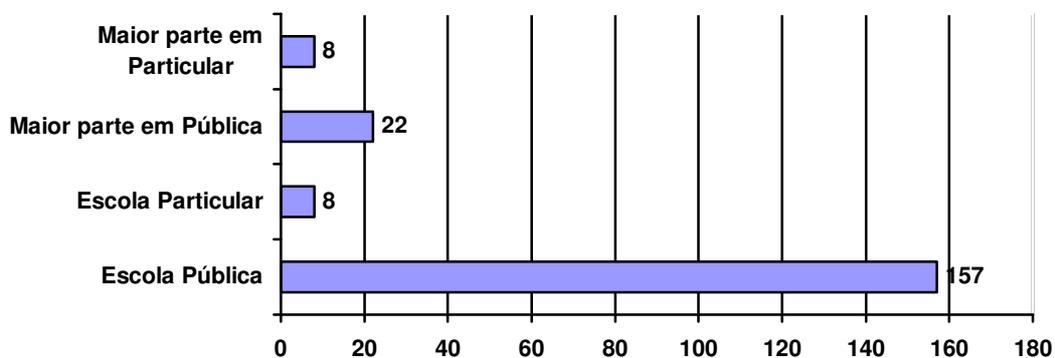
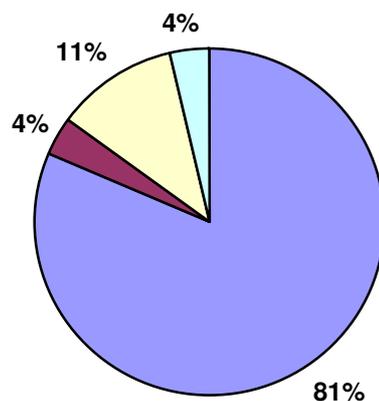


26% dos alunos residiam na zona leste, seguidos de 24% na zona sul e 12% do total na zona norte.

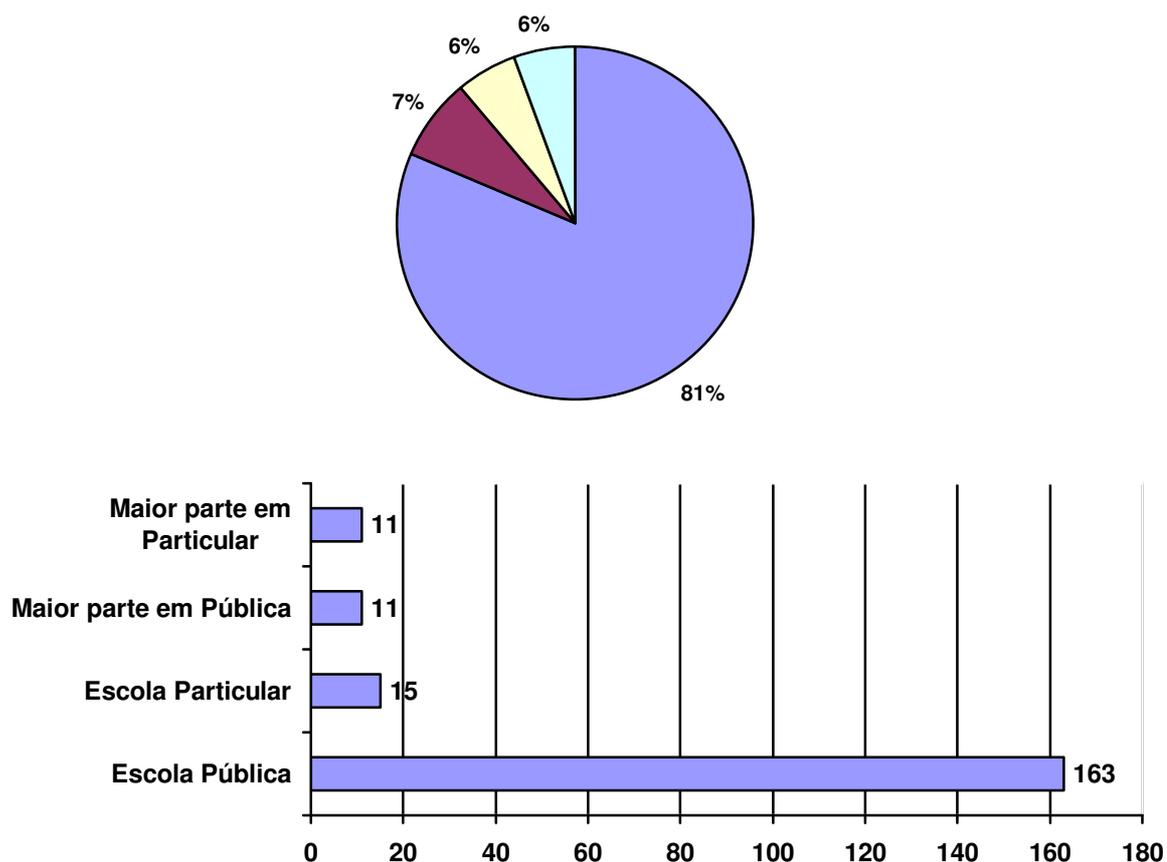




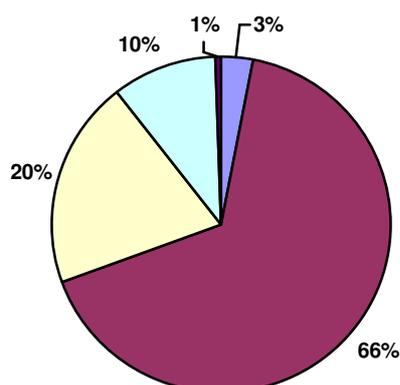
Em relação á origem escolar, uma significativa maioria dos alunos, 81%, concluiu todo o ensino fundamental em escola pública, 11% estudaram a maior parte do tempo em escola pública e somente 4% totalmente em escola particular.

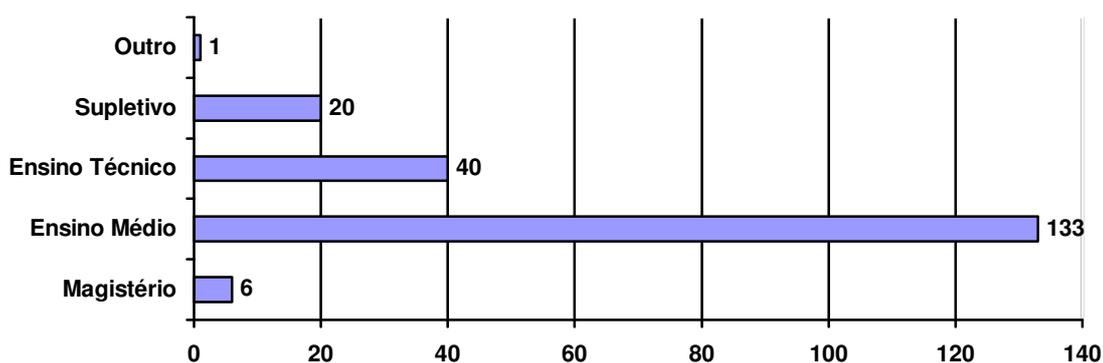


Também no ensino médio, um percentual expressivo de alunos, 81%, estudaram até a conclusão em escola pública e 7% do total da turma em escola particular. Tal aspecto compõe um perfil bastante homogêneo, o qual confirma e justifica a existência dos recursos de apoio ao estudante que figuram no projeto desde o início, pois pressupõe lacunas de formação que precisariam ser preenchidas.

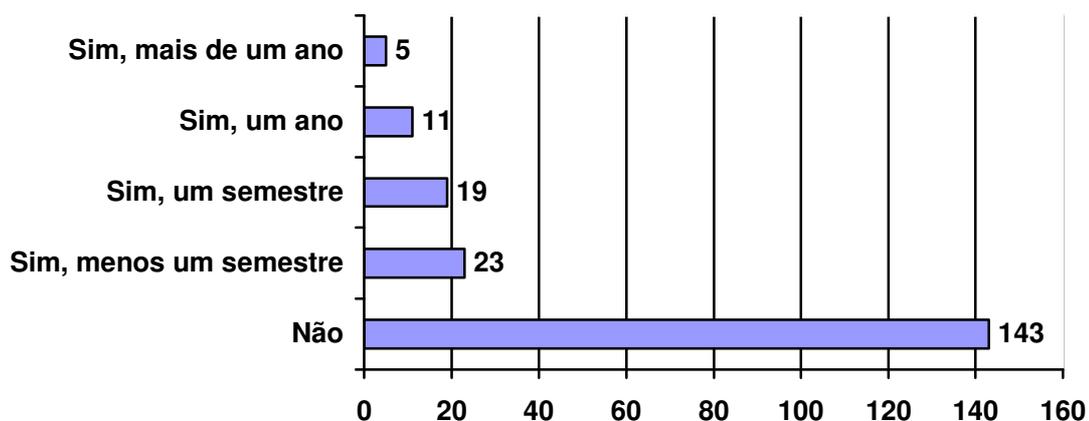
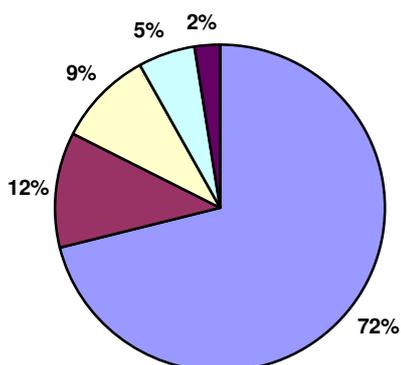


Quanto ao tipo de formação anterior, 66% cursaram o ensino médio comum, 20% ensino técnico e 10% o supletivo.

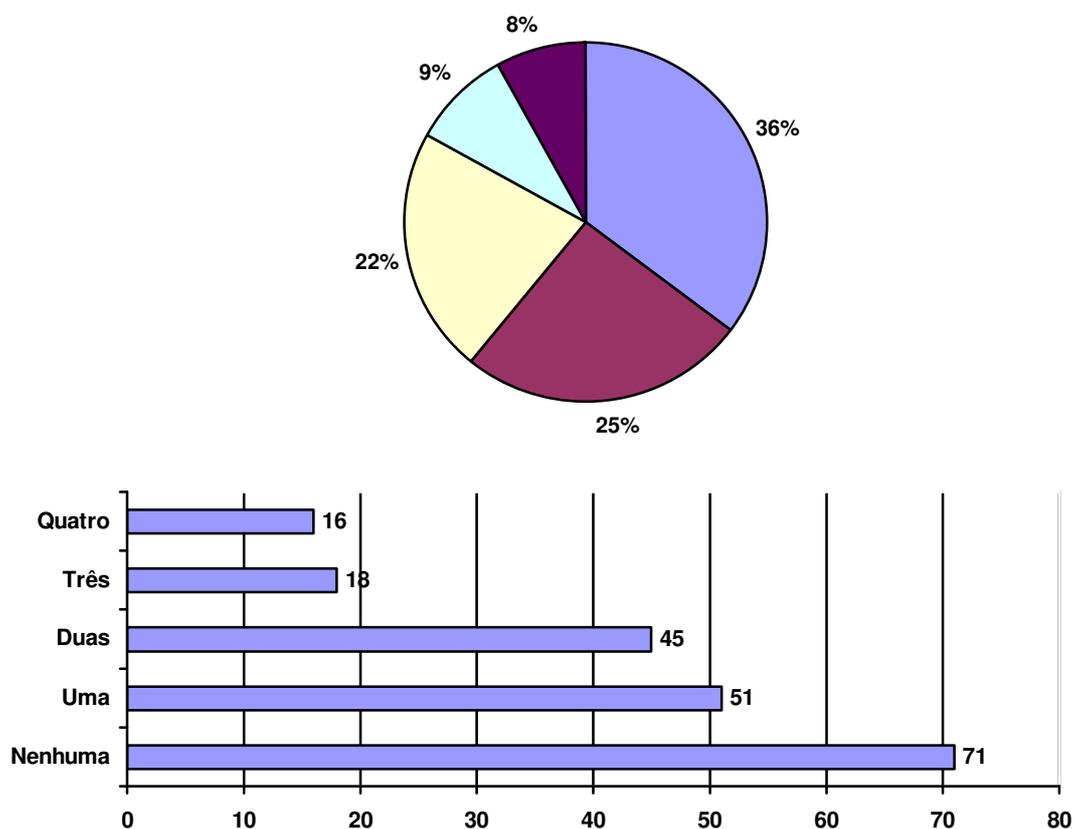




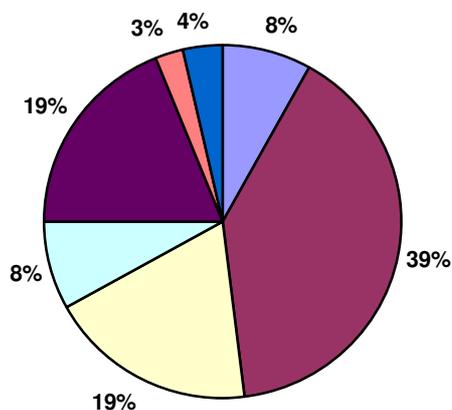
A maioria dos alunos, 72%, não freqüentou cursinho preparatório, 12% freqüentaram menos de um semestre e 9% freqüentaram um semestre. Esse aspecto reforça a percepção sobre a dificuldade de acesso à preparação ao ensino superior para o negro e justifica a adoção de um programa diferenciado, que possa suprir as deficiências de uma trajetória escolar desigual.

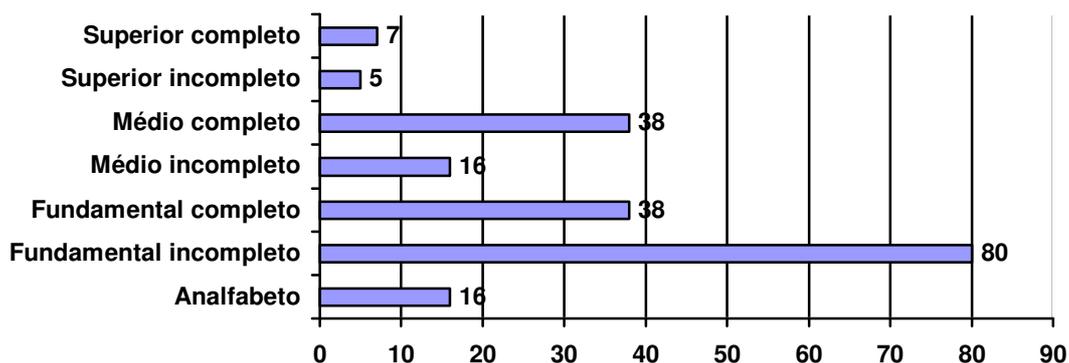


Uma característica interessante nessa turma é o fato de que 36% dos alunos prestaram vestibular pela 1ª vez, 25% já haviam prestado uma vez e 22% duas vezes, corroborando a noção de que a comunicação direcionada para a valorização do negro atraiu um contingente com esse perfil, como era o intuito do projeto.

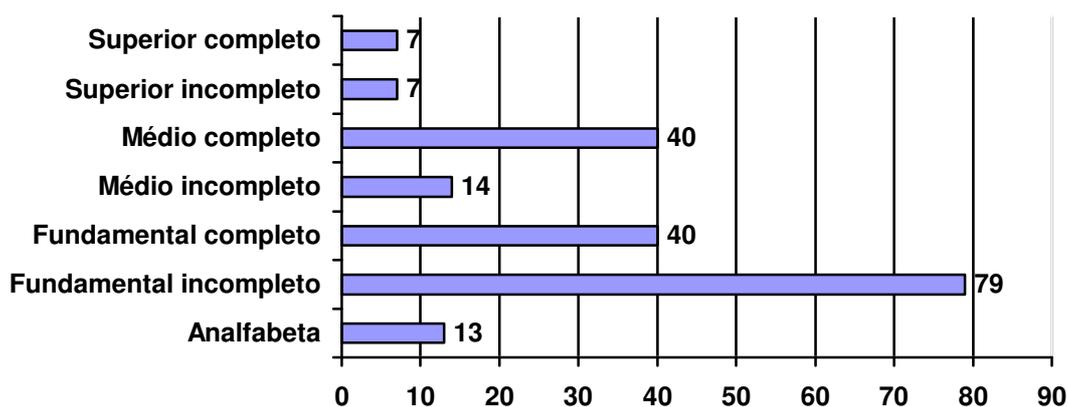
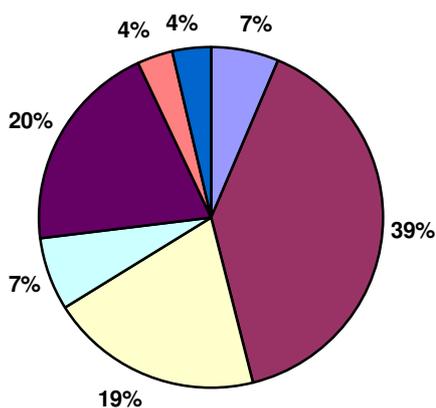


No que tange à escolaridade, 39% dos pais desses alunos possuíam ensino fundamental incompleto, 19% ensino fundamental completo e 19% ensino médio completo. Apenas 7% tiveram acesso ao ensino superior, dos quais 4% concluíram a formação,





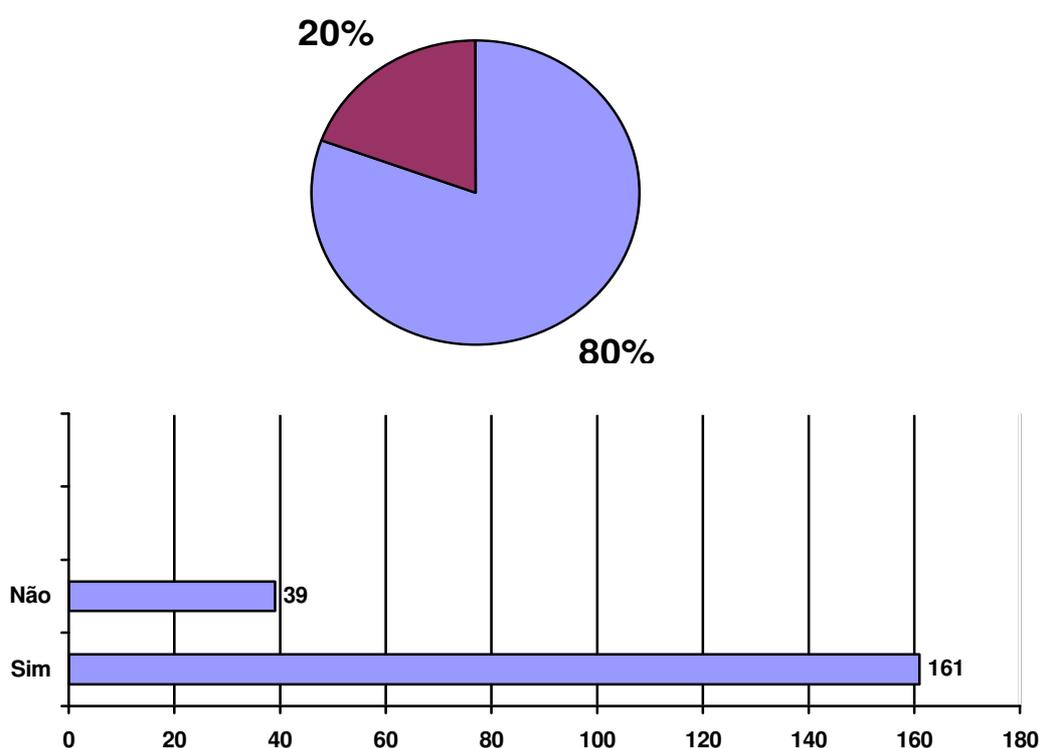
Quadro bastante similar é o da escolaridade das mães, entre as quais 39% tinham ensino fundamental incompleto, 20% ensino fundamental completo e 19% com ensino médio completo, com 8% de ingresso no curso superior e 4% de conclusão.



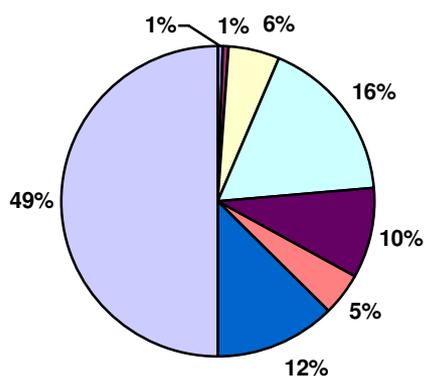
Importante notar que 93% dos pais e 92% das mães não possuíam ensino superior completo, fato que denota que na ampla maioria dos casos esses alunos eram os primeiros na família a ingressarem na universidade, criando uma via de

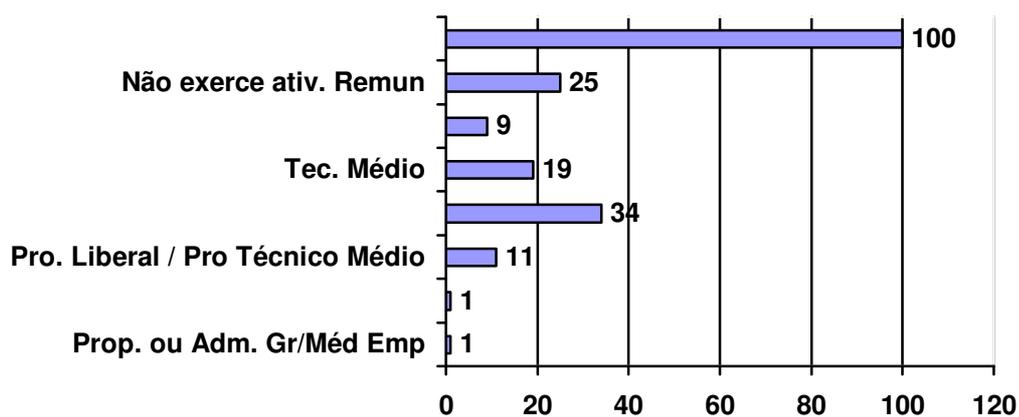
acesso ao mundo acadêmico e profissional que prometia mudar sua trajetória pessoal e familiar.

Outro aspecto relevante é que, na ocasião do ingresso nessa primeira turma, 80% dos alunos estavam empregados. Mais uma vez, se revelava acertada a percepção sobre o público-alvo e a oferta do curso noturno, com programa diferenciado, já que essa condição impedia que se dedicassem totalmente aos estudos.

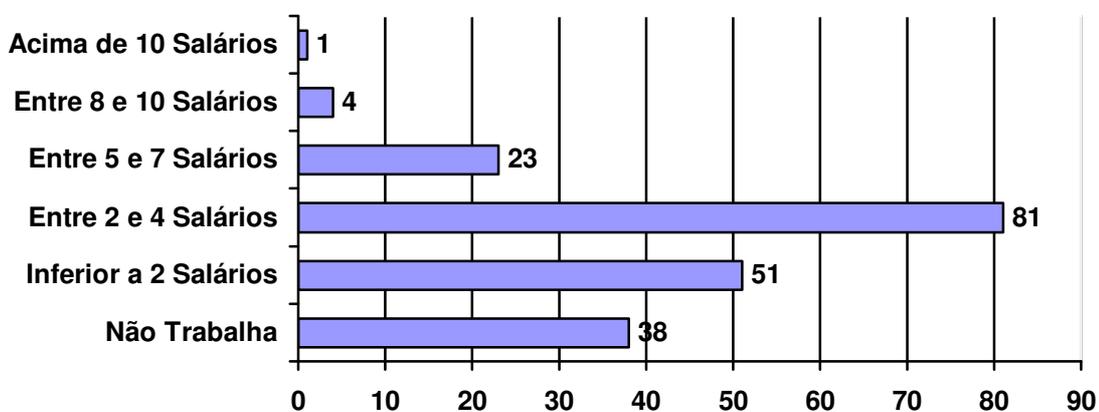
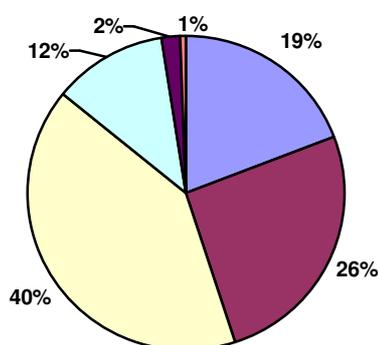


Em relação à profissão, 49% dos alunos exerciam uma atividade profissional não contemplada no questionário, 16% atuavam na área comercial e 12% eram profissionais liberais e/ou técnicos.

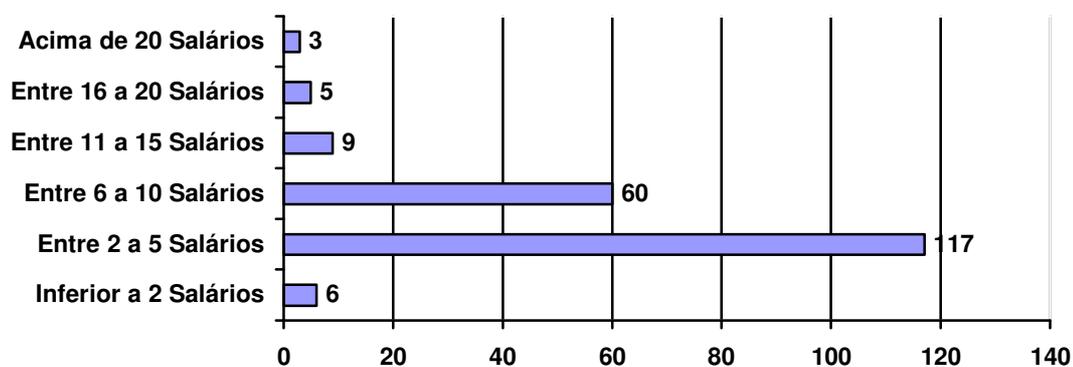
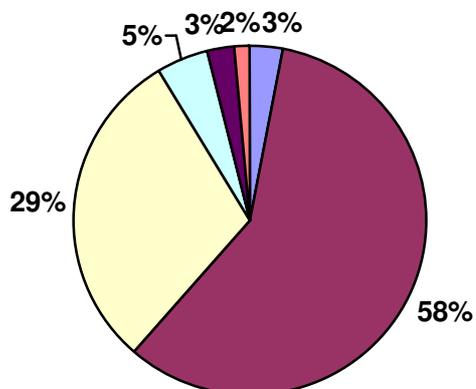




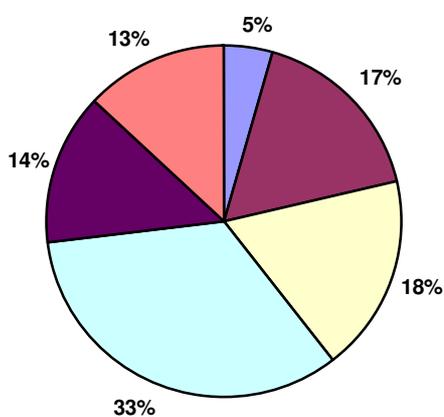
Quanto à renda individual 40% dos alunos situavam-se na faixa salarial de 2 a 4 salários mínimos, 26% em faixa inferior a 2 salários mínimos e 19% não possuíam renda própria.

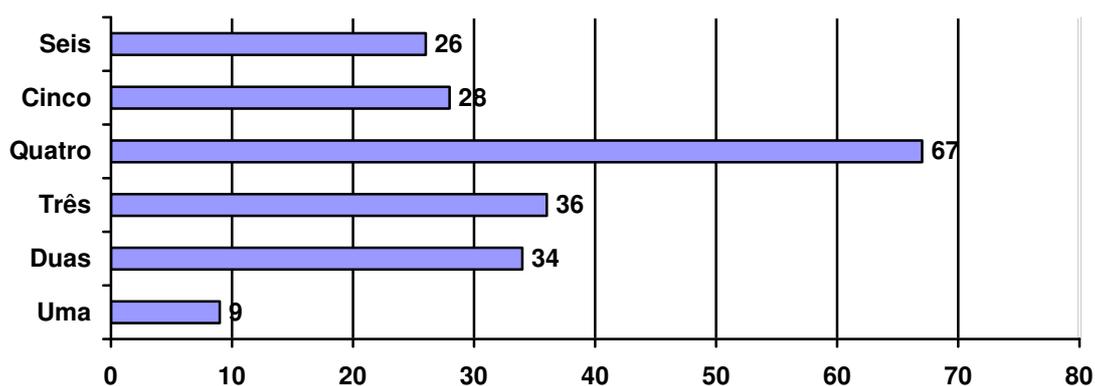


Já a renda familiar de 58% do total de alunos situava-se entre 2 e 5 salário mínimos e de 29% entre 6 e 10 salários mínimos.

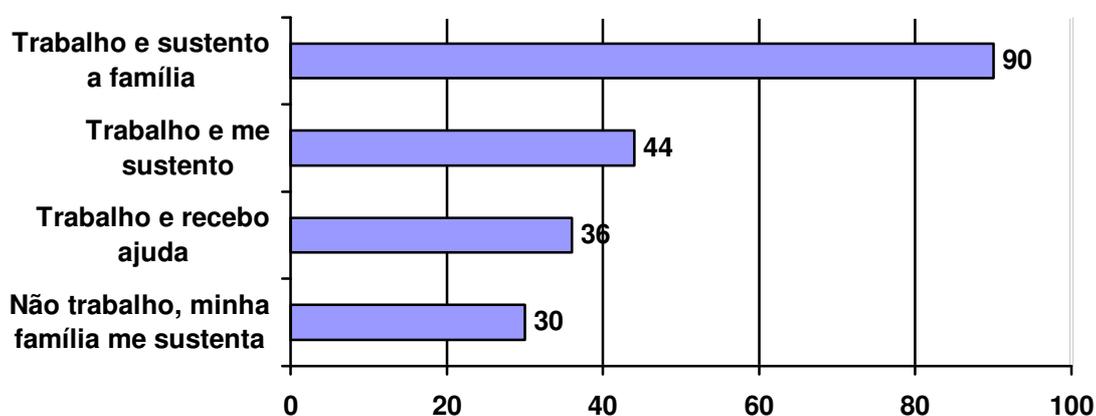
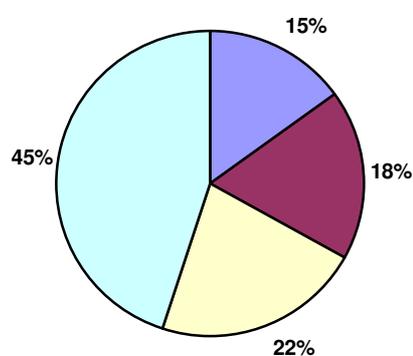


Para 33% dos alunos, a renda familiar destinava-se à manter 4 pessoas, 3 pessoas para 18%, 2 pessoas para 17% e 5 pessoas para 14%.

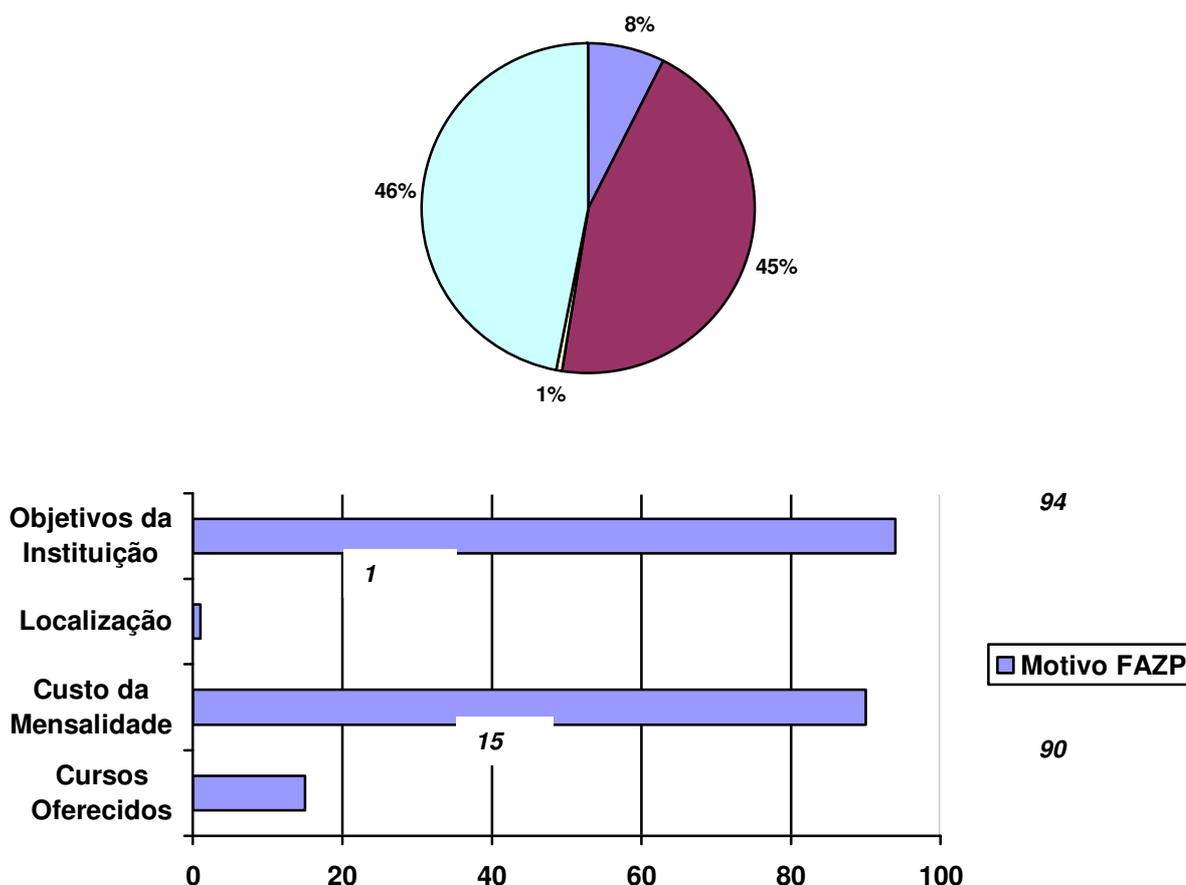




Em relação à participação na renda familiar, 45% dos alunos eram os maiores provedores da renda familiar, 22% são auto-suficientes e 18% não tem nenhum tipo de rendimento, portanto, não participam da renda familiar. Tais informações sobre a renda, em conjunto, ilustram as características econômicas desse segmento a que a proposta se destina, que serviu de base para a definição do custo da mensalidade e orientação da publicidade.



Por fim, merece destaque o fato de, nesse primeiro vestibular, 46% dos alunos ter feito a opção pela Unipalmarens devido aos objetivos da instituição e 45% em razão do custo da mensalidade. A indicação praticamente igual de ambos os aspectos denota a sintonia da proposta com as principais demandas da comunidade negra, uma vez que fatores que antes inibiam a presença do negro no ensino superior estavam ali contemplados.



Tais resultados permitem constatar que os fundamentos da proposta inicial eram de fato procedentes. Um ambiente propício à diversidade, que destaque a trajetória do negro, valorize sua identidade e considere suas limitações econômicas e de formação, bem como favoreça sua entrada qualificada no mercado de trabalho fornece a oportunidade ideal para o protagonismo negro.

O perfil da primeira turma confirmava que a proposta acertara o alvo.

Os mil e trezentos candidatos que acorreram ao processo seletivo para disputar as duzentas vagas do Curso de Administração, ao tempo que nos colocava com uma satisfação de dever cumprido pela capacidade realização e mesmo, pelo sucesso retumbante que significava esse pioneirismo. Serviu também para superar a primeira etapa de mais importante do nosso trabalho, afinal, de nada valeria todos os esforços, todas as energias empenhadas se ao final não tivéssemos alunos que matricular.

Aqueles mil e trezentos alunos que permitira que tivéssemos uma proporção de três alunos para cada vaga disputada, considerando que havíamos apenas utilizado as 200 vagas das quatrocentas inicialmente autorizadas, confirmavam em grande medida todos os nossos prognósticos e também nossa estratégia de marketing e comunicação. Principalmente pelo fato de que a grande maioria dos vestibulandos eram do ponto de vista fenotípico e do ponto de vista da cor da pele, negros.

8.7 Desafios e resultados

Vitoriosos em um dos primeiros desafios daquele trabalho que se iniciava, o grupo criador pode finalmente retornar para a realidade para se preparar para todos os demais desafios que se colocavam a partir daquele momento. Seguramente todos foram de grande envergadura e exigiram muito de todos. Todavia, relacionam-se três dimensões do trabalho que reputo como aquelas tradutoras do conjunto de desafios e dificuldades que se instalou no transcurso dessa travessia.

A primeira dimensão dizia respeito à forma da abordagem e metodologia para introduzir e instituir a filosofia, valores e objetivos dos fundamentos da Zumbi, obrigatoriamente, o escopo central da obra. O que poderia ser o projeto da Zumbi sem seus valores fundantes?

Assim, o primeiro desafio se constituía justamente em institucionalizar a filosofia e os valores para um grupo de pessoas estranhas, tanto no que dizia respeito ao corpo discente quanto ao corpo docente.

As discussões, os debates e os consensos acerca de criar mecanismos de difusão da identidade, da cultura e das contribuições dos negros na sociedade que eram tema de discussão generalizada no movimento Negro e nos demais ambientes de produção temática, sempre tiveram uma perspectiva mais discursiva, a partir da qual as hipóteses e possibilidades eram sempre colocadas de forma oral ou mesmo em alguns pequenos esboços. Entretanto, nunca havia sido produzido um modelo, um projeto piloto, que fosse de uma abordagem construída para essa finalidade.

O Brasil nunca tinha discutido e tratado esse tema com desenvoltura e profundidade, de modo que o pouco que havia de informações sobre as experiências e aspectos dessas experiências no país, como foi dito anteriormente, eram as experiências dos negros americanos no desenvolvimento das HBCUs, as Universidades Americanas Historicamente Negras. Mais, ainda assim, essas informações e perspectivas possuíam um componente diferencial importante em razão de que nos Estados Unidos e nas HBCUS o foco central era a institucionalização de um ambiente de ensino superior para viabilizar o acesso ao conhecimento pelos negros a partir da perspectiva do *Apartheid*, isto é, do “separados mas iguais”, onde negros e brancos tinham definido e delimitado, inclusive por lei, os espaços de atuação.

Aliás, mesmo ao longo da luta de resistência, das discussões dos embates desse tema no cenário sócio-político do país, nunca houve um posicionamento central de ruptura em relação aos não negros ou de oposição à participação de outros que não os negros no escopo ou no resultado de suas reivindicações. Pelo contrário, na Escravidão, a luta, a resistência e a reivindicação política eram primeiramente pelo fim da escravidão e pelo direito à liberdade, nunca para substituir o Senhor branco pelo Senhor Negro, nunca para substituir o direito de propriedade individual pela propriedade comunal, nunca para dividir o território e espaço geográfico entre negros e brancos. Mesmo no caso dos quilombos que foram as maiores manifestações de ruptura do sistema político da época, o fundamento era criar, defender e viver num ambiente de liberdade e respeito aos direitos individuais, mas neles negros, índios, mouros e brancos conviviam de forma igualitária.

Da mesma forma, havia clareza acerca de que esses fundamentos estavam contidos nos registros dos movimentos negros pós-escravidão de todos os tempos,

pois estes sempre reivindicaram direitos e oportunidades iguais e de tratamento, nunca que se tirassem esses direitos e oportunidades de outros grupos para serem apropriados por si. Era isso o que sempre foi reivindicado pela Frente Negra Brasileira, pelo Movimento Negro Unificado e por todos os demais.

Mesmo agora, em que havia um consenso social e um reconhecimento governamental de que o racismo e a discriminação racial produziam prejuízos irreparáveis para os negros, e que por isso era legítimo, justo e necessário adotar medidas de intervenção, mesmo agora que o Movimento Negro, com forte respaldo de importantes atores internacionais, assumia uma grande capacidade de pressão e reivindicação do movimento social, o que se reivindicava em relação ao ensino superior eram tão somente 20% de cotas para os negros nas universidades públicas. Não 47% das vagas, como era a representação demográfica do negro no país, e muito menos que esses 20% alcançassem o corpo técnico, de pesquisadores, e o corpo docente, por exemplo.

Por outro lado, as importantes construções e imersões nesses aspectos do tema que havia sido colocado em questão e mesmo praticado de forma esboçada entre os integrantes da Afrobras, o foram numa perspectiva de acerto e erro, implementada por esses próprios integrantes que administravam diretamente esses projetos, e que se desenvolvia dentro de uma relação de hierarquia mínima. Ser associado ao Curso Preparatório aos Vestibulares ou ao Programa mais Negro nas Universidades da Afrobras sempre significou formalmente aderir a uma agenda de deveres e obrigações, entre elas de participar de palestras, estudos e desenvolver trabalhos acadêmicos sobre o tema negros e, mensalmente, desenvolver e participar de ações e atividades sociais dirigidos para esse tema, obrigatoriamente, sob pena, inclusive de desligamento. Além das obrigações acadêmicas, todos os bolsistas tinham obrigações institucionais e comunitárias.

Como havia ilustrado, a trajetória da Afrobras se tratou de um processo de amadurecimento contínuo de mais de 10 anos, que envolveu internamente pessoas que possuíam pensamentos alinhados sobre o tema negros e as linhas de ações ali estabelecidas, e, significou também, ao longo de todo esse tempo, a acumulação de significativa experiência no trato, na criação e na condução de ações e experiências com o tema ou com as pessoas que com ele se relacionavam. Mas, agora, com a

necessidade de carrear aquelas pessoas de ação direta da Afrobras para o topo da direção da Zumbi, além de paralisar a Afrobras, significava proceder a construção de uma relação diferenciada com os públicos internos e com os públicos externos baseada em outros fundamentos.

Se os bolsistas da Afrobras possuíam um status de aderentes a um programa com atributos, direitos e deveres de antemão constituídos, do ponto de vista administrativo e legal nada lhes restava que não fosse cumpri-lo, ainda que discordassem. Mas agora, a despeito da qualidade genérica de integrantes, representantes de uma comunidade social e política, os alunos negros da Zumbi eram antes de tudo clientes, a quem ocorria algumas obrigações contratuais e acadêmicas, mas, fundamentalmente, o direito de obrigar e exigir o cumprimento dos mandamentos legais, principalmente os direitos educacionais e do consumidor. De modo que aderir ou não significaria uma voluntariedade, cuja capacidade de convencimento obrigaria a uma intensa e contínua ação de persuasão em relação a um grupo de pessoas estranhas sem os meios e mecanismos da Afrobras.

Acresça-se a isso o fato de que a estruturação técnica de um curso superior e, em especial um curso extremamente técnico como o era o Curso de Administração, permitia muito pouca margem para trabalhar aspectos importantes, coloquemos assim, da negritude, na grade curricular. Fosse porque solicitar autorização para criação de um Curso Superior significasse subordinar-se, cumprir e aderir às determinações legais e administrativas do Ministério da Educação que nada discorria a esse respeito, fosse porque um curso superior de Administração necessariamente tem de cumprir cargas horárias e estruturação curricular subordinado àquelas formatações e solicitações desse mercado, desse campo, que da mesma forma nada desenvolvia nesse sentido.

Dessa forma, a partir do primeiro ano da Faculdade Zumbi dos Palmares houve um debruçar conduzido pelo grupo instituidor, da direção acadêmica, dos coordenadores e dos professores no sentido de construir, de maneira mais adequada aos fundamentos, as intervenções curriculares que privilegiassem a inclusão étnico-racial explícita em sua missão e objetivos. O projeto pedagógico original do curso de Administração protocolado no Ministério da Educação, a despeito da valiosa contribuição da Universidade Metodista de Piracicaba e mesmo

dos esforços do que tentaram interferir naquele momento para alcançar esses fundamentos, em razão do ínfimo espaço de tempo para sua confecção, acabou por apresentar-se com uma matriz curricular conservadora, focada em disciplinas de formação técnico-científica. A análise do conjunto de disciplinas que compunham a matriz apontava para a formação de administradores de empresas de perfil generalista, embora com suporte teórico de boa qualidade e com as matérias de formação básica – Filosofia, Sociologia e Ética – centradas em temas gerais e que nem de longe tangenciavam a missão inovadora da Faculdade Zumbi dos Palmares. Pelo contrário. A grade curricular apenas fomentava uma visão cristalizada e etnocêntrica. Os alunos estudavam temas pertinentes à tradição teórica de cada área, mas o curso falhava em mostrar ao educando suas origens, principais temas e pensadores, além de problematizá-lo como estudante negro de nível superior em um país em que, estatisticamente, pouquíssimos afrodescendentes chegam a este patamar educacional. Até este momento, a relação destes conhecimentos era feita por meio de uma pseudo interface com o mundo cotidiano, como se este fosse algo homogêneo e com uma única face que por si só permitisse referências aos temas clássicos.

Em discordância com o norte desta proposta pedagógica, a partir do primeiro semestre, começou-se a pesquisar conteúdos transversais para algumas disciplinas, considerando uma aprendizagem continente de saberes múltiplos, contextualizados com a realidade cotidiana, e iniciaram-se pesquisas e estudos sobre a realidade étnico-racial no Brasil.

A partir de perguntas simples, iniciaram-se mudanças na matriz curricular e, principalmente, a desconstrução dos conteúdos de cada disciplina, sempre tendo como foco a especificidade formativa que se queria construir. Estas indagações serviram de base para uma nova proposta acadêmico-pedagógica que fosse aproximada do ineditismo da missão e dos objetivos da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Assim, a partir do terceiro do Curso de Administração foram incorporadas duas novas disciplinas:

1) História Econômica do Negro no Brasil, com conteúdo que se debruça sobre os antagonismos raciais da economia nacional, cuja maior manifestação é o mercado de trabalho restritivo. Os resquícios do colonialismo ainda presentes na economia nacional. As novas perspectivas de trabalho e o papel da educação como vetor de liberdade.

2) História da Cultura do Negro no Brasil, constituída de reflexões sobre a dinâmica da cultura popular brasileira a partir do legado cultural afro-brasileiro, de seus movimentos em direção à transcultura negra.

Para os novos cursos que se iniciavam, foram incorporados, de forma transversal, conteúdos pertinentes às questões afro-étnicas. Ao mesmo tempo se recriavam os temas da disciplina Antropologia em torno dos conceitos de raça, cultura e sociedade.

No curso de Pedagogia que se seguiu, acresceu-se a esses objetivos a elaboração do núcleo básico, que girou em torno do objetivo de permitir o desenvolvimento de competências elementares para a função docente por meio do conhecimento das teorias e literaturas pertinentes, da análise crítica e reflexiva da realidade educacional brasileira e da sociedade que a constituiu. Dessa forma o desenvolvimento do processo educacional, social e dos desafios inerentes a cada tempo histórico é considerado para a formalização de uma proposta de educação laica, popular e pública. Todos estes temas têm como eixo norteador a diversidade e o multiculturalismo da nossa sociedade e o papel da cultura afro-brasileira nesta construção.

Apesar da atuação significativa de pessoas e instituições da área educação na trajetória da Afrobras, do envolvimento de educadores e professores na construção do projeto da Zumbi e da presença de professores entre os integrantes da Afrobras, pelos compromissos já adquiridos, pela falta de cumprimento de alguns requisitos ou outros tipos de restrições, como por exemplo, experiência de ensino superior, a maioria dos professores foi contratada no mercado, a partir de uma avaliação de currículo que atendesse, em tese, aos objetivos e expectativas institucionais. Apesar do cuidado de aferir o tipo de pensamento e compromisso com um trabalho daquela natureza, e apesar, de todos eles haverem se comprometido a

cumprir e fazer cumprir aqueles valores e objetivos institucionais, o fato é que na prática poucos puderam fazer a ambientação e a persuasão que se pretendia.

Estabeleceu assim, naquele momento embrionário, uma grande dicotomia entre a direção que procurava criar as condições técnicas, materiais e econômico-financeiras para a continuidade da implantação e desenvolvimento regular da Zumbi dos Palmares; o corpo acadêmico constituído de pessoas desconhecedoras em profundidade do processo de criação e desenvolvimento do histórico e trajetória da Afrobras e do projeto da Zumbi dos Palmares e com pouca ou nenhuma relação ou afinidade com os dirigentes, público de relacionamento e mesmo integrantes da Afrobras, e o alunado, que, além de se instituir numa relação cliente-prestador de serviço, acabava por receber as informações e interagir sobre esses valores e objetivos, mais diretamente, por meio desses professores.

Assim, a três públicos estranhos com pouca ou nenhuma afinidade entre si, subordinados a vínculos distintos e dos quais desconheciam a extensão do interesse, a capacidade de compreensão e a elasticidade da tolerância competiriam a tarefa de difundir, consolidar e institucionalizar aqueles valores e princípios estatuídos como o fundamento, o cimento da criação e construção da primeira universidade negra do Brasil.

O segundo grande desafio que se instituiu no início do trabalho e que prolongou até os dias atuais, foi o problema do custeio. Sobejamente conhecido, o problema de financiamento do ensino superior, no Brasil seja nas instituições públicas, seja nas privadas sempre foi objeto de controvérsias e das mais variadas tentativas de resolução. Em todos os casos, porém, ainda não alcançou níveis de regularidade e solução. Enquanto o ensino superior público encontra-se montado numa estrutura de financiamento subordinado a parcelas dos impostos sociais e, por isso mesmo subordinado aos orçamentos fechados e engessados do poder público e, conseqüentemente, vinculado aos humores do mercado e ao resultado das arrecadações de impostos, o ensino superior privado, sem qualquer linha de crédito oficial, precisa fazer investimentos próprios e compor capital de giro através de recursos acessados no mercado financeiro. Outrossim, para um serviço com custo mínimo fixo subordinado a todas as variações do mercado, o sistema recebe como contrapartida uma mensalidade pressionada por um mercado de concorrência voraz

e submetida pela lei, a uma proteção injusta e desequilibrada na relação entre as partes prestador de serviço e cliente. O cliente aluno não tem obrigações. Pagando ou não pelo serviço prestado, em decorrência de uma legislação parcial e, como se disse, injusta, porque beneficia uma das partes com a submissão de prejuízo a outra, ele tem direito irrestrito a usufruir dos serviços ao longo de todo o semestre letivo, não podendo, no mais das vezes, ser importunado sequer com a retenção de documentos, ou não expedição do diploma.

O trabalho de uma Organização não Governamental, em regra, sabidamente tem sido relacionado com um tipo de trabalho de caráter altruístico e de abnegação para promoção de ações embasadas em princípios e valores de grande relevo social, principalmente de forma voluntária e sem fins lucrativos. Significa dizer que, as ONGS ou precisam produzir, gerar seus próprios recursos ou depender de recursos de terceiros, sejam privados ou governamentais. Se é certo que muitas ONGS dispõem de confortáveis recursos econômicos financeiros, o certo é também que isso não se aplica à grande maioria dessas instituições no país, principalmente aquelas que atuam em setores sociais. Esse é o caso das ONGS que atuam na temática negra, especialmente aquelas voltadas para produção de cursos pré-vestibulares comunitários ou coisas do gênero, ou qualquer delas que tenham que criar e manter fontes de recursos internos ou externos para manter um trabalho de longo prazo. Os que atuam no ramo sabem que se trata de uma verdadeira aventura e nem sempre com final feliz. E, sabem mais, dificilmente uma ONG possui capacidade de investimento com recursos próprios.

A erupção da Universidade Zumbi dos Palmares foi uma ocorrência que se colocou de forma latente a extrema dificuldade de uma ONGS empreender numa perspectiva de atuação mercadológico, onde as regras são claras determinantes e insuperáveis: a receita tem que existir, ser maior que as despesas, produzir lucros e, dessa forma produzir um ambiente de gestão sustentável. Mais, colocou com mais precisão que todo empreendimento necessita de capital de investimento cujos resultados se acontecer, se protraíam no tempo e num tempo que não se tem controle.

Até, então, os dirigentes, membros e simpatizantes da Afrobras haviam se debruçado sobre uma discussão mais de caráter filosófico suportadas por sobre

elucubrações mais discursivas e analíticas. Da mesma forma, o custeio diuturno era coberto com os resultados das ações voluntariadas, das modestas contribuições financeiras desses associados e dos resultados limitados dos eventos sociais e culturais custeado por pequenos patrocínios, notadamente do Banco Nossa Caixa da época.

Mas de meados de 2001 até aquele primeiro momento de 2004, a Afrobras teve que se reinventar para em 02 anos substituir uma modesta casa de 04 cômodos, onde dois funcionários, uma linha telefônica e um computador eram a expressão de seu patrimônio e lhe servia de Sede, para um prédio de seis andares, um corpo de aproximadamente cinqüenta funcionários e um custeio de manutenção que, no seu conjunto representava o dobro do valor arrecadado com as potenciais duzentas mensalidades iniciais. E, com um agravante. Com as instalações adaptadas e finalizadas, o imóvel de 1000 m² que fora pensado e planejado para recepcionar ao menos seiscentos alunos passara a comportar apenas 300.

O projeto financeiro previa o alcance do equilíbrio financeiro mínimo quando se atingisse a marca de oitocentos alunos pagantes. De modo que, além dos processos seletivos do curso de Administração, que demandaria quatro anos para se consolidar, era indispensável criar novos cursos para, dentre outras coisas, abreviar esse tempo. Havendo assegurado os recursos necessários para os primeiros dois anos de funcionamento através da doação do Grupo UNIP/Objetivo, restava agora trabalhar para alcançar o equilíbrio econômico financeiro, considerando o sucesso dos próximos vestibulares e o desenvolvimento de novos cursos. Não sem antes se iniciar no primeiro dia de aula a procura de um imóvel que pudesse comportar os duzentos alunos do próximo vestibular. Seguiu-se a frente apesar disso, mas se tratou de uma decisão crítica – faltavam oito meses para a realização do primeiro vestibular, sob pena de preclusão, e nenhum outro imóvel havia sido disponibilizado até aquela data.

Doze meses depois de uma ampla reforma num imóvel locado na Rua Pedro Vicente, no Bairro Ponte Pequena, os pedreiros trabalhavam freneticamente no imóvel da Rua Washington Luis, no centro velho da cidade, ao lado da estação luz do metrô, para que nos primeiros dias do ano de 2005 pudesse iniciar o ano letivo da Zumbi dos Palmares, no novo prédio locado e reformado com apoio dos velhos

parceiros UNIP/Objetivo, Banco Nossa Caixa e demais, que, agora, teria capacidade de comportar até 1100 alunos. Mas veio a Autorização do Curso de Direito, estava no prelo a autorização do Curso de Tecnologia dos Transportes e em análise os Cursos de Pedagogia, e, os estudos e previsões apontavam para um público de 1800 mil alunos em 2008.

Nos primeiros dias do ano de 2007 estava inaugurado o Campus Barra Funda do Zumbi dos Palmares agora com capacidade construída de 1500 alunos e estoque físico para mais 4000 alunos. O prédio de 10.000,00m² consumira grande quantidade recursos financeiro para reformas e adequação, exigiria um soma significativa para pagamento de locação e manutenção e, o Curso de Direito havia exigido um extraordinário investimento para montagem da sua biblioteca e corpo docente.

Ultrapassando seu primeiro milhar de alunos e agora com seus primeiros três cursos em funcionamento e um estoque de espaço físico para os próximos seis anos, a Zumbi estava pronta para deslanchar para alcançar seu ponto de equilíbrio e de sucesso.

Mas veio 2008 e a crise do mercado financeiro mundial. No Brasil, a crise que foi definida pelo Presidente Lula como marolinha atingiu de frente também o ensino superior. Desapareceram os alunos, aumentou de forma extraordinária os níveis de inadimplência, iniciou-se um processo de fusões e quebras de Instituições do Ensino Superior e, a disputa pelo aluno chegou às raias do desespero com as estratégias de marketing colocando os valores das mensalidades abaixo dos níveis mínimos de mercado para promover a captação de alunos. Premida pelos custos galopantes, evasão de alunos e pesado passivo econômico financeiro, a Zumbi chega em 2009, na sua última Sede na Avenida Santos Dumont, ao lado da Estação Ponte Pequena do Metro, no lado oposto e a poucas quadras de onde inaugurara sua primeira sede em 2004. Ali, no interior do Clube de Regatas Tietê, a Zumbi chega na sua quarta Sede, alcança seus 1600 alunos, completa seus cinco primeiros cursos em funcionamento e completa seus anos de vida.

A partir de 21 de março de 2002, data de fundação do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior, aos dias atuais, um dos esforços mais severos e incontornáveis

foi e tem sido justamente o desafio de criar e manter as condições que permita alcançar e manter sobre controle sua sustentabilidade econômica financeira. Pensada enquanto proposta de inclusão dos jovens negros menos favorecidos ao Ensino Superior a Zumbi dos Palmares foi estruturada sob uma perspectiva de sustentação financeira que exigiria um volume significativo de alunos, um nível reduzidíssimo de evasão e uma margem estreita de inadimplência.

Por outro lado, as circunstâncias de concorrer num mercado de captação de alunos com esse qualificativo, significavam também uma pequena margem de possibilidade de ajuste de mensalidade, no curso de consolidação e posicionamento do produto e de marca Zumbi. Por exemplo, nos três primeiros anos de funcionamento, o Curso de Administração da Zumbi não sofreu qualquer modificação no valor de sua mensalidade, enquanto todos os fomentos do setor sofreram os processos de reajustamento natural. Sem fundo de caixa para Investir de forma regular, sem lastro para buscar financiamento no mercado e presos ao cumprimento das etapas do produto para alcançar a realização de possível lucro que pudesse ser revertido em investimento no negócio, a Zumbi procurou reeditar uma fórmula já utilizado nos trabalhos da Afrobras: patrocinadores que estivessem dispostos a cumprir uma agenda de responsabilidade social.

Se nos Estados Unidos e na Europa, a responsabilidade social das empresas era um movimento já consolidado, cuja disseminação para outras regiões se deu atrelado à globalização. No Brasil, o debate em torno do tema ganhou visibilidade no meio empresarial somente em meados dos anos 1990, quando a evolução do mercado intensificou a exigência de ética e de transparência nos negócios. Todavia, Não obstante a elevada miscigenação característica do país, tanto as ações de responsabilidade social, como as de marketing social, via de regra, não consideravam a diversidade racial e nem contemplam adequadamente o seguimento formado pelos afrodescendentes, quase metade da população brasileira. Foi justamente esse o mote da Zumbi para abordar potenciais parceiros interessados na prática de ações de responsabilidade social dirigida para o público de jovens universitários negros. Mediante o pagamento de bolsas de estudos por parte desses parceiros, permitiu-se criar uma ferramenta diferenciada para auxiliar a contornar as limitações do financiamento dessa infra-estrutura, nos moldes tradicionais do pagamento das mensalidades.

No ano de 2008, a Zumbi dos Palmares alcançou os primeiros aporte de valores dessa natureza e que correspondia a 10% de suas receitas através de contrato de patrocínio com o Banco Bradesco e Banco Itaú. Em, 2012, os aportes corresponderam a 1/3 de suas receitas resultantes de parcerias de patrocínio que disponibilizam o pagamento de bolsas de estudo para os alunos composto pelos seguintes empresas apoiadoras: Mercedes Benz, Ford do Brasil, Banco Bradesco, Banco Itaú e Carrefour. Esses valores, mas aqueles do recebimento de mensalidades resultaram no alcance do equilíbrio financeiro do negócio, sem, todavia permitir, ainda, grande capacidade de investimento.

Finalmente, o terceiro dos desafios de relevo a ser encaminhado Zumbi foi criar condições de empregabilidade para os jovens negros no mercado empresarial.

8.8 A inclusão no mercado de trabalho

Seguramente uma das extraordinárias dificuldades do Ensino Superior no Brasil é desenvolver de maneira regular e eficaz um programa de estágio e de empregabilidade para o seu público alvo. O jovem do ensino superior privado, no Brasil, em regra, é aquele jovem que trabalha durante o dia e somente dispõe do período noturno para desenvolver suas obrigações acadêmicas. E, em regra o jovem que chega ao ensino superior é aquele que não possui uma profissão definida ou que trabalha em empregos totalmente divorciados de sua vocação ou mesmo com a área do curso que está matriculado e que escolheu para prosseguir na sua carreira profissional. Por fim, no desenvolvimento dos trabalhos haverá sempre um conjunto de jovens que estão ou ficaram desempregados antes ou no curso dos estudos, os quais irão conjuntamente exigir a necessidade uma intervenção institucional nessa seara.

No caso da Zumbi e seu público de alunado, acrescia-se a essas dificuldades uma outra dimensão, o potencial de resistência do ambiente empresarial para relacionamento com esse tema e como esse público. As várias discussões sobre esse tema e mesmo algumas das ações desenvolvidas pela Afrobras ao longo de sua trajetória já havia reunido subsídios significativos das dificuldades que teríamos pela frente.

A inclusão do negro no mercado de trabalho era uma discussão que antecedia a Afrobras e mesmo a Zumbi. A bem da verdade essa talvez tenha sido uma das reivindicações mais intensas e que atravessou todas as instituições e organizações negras anteriores e concomitantes da Afrobras e da Zumbi, assim como mobilizou o próprio governo e da sociedade brasileira. Era essa uma das mais latentes reivindicações que compunham o rol da agenda política do negro, mesmo antes da Frente Negra Brasileira.

O governo, na tentativa de diminuir o grau de conflito e lesividade nesse tema, já em 1951, através da Lei de Contravenção penal havia erigido um estatuto criminal para combater a exclusão preordenada e intencional do negro nos espaços públicos e mercado de trabalho. A Lei 1390/1951, sancionada no Governo de Getúlio Vargas, nos seus artigos 6 e 7 definia como conduta criminosa obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor assim como, negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor, punindo as condutas em ambos os casos com prisão simples e multa e, inclusive a possibilidade de perda do cargo para o responsável da recusa.

A Lei 1390 de 03 de julho de 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornou Contravenção Penal a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor tratou-se um diploma legal de extrema importância política, social e mesmo histórico, pois, ainda que de forma enviesada e sem muita convicção, conforme aponta as discussões que se passaram na câmara dos deputados por ocasião das discussões do anteprojeto projeto da Lei, o fato é que, pela primeira na história do país, produzia-se uma legislação para combater crimes dessa natureza. Partindo do pressuposto de a norma legal, em especial a norma penal cuida de formulação de processo penal para combater ações e inações que não puderam ser administradas pelos demais freios sociais como a moral, a ética, os bons costumes, etc., e que, uma lei punitiva só se apresenta como solução final quando o grau de conflito social ganha foros de desgoverno ou apresenta grave ameaça ao bem estar e à paz social, a discussão, aprovação e sanção da Lei das contravenções penais, significaram na verdade o primeiro reconhecimento oficial por parte do Estado do Brasileiro do quadro de gravidade do racismo e do elevado nível de discriminação racial que se

abatia sobre os negros, diferentemente do que se propugnava como, por exemplo, a ideologia da democracia racial sugestionada pela obra de Gilberto Freyre em voga e bastante apreciada na época.

Todavia, apesar do grau de conflito que exigiu inclusive uma legislação punitiva criminal e a despeito do grau de exclusão promovida pelas condutas ao certo voluntárias e preordenadas, conforme narrado pelo autor da lei, e que seguramente exigiria uma punibilidade exemplar e austera, foi uma Lei contravencional e não uma lei penal propriamente dita que se escolheu para punir e tentar conter a ramificação da discriminação contra o negro no país, cuja capacidade degenerativa como dizia seu autor Afonso Arinos poderia conduzir a monstruosidade como os “*pogrooms*” hitleristas ou as situações insolúveis como a da grande massa negra norte americana.

A despeito da forma leniente de como tratou a questão, a legislação com sua a regulação reconheceu e determinou a discriminação contra os negros como uma conduta social real, objetiva e cuja extensão e grau de lesividade exigia sanção legal e punição por parte do estado. O artigo primeiro da Lei, por exemplo, que penaliza a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor traduz o obstáculo enfrentado e denunciado pelos negros desde a abolição, reproduz a resistência da sociedade de reconhecer a especialidade da questão do negro no país pós-abolição, apesar de uma realidade impregnada de distinção e todas as formas de discriminação que recaiu sobre o negro e que eram publicamente aceitas e praticadas pelos diferentes ambientes sociais, como por exemplo, os anúncios de emprego publicados nos jornais da época que informavam não aceitar pessoas de cor.

A Lei de Contravenções que viera tarde, deveria ter constituído um dos artigos da Lei da Abolição, e fora fruto de verdadeira comoção pela sua aprovação em 1951, quando o Brasil se aprofundava na direção de tentar se confirmar como o país da democracia racial, produziu pouco ou nenhum efeito obrigando governo e sociedade agora no ocaso do milênio instituir uma legislação draconiana que passou a considerar a discriminação racial no mercado de trabalho como crime inafiançável

e imprescritível e punir basicamente as mesmas condutas, agora, com penas de dois a cinco anos de reclusão.

Mas a lei que não tinha sido suficiente antes, também não havia conseguido alcançar seu objetivo agora, e os negros com a essas leis debaixo dos braços tentavam nas hostes legislativas, no debates acadêmicos e nas ações e intervenção políticas, romper esse círculo vicioso produzindo marcos legal específicos como foi o Estatuto da Igualdade, de autoria do Senador negro Paulo Paim, que iniciou a tramitação em 2003 no Congresso. Com o mesmo objetivo e respondendo a pressão das ruas foram criadas e instituídas as primeiras leis do país que determinavam ou reservavam 20% das vagas para negros nos concursos públicos e cargos em comissão, como foram as leis do município de Piracicaba, Cubatão e Jundiaí, no Estado de São Paulo.

Mesmo o ambiente corporativo, pressionado por essas avalanches de reivindicações e pelo alto grau de exclusão desse público nos seus quadros funcionais, tiveram que se movimentar para incluir nas suas agendas sociais, notadamente nas ações de responsabilidade social corporativa, a perspectiva das minorias, dos negros. Isso porque, as empresas como importantes agentes sociais contemporâneos e concentram a maioria das oportunidades de trabalho e ascensão profissional. Logo, possuem ampla responsabilidade pela inclusão dos diferentes grupos sociais tradicionalmente apartados. Mas é justamente no mercado de trabalho uma das esferas importantes em que se distingue com mais clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios no Brasil, assim como seu modo sutil de operar. Ocultado por fatores aparentemente objetivos, derivados de novas e tradicionais exigências produtivas, velhas questões permanecem: os indivíduos negros estão sujeitos mais ao desemprego, permanecem mais tempo nesta situação e, quando tem trabalho, lhe são reservados postos de trabalho de menor qualidade, status e remuneração. Dessa forma, sempre se fez necessário e indispensável que as iniciativas empresariais voltadas para a geração de oportunidades e inclusão social no mercado de trabalho incorporassem o tratamento eqüitativo da diversidade racial como componente central de fundamento e alcance das práticas de responsabilidade social, o que ainda é incipiente até o momento.

Não obstante a elevada miscigenação característica do país, tanto as ações de responsabilidade social, como as de marketing social, via de regra, não consideram a diversidade racial e nem contemplam adequadamente o seguimento formado pelos afrodescendentes, quase metade da população brasileira, no ambiente e nas hierarquias corporativas. É predominante nesses ambientes a presença de homens brancos com alto grau de instrução nos principais cargos executivos. A presença dos negros na medida em que vai descendo na hierarquia empresarial, mas ainda assim, longe da sua proporção na população nacional. Conforme apontam os mais importantes dos indicadores da presença de negros no mercado de trabalho, naquelas empresas que se apresentam como participantes dos programas de sustentabilidade e responsabilidade social, em 74% das empresas não há negros no quadro executivo e em 1% delas não sequer um negro no quadro funcional. Nessas empresas a mulher negra varia de 0,1% e 1,0% dos quadros executivos e de gerência.

Mas esses foram os motivos que nos entusiasmaram a procurar parceiros que tivessem interessados em dar um salto adiante e, transformar em prática um discurso freqüente no ambiente de recursos humanos, de que, ali ninguém discriminava se houvessem negros capazes e competentes eles seriam os primeiros a contratar.

Iniciado com o Banco Itaú, em 2007, e seguido pelos Bancos Bradesco, Banco HSBC, Banco Santander, Banco Real, Citibank, Banco do Brasil e ampliado com a Ford do Brasil, Mercedes Benz, o Programa de Trainees de Executivo Jr. Para jovens negros, no ambiente corporativo alcançou mais de 400 – quatrocentos jovens negros da Zumbi qualificados ao longo dos últimos cinco anos. Mais de uma centena desses jovens foram efetivados nos seus postos e, muitos deles já se encontravam em postos de destaques na hierarquia corporativa.

8.9 A visão dos parceiros

Neste ponto, apresentamos a pesquisa oriunda da Dissertação de Mestrado intitulada *O recorte racial como paradigma das ações de Responsabilidade Social Corporativa* (VICENTE, 2007), a fim de ilustrar a percepção de um importante agente

social que participa do projeto, as empresas que atuam como parceiras desde a criação da Unipalmarens e podem fornecer uma relevante contribuição na avaliação do seu processo de consolidação.

Trata-se de uma análise bastante representativa, por coincidir com a fase intermediária do percurso histórico da Unipalmarens, 2007, reproduzir impressões extraídas durante o processo e avaliar seus primeiros resultados.

Para o propósito atual, selecionou-se parte da pesquisa original, na ocasião direcionada para o universo corporativo, com o intuito de recuperar a visão dos entrevistados, na qualidade de parceiros institucionais, acerca do projeto de ação afirmativa da Unipalmarens.

Considera-se que a avaliação dos parceiros é fundamental para a compreensão do impacto social do projeto, já que fornece uma perspectiva bastante elucidativa das potencialidades de execução e reprodução de ações dessa natureza na esfera privada.

Ademais, os programas avaliados constituem uma estratégia inclusiva importante e estão em plena sintonia com os objetivos da Unipalmarens e de sua mantenedora, a Afrobrás, respectivamente:

“Buscar e constituir parcerias e integração com o setor governamental e privado nacional e internacional, com o objetivo de fomentar as atividades de desenvolvimento econômico e social e combate à desigualdade social dos afrodescendentes” e “[...] firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, [...] articular-se pela forma conveniente, com órgãos e entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras”.

A pesquisa enfocou duas expressivas instituições do setor bancário nacional – Bradesco e Itaú – que desenvolvem programas de diversidade corporativa com recorte racial em parceria com a Unipalmarens, as quais foram escolhidas em função de sua representatividade e abrangência.

Realizou-se um estudo de caráter qualitativo, que teve como universo um grupo de 10 colaboradores, 5 de cada instituição, ocupantes dos principais cargos executivos da área de Recursos Humanos das instituições bancárias investigadas. O grupo foi composto por 6 homens e 4 mulheres, cujos cargos declarados foram:

Diretor, Diretor Executivo de Recursos Humanos, Diretora de Recursos Humanos, Diretor Departamental, Superintendente, Superintendente de Planejamento, Superintendente Executivo, Superintendente de Recursos Humanos, Gerente de Recursos Humanos, Gerente Executivo Chefe.

As empresas analisadas constituírem duas das mais importantes instituições bancárias nacionais, julgou-se a amostra composta por seus principais executivos, embora restrita, extremamente representativa e reveladora da percepção do segmento acerca do tema enfocado.

A pesquisa destinou-se a descrever dois programas bens sucedidos de Responsabilidade Social Corporativa com recorte racial e, mais especificamente conhecer a percepção dos executivos das empresas analisadas sobre os mesmos.

Utilizou-se para a coleta de dados um questionário de 18 questões (Anexo I), das quais foram selecionadas 10 para a análise, e uma entrevista semi-estruturada, realizada pessoalmente com todos os sujeitos da amostra.

Minayo (2003) destaca que as qualidades da modalidade semi-estruturada consistem em enumerar, da forma mais abrangente possível, as questões que o pesquisador quer abordar a partir de suas hipóteses ou pressupostos, advindos da definição do objeto de investigação.

Na seqüência, apresentam-se os programas de diversidade corporativa, os quais foram extraídos de documentos publicados pelas instituições e reproduzidos na íntegra. Considera-se se que, por sua natureza, tais documentos traduzem a visão das instituições sobre os programas.

Utilizou-se a nomenclatura adotada pelas instituições para a apresentação dos programas, cujas características foram descritas no Quadro 1.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE AFRODESCENDENTES ITAÚ

O respeito ao ser humano é um dos valores fundamentais do Banco Itaú. Por isso, o Banco busca fomentar ações de promoção da diversidade e oferecer condições para que cada indivíduo possa aplicar de forma produtiva o seu potencial.

Consciente da importância da inclusão e valorização da diversidade, o Itaú tem desenvolvido uma série de importantes ações, dentre elas, a preparação e distribuição do Kit Diversidade.

Em agosto de 2006, foi enviado à todos os gestores do Banco Itaú o Kit com informações relevantes para a contratação e acompanhamento dos jovens cidadãos, aprendizes, estagiários afrodescendentes e pessoas com necessidades especiais no Banco Itaú.

Criado em 2005, esse programa estágio [pioneiro no país] tem como objetivos a inclusão e a capacitação de estudantes afrodescendentes do segundo ano da graduação dos cursos de Ciências Contábeis, Administração de Empresas, Economia, Psicologia, Direito e Serviço Social.

O Programa tem duração de três anos e, além de proporcionar a complementação prática da vivência acadêmica, conta com uma completa grade de treinamento. Ao final do primeiro ano, após 360 horas de treinamento, caso haja bom aproveitamento, o estagiário recebe o título de Executivo Financeiro Jr. emitido pelo CPDEC - Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação Continuada – UNICAMP (ITAÚ, Homepage Institucional, 2007).

Programa de Capacitação de Afrodescendentes – Iniciado em 2005, em parceria com a ONG Sociedade AfroBrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobrás) e com a Faculdade de Cidadania Zumbi dos Palmares. Em 2006, a primeira turma do Programa recebeu o certificado de formação Executivo Júnior, emitido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO BRADESCO UNIPALMARES

O Bradesco fechou 2006 com 9.754 colaboradores afrodescendentes que atuam em diversas áreas de negócios, em muitos casos ocupando posições de liderança. Uma parceria com a Faculdade Cidadania Zumbi dos Palmares - Unipalmares visa a contratação de estagiários por meio de um programa de capacitação profissional. O programa divide-se em vários módulos e tem duração de dois anos. No fim de 2006, 58 estudantes faziam parte desse programa de estágio.

Realizamos parceria com a Faculdade Cidadania Zumbi dos Palmares – Unipalmares, por meio de um programa de capacitação profissional que visa à contratação de estagiários para atuarem em importantes áreas do Banco. A Unipalmares, por meio da ONG Afrobrás, tem a missão de promover a inclusão do negro no ensino superior do País.

O Programa é dividido em vários módulos e tem duração de 2 anos. Conta também com a parceria de instituições conceituadas como a FGV, USP, FIPE, Fipecafi e FIA. O Programa, que iniciou com 30 estagiários, foi ampliado e conta atualmente com 57 alunos (BRADESCO, Relatório de Sustentabilidade 2006, p. 49).

Encerramos o 1º. semestre de 2007 com 10.111 colaboradores afrodescendentes, sendo que 5.021 ocupam posições de chefia. Realizamos parceria com a Faculdade Cidadania Zumbi dos Palmares – Unipalmares, por meio de um programa de capacitação profissional que visa à contratação de estagiários para atuarem em importantes áreas do Banco. (BRADESCO, Relatório de Análise Econômica e Financeira, 2007, p. 195).

O quadro seguinte (Quadro 1) descreve as características dos programas analisados, respectivamente Programa de Capacitação de Afrodescendentes, do Banco Itaú e Programa de Qualificação Bradesco Unipalmares, do Bradesco.

Quadro 1 – Descrição comparativa dos programas de diversidade racial corporativa

BANCO	ITAÚ	BRADESCO
Denominação	Programa de Capacitação para Afrodescendentes	Programa de Qualificação Profissional Bradesco Unipalmarenses
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento da cidadania e capacitação profissional de afrodescendentes; • Preparar os profissionais para assumir diferentes funções nas áreas de negócios; • Fortalecer a imagem do banco contexto da Responsabilidade Social e Diversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer oportunidade de desenvolvimento profissional para estudantes universitários, visando facilitar sua inclusão no mercado de trabalho
Duração	Até 3 anos	2 anos
Jornada	6 horas diárias	6 horas diárias
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • bolsa auxílio, vale transporte e vale refeição • férias (20 dias após um 1 ano e meio) • seguro de acidentes pessoais • convênio médico e odontológico • isenção de tarifa bancária 	<ul style="list-style-type: none"> • bolsa auxílio, vale transporte, vale refeição • licença remunerada (20 dias após 1 ano) • seguro de acidentes pessoais
Seleção	<p>Avaliação de perfil realizada por consultoria externa;</p> <p>Entrevista com a Superintendência de Atração e Integração das Pessoas - SAIPE</p>	<p>Testes de português e matemática</p> <p>Dinâmica de grupo</p> <p>Entrevista</p>

Integração	<p>Os estagiários participam de integração presencial para conhecer a cultura da organização.</p> <p>Os gestores participam de uma palestra de orientação para melhor exercer o seu papel de facilitador no desenvolvimento profissional dos estagiários.</p>	<p>Os estagiários passam por um processo de reconhecimento da organização, sua estrutura, áreas de negócios e serviços.</p>
Treinamento	<p>Consultoria: CPDEC – Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Educação Continuada – UNICAMP.</p> <p>Modalidade: Extensão Universitária.</p> <p>Ao final do primeiro ano (360h/aula), os profissionais recebem o certificado de Formação de Executivo Júnior emitido pela UNICAMP.</p> <p>Pré requisito para a certificação:</p> <p>Freqüência: igual ou superior a 75% em cada disciplina</p> <p>Nota: igual ou acima de 7,0 em cada disciplina.</p>	<p>Um módulo onde são apresentados conteúdos que oferecerão informações sobre o cenário empresarial e financeiro, permitindo a compreensão do contexto de trabalho que o Banco está inserido. (Atendimento, Economia e Mercados de Intermediação Financeira (USP), Ética e Governança Corporativa, Prevenção a “Lavagem” de Dinheiro, Controles Internos, ISO 9000, Empreendedorismo, Prática)</p> <p>Um módulo é apresentado programas de treinamento que proporcionam uma visão global para o desenvolvimento de competências técnicas.</p> <p>Um módulo onde o estagiário tem a oportunidade prática nas diversas áreas da organização permitindo uma visão ampla do segmento financeiro dos produtos e serviços que integram, e o trabalho da Fundação Bradesco</p>

Fonte: Elaboração própria com base em material institucional de uso interno dos bancos.

Participaram da pesquisa 10 executivos das empresas parceiras, todos da área de Recursos Humanos e co-responsáveis pela gestão dos programas de estágio para afrodescendentes. Na seqüência, apresenta-se a análise individual de cada questão, na mesma ordem em que foram respondidas e das categorias extraídas das entrevistas.

Em relação ao uso do recorte racial em programas de Responsabilidade Social Corporativa, foi majoritária entre os executivos a percepção de que ele é importante. 9 (90%) dos 10 sujeitos da amostra consideraram sua importância elevada e apenas 1 (10%) definiu-a como mediana. A opção “moderada” não foi considerada.

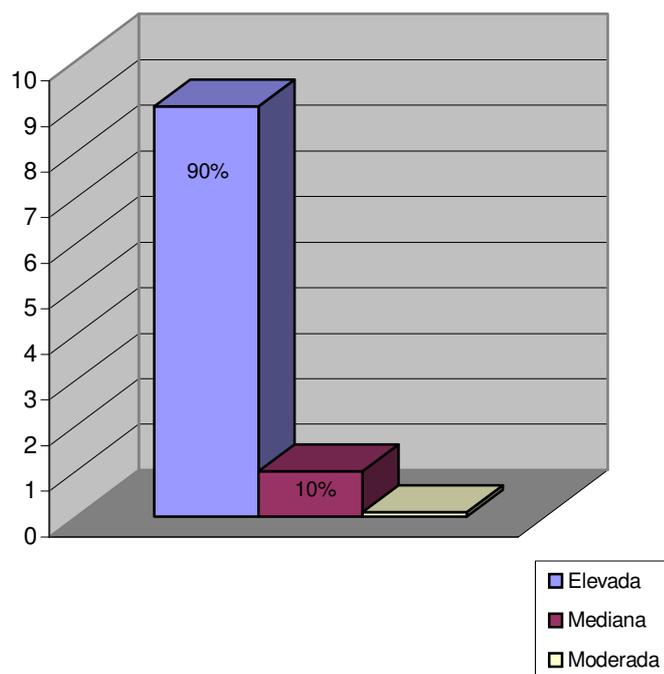


Gráfico 1 - Importância da utilização do recorte racial em programas de Responsabilidade Social Corporativa

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à relevância de um programa de Responsabilidade Social Corporativa com recorte racial para os diferentes segmentos sociais, destaca-se a opção “muito relevante”, igualmente apontada para os afrodescendentes e para o mercado de trabalho por 9 executivos (90% das menções). 8 executivos (80%) indicaram-na para a sociedade. Tais escolhas evidenciam o potencial inclusivo dos programas com recorte racial e revelam a clareza dos executivos sobre o impacto positivo individual e coletivo da ação, com destaque para o aspecto da qualificação profissional, posteriormente apontado também nas entrevistas.

Em relação à mesma opção, o ambiente corporativo e o setor bancário receberam cada um 70% das menções e as instituições pesquisadas, 60%. Esse patamar de indicações destaca-se da segunda opção mais mencionada, “relevante”, cuja menção máxima foi de 40% para as instituições bancárias. A opção “pouco relevante” não foi considerada.

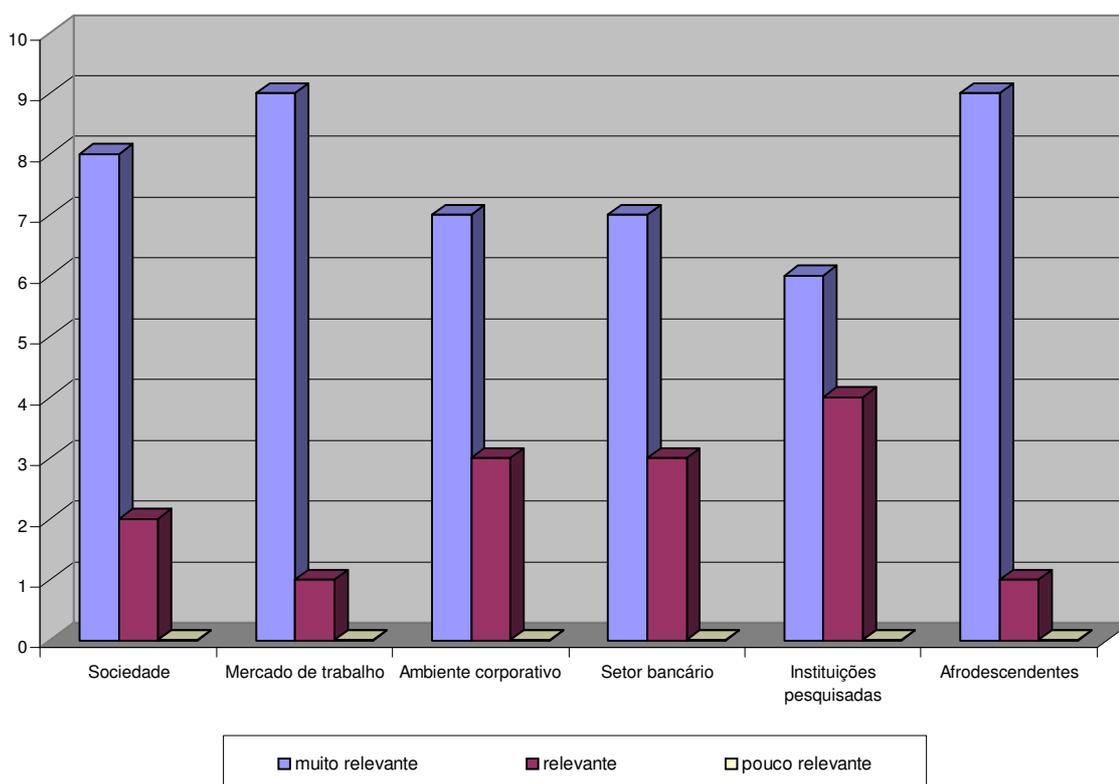


Gráfico 2 - Relevância de um programa de Responsabilidade Social Corporativa com recorte racial para os diferentes segmentos sociais

Fonte: Elaboração própria.

A totalidade (100%) dos executivos consultados apontou a opção “Sintonia com valores institucionais” como o principal motivo para a adoção dos programas. Tal aspecto merece ser destacado porque transparece nas falas recolhidas nas entrevistas e na coincidência dos discursos com o material institucional pesquisado.

Revela, ainda um ambiente favorável no meio corporativo para a recepção de ações afirmativas, em sintonia com a peculiaridade da proposta de intervenção social em âmbito privado da Unipalmars.

Em segundo lugar, registra-se a opção “Adequação aos princípios de RSC”, indicada por 9 executivos (90%). A elevada menção aos princípios da

responsabilidade social como motivação para a existência do programa revela a compreensão da importância do recorte racial, em consonância com o resultado registrado na questão número 1.

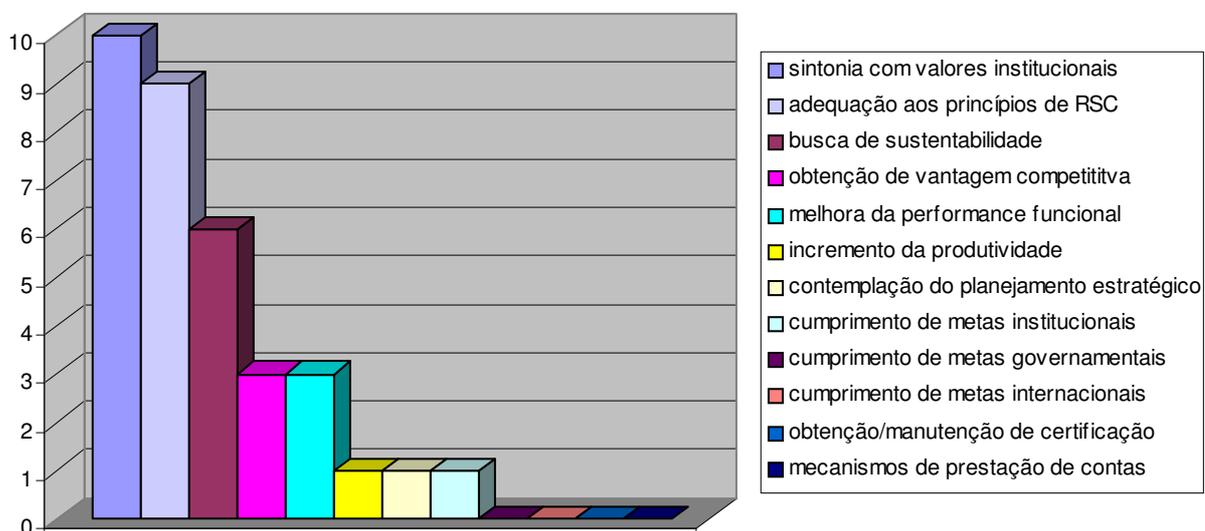


Gráfico 3 - Motivos para a adoção dos programas

Fonte: Elaboração própria.

Sete executivos consultados (70%) consideraram que a integração dos estagiários dos programas foi plenamente satisfatória e 3 (30%) satisfatória, aspecto que demonstra a eficácia estratégica das ações de diversidade racial corporativa para a inserção profissional e inclusão social da população negra.

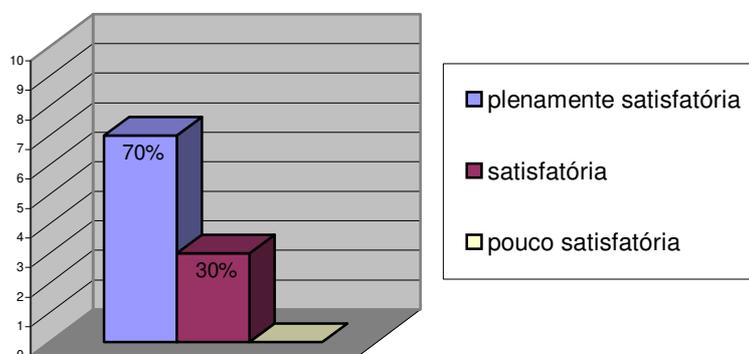


Gráfico 4 - Avaliação da integração dos estagiários

Fonte: Elaboração própria.

O desempenho dos estagiários dos programas analisados foi considerado equivalente ao dos demais estagiários das instituições por 80% dos executivos consultados. Houve ainda a referência de 2 executivos (20%) a um desempenho superior por parte dos estagiários dos programas, dado que volta a aparecer também nas entrevistas e é digno de nota em razão da alegada suspeita de baixo desempenho com a introdução do recorte racial.

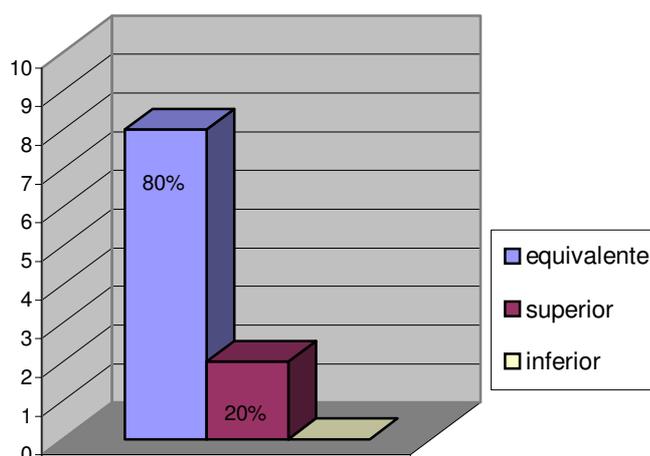


Gráfico 5 - Desempenho comparado dos estagiários

Fonte: Elaboração própria.

O índice de contratação dos estagiários dos programas foi apontado por 60% dos executivos como superior ao dos demais estagiários das instituições. 40% deles referiram-se a um aproveitamento equivalente. Não houve qualquer menção a um aproveitamento inferior.

Esse dado confirma que, ao final desta primeira experiência, os programas de Responsabilidade Social Corporativa com recorte racial tem se revelado proveitosos tanto para a instituição, como para os jovens que tem a oportunidade de inserção qualificada no mercado de trabalho.

Na percepção dos executivos, este índice de aproveitamento relaciona-se com o diferencial de qualificação profissional proporcionado pelos programas, corroborando o entendimento presente no projeto pedagógico da Unipalmars, que

prevê a formação de profissionais capacitados ao exercício das demandas do mercado de trabalho.

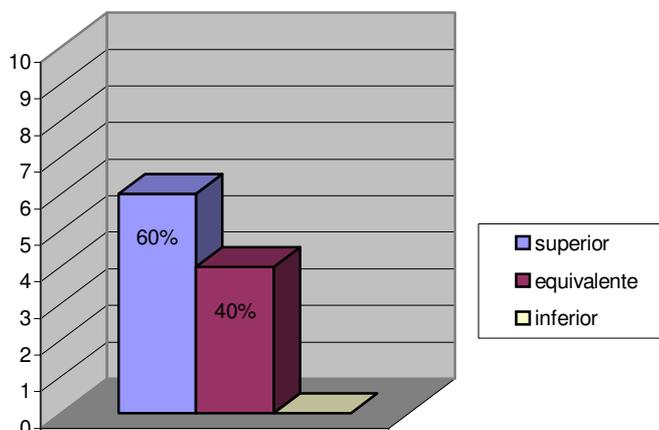


Gráfico 6 - Aproveitamento comparado dos estagiários

Fonte: Elaboração própria.

O programa foi avaliado como plenamente satisfatório por 70% dos executivos consultados. 30% deles consideraram o programa satisfatório. As opções pouco satisfatório e insatisfatório não foram citadas. Com esse resultado, registra-se um índice de 100% de aprovação, o que confirma a mencionada eficácia da utilização do recorte racial nos programas de Responsabilidade Social Corporativa na percepção dos agentes sociais diretamente envolvidos com sua execução.

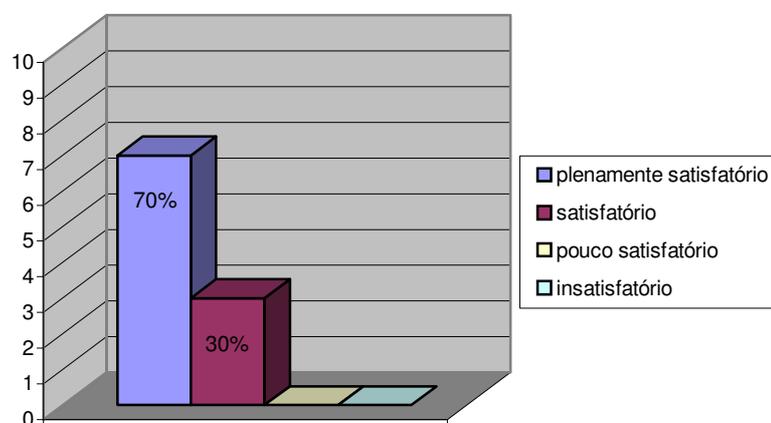


Gráfico 7 - Avaliação dos programas

Fonte: Elaboração própria.

O principal benefício trazido pelos programas, amplamente apontado pelos executivos, com 90% das menções, foi o aumento da empregabilidade dos estagiários.

Esse índice reforça a importância do caráter diferenciado do programa, voltado para a qualificação profissional, e destaca um impacto positivo para o beneficiário direto.

A inclusão social foi mencionada por 80% dos executivos, e, na seqüência, a promoção da equidade, por 70% deles. Ambos os aspectos ressaltam impactos benéficos à sociedade e apontam para o cumprimento da vocação institucional da Unipalmars de inserção do jovem negro não somente no ensino superior, mas nas diferentes esferas sociais. Tais resultados sinalizam ainda para o potencial de êxito das ações afirmativas privadas.

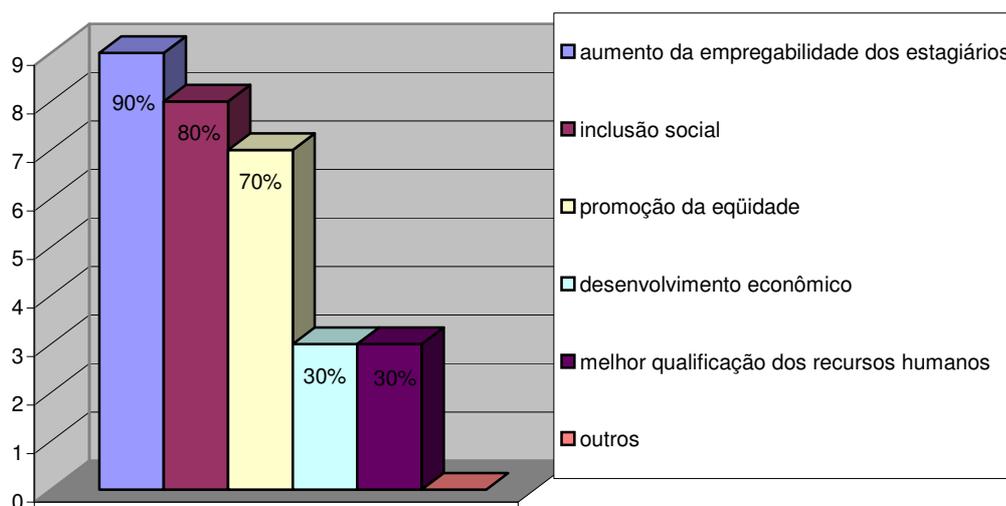


Gráfico 8 - Benefícios propiciados pelos programas

Fonte: Elaboração própria.

Metade dos executivos (50%) recomendou a ampliação dos programas e o mesmo número indicou a sua manutenção, o que indica uma avaliação positiva por parte de todos os sujeitos consultados. Considerando-se o ineditismo dos programas

e o fato de os resultados serem ainda parciais, a avaliação geral revela-se altamente satisfatória e, por sua vez, confirma também a eficácia dos programas.

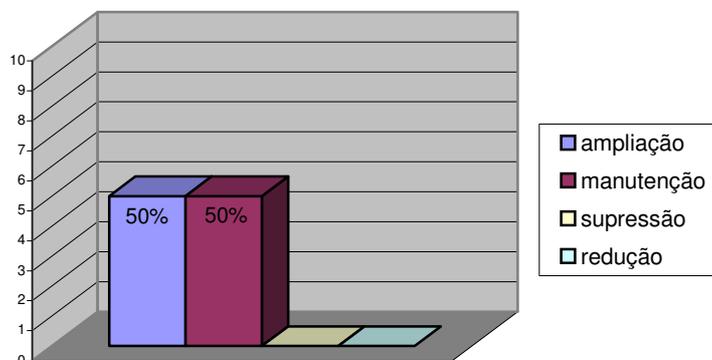


Gráfico 9 - Recomendação relativa aos programas com base nos resultados

Fonte: Elaboração própria.

A replicação dos programas de Responsabilidade Social Corporativa com recorte racial por outras instituições foi considerada muito relevante pela ampla maioria dos entrevistados (80%). 20% dos executivos consideraram a replicação relevante. Desse modo, a relevância da replicação dos programas foi sublinhada pela totalidade dos sujeitos da amostra, o que é um indicativo importante de sua percepção positiva acerca da eficácia dos programas.

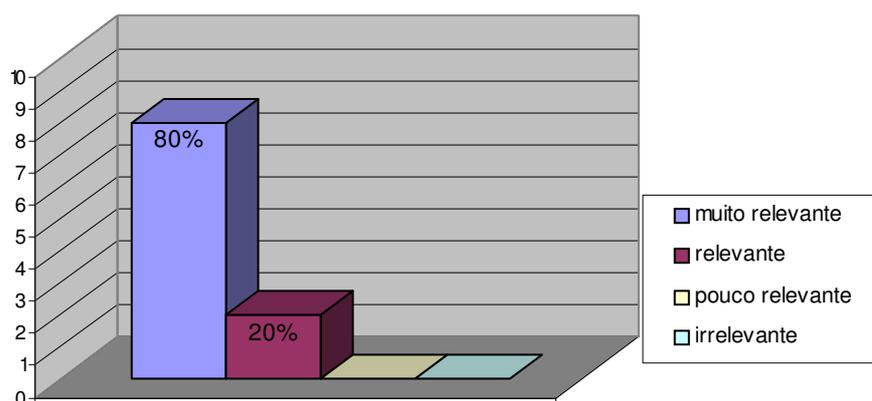


Gráfico 10 - Relevância da replicação dos programas por outras instituições

Fonte: Elaboração própria.

8.10 Formatura da primeira turma

A formatura da primeira turma da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, da Faculdade Zumbi dos Palmares, da Zumbi dos Palmares ou simplesmente Zumbi como carinhosamente ficou conhecida a primeira Instituição de Ensino focada na inclusão do jovem negro no ensino superior e no mercado de trabalho, foi também, como não poderia deixar de ser, um momento de reflexão, de avaliação e prestação de contas para todos os que estiveram envolvidos no processo ao longo dos infindáveis quatro anos que demandaram a conclusão do Curso de Administração.

Naqueles dias que antecedia a Formatura oficial era o tempo também de fazer uma pausa conhecer qual tinha sido afinal o resultado do trabalho até aquele momento. Teria sido significativo? Teria sido consistente? Teria de fato contribuído para qualquer ocorrência mais profunda, fosse no cenário do tema negros, na cidadania, no ambiente do trabalho na Educação. Afinal, o que significaria entregar ao país os primeiros 126 jovens negros formados? Quais afinal teriam sido os resultados significativos até ali de um trabalho pioneiro e de vanguarda e de que maneira a sociedade, os formadores de opinião e a mídia estariam compreendendo esse acontecimento?

Acreditar no pioneirismo da universidade, ver-se refletido em cada irmão na sala de aula, enfrentar o medo do desconhecido e as críticas por serem os primeiros beneficiados pelo sistema de cotas para afrodescendentes disponibilizado pelas empresas, lutar para a cada dia provar o seu valor. Sentimentos como esses são vivenciados por alunos da Unipalmares e seus familiares, e confirmam o sucesso dessa verdadeira revolução deflagrada na área da Educação na data de formatura. Os depoimentos dos primeiros formandos ilustram esse momento

Elaine Duarte Damião de Moura tem 23 anos e, quando conta sua história de vida, expressa uma felicidade incontida. Parece que foi ontem, quando decidiu ouvir o conselho de sua mãe, dona Marilene, que disse à filha prostrada no quarto, resolvida a desistir da faculdade: “Elaine, a gente come sopa de pedra, mas você vai para a faculdade.” De fato, as dificuldades não foram poucas, até fome Elaine viu seu irmão menor passar, pois o dinheiro que o pai, vigia desempregado, conseguia

ganhar catando papelão nas ruas da periferia de Cotia, na grande São Paulo, mal dava para sobreviver. Mas, no segundo ano de faculdade, as coisas começaram a mudar. Em 2005, o banco Itaú abriu concurso para estagiários, Elaine se inscreveu e passou. O resultado saiu no dia 11 de janeiro de 2007, e ela gritava: “Passei, passei”!

De todos os aprendizados, um deles marcou mais: “Eu sabia que era negra, claro, mas não sabia o significado de ser negro. Na faculdade convivi com pessoas que tinham uma percepção maior da história e, ainda por cima, tive aula sobre a identidade afro. Isso muda tudo, porque se transforma em consciência e auto-estima. O orgulho de ser negra eu conquistei na faculdade”, explica. Para Elaine, a educação é o caminho mais eficaz para evitar que tantos jovens acabem aderindo às drogas e ao crime, como ainda ocorre na periferia onde mora. “Exemplos práticos como o meu são recentes, diz ela, mas aos poucos vou virar uma referência e o caminho vai ficar claro: escola, oportunidade e consciência.”

Andressa Amaral Santos, outra formanda da Unipalmarenses, teve uma infância marcada por privações. Conheceu a vida sacrificada dos moradores de favela, na qual até um par de tênis precisava ser partilhado para que duas irmãs, ela e a caçula, pudessem freqüentar a escola. Quando já estava na Unipalmarenses, muitas vezes chegou em casa à noite e não encontrou o que comer, mas todos os dias reafirmava, juntamente com seus pais, a decisão de continuar buscando um futuro digno. E Andressa venceu. Hoje, é funcionária contratada do Bradesco, e tornou-se uma mulher ativa e independente, que nunca aceitou ser chamada de moreninha nos ambientes de trabalho. “Moreninha, não”, diz ela. “Sou negra, com orgulho”, avisa aos distraídos. Foi assim que ganhou o apelido carinhoso de “pérola negra”. No Natal de 2007, Andressa resolveu dar um presente a si mesma e a toda a família: comprou um carro zero. Mas ainda quer avançar em suas conquistas: “O próximo passo é fazer pós-graduação no exterior”, confidencia. Seus pais, por sua vez, voltaram a estudar, impulsionados pelo êxito da filha e a certeza de que este é o único caminho para a salvação do Brasil.

Para Ana Paula Conceição, escolher a Unipalmarenses foi um desafio. Primeira filha a entrar numa graduação, decidiu procurar a universidade ao ver um comercial na televisão e, apesar do pioneirismo, apostou no projeto. À época, como auxiliar de

escritório, precisou de adiantamentos de salário para pagar a matrícula e as primeiras mensalidades até conseguir uma bolsa de estudos. A mudança de vida começou quando conseguiu, por intermédio de um professor, estágio numa empresa onde foi efetivada e continua até hoje. “Sinto-me vitoriosa. Eu comecei trabalhando em uma empresa familiar e hoje estou numa multinacional”, afirma.

Ver-se com o diploma na mão foi durante anos um sonho distante para Fabiana Cristina. Criada pela mãe, junto com a irmã mais nova, ela desejava cursar uma universidade, mas acreditava que a condição financeira seria um impedimento. A oportunidade chegou quando soube da criação da Unipalmes por intermédio de uma prima. Com o incentivo da família, buscou novo rumo. Trabalha atualmente numa instituição financeira – algo que sequer passava por seus sonhos - e orgulha-se ao dizer que é uma administradora.

Wagner Gil, de 31 anos, percebeu desde muito jovem que o negro pouco aparece na televisão e também não é visto em números representativos nos órgãos públicos, além de ter, na maioria dos casos, baixa escolaridade. A quantidade de alunos desta etnia que se forma na primeira turma de administradores da universidade representa para ele uma grande realização. “Dentre tantos ensinamentos, durante o curso, fomos instruídos para a aquisição de uma consciência crítica e para avaliar o que a mídia nos impõe”, conta ele, que agora cursa Direito na Unipalmes. Raquel Celestino Leite, de 35 anos, é funcionária pública da Secretaria da Educação, onde recebe menos de dois salários mínimos, e fez poupança desde o primeiro dia da faculdade para poder participar da festa de formatura. “Vou ser a heroína da família com esse diploma”, revela, numa referência ao sonho da mãe, morta há oito anos, em vê-la formada. Edson Bazílio, de 29 anos, é filho de um encanador industrial e de uma diarista. Sua origem humilde trouxe muitas dificuldades, mas não impediu que alcançasse seu sonho, tornando-se o primeiro de seis irmãos a se formar em Administração de Empresas pela Unipalmes. Atuou como estagiário de um banco durante cerca de um ano e, em seguida, montou uma loja virtual voltada para a venda de cosméticos, roupas, ingressos para shows, eventos e treinamento.

Flávio Batista não veio de uma universidade tradicional, dessas formadas por estudantes que tiveram acesso às melhores oportunidades ao longo de toda a vida.

Mas a Unipalmarens o acolheu e, aos 35 anos, depara-se com excelente oportunidade profissional. Seu mais novo posto fica no setor de auditorias de um banco de projeção internacional.

Aos 29 anos, Denise dos Santos formou-se em Administração pela Unipalmarens e atua como estagiária no setor de marketing estratégico de um dos maiores bancos privados do país. Faz questão de ressaltar a importância dos convênios firmados com empresas e instituições financeiras: “As cotas estabelecidas pela empresas para a contratação de afrodescendentes são fundamentais para resolver a situação emergencial de exclusão.” Atualmente, dedica-se ao curso de pós-graduação para a formação de jovens executivos oferecido pela Unicamp. Maira Barbosa tem 27 anos e foi uma universitária com uma preocupação a mais: fazer que a conclusão dos estudos garantisse o sustento de seus dois filhos. E assim foi. Kursou Administração e, ainda na faculdade, garantiu uma vaga como estagiária em uma instituição financeira de renome. O investimento valeu a pena!

Estagiária do maior banco privado do país, Kátia Botelho, de 22 anos, formou-se pela Unipalmarens e demonstra ter consciência da amplitude do desafio enfrentado pela população afrodescendente no Brasil: “Somos parte de um problema social que engloba a cor da pele, mas não se restringe a ela”.

Luiz Henrique Ferreira mora em Franco da Rocha, periferia da zona oeste de São Paulo, onde é líder de um grupo de *rap* que resgata jovens do envolvimento com o tráfico local. Tem três filhos e, incentivado pela mãe, decidiu retomar os estudos, parados desde que se tornou pai pela primeira vez. Está com 31 anos e, recentemente, foi efetivado como funcionário do maior banco privado do país, após ter atuado na instituição financeira como estagiário pela Unipalmarens.

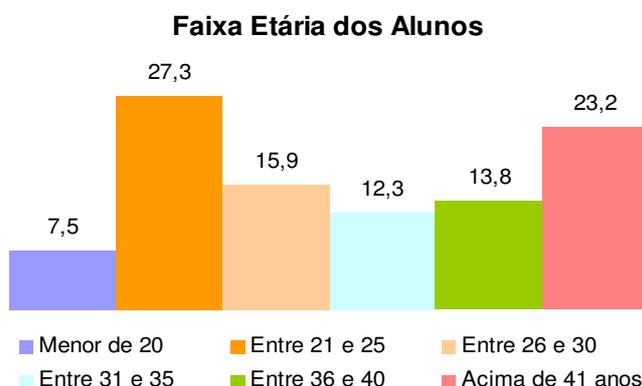
Edinilson Nascimento nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, e chegou a São Paulo com 22 anos. Na bagagem, um sonho: ingressar numa faculdade e concluir o Ensino Superior. Dito e feito. Leitor aficionado por Machado de Assis, não esconde o orgulho de sua cor: “É muito bom ser estagiário de um grande banco e pertencer à raça negra, porque isso é a prova viva de que as coisas podem mudar”. Roberto Cláudio atua como estagiário em uma instituição financeira tem 29 anos e também faz parte da turma de formandos de 2007 da Unipalmarens. Para ele, uma etapa

importante de seu sonho foi realizada, mas ainda há muito pela frente: pretende fazer pós-graduação, continuar no mercado financeiro e dar aulas na Unipalmars. “Quero ser o melhor no que eu faço”, confidencia.

8.11 A consolidação da proposta

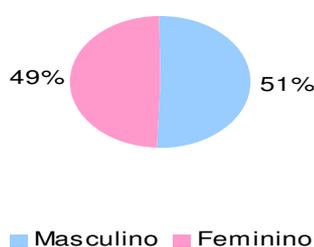
Acrescenta-se à força simbólica dos depoimentos, os resultados de outra pesquisa, realizada em 2010, que permite conhecer os números dessa etapa mais adiantada do projeto e compará-los com os da primeira turma de 2004.

A pesquisa avalia inicialmente que o percentual de alunos acima dos 25 anos aumentou de 52% para 65,2%, com 23,2% com destaque para o fato de que 23,2% desse grupo estão situados na faixa acima dos 41 anos, mantendo a tendência de ingresso tardio do negro no ensino superior.



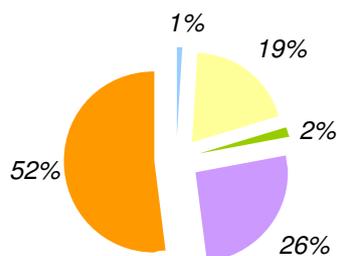
Em relação ao gênero, o perfil se mostra agora mais equilibrado, com ligeira predominância masculina, com variação de 38% para 51% de homens e de 62% para 49% de mulheres.

Composição do Corpo Discente por Gênero



Não houve variação significativa na auto-classificação e a proporção de negros e brancos manteve-se bastante próxima a da primeira turma, com redução de 79% para 78% do total de alunos negros, sendo 52% auto-declarados negros e 26% pardos.

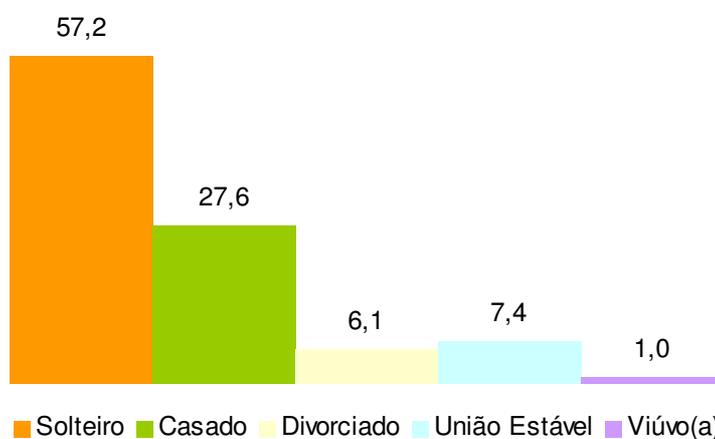
Auto-classificação



■ Amarelo ■ Branco ■ Indígena ■ Pardo ■ Negro

Quanto ao estado civil, diminuiu o número de alunos que se declaram solteiros, de 73% para 57,2 %, e aumentou o número de casados, de 21% para 27,6%, assim como o de divorciados, de 1% para 6%.

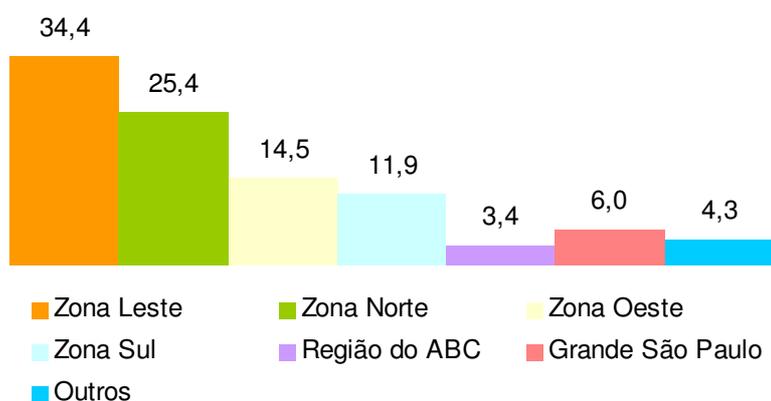
Estado Civil



■ Solteiro ■ Casado ■ Divorciado ■ União Estável ■ Viúvo(a)

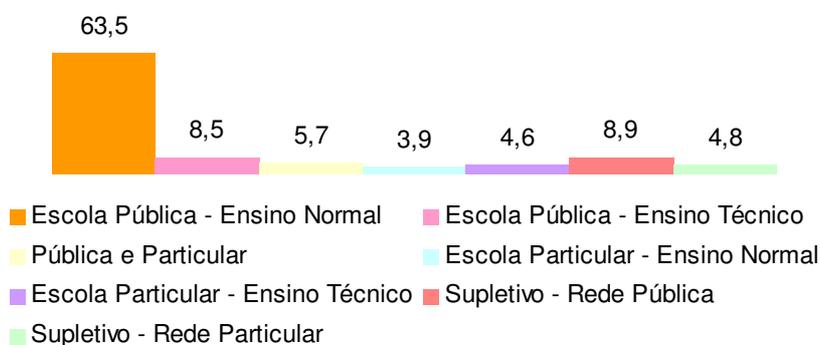
A maioria dos alunos continua a residir na zona leste, 34,4%, índice maior que o da primeira turma, que era de 26%. O número de residentes na zona norte ocupa agora o segundo lugar e aumentou significativamente, de 12% para 25,4%, certamente devido à mudança de localização do campus para a Armênia. Houve, também, queda expressiva do número de alunos residentes na zona sul, de 24% para 11,9%.

Região que mora

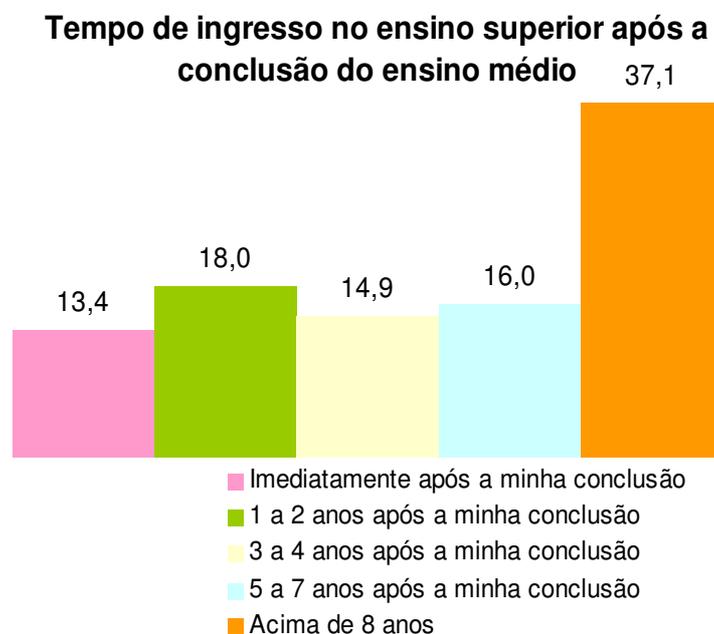


O percentual de alunos que estudaram até a conclusão do ensino médio em escola pública ainda prevalece, embora tenha diminuído de 81% para 72%, somadas as escolas de ensino normal e técnico, ao mesmo tempo em que houve aumento de 7% para 8,5% daqueles oriundos de escolas particulares.

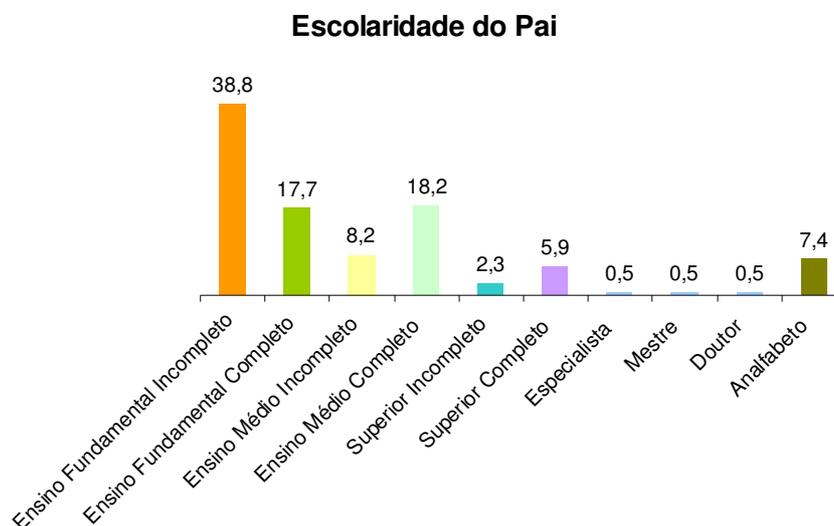
Onde cursou o Ensino Médio



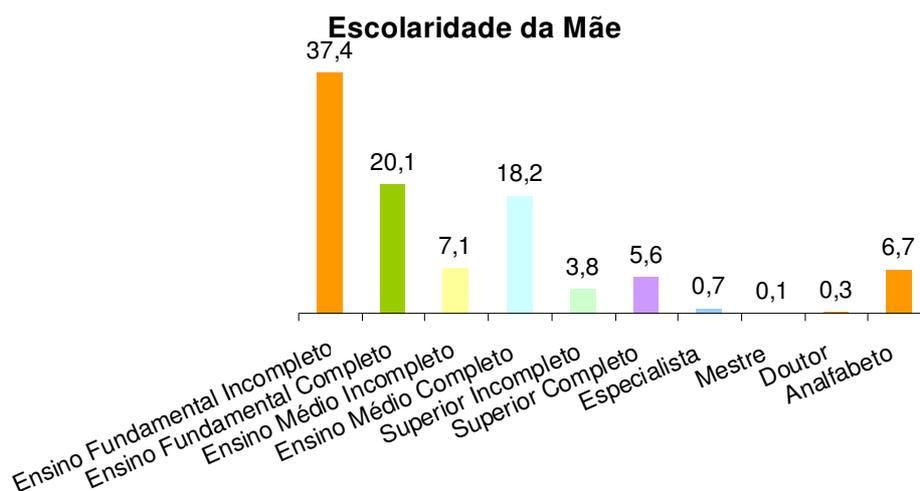
Um dado novo trazido por essa pesquisa é o tempo de ingresso após a conclusão do ensino médio, com absoluta prevalência de um tempo superior a 8 anos, 37,1%, aspecto que confirma a entrada tardia do negro no ensino superior.



O grau de escolaridade paterna se manteve próximo ao apurado na primeira turma: de 39% para 38,8% com ensino fundamental incompleto, 19% para 17,7% com ensino fundamental completo e 19% para 18,2% com ensino médio completo. Embora ainda reduzido, houve também aumento no percentual de pais que tiveram acesso ao ensino superior, de 7% para 8,2%, e que concluíram a formação, de 4% para 5,9%.

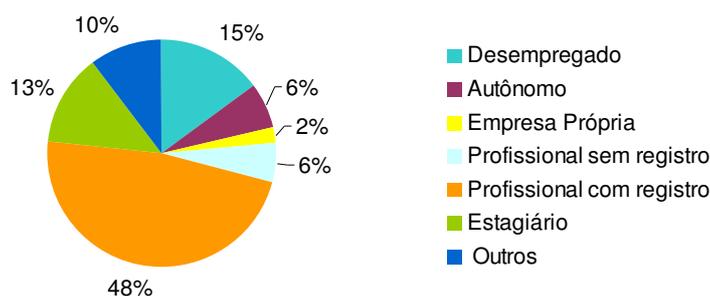


Igualmente ocorreu com o grau de escolaridade das mães, que variou de 39% para 37,4% com ensino fundamental incompleto, 20% para 20,1% com ensino fundamental completo e de 19% para 18,2% com ensino médio completo. Quanto às mães que tiveram acesso ao ensino superior, a variação foi de 8% para 9,4%, e o percentual das que concluíram a formação aumentou de 4% para 5,6.



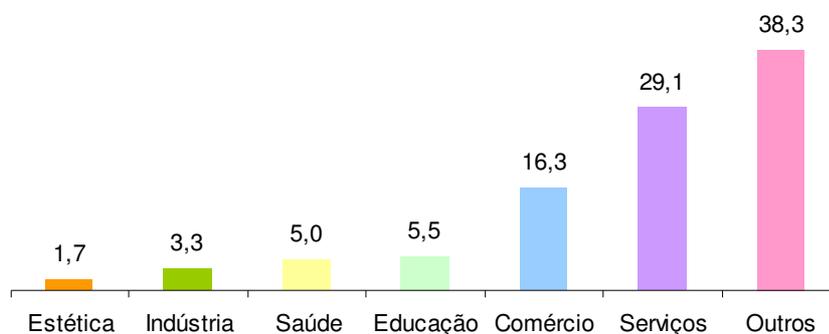
O percentual de alunos empregados diminuiu de 80% para 75% dos alunos informaram estar empregados em relação à primeira turma.

Situação no mercado de trabalho



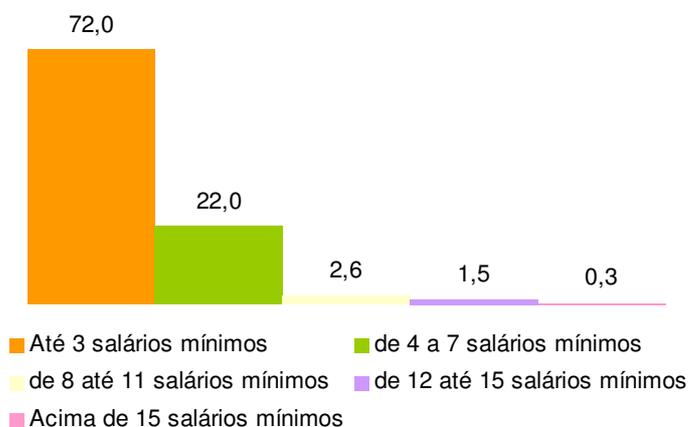
Em relação ao ramo de atuação, o percentual de alunos que atuam em áreas não definidas reduziu-se de 49% para 38,3% e aumentou o número de alunos atuantes na área comercial se manteve estável, com pequena variação de 16% para 16,3%.

Ramo de atuação dos alunos

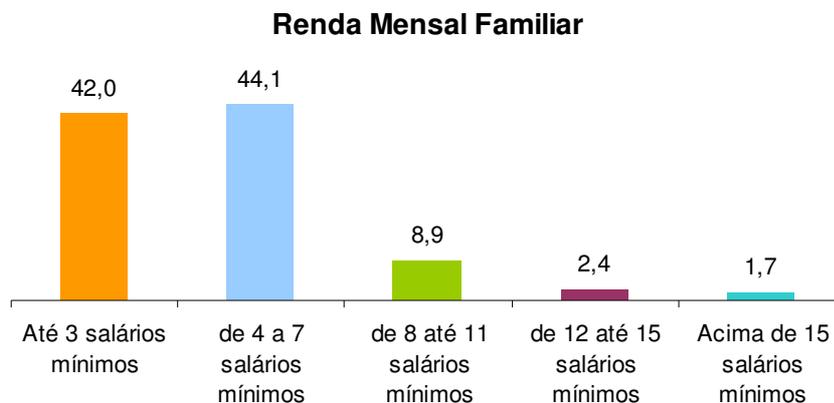


Um percentual significativo de alunos informou receber até 3 salários mínimos, 72%, enquanto 66% recebiam até 4 salários na primeira turma.

Renda do Aluno

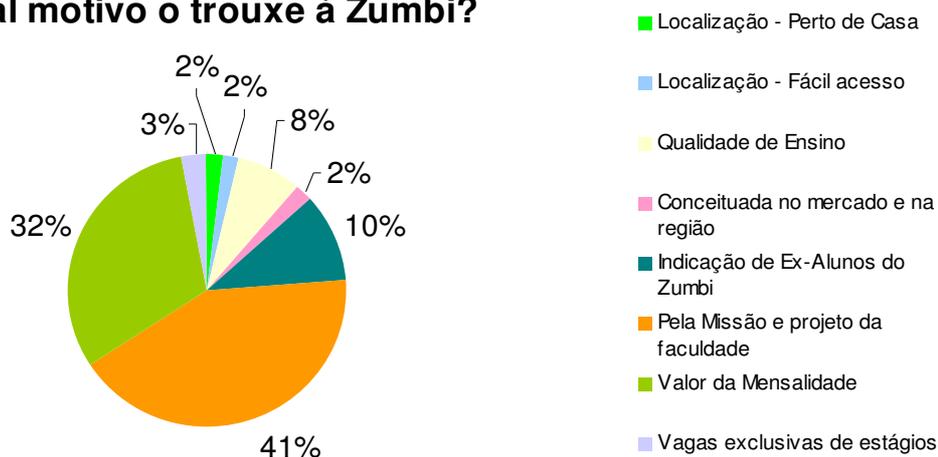


Quanto à renda familiar, 42% recebem até 3 salários mínimos e 44,1% recebem até 7 salários mínimos, enquanto 58% recebiam entre 2 e 5 salários mínimos na primeira turma.



Em relação aos motivos apresentados para justificar a opção pela Unipalmarens, prevaleceu a escolha motivada pelos objetivos institucionais, que variou de 45% para 41%, tendo-se reduzido o percentual de escolha atribuída ao valor da mensalidade de 45% para 32%. Acrescentaram-se percentuais de 10% e 2% referentes à indicação de ex-alunos e ao fato de a faculdade ser conceituada no mercado e na região, não presentes na primeira pesquisa.

Qual motivo o trouxe à Zumbi?



Os resultados apresentados ilustram um cenário de plena execução e expansão do projeto, com um crescimento de 300% no número de alunos e aumento de um para cinco cursos, no qual, entretanto, manteve-se a perspectiva inicial estabelecida para a ação afirmativa.

Nesse sentido, é possível afirmar que os objetivos propostos foram em grande medida alcançados, particularmente no que concerne à valorização e inclusão do negro, com uma ocupação efetiva das vagas por negros e afrodescendentes próxima de 80% observada desde a primeira turma, muito além da meta estabelecida e da representação nacional de 50%, numa clara demonstração de efetividade dessa ação afirmativa singular.

Tal aspecto fica também ressaltado na avaliação dos motivos que levaram os alunos à escolha da Unipalmarens, entre os quais o conhecimento acerca da proposta figura como razão principal.

A proposta se revela acertada também em relação ao fator econômico, que privilegia o segmento desejado ao manter o valor da mensalidade compatível com o padrão de renda e abaixo da média das instituições do mercado, em total convergência com a perspectiva inclusiva.

Por fim, ao abrigar alunos oriundos em sua maioria da escola pública, com formação precária e baixa escolarização dos pais, e fortalecê-los por meio de um projeto pedagógico diferenciado aliado a mecanismos de equiparação de desempenho, a Unipalmarens se mantém fiel ao propósito de estimular o protagonismo negro mediante a aquisição de conhecimento, bem como cria as condições necessárias para a inserção qualificada desse segmento no mercado de trabalho.

Nesta etapa, cumpre reconhecer que a proposta inicial se ampliou e consolidou, mas, sobretudo, manteve a métrica pensada para viabilizar essa ação afirmativa tão diferenciada e que se revelou pertinente.

8.12 Repercussão na mídia e na imprensa

O trabalho de instalação e desenvolvimento da Zumbi dos Palmares teve uma relação estreita com os formadores de opinião e com a mídia. Sabedores do potencial de confusão que poderia significar a não compreensão dos pressupostos da Zumbi, a primeira das grandes batalhas a ser evitada, foi justamente produzir um ruído de comunicação com a mídia. Isto porque, no cenário internacional e no ambiente interno, o tema negros ganhava cada vez mais octanagem das forças pró e contra as ações afirmativas, principalmente, em decorrência dos resultados da Conferência Contra o Racismo e Discriminação Racial, realizada de 31 de agosto a 03 de setembro, de 2001, em Durban, na África do Sul, onde, além de reconhecer a existência do racismo no país, a Comissão brasileira havia apresentado um conjunto de ações ousadas e robustas para atacar a discriminação racial e o racismo, bem como, se comprometera a implementar ações afirmativas para inclusão e valorização dos negros na universidade e no mercado de trabalho. Aliás, medidas essas que não haviam provocado nenhum alarido extraordinário quando haviam da mesma maneira sido referendadas na Conferência Mundial de Direitos Humanos, de Viena, em 1993, cuja Relatoria assim como, a da Conferência de Durban, havia sido ocupada pelo Brasil, e que, *a posteriori*, foram integradas no plano de metas denominado Plano Nacional de Direitos Humanos - I, de 1996, do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Mas, ao comprometimento do Governo com os resultados da Conferência de Durban, somavam-se agora as primeiras medidas ainda limitadas para execução daqueles compromissos, principalmente, o debate e a proposição de aprovação de cotas para negros viram medida legal, como no caso, da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2002, ou decisões administrativas internas das Universidades como foram na UNEB – Universidade do Estado da Bahia em 2003, e na Universidade de Brasília em 2004.

Mas até aí as discussões estavam cingidas a cotas de 20% para negros nas vagas do vestibular daquelas universidades públicas. Todavia, estava em gestação uma “Universidade” criada por negros para atender os negros, que levava o nome de Zumbi dos Palmares, um líder negro da resistência que até há pouco tempo era tido como renegado e, que, reservava 50% das vagas para esse público de jovens

negros. De fato, se tratava de um assunto estrepitoso e de uma realização de muito vanguardismo para um tema que até então tinha se mantido em dormência por mais de um século.

Por esses motivos, a primeira das estratégias de comunicação da Zumbi foi justamente se comunicar com os comunicadores, isto é, com veículos de comunicação. A Zumbi conversou com as emissoras Rede Globo, Bandeirantes, SBT, REDE VIDA com os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, Diário Popular, Jornal da Tarde, com as revistas Veja, Carta Capital, Istoé, através de seu então superintendente. Para todas elas, além de explicar o móvel da nossa ação, um ambiente de ensino superior que viabilizasse o diálogo inter-racial e a valorização do negro, também, destacava-se para esses interlocutores a importância de um protagonismo do negro numa área tão sensível como era a do Ensino Superior, onde, naquela oportunidade, além da defasagem de alunos e professores, da mesma forma não apresentava um mantenedor negro nas mais de 2000 mil instituições de ensino superior cadastradas.

O acompanhamento dos preparativos que antecederam a inauguração da Zumbi dos Palmares, a inauguração em si, curiosamente, foi recebido de maneira simpática por parte da mídia, não havendo algum questionamento mais incisivo e qualquer postura de afronta de nenhum veículo, além da persistente pergunta se a Zumbi não praticava um racismo às avessas e se não iria se transformar num gueto.

Da mesma forma, ao longo dos quatro que passaram, não houve qualquer ocorrência mais séria e nenhum tratamento desrespeitoso por parte da mídia em geral. Mas, afinal, havíamos chegado a formatura da primeira turma e, como a Zumbi sempre foi acompanhada muito de perto por esses veículos, aquilo que deveria ser apenas a formatura de 126 jovens de um curso superior de Administração, ganhou ares e estatura de um acontecimento extraordinário e de caráter nacional, principalmente, pelo fato de que o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva seria o patrono, e pelo motivo de que a formatura seria realizada no Ginásio do Ibirapuera e havia a previsão de participação de 5000 mil pessoas, entre familiares de alunos, alunos e representantes de instituições de várias regiões do estado e mesmo do país, e, também em decorrência da participação de muitos artistas e personalidades da sociedade civil.

Se, nos meses e dias que antecederam a inauguração da Zumbi dos Palmares havíamos tido um tratamento respeitoso e uma recepção e divulgação positiva por parte dos canais de mídia do país, no dia da inauguração não foi diferente, o misto de expectativa e mesmo de apoio com que os veículos trataram nosso trabalho, reverberaram as contradições do tema e exaltaram o feito que representava a criação da Zumbi dos Palmares. Esse mesmo espírito acompanhou nosso trabalho ao longo dos quatro anos seguintes.

Assim, no dia 14 de março recolhíamos o conjunto de reportagens daqueles veículos que haviam efetuado a cobertura do evento e ficamos surpresos e alegres. Todos eles fizeram um registro e uma cobertura isenta e todos eles reconheceram como realização de grande importância o acontecimento daquela noite, que havia começado a quatro anos atrás e que se seguiria nos anos pela frente. Naquela noite veículos de mídia e grandes formadores de opinião além de realizarem um registro importante de uma etapa do trabalho da Zumbi, também com suas análises e testemunhos nos trouxeram conforto e nos inspiraram a seguir em frente.

Registro alguns trechos das matérias de importantes veículos escritos do País, por ocasião da criação e inauguração da Zumbi dos Palmares e da Cerimônia de Formatura da 1ª Turma de Administração:

JORNAL METRO NEWS

“Faculdade para negros será inaugurada hoje. A partir de hoje São Paulo passa a ter uma faculdade só para negros. A inauguração da Faculdade de Administração Zumbi dos Palmares acontece hoje, na Rua Dr. Pedro Vicente, 232, Ponte Pequena, Zona Norte. O vestibular está marcado para 14 de dezembro e as inscrições já estão abertas. A iniciativa é da Organização não-governamental (ONG) Afrobras – Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, por meio do Instituto Afrobrasileiro de Ensino Superior” (Publicado em 21/03/2003)

O ESTADO DE SÃO PAULO

“Faculdade para negros terá investimento da Coca-cola. A fundação Coca-cola, com sede em Atlanta, nos Estados Unidos, vai investir entre US\$ 30 mil e US\$ 50 mil por ano na primeira faculdade brasileira voltada para estudantes negros.... Professores – O projeto da faculdade já conta com mais de uma dezena de parceiros. Entre eles, a Universidade Paulista (Unip) e as Universidades Metodistas de Piracicaba e de São Bernardo, que, segundo Vicente, contribuirão com a contratação de professores. O Centro Paula Souza ajudará a estruturar a Faculdade. Com as parcerias, a Afrobras quer que as mensalidades sejam “ínfimas”, para permitir a inserção de uma camada de estudantes que está fora do ensino superior. Dos cerca de 10 milhões de universitários brasileiros, apenas cerca de 2% são negros” (Publicado 13/05/2003)

REVISTA ISTO É

“Para fazer jus ao propósito de formar empreendedores negros, o primeiro curso disponível será administração de empresas. ` Não nos ensinaram a contar dinheiro senão seríamos tão bons nisso quanto os americanos, diz Jose Vicente. Na mesma semana, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um relatório que envergonha o País: aqui, os negros ganham em média, 50% menos que os brancos. Joseph Beasley, representante de Jesse Jackson que em São Paulo para participar do lançamento, resume: `Estamos no fundo do poço social por causa do racismo. Mas a grade curricular da Zumbi dos Palmares abordará questões como tolerância, racismo e cidadania” (Publicado em 21/05/2003)

REVISTA ISTO É

“Não se trata de estimular as empresas a contratar negros. É preciso que os negros sejam donos e administradores de empresas. Esta é a inclusão social que José Vicente, presidente da ONG Afrobras, quer. Para tornar seu sonho possível, ele e outros 27 Professores universitários anunciaram, na terça-feira 13 – dia da comemoração dos 115 anos da abolição -, a Faculdade Zumbi dos Palmares,

dedicada ao ensino de jovens negros em São Bernardo do Campo” (Revista Isto É – Publicado em 21/05/2003)

FOLHA DE SÃO PAULO

“Numa cerimônia que lembrou os 120 da abolição da escravidão no Brasil e teve a presença do presidente da República, os primeiros alunos da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, de São Paulo, receberam ontem seus diplomas, num palco dentro do ginásio do Ibirapuera. Dos 126 formandos, 110 eram negros. O presidente Luis Inácio Lula da Silva foi o patrono da primeira turma de formandos da Unipalmares, como a universidade é conhecida. Eles se graduaram em administração de empresas. A cerimônia teve ares de festival. Artistas negros subiram ao palco, como os cantores Martinho da Vila e Sandra de Sá e grupos de capoeira. Os apresentadores foram a atriz Isabel Fillardis e o cantor Simoninha”.
(Publicado em 14/03/2008)

TERRA ONLINE

“No final da cerimônia, o reitor comemorou a conclusão do curso da primeira turma de administradores. `Agora, o negro tem voz´. Ao encerrar o discurso, o reitor convidou os alunos a fazer uma saudação. Juntos, eles gritaram `Viva Zumbi´” .
(Publicado em 14/03/2008)

AGÊNCIA REUTERS

“Ao discursar para formandos da Unipalmares, que tem 87 por cento de alunos negros, o presidente Luis Inácio Lula da Silva disse que é preciso persistir para evitar o preconceito. `Se eu tivesse desistido, não seria presidente, afirmou na madrugada desta sexta-feira. Escolhido patrono da turma de formandos em administração de empresas, Lula contou que o país deveria ser mais igualitário e

prescindir do sistema de cota para negros nas universidades, criado em seu governo”. (REUTERS – Publicado em 14 mar 2008)

PORTAL MEC

“Precisamos criar um país em que todos possam sentar nos bancos das universidades”, disse o presidente da República Luis Inácio Lula da Silva na madrugada desta sexta-feira, 14, para 126 formandos – 87% negros – e suas famílias. O presidente e o ministro da Educação, Fernando Haddad, participaram, em São Paulo, da colação de grau da primeira turma de administração da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares) – que busca ampliar o acesso do negro no ensino superior..... Se continuarmos com essas políticas públicas, de financiamento estudantil, concessão de bolsas, ampliação de vagas e apoio a iniciativas privadas como a da Unipalmares, o Brasil será mais igual na sua diversidade, ressaltou o ministro” (Publicado em 14/03/2008)

O ESTADO DE SÃO PAULO

“O presidente Luis Inácio Lula da Silva participou ontem da formatura da primeira turma de alunos de Administração da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, em São Paulo. A Unipalmares é a única instituição de ensino superior da América Latina que tem 87% de alunos negros. Pelos estatutos da escola, 50% das vagas devem ser obrigatoriamente ocupadas por afrodescendentes. Na prática, o número é bem maior. A cerimônia começou às 21h, no Ginásio do Ibirapuera. Sete Ministros estiveram presentes: Fernando Haddad (Educação), Alfredo Nascimento (Transportes), Márcio Fortes (Cidades), Edson Santos (Igualdade Racial), Miguel Jorge (Desenvolvimento), Luiz Marinho (Previdência) e Orlando Silva (Esporte). O Governador de São Paulo, José Serra (PSDB), o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), e o ex governador Geraldo Alckmin também participaram. Alckmin e Benedita da Silva, secretária de Ação Social do Rio, foram os paraninfos dos 126 alunos”. (Publicado em 14/03/2008)

AGÊNCIA BRASIL

“Sonia Maria da Silva, 47 anos, é analista financeira da Caixa Econômica Federal, Benvinda Medalha Pereira, 60, é servidora do Estado de São Paulo. Negras ambas fazem parte da primeira turma de 126 administradores formada na última quinta-feira (13) pela Universidade da Cidade Zumbi dos Palmares (Unipalmares), de São Paulo – todos eles afrodescendentes declarados. Com o diploma na mão, elas prometem ajudar para que outros afrodescendentes alcancem posição menos desprivilegiada na sociedade brasileira. ‘Podemos ajudar a combater a discriminação no nosso trabalho’, afirma Sônia...’Depois de passar pela Unipalmares, o negro que não ajudar o outro saberá que esta cometendo um pecado’, diz Benvinda. A servidora é a mais velha recém-formada da universidade, que tem 87% dos seus alunos negros.(Publicado em 16/03/2008)

VALOR ECONÔMICO

“Eles usam Black-tie. Primeira turma de formandos da Zumbi dos palmares, universidade que tem 87% de alunos negros, estréia no mercado financeiro por meio de estágios, obtém certificado da Andib e começa a ser contratada pelos bancos.A maioria dos alunos levara para casa o primeiro universitário de suas famílias, que já disputam os convites para que será a maior festa de formatura do país”. (Publicado em 9,10 e 11/11/2007)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do tema negros a partir da redemocratização aponta a existência de um intenso diálogo com o passado onde em importantes aspectos fundantes são revisitados, recuperados e mesmo se apresentam como se fruto e realidade do presente. Os motivos que exigiram a organização e a reunião de forças no passado, conforme se inscreve ao longo de todo o trabalho, continuam atuais e permanentes. A luta pela liberdade física de ontem continua sendo a luta pela liberdade de ir e vir livremente pelos diferentes e diversos espaços sociais de hoje.

A ambigüidade de uma realidade que 63 anos depois da abolição indicava uma sociedade vazada nos valores democráticos de justiça e igualdade política e social naturalizados pela ideologia Freyriana foi escancarada e institucionalizada nos argumentos de Afonso Arinos que, em 1951, na Lei das Contravenções Penais, transformou em conduta criminosa uma conduta social real, conhecida e vivenciada por todos os brasileiros. Não eram as especificidades de classe como, sempre propugnaram as correntes majoritárias, e nem patrimonialismo ou clientelismo, como poderia se imaginar na atualidade, tratava-se, em verdade, de cerceamento à vida social produzido por atitude discriminatória decorrente da raça.

Ainda assim, fosse a constatação terrífica, fosse a indignação compactuada pelos pares do parlamento, as travas da repulsa ou a indiferença com o significado daquela atitude não permitiram mais do que uma legislação extremamente débil, cuja punibilidade de multa na maioria das vezes jamais se colocaria como um fundamento inibidor para o prosseguimento daquelas condutas.

De toda maneira, esse primeiro marco legal foi uma vitória da sociedade, mas também das organizações negras de antes e depois da abolição que sempre se organizaram para combater e se defender o racismo, que sempre o denunciaram como integrante e latente na sociedade da época, que se manifestava de forma desabrida inclusive nos grandes veículos da mídia comunicando que para as vagas no mercado de trabalho não se aceitavam “pessoas de cor”, eufemismo para a raça, logo, com endereço certo: o brasileiro negro.

Mas, 39 anos depois, quando nos juntávamos para comemorar a vitória coletiva da redemocratização e a construção de uma Constituição cidadã, novamente nos deparávamos com a contradição de uma realidade cruel que, primeiramente foi alçada em sede constitucional como preocupação e prioridade da nação ao definir o racismo como crime inafiançável e imprescritível e, segundo como ação direta e objetiva de coibir e combater de forma dura e determinada, a partir da Lei criminal aquilo que os freios e mecanismos sociais não estavam conseguindo, desde quando Afonso Arinos, mais do que Gilberto Freyre, havia compreendido com mais sensibilidade a realidade da cena brasileira.

A Lei de autoria de um importante intelectual e militante negro, Carlos Alberto Oliveira dos Santos - Caó, que transformou em imprescritível e inafiançável o crime de racismo e determinava sua punição com pena de reclusão de 02 a 05 anos, foi um alento porque demonstrou que a sociedade estava interessada em ir às últimas conseqüências para combater essa verdadeira chaga nacional, mas se transformou, juntamente com a aflição de Afonso Arinos, em decepção e na explicitação de quanto o negro terá ainda que lutar para receber tratamento igualitário, tendo em conta as mínimas condenações e a inexistência de uma pessoa sequer cumprindo pena em decorrência de sua infração.

A despeito da aderência do Brasil a todos os acordos e compromissos internacionais que determinam e obrigam a produção de mecanismos de promoção da igualização, e da produção dos mais variados marcos legais e medidas administrativas criando e instituindo programas e ações de correção, todos os indicadores nacionais continuam a apontar as mesmas distorções do passado com o agravante de que, no passado, éramos um país limitado em meios e recursos. Hoje, apontamos como a sexta economia do planeta. Ainda assim, o negro continua onde estava no passado: separado e desigual.

E, agora, quando a sociedade mais uma vez procura esforços para seguir um passo adiante, colocam-se, diante desse esforço, discussões do passado e que no passado serviram tão somente para construir o fosso do presente. A raça não existe. Logo não somos racistas. Não há, portanto, quaisquer motivos para construir políticas públicas focais e afirmativas para grupos em desvantagem social como são os negros brasileiros.

Na lenta construção de consensos e caminhos para seguir adiante e nas várias armadilhas que a cada avanço tentam desqualificar, desfigurar e mesmo desconectar as pessoas e o país da realidade, o Brasil realiza alguns progressos pontuais, cujos resultados são estimuladores e servem como um facho de luz na busca desse rumo perdido. Experiências governamentais e da sociedade civil tem auxiliado no aprimoramento do debate, na consolidação de conceitos e mesmo na conquista de realizações inovadoras e diferenciadas que, além de qualificar discursos e ação, contribuem para definir modelos e construir um manual mais analítico, seguro e previsível para se conduzir as formulações dessa questão.

No passado, em situação de extrema adversidade, os negros nunca deixaram de se organizar construir e procurar saídas e motivação para resistir e superar. Fizeram isso juntos, e nas mais precárias situações, mas nunca contra ninguém, pelo contrário, a favor de todos. Foi assim, nos quilombos, onde negros, brancos e indígenas defendiam e construíaam juntos a liberdade. Foi assim na religiosidade, onde o sincrismo resguardou e manteve o vínculo com os deuses e, onde além de recepcionar o deus estranho, o negro compartilhou os seus com aqueles que se relacionou.

O conhecimento foi a chama que manteve acesa a luz da resistência e mesmo da sobrevivência, guardada na sacralidade de sua religião e nos detalhes da sua cultura, transferida oralmente e de tantas outras formas para sua gente. Por mais de quinhentos anos, do seu jeito fluido, mas resiliente, os negros têm modificado a realidade à sua volta por meio da solidariedade, da cooperação e da fraternidade.

A trajetória da Afrobras, e da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, Unipalmares, Faculdade Zumbi dos Palmares ou, simplesmente, Zumbi é, em grande medida, a tradução dos limites dos quais esse tema ainda se encontra revestido no Brasil. É, também, a síntese de suas contradições e das possibilidades além dessas contradições.

Como reprodução do passado no presente, a Zumbi é também fruto e resultado da organização, da crença e da capacidade de superação do negro brasileiro. Contra todos que pregaram os limites de classe, o negro reagiu, mostrou,

comprovou que se tratava de um limite baseado na raça, como depois reconheceu a sociedade brasileira nas legislações de combate à discriminação racial. Para todos que questionaram a solidariedade, restou a história mesma das milhares de instituições de ontem e de hoje, que, no mais das vezes, sozinhas, fizeram a verdadeira revolução, denunciando, construído e produzindo mudanças como são as mais variadas legislações e programas desenhados no país. E, para a nova ideologia de que raça não existe e não produz distorção, a mensagem do Supremo Tribunal Federal, talvez traga algum alívio.

Porém, mais que uma realização de negros, a Zumbi reúne todos os elementos de uma importante ação de intervenção de mudança em determinada realidade social. Nela, os negros se organizaram para conhecer um dado da realidade. Nela, os negros reuniram forças e conhecimento e voluntariamente juntaram esforços, inclusive esforços financeiros e econômicos, para construir uma solução a princípio comunitária. Aos seus esforços e dificuldades, reuniram sinergias, construíram comunicações e colocaram de pé uma realização que contribuiu para melhorar a vida das pessoas, restaurar sua auto-estima e construir um modelo diferente, criativo e inovador de inclusão, valorização e efetivação dos valores e fundamentos da cidadania e dos direitos humanos. A educação foi importante no passado, foi importante no presente e ajudou a construir esse início de futuro.

A implementação de políticas públicas para a inclusão de negros no ensino superior é uma demanda social e uma reivindicação de várias gerações do Movimento Negro. Todas, desde a Frente Negra Brasileira, escolheram a educação como campo de luta por excelência para a transformação radical de sua situação de subalternidade. Mas, ao retomar esta pauta de reivindicações, a partir dos compromissos assumidos pelo Brasil oficial na conferência de Durban, o debate em torno da questão iniciou-se num clima acalorado e apaixonado, com um discurso maniqueísta entre dois blocos opostos.

Um, integrado por um grupo de intelectuais, pesquisadores, setores da mídia, políticos e membros da sociedade civil, se posiciona contra as políticas de inclusão de negros no ensino superior mediante as cotas por vê-las como uma proposta de racialização do país capaz de atizar conflitos e ódio raciais que o Brasil nunca

conheceu, além de violar o princípio da meritocracia, entendido como garantia da justiça e da igualdade entre os concorrentes. Para estes, a saída está nas políticas universalistas ilustradas pela melhoria da escola pública gratuita.

O segundo bloco, integrado pelos ativistas do Movimento Negro e também por intelectuais e pesquisadores, defende as ações afirmativas, inclusive as cotas, enquanto políticas específicas, focadas, capazes de incluir os negros e índios no ensino superior, duvidando da capacidade das políticas universalistas, que sempre existiram nas sociedades racistas, de diminuir o abismo existente em matéria de educação superior entre brancos e não brancos. Embora não rejeitem a melhoria da escola pública, têm certeza de que não preencheria automaticamente o fosso cavado durante 124 anos após a abolição entre negros e brancos, como comprovado pelas estatísticas produzidas pelo IPEA e IBGE com base em pesquisas quantitativas realizadas nos últimos dez anos por estes órgãos do Estado.

Os quatro protagonistas da Afrobras e da Unipalmares são oriundos do ensino superior privado, como a grande maioria de negros que têm um diploma universitário no país, sendo as universidades públicas, no exemplo da USP, espaço privilegiado reservado aos alunos de classes média e alta e onde os raros estudantes negros são provenientes dos países africanos, cujo acesso se fez por meio dos convênios internacionais entre o Brasil e esses países e não através do vestibular.

As experiências de cotas nas universidades públicas estaduais e federais que as adotaram e que, segundo levantamentos recentes, já estão em cerca de 100 instituições, é uma prova incontestável do potencial inclusivo da medida, inclusive pelo significativo aumento da participação dos alunos afrodescendentes e indígenas no ensino superior. Nos últimos dez anos, essas universidades receberam proporcionalmente mais alunos afrodescendentes e indígenas do que nos últimos cem anos. No mesmo período, as universidades e instituições privadas de ensino superior receberam, através do PROUNI, centenas de milhares de alunos brancos e negros oriundos da escola pública. No entanto, essa mobilidade inegável ainda não é suficiente para dispensar outras iniciativas de inclusão no ensino superior empreendidas pelas ONGs e instituições privadas negras como a Unipalmares. O abismo acumulado nos últimos 124 anos após a abolição entre brancos e negros em

matéria de educação é tão profundo que serão ainda precisos anos de esforço para reduzir esse absurdo diferencial de 97% de brancos com diploma universitário contra apenas 2% de afrodescendentes e 1% de orientais, segundo dados do IPEA.

Em sua experiência de apenas dez anos, a Unipalmarens já está indo para a formatura de cinco turmas ou promoções de jovens brancos e negros, entre eles pessoas cuja história familiar conta pela primeira vez com um membro com diploma universitário, o que é uma prova incontestável de inclusão numa universidade privada com esse perfil. Isto não quer dizer que o caminho foi manso para chegar até aqui. Isto não quer dizer que deixamos de sonhar, pois o resultado obtido é apenas a prova de que devemos continuar a sonhar e acreditar nas possibilidades de transformação das condições de vida dos negros no Brasil.

O caminho a percorrer é ainda longo, pois o projeto não se finaliza em 8 anos de experiência quando se sabe que as universidades mais antigas do mundo continuam a se refazer e a se aperfeiçoar. Jamais uma universidade privada no Brasil recebeu tantas visitas de personalidades políticas do país e até estrangeiras como a Unipalmarens, inclusive os dois últimos presidentes do Brasil, o ex-presidente Lula, Patrono da primeira turma formada, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Patrono da segunda. A visita relâmpago da Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hilary Clinton, que só parou em São Paulo para ver a Unipalmarens, entre outras personalidades, é prova de êxito de uma instituição que partiu do nada, mas cuja vontade de mudar produziu efeitos que servem de exemplo para aqueles que pensam que o Estado sozinho é quem tem a responsabilidade de implementar políticas públicas de mudança. Em outros termos, é a responsabilidade social da Unipalmarens em ajudar o governo naquilo que não consegue fazer sozinho que está sendo colocada em destaque.

As reações da grande imprensa brasileira que não jogou pedras à Unipalmarens como o fez com as universidades públicas que adotaram o sistema de cotas é também surpreendente, mas compreensível. A gente se perguntaria por que a imprensa joga flores à Unipalmarens e pedras às universidades públicas que ousaram experimentar uma política também de inclusão que eles consideram como uma divisão e uma racialização do Brasil. A atitude da imprensa neste caso é dúbia. Em princípio, a aceitação teria a ver com o fato de a Unipalmarens ter utilizado um

critério de seleção que cruza a “raça” e a “classe” sem submeter um a outro, mas que até certo ponto incomoda, porque o bloco anticotas não aceita a “raça” enquanto construção política e social.

Neste sentido, até algumas universidades que adotaram o sistema de cotas cruzando “raça” e “classe” a partir das escolas públicas não foram poupadas pela crítica anticotas tanto intelectual quanto midiática. Por outro lado, o exemplo da Unipalmares é único no universo das instituições privadas do ensino superior. É como se fosse uma única gota d’água no oceano! Se tivéssemos no país dezenas de universidades e faculdades privadas com o perfil da Unipalmares, talvez a imprensa não elogiasse tanto. As universidades privadas que ingressaram no sistema do PROUNI também não receberam tantas críticas, pelos mesmos motivos reservados à Unipalmares, ou seja, o fato de cruzar na seleção dos bolsistas o critério de classe social com o critério étnico.

Mas existe algo muito importante escondido nessa atitude de tolerância da Unipalmares e do PROUNI por parte da grande imprensa: o fato de que a Unipalmares, como as universidades privadas que aderiram ao PROUNI, não ocupam os espaços geralmente reservados aos filhos de classe média e alta, ou seja, as universidades públicas estaduais e federais que oferecem uma formação superior de qualidade. A disputa das vagas ou das bolsas não incomoda a classe média e a burguesia do país, pois acontece entre os pobres nas universidades pobres e quase periféricas. Sem dúvida, os dirigentes da Unipalmares têm uma clara consciência disso, mas o que importa é o resultado final, ou seja, a inclusão desses jovens pobres, brancos e negros, homens e mulheres no mercado de trabalho como vem sendo concretizado. A geração dos filhos dos alunos egressos da Unipalmares que hoje se integraram no circuito do mercado de trabalho razoavelmente remunerado talvez não vivesse a vida de seus pais e seus avós e bisavós. O resultado final poderia ser multiplicador e somar-se ao resultado dos que entram nas universidades públicas pelo sistema de cotas. Por isso, nós da Unipalmares não somos contra as cotas para negros e para índios e fizemos a nossa parte para somar e não para dividir. Os dados sobre os espaços do mercado de trabalho onde se encontram muitos dos egressos formados na Unipalmares nesses oito anos são suficientes para provar que estamos, apesar de todas as dificuldades financeiras e outras que encontramos, no caminho certo, fazendo a nossa parte como uma ONG

negra consciente e socialmente responsável. Muitas vezes o que falta, antes das dificuldades financeiras e de recursos humanos, é a vontade política de mudar, é a dificuldade de colocar em frente da luta o ser humano e a condição humana que deveriam ser a razão maior de nossas ações.

Recordo aqui que, no início das propostas que engendraram a Afrobras, que por sua vez engendrou a Unipalmarens, havia a Escola de Sociologia Política de São Paulo, uma instituição privada frequentada por filhos e filhas da classe média que não puderam ingressar na conceituada USP ou na UNICAMP, mas que abria também espaço para filhos de operários brancos e negros que trabalhavam de dia para poder pagar seus estudos e estudar à noite. A inspiração partiu daí, pois tentamos o apoio da própria ESP para lançar a semente que se transformou em Unipalmarens de hoje. Talvez se esse grupo de estudantes negros tivesse estudado numa universidade pública gratuita, a ideia não teria brotado. Esse pequeno grupo chegou lá, estudou e entrou no mercado de trabalho apesar dos preconceitos e da discriminação racial existentes na sociedade e que até hoje ainda não foram removidos. Moral da lição é que, munidos de uma boa educação, uma boa qualificação em diversas áreas de conhecimentos, pudemos remover algumas barreiras raciais como muitos afro-americanos o fizeram graças às políticas afirmativas naquele país. É muito raro até hoje encontrar um afrodescendente ocupando postos e cargos de comando e responsabilidade. Geralmente é o primeiro ou o único, como Joaquim Barbosa Gomes no Supremo Tribunal Federal. Raramente encontrariam dois ou três negros ocupando cargos de comando e grande responsabilidade numa grande empresa ou num órgão público.

A educação constitui o cordão umbilical e o campo de batalha por excelência não apenas para entrar no mercado de trabalho, mas também para lutar contra o racismo e seus fetiches. É por isso que nós elegemos a educação superior do negro como uma das frentes importantes de luta, retomando a mesma luta das entidades negras que nos antecederam, mas desta vez não apenas com a retórica, mas sim com armas diferentes inspiradas tanto nos trabalhos acadêmicos e intelectuais realizados no país pelos pesquisadores nacionais e estrangeiros, como também lançando mão das experiências de outros países, como os Estados Unidos, cuja mobilidade social do negro que chegou até à Casa Branca não teria sido possível sem educação superior de qualidade.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE E SILVA, S. J. *Combate ao Racismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: Edusc, 1951.

AZEVEDO, T. *Democracia racial*. Petrópolis: Vozes, 1975.

BANTON, M. Race. In: CASHMORE, E. *Dictionary of race and ethnic relations*. 3 ed. Londres: Routledge, 1994.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (Orgs.). *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

BENNETT, P.R.; XIE, Y. Revisiting racial differences in college attendance: The role of historically black colleges and universities. *American Sociological Review*, 2003, v. 68

BENJAMIN, Isaac. *The invention of racism in classical antiquity*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BERGMANN, M. *Nasce um povo*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BODY-GENDROT, S. [et alii]. *Les noirs américains aujourd'hui*. Paris: Armando Colin, 1984.

BORGES PERERIA, J. B. Estudos Antropológicos das populações negras na Universidade de São Paulo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 24, 1981.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. What makes a social class? *Berkeley Journal of Sociology*, 1987, v. 22, p. 1-18

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. ; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOWEN, W. G.; BOK, D. *The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1998.

BRDESCO. *Institucional: sobre o Bradesco*. Homepage Institucional. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/html/content/institucional/index.shtm>>. Acesso em 18 out. 2007.

BRASIL. (*Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010. 228p. il. (rev. e atual.) Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.html>

_____. *Documento subsidiário à política de inclusão*. PAULON, S. [et al]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, Conselho Nacional de Educação, 2004.

_____. *Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília, Ministério da Justiça, 2001.

_____. *Guia de Elaboração de Programas de Promoção da Igualdade*. Programa Brasil, Gênero e Raça. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1999. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, A. P. (Orgs.). *Política social e democracia*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002

BROWN, M. C.; DONAHOO, S.; BERTRAND, R. D. The black college and the quest for educational opportunity. *Urban Education*, v. 36, n. 5, p. 553-571, nov. 2001. Disponível em: <http://uex.sagepub.com/content/36/5/553.full.pdf>>;

BUARQUE, C. *A segunda abolição*. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2003.

BUCCI, M. P. D. *O conceito de política pública em Direito*. In: BUCCI, P. D. (org.). *Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

_____. ; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, M. L. T. *O racismo na História do Brasil*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense 1988.

CARVALHO, J. J. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CASHMORE, E. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, J. A. AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009.

CAVALLI-SFORZA, L. CAVALLI-FORZA, F. *Quem somos?* História da diversidade humana. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CEIA, C. Tropo. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em <<http://www.edtl.com.pt>>. Acesso em 23 jan. 2012.

COAXUM III, J. The misalignment between the carnegie classifications and black colleges. *Urban Education*, v. 36, n. 5, p. 553-571, nov. 2001. Disponível em: <http://uex.sagepub.com/content/36/5/553.full.pdf>>;

CUNHA JR., H. Etnia afrodescendente, pluriculturalismo e Educação. *Revista Pátio*. Artes Médicas. Agosto/outubro 1998.

D'ADESKY, J. *Racismes et antiracismes au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2001.

DALARI, D. A. *Apresentação*. In: FERREIRA, R. Ações Afirmativas: a questão das cotas. Análises jurídicas de um dos assuntos mais controvertidos da atualidade. Editora Impetus. Niterói, RJ, 2011.

DEMARTINI, Z. B. F. A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século. ANDE, *Revista da Associação Nacional de Educação*. São Paulo, v. 8, n. 14, p. 51-60, 1989.

DI GIORGI, C. *Escola Nova*. 3 d. São Paulo: Editora Ática, 1992. Série Princípios.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. *Dimensões* [online], 2008, v. 21, p. 121-124. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf>.

_____ Um templo de luz: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação* [online], v. 13, n. 39, set-dez 2008. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/275/27503908.pdf>>.

_____ Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, v. 12, n. 23, p. 100-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>>.

_____ *Negritude sem etnicidade*: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, v. 48, n. 1.

FASSIN, D. *Du déni à la dénégalion: psychologie politique de la représentation des discriminations*. In: FASSIN, D.; FASSIN, E. De la question sociale à la question raciale? Paris: La Découverte, 2006.

FAZZI, R. C. *O drama racial de crianças brasileiras*: socialização entre pares e preconceitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FERRARA, M. N. A imprensa negra paulista (1915-1963) [online]. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v. 5, n. 10, p. 197-207, 1985. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3609>.

FERREIRA, R. *Ações afirmativas: a questão das cotas*. Análises jurídicas de um dos assuntos mais controvertidos da atualidade. Editora Impetus. Niterói, RJ, 2011.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. Editora Global. São Paulo, 2007

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. Dominus Editôra, 1965

FONSECA, D. J. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FONSECA, M. V. *As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil*. In: SILVA, P. B. G. e PINTO, R. P. (Orgs.). *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*. São Paulo: Ação Educativa/Anped, 2001.

FOSTER, Lenoar. The Not-So-Invisible Professors: White Faculty at the Black College. In: *Urban Education*, v. 36, n. 5, p. 551-552, nov. 2001. Disponível em: <http://uex.sagepub.com/upm-data/2991_11ue01.pdf>.

FREEMAN, K.; COHEN, R. T. Bridging the gap between economic development and cultural empowerment: HBCUs' Challenges for the Future. In: *Urban education*. v. 36, n. 5, nov. 2001. Disponível em http://www.sagepub.com/upm-data/2991_11ue01.pdf
Acessado em 27/12/2011

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 45 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 [1ª edição em 1933].

FRY, P. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. et al. (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GARCIA, M. Implicações do princípio constitucional da igualdade. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, n. 31, p.109-113, abr./jun., 2000.

GENDROT, S. B. et al. *Les noirs américains aujourd'hui*. Paris: Armando Colin, 1984.

GOMES, J. B. *A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro*. In: SANTOS, S. A. (Org.) *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos.)

_____. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas*. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.) *Ações afirmativas: políticas públicas contra a desigualdade racial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003

GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na Universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONZALEZ, L. *O movimento negro na última década*. In: GONZALES, L.; HASENBALG, C.A. (Orgs.). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 9-66.

GUIMARÃES, A. S. *Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil*. In: *Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. SILVERIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (Orgs.). São Carlos: EDUFSCar, 2009.

_____. *Depois da democracia racial*. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.

_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 39, p. 103-117, 1999.

_____. *Como trabalhar com raça em Sociologia*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-108, 2003.

_____. *O acesso de negros às universidades públicas*. In: GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V. R. (Org). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003, p. 193-216.

_____. ; HUNTLEY, L. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra .2000.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

HALL, S. *Quem precisa da identidade?* In: HALL, S.; WOODWARD, K.; SILVA, T. S. (Orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARPER. B. E. *Access to Higher Education for African-Americans: Historically Black Colleges and Universitie*. EDLD 7270: *Overview of postsecondary Education*. Albion University. v. 3, n. 1, jan. 2007.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. ; SILVA, N. V. *Cor e estratificação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1999.

_____. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora , 1992.

_____. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro; IUPERJ/Vértice, 1988

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n. 807. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 2001.

IANNI O. *A era do globalismo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996 .

IBGE. *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*. Pesquisa Mensal do Emprego de 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/.../Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=40>

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3 ed Luana Pinheiro [et al.]. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf retrato das desigualdades de gênero e raça / 3a ed.

ISAAC, B. *The invention of racism in classical antiquity*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.

ITAÚ. *Conheça o Itaú: A empresa*. Banco Itaú Holding Financeira. Homepage Institucional. Disponível em: <www.itaubank.com.br/bem_vindo/conheca_emp_itaubanking.htm> Acesso 2 set. 2007

JACCOUD, L. (Org.) *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.

_____. ; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.

JACQUARD, A . *Elogio da diferença*. São Paulo: Martins fontes, 1988.

_____. ; POSSENOT, J. M. *Todos semelhantes, todos diferentes*. São Paulo: Editora Augustus, 1993.

KAMEL, A. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MADRUGA, S. *Discriminação positiva: ações afirmativas na realidade brasileira*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

MAGGIE, Y.; FRY, P. *O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*. Enfoques on line, v. 1, n. 1, dez. 2002.

MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (Orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. *Ministério da classificação racial*. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, R. B. *Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente*. 2004. CEPAL. Série Políticas Sociais. n. 82. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloSocial/2/LCL2082PP/Serie82_P.pdf>.

MELLO, A. F. M. *Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 2011.

MENEZES, P. L. A ação afirmativa (affirmative action) no Direito norte-americano. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2001.

MILITÃO, J. R. F. *A reflexão que vale a pena ser feita: contra as cotas raciais*. In: FRY, P. et al. (Orgs.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p.197-217, nov. 2002.

_____. *Fronteira da igualdade no ensino superior: excelência e justiça social*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988

_____. *Organizações negras*. In: São Paulo: o povo em movimento; SINGER, P.; BRANT. C. (Orgs.). Petrópolis/RJ: Vozes/Cebrap, 1980, p. 143-175.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. *Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues*. In: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues, 2009, São Luis. Religião, Raça e Identidade. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 15-36.

_____. *Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior*. In: PACHECO, S. (Org.) *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. *A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: uma vista panorâmica*. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

_____. (Org.) *História do negro no Brasil: O negro na sociedade brasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Minc. v. 1, 2004.

_____; GOMES; N. L. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, 2004.

_____. *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil*. Estudos avançados. 2004, v. 18, n. 50, p. 51-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_40142004000100005&lng=en&nrm=iso>.

_____. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. 2003. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <www.neab-proafro.uerj.br/arq/txtrec/uma_abordagem_conceitual.pdf>

_____. *A identidade negra no contexto da globalização*. Ethnos Brasil, ano I, n. 1, mar. 2002, p.11-20. UNESP.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Teorias sobre o racismo*. Estudos & Pesquisas 4. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 1998. p. 43-65.

_____. (Org.) *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *Racial ou raciste, racisme ou racismes?* Revue de l'Institut Supérieur de Pédagogie de Bruxelles, n. 24, déc. 1987, p. 23-33.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Sumus, 2003.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor. 1985.

OLIVEIRA, E. *Mulher negra. Professora universitária: trajetória, conflitos e identidade*. Brasília: Líber Livro, 2006.

ONU, 2012. *Boletim semanal da ONU Brasil, n. 52*. 25/04/2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/politicas-publicas-afirmativas-sao-fundamentais-para-a-reducao-da-desigualdade-racial-diz-sistema-onu/>>.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

OSÓRIO, R. G. *Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias*. In: THEODORO, M. et. al (Orgs.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília, IPEA, 2008.

_____. *O sistema classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE*. 2003. Texto para Discussão nº 996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf>.

PAIVA, A. R. (Org.) *Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Edição PUC/Rio, 2004.

PENA, S. D. J.; BARTOLINI, M. C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Revista Estudos Avançados USP*. v. 18, n. 50, 2004, p. 31-50.

PENA, S. D. J. et al. Retrato molecular do Brasil. *Ciência Hoje*, v. 27 n.159, 2000, p. 16-25.

PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007. Coleção Políticas da cor

PNUD Brasil. *Atlas Racial Brasileiro 2004*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php

PIOVESAN, F. *Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos*. In: SANTOS, S. A. (Org.) *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos.)

_____. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

REDD, K. E. Historically Black Colleges and Universities: making a comeback. *New Directions for Higher Education*, n. 102, p.33-43, Summer 1998. Jossey-Bass Publishers. Disponível em: www.jessicapettitt.com/images/Merisotis.pdf.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, J. J. S. *Direito e ação afirmativa: as políticas de ação afirmativa para afro-brasileiros. Acesso ao ensino superior*. (Dissertação de Mestrado) Brasília: Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2005.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. (1933). Brasília, UNB. 1988.

ROMERO, S. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil 1879-1880*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1888. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=8522006598>.

RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998 p. 315-335.

SALGUEIRO, M. A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Trad. Vera Ribeiro. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.

SANTOS, H. et al. *Políticas públicas para a população negra no Brasil*. ONU, 1999. [Relatório ONU]

SANTOS, J. R. Le noir brésilien et son histoire. Recherche, *Pédagogie et Culture*, n. 64, 1983, Paris, p.16.

SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.) *Ações afirmativas: políticas públicas contra a desigualdade racial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SANTOS, S. A. Políticas públicas de promoção da igualdade racial, questão racial, mercado de trabalho e Justiça Trabalhista. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, São Paulo, SP, v. 76, n. 3, p. 72-105, jul./set. 2010.

_____ (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SARMENTO, D. *A igualdade ético-racial no direito constitucional brasileiro: discriminação de fato, teoria do impacto desproporcional e ação afirmativa*. In: CAMARGO, M. N. (Org.). *Leituras Complementares de Constitucional: direitos fundamentais*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2007, p. 187-215.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

_____; QUEIROZ, R. S. (Orgs.) *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In; MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: CCBB, 1996.

SILVA, C. (Org.) *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SILVA, M. A. G. *Encontro e desencontro de um movimento negro*. Brasília: Editora Fundação Cultural Palmares, 1994. v. 1.

SILVA, M. L. S. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, P. B.G.; SILVÉRIO, V.R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA JR., H. *Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais civis e penais: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro 1870-1930*. Trad. D. M. Garschagen. Prefácio Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVÉRIO, V. R. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246/, nov. 2002

SIQUEIRA, J. J. *A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil*. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.) *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.

SODRÉ, M. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1983.

SOUZA, C. *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TEIXEIRA, E. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: UFBA, 2002.

THEODORO, M. et. al (Orgs.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília, IPEA, 2008.

TODOROV, T. *Nós e os outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, v.1.

TURRA, C.; VENTURI, G. (Orgs.) *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Folha de S. Paulo. Datafolha. São Paulo, Ática, 1995

VICENTE, J. *O recorte racial como paradigma das ações de responsabilidade social corporativa*. Dissertação (Mestrado), UNIMEP, 2007 133 f.

VINCKE, E. *Racial ou Raciste, Racisme ou Racismes?* Revue de l'Institut Supérieur de Pédagogie de Bruxelles, n. 24, déc. 1987, p. 23-33.

_____ *Géographes et hommes d'ailleurs*. Bruxelles: Commission Française de la Culture de l'Agglomération de Bruxelles. *Collection Document*, n. 28. 1985.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALTERS, R. *O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos*. 1995. Estudos Afro-Asiáticos, n. 28, pp. 129-40.

YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001